

**COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR FRANCISCO
MANOEL DE LIMA CAMARGO
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
(Versão Preliminar)

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar”

PAULO FREIRE

TIJUCAS DO SUL
2010

Sumário

1- APRESENTAÇÃO.....	5
2. IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO.....	6
2.1 DADOS DO ESTABELECIMENTO.....	6
2.2- HISTÓRICO.....	6
2.3- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	8
2.3.1- ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO.....	8
2.3.2- EQUIPAMENTOS.....	8
2.3.3 - OFERTA DE ENSINO	9
2.3.4 - QUADRO DO CORPO FUNCIONAL- FUNÇÕES DE APOIO/TÉCNICO	10
2.3.5- QUADRO DO CORPO FUNCIONAL- PROFESSORES.....	11
3. IDENTIFICAÇÃO DA CLIENTELA	14
4. OBJETIVOS GERAIS.....	16
5. MARCO SITUACIONAL.....	17
5.1- DESCRIÇÃO DA REALIDADE BRASILEIRA, DO ESTADO, DO MUNICÍPIO E DA ESCOLA	17
5.2- RENDIMENTO ESCOLAR.....	21
5.3 - TOTAIS DE TURMAS E MATRÍCULAS – ANO 2010.....	23
5.4- RELAÇÕES DE TRABALHO NA ESCOLA.....	24
5.5 - GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	24
5.6. FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS.....	26
5.7. PARTICIPAÇÃO DOS PAIS.....	27
5.8- EDUCAÇÃO ESPECIAL- CAEDV/ LIBRAS.....	27
5.9- PROGRAMA SEGUNDO TEMPO.....	28
5.10- PROGRAMA SALA DE APOIO.....	28
5.11- PROGRAMA VIVA A ESCOLA.....	28
5.12- CELEM- Centro de Língua Estrangeira Moderna.....	29
5.13- PROGRAMA PRONTIDÃO ESCOLAR PREVENTIVA-PEP.....	29
5.14- ORGANIZAÇÃO DA HORA-ATIVIDADE.....	29
5.15- AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	30
6. MARCO CONCEITUAL.....	34

6.1- PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS	34
6.2- EDUCAÇÃO CULTURA AFRO-BRASILEIRA.....	59
6.3- EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	59
7- MARCO OPERACIONAL	62
7.1- AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	62
7.2- PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA ESCOLA.....	62
7.3- PLANO DE AÇÃO DA ESCOLA	64
7.4. PLANO DE AÇÃO DA EQUIPE PEDAGÓGICA.....	66
7.5- AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	70
PROPOSTA CURRICULAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-EJA.....	75
PROPOSTA CURRICULAR ARTE - ENSINO FUNDAMENTAL.....	89
PROPOSTA CURRICULAR CIÊNCIAS - ENSINO FUNDAMENTAL.....	110
PROPOSTA CURRICULAR EDUCAÇÃO FÍSICA - ENSINO FUNDAMENTAL.....	127
PROPOSTA CURRICULAR ENSINO RELIGIOSO - ENSINO FUNDAMENTAL.....	146
PROPOSTA CURRICULAR GEOGRAFIA - ENSINO FUNDAMENTAL...	160
PROPOSTA CURRICULAR HISTÓRIA - ENSINO FUNDAMENTAL.....	176
PROPOSTA CURRICULAR LÍNGUA PORTUGUESA - ENSINO FUNDAMENTAL.....	210
PROPOSTA CURRICULAR MATEMÁTICA - ENSINO FUNDAMENTAL	249
PROPOSTA CURRICULAR LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA – INGLÊS - ENSINO FUNDAMENTAL.....	266
PROPOSTA CURRICULAR ARTE - ENSINO MÉDIO.....	287
PROPOSTA CURRICULAR BIOLOGIA - ENSINO MÉDIO.....	301
PROPOSTA CURRICULAR EDUCAÇÃO FÍSICA - ENSINO MÉDIO.....	329
PROPOSTA CURRICULAR FÍSICA - ENSINO MÉDIO.....	341
PROPOSTA CURRICULAR GEOGRAFIA - ENSINO MÉDIO.....	358
PROPOSTA CURRICULAR HISTÓRIA - ENSINO MÉDIO.....	371
PROPOSTA CURRICULAR LÍNGUA PORTUGUESA - ENSINO MÉDIO.	387
PROPOSTA CURRICULAR MATEMÁTICA - ENSINO MEDIO.....	423
PROPOSTA CURRICULAR QUÍMICA - ENSINO MÉDIO.....	437
PROPOSTA CURRICULAR FILOSOFIA - ENSINO MÉDIO.....	448
PROPOSTA CURRICULAR LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA – INGLÊS - ENSINO MÉDIO.....	456

PROJETO CELEM.....	469
PROPOSTA CURRICULAR SOCIOLOGIA - ENSINO MEDIO.....	484
ATIVIDADES PEDAGÓGICAS DE COMPLEMENTAÇÃO CURRICULAR - Programa Viva Escola.....	498
PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:	519
4.1 – MATRIZ CURRICULAR Ensino Fundamental – Fase II.....	533
4.2 – MATRIZ CURRICULAR Ensino médio - EJA.....	535
REGIME ESCOLAR EJA.....	542

1- APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Professor Francisco Manoel de Lima Camargo – Ensino Fundamental e Médio, projeto este que dará suporte às ações educativas executadas por este Estabelecimento de Ensino.

Em cumprimento a nova LDB nº 9394/96, que prevê em seu artigo. 12, inciso I, que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica.”

O Projeto Político Pedagógico deve representar o compromisso de um grupo com uma determinada trajetória no cenário educacional. Há necessidade, porém, de clareza sobre a força e os limites deste projeto. A corporeidade do projeto acontece na interação entre os sujeitos : professores, alunos, equipe pedagógica, direção da escola, pais e funcionários que são a verdadeira comunidade escolar. Mais do que o papel, o projeto compromete pessoas com uma idéia, com uma prática libertadora e transformadora. A forma de firmar este compromisso implica planejamento, dando lugar e sentido a uma ação conduzida pelas diretrizes do Projeto Político Pedagógico.

A função, portanto, do projeto é delinear o horizonte da caminhada, estabelecendo a referência geral, expressando o desejo e o compromisso do grupo.

O Projeto Político Pedagógico como um todo deve ser compreendido numa perspectiva dinâmica, em constante reformulação.

Diante dos avanços e das transformações, temos o desafio sociocultural, o que faz com que direcionemos ações para a realidade de nossos alunos, possibilitando à esses a oportunidade de defrontar-se com soluções para obstáculos visualizados em sua trajetória de vida, conseguindo desse modo, identificar-se como ser humano capaz de repensar sua condição social e modificá-la.

O projeto do Colégio é, portanto, a expressão do compromisso de construção de uma nova realidade de educação.

2. IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

2.1 DADOS DO ESTABELECIMENTO

Escola: Colégio Estadual Professor Francisco Manoel de Lima Camargo

Endereço: Miguel Maoski, 250 – centro

Telefone: (41) 3629-1562

Email: fcocamargo@bol.com.br

Município: Tijucas do Sul

Entidade Mantenedora: Governo do Estado do Paraná-SEED

NRE: Área Metropolitana Sul

Código de Estabelecimento: 0010

2.2- HISTÓRICO

O Colégio Estadual Professor Francisco Manoel de Lima Camargo, Ensino Fundamental e Médio e Educação de Jovens e Adultos, começou a funcionar em 29 de março de 1962, pelo Decreto nº 7.457, com o nome de Grupo Escolar de Tijucas do Sul.

Em reunião pedagógica de professores, de todo o Município, presidida pela Inspetora Auxiliar de Ensino, Sr^a Ilza de Souza Santos, ficou decidido que este Estabelecimento passaria a se chamar Grupo Escolar Lourenço Filho (Lei nº 15.818/02-07-69).

Em outra reunião posterior resolveu-se que a Escola deveria chamar-se Grupo Escolar Professor Francisco Manoel de Lima Camargo (Lei nº 5.991/02-09-69), por se tratar de uma pessoa que desempenhou relevantes serviços em favor da educação na comunidade.

Em 26 de fevereiro de 1970, pela portaria nº 1.370/70, foi criada uma extensão do Ginásio Estadual Costa Viana de São José dos Pinhais – Paraná, que passou a funcionar no prédio do Grupo Escolar.

Em 1971, foi extinta a extensão do Ginásio Estadual Costa Viana de São José dos Pinhais – Paraná, passando a mesma Portaria nº 1.520/71, a pertencer para o Ginásio Estadual Professor Murilo Braga, de Agudos do Sul – Paraná.

Em 1981, ficou extinta a extensão do Ginásio Estadual Professor Murilo Braga.

Através da Resolução nº 3.188/81, esta Escola ficou reconhecida com a denominação de Escola Estadual Professor Francisco Manoel de Lima Camargo - Ensino de 1º grau, e reconhecido também o curso de 1º grau regular.

Em 1987, foi implantado o 2º grau – Propedêutico, passando o mesmo a denominar-se Colégio Estadual Professor Francisco Manoel de Lima Camargo – Ensino de 1º e 2º graus, através da Resolução 1.405/91 e, Autorização de Funcionamento pelo Decreto 475/87.

Em 1991, com a Municipalização do Ensino de 1º a 4º series, as mesmas foram desmembradas do atual Colégio para a Escola Municipal Professora Leovanil Camargo, através da Resolução nº 1.033/91.

Atualmente o Colégio Estadual Prof. Francisco M.L. Camargo oferta a Educação Básica nas modalidades Ensino Fundamental-5ª a 8ª série, Ensino Médio-Educação Geral e a partir do ano de 2010 oferece também a Educação de Jovens e Adultos-EJA Fase II e Ensino Médio.

Também contamos com o Programa Viva a Escola, o Centro de Línguas Estrangeiras Moderna- CELEM, Sala de Apoio nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, Programa Segundo Tempo e o Centro de Atendimento Especializado na Área da Deficiência Visual – CAEDV.

2.3- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.3.1- ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO

O Colégio foi construído no ano 1962 numa área de 4.933 m² e conta atualmente com 15 salas de aula (sendo 01 destas adaptada), biblioteca, laboratório de informática, sala de professores, sala de direção, sala para equipe pedagógica, secretaria, cozinha, mecanografia, cancha de esportes coberta, pátio externo e auditório.

2.3.2- EQUIPAMENTOS

Aparelho de DVD
Aparelhos de Fax
Antena Parabólica
Arquivos de aço
Balança digital
Banquetas
Batedeiras
Cadeira de rodas
Cadeiras estofadas
Computadores
Conjuntos escolares
Copiadoras
Equipamentos de Química, Física e Biologia
Estantes de aço
Estantes de aço
Filmadora
Fogão
Freezer
Geladeiras
Impressoras
Liquidificadores
Máquina fotográfica digital
Materiais pedagógicos

Mesa p/ professor
Mesa para refeitório c/ banco
Mesas de informática
Quadros negros
Rádios
Receptor
Retroprojektor
Suporte para TV
Tela p/ reprojektor
Televisores
TV Pendrive
Ventiladores

2.3.3 - OFERTA DE ENSINO

- CURSOS

EF ANOS FINAIS/ ENS. FUNDAMENTAL 5/8 SÉRIE

EDUC. ESPECIAL/ CENTRO ATEND. ESPECIAL.D.V.A

EJA ENS.MÉDIO/ EJA POR DISCIPLINA- E.M

EJA FASE II 5/8 / EJA POR DISCIPLINA- F.II

ENSINO MÉDIO/ ENSINO MÉDIO

-ATIVIDADE COMPLEMENTAR

ENS.FUNDAMENTAL/ENS.MÉDIO/COMPLEMENTAÇÃO CURRICULAR

ENSINO MÉDIO/ ESPANHOL – BÁSICO

2.3.4 - QUADRO DO CORPO FUNCIONAL- FUNÇÕES DE APOIO/TÉCNICO

PEDAGÓGICAS

NOME	FUNÇÃO	VÍNCULO
ADILSON DE SOUZA	AGENTE EDUC. II	QFBE
BERENICE DE JESUS ROCHA	AGENTE EDUC. II	QFEB
CELIA DE F.A. DE PAULA LASKA	AGENTE EDUC. I	QFEB
DEBORAH L.MOSCHOS EGGERS	PEDAGOGA	QPPE
DIMARI PADILHA	AGENTE EDUC. II	QFEB
GILMARA MACHADO	AGENTE EDUC. II	QFEB
ILMA INÊS C. DA ROCHA	AGENTE EDUC. II	PSS
JOANA MARIA BATISTA	AGENTE EDUC. I	PSS
JOSI MARA D. FOGGIATTO	PEDAGOGA	QPM
LUIS AMAURI LEPREVOST	DIRETOR	QPM
MARIA IRACI DOS S.PEREIRA	AGENTE EDUC. I	QFEB
MARIA LEUNICE NARLOCK	AGENTE EDUC. I	PSS
MARIBEL DO C. SCROCCARO	DIRETOR AUXILIAR	QPM
MARLI DO C. ROCHA PEREIRA	AGENTE EDUC. I	QFEB
NORLI TERESINHA DE LIMA	AGENTE EDUC. I	PSS
RAQUEL E. DOS SANTOS	PEDAGOGA	QPM
RAQUEL M.ALVES DOS SANTOS	PEDAGOGA	QPM
ROSINALVA DOS S. SANTANA	AGENTE EDUC. I	PSS
SOLIMARA DE F. CARDOZO	AGENTE EDUC. II	QFEB
SUSANA TERESINHA DA ROCHA	AGENTE EDUC. II	QFEB
VANILDA MAOSKI DE BASTOS	AGENTE EDUC. I	QFEB

VIRGINIA M. A. F. CAMARGO	DIRETOR AUXILIAR	QPM
ZORAIDE DA COSTA	AGENTE EDUC. I	QPPE

2.3.5- QUADRO DO CORPO FUNCIONAL- PROFESSORES

NOME	FORMAÇÃO	VÍNCULO
ANDRÉIA APARECIDA MACHADO	ACADÊMICA	PSS
ANTONIO CRUL	MESTRADO	QPM
ANTÔNIO MARCOS RIBEIRO	ACADÊMICO	PSS
CAMILA DA ROCHA	ACADÊMICA	PSS
CLAUDIA BARROS CRUL	PÓS-GRADUAÇÃO	QPM
CLAUDIA LETÍCIA CLAUDINO	ACADÊMICO	PSS
CRISTIANE ALVES MACHADO	PÓS-GRADUAÇÃO	PSS
CRISTIANE F. DA SILVA OLIVEIRA	PÓS-GRADUAÇÃO	QPM
DANILO JOSÉ DOS SANTOS	SUPERIOR	PSS
DEISE SUSANA CLAUDINO	PÓS-GRADUAÇÃO	QPM
DENISE APARECIDA DA ROCHA	MESTRADO	QPM
DENISE CARDOSO BUENO	PÓS-GRADUAÇÃO	PSS
DIOGO DA ROCHA PEREIRA	ACADÊMICO	PSS
DIRCE DE MELO	PÓS-GRADUAÇÃO	QPM
DOUGLAS ARTHUR VAZ	ACADÊMICO	PSS
EDEMILSON MAURILIO CORREA	SUPERIOR	PSS
EDVANIL APARECIDO BEZERRA	SUPERIOR	PSS
ELAINE C. PROCELLI	SUPERIOR	PSS
ELENICE MATUCHESKI	PÓS-GRADUAÇÃO	QPM

ELLEN BEATRIZ DE OLIVEIRA	ACADÊMICO	PSS
FÁBIO ALESSANDRO BONKOSKI	PÓS-GRADUAÇÃO	QPM
FÁBIO LOURIVAL FARIAS	SUPERIOR	QPM
FLÁVIA LAÍSSE FARIAS	SUPERIOR	PSS
FRANCIELE APARECIDA ATNER	ACADÊMICA	PSS
FRANCIS ROSA BARROS	ACADÊMICA	PSS
GEOVANI JOSÉ CHICÓVIS	ACADÊMICO	PSS
GISELE L. SANTOS	MESTRADO	QPM
IRIA ROCHA OLIVEIRA	SUPERIOR	QPM
JEFFERSON ROCHA DE LIMA	SUPERIOR	PSS
JOÃO TOCHA FERREIRA JÚNIOR	ACADÊMICO	PSS
JONAS DANIEL DE OLIVEIRA	SUPERIOR	PSS
JOSEANA GOETEN DE LIMA	SUPERIOR	PSS
JUCIELY DE FÁTIMA LASKA	PÓS-GRADUAÇÃO	QPM
JULIANO MORO BATISTA	SUPERIOR	PSS
KÁTIA BEATRIZ V. DE BORBA	SUPERIOR	PSS
KÁTIA BRUGISNKI MULIK	SUPERIOR	PSS
KELI REGINA DE OLIVEIRA	SUPERIOR	PSS
LEONDINA CAMARGO	PÓS-GRADUAÇÃO	QPM
LUCIMARA A. DA CRUZ VIEIRA	SUPERIOR	PSS
MARCELO EDUARDO DA ROCHA	ACADÊMICO	PSS
MÁRCIA APARECIDA COLLELA	PÓS-GRADUAÇÃO	QPM
MÁRCIA REGINA VALOSKI	PÓS-GRADUAÇÃO	PSS

MARIA DAS DORES A. DE SOUZA	MESTRADO	QPM
MARIBEL DO CARMO SCROCCARO	PÓS-GRADUAÇÃO	QPM
MARTA BONKOSKI	PÓS-GRADUAÇÃO	QPM
OSNI OSMAR RENKEN FILHO	SUPERIOR	QPM
OTÁVIO ALVINO MACHADO	PÓS-GRADUAÇÃO	QPM
PAULO CÉSAR ALVES PEREIRA	SUPERIOR	PSS
RAFAEL EDUARDO DA ROCHA	PÓS-GRADUAÇÃO	PSS
ROSANE DO CARMO MACHADO	MESTRADO	QPM
SIMONE LUZIA DA CRUZ	PÓS-GRADUAÇÃO	PSS
TATIANE SILVEIRA ALVES	SUPERIOR	PSS
VIRGINIA MARIA F. CAMARGO	PÓS-GRADUAÇÃO	QPM

3. IDENTIFICAÇÃO DA CLIENTELA

Através de questionários encaminhados às famílias que compõe a comunidade escolar do Colégio Estadual Prof. Francisco M.L. Camargo, obteve-se um levantamento do perfil da clientela.

- ESCOLARIDADE PAI

Analfabeto- 5,9%
EF incompleto- 60%
EF completo- 11%
EM incompleto- 8%
EM completo- 9%
E.Superior Incompleto- 2,2%
E.Superior Completo- 3%
Pós-Graduação- 0,8%

- ESCOLARIDADE MÃE

Analfabeto- 5%
EF incompleto- 63%
EF completo- 14%
EM incompleto- 5,6
EM completo-8%
E.Superior Incompleto-0,8%
E.Superior Completo- 3,9%
Pós-Graduação- 2%

- RENDA FAMILIAR

Até 1 salário mínimo- 39%
1 a 3 salários mínimo – 44%
4 a 5 salários mínimos- 14%
Mais de 5 salários mínimos- 3%

- RECEBEM BOLSA FAMÍLIA (alguns não responderam a pergunta)

SIM- 3% NÃO- 77,9%

- LOCALIZAÇÃO DA MORADIA

ZONA RURAL- 74% ZONA URBANA- 26%

- SITUAÇÃO DA MORADIA

CASA PRÓPRIA- 81.8% CASA ALUGADA- 12% CASA CEDIDA- 6,2%

- NÚMERO DE PESSOAS QUE MORAM NA CASA

1 a 3 - 31% 4 a 5 – 56% 6 ou mais – 13 %

- COMO CHEGA AO COLÉGIO

A pé: 24% - ônibus escolar: 70,8% - bicicleta: 0,8% - carro: 4,2 % - outros: 0,2%

- VEÍCULOS DE INFORMAÇÃO DA FAMÍLIA (múltiplas respostas)

TV parabólica: 58,7% - TV assinatura: 4,2% - TV comum – 63,8%

Jornal: 25% - rádio – 75,7%

- RELIGIÃO DA FAMÍLIA

Católica- 70,3%

Evangélica- 22,8%

Outra- 6,9%

4. OBJETIVOS GERAIS

- Garantir a igualdade de condições para o acesso e permanência dos alunos na escola e manutenção da qualidade de ensino aprendizagem;
- Estimular a interação entre equipe pedagógica, aluno, pais, professores e funcionários para a construção de um Projeto Político Pedagógico que vise a melhor e mais completa formação do educando;
- Considerar a diversidade do aluno como um desafio e não como um problema;
- Desenvolver um conjunto de práticas pedagógicas preestabelecidas com o propósito de contribuir para que os alunos se apropriem de conteúdos sociais e culturais de maneira crítica e construtiva, com o objetivo de formar cidadãos capazes de atuar com competência e dignidade na sociedade;
- Garantir conteúdos que estejam em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico, cuja aprendizagem e assimilação são consideradas essenciais, para que os alunos possam exercer seus direitos e deveres;
- Estimular e promover a formação continuada para professores e demais funcionários, capacitando-os para que possam oferecer um ensino de qualidade, visando a melhoria de trabalho;
- Estimular o desenvolvimento e a participação democrática e efetiva da comunidade e dos pais nas diferentes instâncias do sistema educativo e especialmente criar mecanismos que favoreçam o envolvimento dos mesmos;
- Melhorar os índices de aproveitamento escolar , promovendo a integração do corpo docente, da equipe pedagógica, da gestão administrativa e da comunidade escolar.

5. MARCO SITUACIONAL

5.1- DESCRIÇÃO DA REALIDADE BRASILEIRA, DO ESTADO, DO MUNICÍPIO E DA ESCOLA

A sociedade em que vivemos está marcada com as desigualdades sociais, o empobrecimento das maiorias e as precárias condições de sobrevivência da população em escala mundial. Segundo Saviani (1991, p. 16), há um grande conflito de interesses que caracteriza a sociedade em classe dominante e dominada. Isto fez com que ela se tornasse competitiva e desigual, visto que nem todos têm oportunidades iguais, fazendo com que uma minoria domine e detenha toda renda produtiva e a maioria sobreviva com rendas irrisórias e subempregos.

Vive-se num mundo em rápidas transformações pela facilidade de acesso imediato às informações que os meios de comunicação proporcionam. No entanto, apesar do progresso registrado, essa situação deixa explícita as diferenças sociais, culturais e econômicas cada vez mais gritantes, causando o agravamento da violência, a desvalorização do ser humano e a degradação dos valores afetivos, éticos e morais.

A ciência e as novas tecnologias avançam muito rapidamente e a escola não consegue acompanhá-las. Há uma inversão de valores, a família está em conflito e apresenta uma nova estrutura que nem sempre satisfaz as necessidades afetivo, psicológica e educacionais do aluno.

O Sistema Público Educacional de nosso país não oferece um ensino de qualidade para todos devido a carência de recursos humanos, físicos e materiais. Milhões de trabalhadores não têm acesso aos conhecimentos básicos, indispensáveis à modernidade que queremos. A atual situação do Sistema Educacional Brasileiro é caracterizada por baixíssima produtividade. Esta se traduz por elevados índices de repetência e evasão, pelo elevado número de pessoas analfabetas, pela desigualdade na distribuição de recursos e pela baixa remuneração do magistério.

Nosso Estado também enfrenta problemas comuns que estão em pleno crescimento, como desemprego, violência, falta de recursos e desigualdades sociais. O Paraná encontra-se em pleno desenvolvimento e nos últimos anos foi possível perceber que houveram grandes mudanças, principalmente na Educação. Na década de 90 com a nova LDB 9394/96, a SEED adotou os

Parâmetros Curriculares Nacionais. Estes laborados para servir de apoio às discussões e à elaboração do projeto educativo da escola, porém fortemente marcado por uma política neoliberal, voltada para o desenvolvimento de competências e habilidades.

Com o novo governo, em 2003, o Estado do Paraná iniciou várias mudanças, inclusive com a construção das novas Diretrizes Curriculares, constituindo-se como linha de ação prioritária da SEED. Para isso, foram realizados seminários, eventos para a elaboração coletiva das DCE's em todos os níveis e modalidades, produção de cadernos das Diretrizes, organização dos espaços colegiados como APMF, Conselho Escolar, Grêmios Estudantil, capacitação dos profissionais da Educação, mudança na grade curricular, elaboração coletiva do Projeto Político Pedagógico das Escolas, bem como o Plano Estadual de Educação. Para a melhoria da Educação do Paraná, a SEED lançou também o Portal Dia-a-Dia Educação, trazendo subsídios com informações sobre conteúdo, propostas metodológicas, novas formas de inserção de saberes a serem trabalhadas de uma forma interativa e dinâmica, rápida e democrática. Foram retomadas as discussões pedagógicas e a proposta curricular como uma atividade do cotidiano do professor. As novas DCE's servirão de apoio e encaminhamento para a formação dos alunos do estado do Paraná. A nova proposta curricular terá a base disciplinar, com ênfase nos conteúdos científicos, nos saberes escolares que compõe a grade curricular.

O Colégio Estadual Professor Francisco Manoel de Lima Camargo está localizado no município de Tijucas do Sul bastante próximo da capital do Paraná, está há uma distância de aproximadamente 65 km e faz parte da Área Metropolitana de Curitiba. A população é de 13.762 habitantes. A comunidade tijucana é distribuída entre a área urbana e rural.

Existem catorze escolas rurais municipais, contando com Centro Municipal de Educação Infantil, Pré-Escola e Ensino Fundamental das séries iniciais. Ao nível de Ensino Fundamental séries finais e Ensino Médio conta-se com dois Estabelecimentos de Ensino Estaduais, sendo o Colégio Estadual Francisco M.L. Camargo e o Colégio Estadual de Lagoa.

Abrange uma comunidade diversificada, pois há famílias fixas da comunidade e outras cujos pais são vindouros, contribuindo em grande parte para as transferências recebidas. As profissões desempenhadas pelos pais dos alunos, em geral, são lavradores, carpinteiros, comerciantes, motoristas, diaristas e autônomos.

Também atende, em sua maioria, alunos residentes nas diversas localidades do Município, sendo transportados por ônibus escolar de propriedade da Prefeitura Municipal.

No ano letivo de 2010 nosso colégio passou a ofertar a Educação de Jovens e Adultos-EJA da segunda etapa do Ensino Fundamental e Ensino Médio, no período noturno.

Em nosso Estabelecimento encontramos problemas como:

- Estrutura física inadequada, principalmente com relação ao espaço para os alunos no pátio, falta espaço para atividades esportivas devido ao aumento da demanda todos os anos;
- Falta de sanitários para o número de alunos que a escola se encontra no momento;
- Falta de compromisso e responsabilidade dos alunos na conservação do patrimônio da escola;
- Ausência de representantes de turma e do professor conselheiro;
- Poucos momentos que promovam a interação escola/comunidade;
- Alto índice de reprovação na 5ª e 6ª série;
- Falta de interesse e estímulo dos alunos quanto ao seu desempenho e a importância do estudo em sua vida, levando o aluno a desistência da escola;
- Falta de comprometimento dos pais e/ou responsáveis;
- Dificuldade em proporcionar a recuperação paralela eficiente;
- Dificuldade em organizar a hora atividade por área de conhecimento, visto que muitos professores (vínculo PSS) atuam em várias disciplinas, trabalham em outras escolas ou estudam;
- Falta de estrutura física adequada para a inclusão;
- Falta de formação adequada dos profissionais no trato emocional e pedagógico com a clientela de inclusão;
- Necessidade permanente de um responsável pelo laboratório de informática;

- Recursos financeiros insuficientes em relação as metas.

5.2- RENDIMENTO ESCOLAR

ANO 2007

Ensino Fundamental

		% Aprovação	% Reprovação	% Evasão
5 ^a	Série	60,4	34,2	5,2
6 ^a	Série	70,2	27,1	2,6
7 ^a	Série	77,7	20,3	1,9
8 ^a	Série	95,0	0,0	5,0
Média Total		72,0	24,2	3,7

Ensino Médio

		% Aprovação	% Reprovação	% Abandono
1 ^o Ano		71,1	16,2	12,6
2 ^o Ano		68,9	18,9	12,0
3 ^o Ano		93,6	0,0	6,3
Média Total		76,7	12,5	6,3

ANO 2008

Ensino Fundamental

		% Aprovação	% Reprovação	% Evasão
5 ^a	Série	60,5	36,8	2,5
6 ^a	Série	61,5	36,0	2,5
7 ^a	Série	66,8	29,4	3,6
8 ^a	Série	70,4	28,7	0,7
Média Total		63,8	33,6	2,4

Ensino Médio

	% Aprovação	% Reprovação	% Abandono
1º Ano	77,0	10,6	12,2
2º Ano	74,4	11,1	14,4
3º Ano	85,1	6,3	8,5
Média Total	77,6	10,0	6,3

ANO 2009

Ensino Fundamental

		% Aprovação	% Reprovação	% Evasão
5ª	Série	63,6	27,6	8,8
6ª	Série	66,1	25,5	8,3
7ª	Série	70,4	17,4	12,0
8ª	Série	73,8	20,1	6,0
Média Total		67,7	23,3	8,8

Ensino Médio

	% Aprovação	% Reprovação	% Abandono
1º Ano	56,5	34,4	9,0
2º Ano	67,8	19,6	12,5
3º Ano	69,3	18,6	12,0
Média Total	63,7	25,2	11,0

RESULTADO DO IDEB :

8ª série

IDEB OBSERVADO

	2005	2007	2009
Col.Fco Camargo	3,2	3,9	3,2

METAS PROJETADAS

	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Col.Fco Camargo	3,4	3,7	4,1	4,5	4,5	5,0	5,3

5.3 - TOTAIS DE TURMAS E MATRÍCULAS – ANO 2010

CURSO	TURNO	TURMAS	MATRÍCULAS
Centro Atend.Espec.D.V.A./FI	Manhã	1	8
EJA por Disciplina – E.M.	Noite	3	91
EJA por Disciplina – FII	Noite	4	121
Ens.de 1º GR-Regular 5/8 série	Manhã	11	366
Ens.de 1º GR-Regular 5/8 série	Tarde	12	364
Ens.de 1º GR-Regular 5/8 série	Noite	2	68
ENSINO MÉDIO	Manhã	4	117
ENSINO MÉDIO	Tarde	2	58
ENSINO MÉDIO	Noite	5	148
TOTAL		44	1341
ATIVIDADE COMPLEMENTAR	Manhã/Tarde	2	150
ESPAÑHOL-BÁSICO	Interm.Tarde/Noite	2	60
TOTAL		4	210

5.4- RELAÇÕES DE TRABALHO NA ESCOLA

De um modo geral todos buscam o equilíbrio do não conflito, respeitando as opiniões alheias, mantendo a cordialidade sempre. Tudo com vistas a uma boa convivência. O desafio é aprender a lidar com as diferenças, que são muitas: gênero, raça, classe social, maneira de pensar, etc. Na medida do possível o diálogo sempre está presente entre direção, professores, funcionários, pais e alunos.

A riqueza não está em um indivíduo saber muito, mas em saber partilhar e também aprender com o outro. É nesse aprender com o outro que a nossa escola vem praticando o exercício da cidadania e da democracia.

A participação de todos os funcionários na formação continuada, veio colaborar para que todos sintam-se parte do processo educacional.

5.5 - GESTÃO DEMOCRÁTICA

O Colégio Estadual Prof. Francisco M.L. Camargo tem como princípio a gestão democrática e participativa proporcionando a abertura da gestão escolar para todos os segmentos da comunidade, para tanto, é preciso garantir espaços de atuação coletiva, para que esse processo de democratização se efetive. Em razão desse objetivo, à escola e a todos os seus profissionais compete buscar meios para fortalecer e tornar eficaz essa representatividade. Constitui-se numa forma de revitalizar o seu sentido, ou seja, o compromisso com o conhecimento e com a aprendizagem de todos os alunos.

Os Diretores do Colégio são eleitos pela comunidade escolar, havendo participação efetiva na forma como se organiza e se desenvolve o trabalho educativo, o qual se expressa essencialmente em uma crescente participação política na construção da igualdade social.

Uma das formas para favorecer esse processo de democratização na escola, garantindo espaços de atuação, é fortalecer o Conselho Escolar, o qual constitui-se num importante espaço de tomada democrática de decisões. Dessa

instância de representação participam o diretor, professores, funcionários, estudantes, pais e outros representantes da comunidade para discutir, definir e acompanhar o desenvolvimento do projeto político pedagógico da escola, que deve ser visto, debatido e analisado dentro do contexto em que vivemos. É atribuição do Conselho Escolar deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativa e financeiras; analisar, empreender e viabilizar o cumprimento das finalidades da Escola; representar a comunidade escolar e local. Se a atuação do Conselho Escolar precisa ser garantida numa escola que se pretende democrática, o Projeto Político Pedagógico, como o norteador da prática educativa, requer, da mesma forma, um processo democrático em que todos possam envolver-se nas deliberações acerca do que é importante, ou seja, a tarefa deve consistir, inicialmente, em tomar consciência as condições concretas, ou das contradições que sinalizam para a viabilidade de um projeto de democratização das relações no interior da escola.

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) tem por finalidade promover intercâmbio entre a família do aluno, corpo docente, técnico-pedagógico, administrativo e a direção do estabelecimento; propor e auxiliar em medidas que visem o aprimoramento do trabalho pedagógico e assistência do corpo discente; gerar e administrar os recursos financeiros próprios e os que lhe forem repassados através de convênios, de acordo com as prioridades estabelecidas em reunião conjunta com o Conselho Escolar, tomar decisões e acompanhar o recebimento e a aplicação de verbas recebidas e arrecadadas em prol da melhoria da qualidade de ensino, visando uma escola pública gratuita e universal; prestar assistência aos educandos, professores e funcionários, assegurando-lhes melhores condições de eficiência escolar, em consonância com a Proposta Pedagógica do estabelecimento de Ensino.

De acordo com essa visão democrática, é necessário que a escola busque a democracia participativa, garantindo também aos alunos espaços de atuação e construção de cidadania. Os Grêmios Estudantis têm uma função muito importante na formação das crianças e jovens, possibilitando a sua integração e o atendimento às suas necessidades, bem como aproximar as atividades da escola aos interesses dos educandos na melhoria e qualidade do ensino.

5.6. FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS

De acordo com a nova visão educacional, todos os profissionais da escola são responsáveis pelo processo ensino aprendizagem: professores, funcionários, direção e equipe pedagógica .

Todos devem apoiar e dar suporte em todos os sentidos para alcançar as metas desejadas. Desta forma, o aperfeiçoamento profissional continuado deve assegurar o comprometimento de todos os que, de alguma forma estão ligados ao processo educacional dentro da escola, quer seja ensinando, planejando, avaliando. Assim a formação continuada em nossa escola, deve favorecer a formação de grupos de estudo, onde os professores e funcionários acompanhados e orientados pela direção e equipe pedagógica deverão desenvolver conhecimentos necessários para um trabalho de competência. Para isso os integrantes dos grupos de estudo deverão ler, analisar, interpretar e contextualizar diversos textos ligados à Educação, visando a interdisciplinaridade e também trabalhar para o aperfeiçoamento em sua área de conhecimento. Os grupos de estudo também ficarão responsáveis pela seleção ou possível elaboração de material didático, assim como a exploração de novas formas de utilização de materiais já existentes na escola.

As reuniões dos grupos de estudo e trabalho serão feitas utilizando as horas – atividades dos professores ou reuniões pedagógicas.

Todos os integrantes da comunidade escolar deverão também participar das propostas de formação e capacitação, oferecidas pela SEED e NRE tais como: Semana Pedagógica, Grupos de Estudo, Jornada Pedagógica, NRE Itinerante, reuniões para integrantes da APMF e Conselho Escolar, palestras, oficinas e outros.

Acreditamos que a formação continuada deve ter como finalidade uma consciência crítica sobre a realidade e o oferecimento de uma fundamentação teórica que possibilite uma ação pedagógica eficaz.

Desta forma a formação continuada, proposta pelo Colégio Estadual Francisco M.L. de Camargo – Ensino Fundamental /Médio e EJA, vem de encontro aos anseios da comunidade escolar que à muito sentiam necessidade de uma reflexão de sua prática como ponto de partida para um aperfeiçoamento.

5.7. PARTICIPAÇÃO DOS PAIS

A participação dos pais nas ações de gestão democrática, embora incentivada pela Direção, Equipe Pedagógica e Professores, é bastante limitada. Se limita na maioria das vezes, em comparecer para reuniões de entrega de boletins, quando a Equipe Pedagógica solicita a presença para tratar de assuntos disciplinares ou para algum evento promovido pela escola.

Alguns pais não incentivam suficientemente seus filhos para o estudo, e não criam um clima favorável ao estudo em casa, isso ocorre devido ao pouco estudo dos mesmos.

Os pais que fazem parte da APMF e do Conselho Escolar têm presença quando solicitados, mas não se percebe uma liderança forte, que possa ajudar a escola de maneira mais efetiva.

Existem casos em que é necessário a interferência do Conselho Tutelar através da Ficha Fica para garantir a presença do aluno na escola.

5.8- EDUCAÇÃO ESPECIAL- CAEDV/ LIBRAS

Quanto aos Programas desenvolvidos, também foi aberto em nossa escola no ano de 2009 o Centro de Atendimento Especializado na Área da Deficiência Visual- CAEDV, para atendimento às pessoas com deficiência visual-DV. Esse serviço visa propiciar condições de desempenho e desenvolvimento desse alunado, possibilitando que o aluno DV tenha as mesmas oportunidades de acesso a informações e conhecimentos exigidas no processo escolar.

No de 2008 o Colégio recebeu alunos com deficiência auditiva, o que exigiu um profissional habilitado na Língua Brasileira de Sinais. Até o presente momento este profissional vem realizando um trabalho que tem contribuído com a inclusão e adaptação do aluno no processo escolar.

5.9- PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

O Programa Segundo Tempo é ofertado pelo Ministério do Esporte no contra turno escolar, destinado a democratizar o acesso a atividades esportivas e complementares, tendo como enfoque principal o esporte educacional. Tem como finalidade o desenvolvimento de valores sociais, a melhoria das capacidades físicas e habilidades motoras, a melhoria da qualidade de vida, a diminuição da exposição aos riscos sociais e a conscientização da prática esportiva assegurando o exercício da cidadania.

5.10- PROGRAMA SALA DE APOIO

A Sala de Apoio refere-se ao ensino regular para alunos matriculados de 5ª série do ensino fundamental que apresentem dificuldades de aprendizagem nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática com o objetivo de trabalhar as dificuldades referentes à aquisição dos conteúdos de oralidade, leitura, escrita, bem como às formas espaciais e quantidades nas suas operações básicas e elementares. O programa prevê o atendimento em contra turno, a carga horária disponível para cada uma das disciplinas será de 04 horas semanais.

5.11- PROGRAMA VIVA A ESCOLA

O Programa Viva a Escola visa a expansão de atividades pedagógicas realizadas na escola como complementação curricular, a fim de atender às especificidades da formação do aluno e de sua realidade. Compreende quatro núcleos de conhecimento: Expressivo-Corporal, Científico-Cultural, Apoio à Aprendizagem e Integração Comunidade e Escola.

5.12- CELEM- Centro de Língua Estrangeira Moderna

O curso CELEM oportuniza aos alunos e comunidade escola a cursar conforme interesse o curso básico de Língua Estrangeira Moderna no contra-turno e que não esteja contemplado na matriz curricular em curso. No Colégio está sendo ofertado o Espanhol.

5.13- PROGRAMA PRONTIDÃO ESCOLAR PREVENTIVA-PEP

O Programa Prontidão Escolar Preventiva (PEP), da Secretaria de Estado de Educação foi implantado no primeiro semestre de 2010, em toda a rede estadual de ensino. Foi propiciado cursos de formação continuada para os professores, diretores, equipe pedagógica e funcionários. O curso organizado pela Diretoria de Administração Escolar (DAE), conta com a parceria da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros.

O objetivo do programa é implantar uma nova cultura escolar, por intermédio do conhecimento teórico e prático de temas como: primeiros socorros, desastres climáticos, sinistros causados pelo fogo, prejuízos causados por bombas e artefatos explosivos. Acredita-se que com uso de metodologias apropriadas, estes conhecimentos, na vida em sociedade, o aluno terá oportunidades de desenvolver habilidades e utilizar de forma apropriada rotinas e procedimentos corretos em situações de riscos.

5.14- ORGANIZAÇÃO DA HORA-ATIVIDADE

A hora-atividade é o período em que o professor desempenha funções de docência, reservado a estudos, planejamento, reunião pedagógica, atendimento à comunidade escolar, preparação de aula, avaliação dos alunos e preenchimento do livro de registro de classe.

Em relação a hora atividade em nosso Colégio é organizada por professor, onde se procura combinar horários das áreas afins, mas devido às

dificuldades da compatibilidade de horários, nem sempre é possível reunir todos, pois alguns trabalham em outra escola do município ou estudam na capital.

Para este impasse, não parece haver solução a curto prazo, pois também há grande rotatividade de professores durante o ano letivo, como é comum em escolas do mesmo porte. Mas, como o ambiente de trabalho favorece os relacionamentos mais pessoais, existem muitas trocas de experiências entre os professores das diversas disciplinas, idéias, problemas e dificuldades encontradas no dia a dia, são discutidos abertamente durante a hora atividade entre os profissionais das turmas envolvidas ou não, facilitando em muito a procura de soluções.

5.15- AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem desta Unidade Escolar fundamenta-se na Deliberação Nº007/99 do CEE, que no artigo 1º diz: a avaliação deve ser entendida como uma dos aspectos pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho, com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor; deve ainda proporcionar dados que permitam, não só ao estabelecimento de ensino como também à rede estadual promover a reformulação do currículo, com adequação dos conteúdos e metodologias

Em termos de avaliação dos alunos, a escola tem como fundamento os pressupostos teóricos definidos nas Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná.

A avaliação é entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e do seu próprio trabalho, com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor.

A avaliação dá condições para que seja possível tomar decisões quanto ao aperfeiçoamento das situações de aprendizagem.

A avaliação proporciona dados que permitem ao Estabelecimento de Ensino promover a reformulação do currículo com adequação dos conteúdos e métodos de ensino.

A avaliação possibilita novas alternativas para o planejamento do Estabelecimento de Ensino e do Sistema de Ensino como um todo.

Os critérios de avaliação são de responsabilidade deste Estabelecimento de Ensino, os quais são:

- O professor da disciplina tem autonomia para estabelecer instrumentos de avaliação, desde que o faça com muita cautela e saiba ponderar valores justos segundo a proposta curricular;
- As provas constituem-se em instrumento de avaliação, contínua e permanente, organizadas em função dos objetivos propostos e do planejamento de ensino;
- As provas, depois de corrigidas pelo professor, serão revistas em sala de aula, com solução de dúvidas e recuperação imediata;
- Após este procedimento, as provas serão entregues ao aluno que as levará para casa para vistas da família e arquivo das mesmas em casa, sob responsabilidade exclusiva do aluno;
- A avaliação do aproveitamento, ao final de cada trimestre, composta das tarefas, trabalhos e provas, comporá o resultado do trimestre expresso em notas numa escala de 0 (zero) à 10,0 (dez vírgula zero).
- Os trabalhos escolares constituem-se em tarefas especiais, de estudo, de pesquisa, complementação ou aprofundamento de temas relevantes de cada disciplina, realizados em tempo maior, com planejamento e projeto específico para cada trabalho;
- Os trabalhos podem ser realizados individualmente ou em grupo, conforme determinação de cada professor;
- Os trabalhos em questão devem ser entregues na data definida pelo professor e ao próprio professor que os requereu.

A avaliação do aproveitamento escolar deve incidir sobre o desempenho do aluno em diferentes situações de aprendizagem.

É vedada a avaliação em que os alunos são submetidos a uma só oportunidade de aferição.

A avaliação utiliza procedimentos que asseguram a comparação com os parâmetros indicados pelos conteúdos de ensino, evitando-se a comparação dos alunos entre si.

Dar-se-á relevância à atividade crítica, à capacidade de síntese e à elaboração pessoal, sobre a memorização.

Para que a avaliação cumpra sua finalidade educativa, deverá ser contínua, cumulativa e processual.

A avaliação deve obedecer à ordenação e à seqüência do ensino e da aprendizagem bem como à orientação do Currículo.

Na avaliação serão considerados os resultados obtidos durante o período letivo, num processo contínuo cujo resultado final venha a incorporá-los, expressando a totalidade do aproveitamento escolar, tomado na sua melhor forma.

Cabe ao Conselho de Classe o acompanhamento do processo de avaliação da série, devendo debater e analisar todos os dados intervenientes na aprendizagem. O Conselho de Classe é composto, obrigatoriamente, pelos Professores, pelo Diretor e Equipe pedagógica. Será realizado durante os trimestres o pré-conselho com fichas próprias preenchidas pelo professor, analisadas pela Equipe pedagógica e apresentadas no Conselho de Classe para discussão e apontamentos com intuito de propor ações concretas, as quais deverão ser encaminhadas e acompanhadas pós-conselho, organizando a comunicação dos resultados aos alunos e famílias.

A individualidade do aluno e o seu domínio dos conteúdos necessários deverão ser assegurados nas decisões sobre o processo de avaliação.

Os resultados são expressos em notas de 0 (zero) à 10,0 (dez vírgula zero) computados trimestralmente.

O rendimento escolar mínimo para aprovação é de 6,0 (seis vírgula zero) por disciplina, calculado pela seguinte fórmula:

$$\underline{1^{\circ} \text{ trimestre} + 2^{\circ} \text{ trimestre} + 3^{\circ} \text{ trimestre} = 6,0}$$

Portanto, os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e Médio, que apresentarem a frequência mínima de 75% do total de horas letivas e média

anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) em cada disciplina, serão considerados aprovados ao final do ano letivo.

A avaliação é registrada em documentos próprios, a fim de serem asseguradas a regularidade e a autenticidade da vida escolar do aluno.

A recuperação deve ser entendida como um dos aspectos da aprendizagem no seu desenvolvimento contínuo, qual o aluno com aproveitamento insuficiente dispõe de condições próprias que lhe possibilitem a apreensão dos conteúdos básicos. É um processo obrigatório, de atendimento especial ao aluno, para que a aprendizagem não se realize de maneira insatisfatória. É construída de um conjunto integrado ao processo de ensino, além de se adequar as dificuldades do aluno, tentando assim, suprimir as deficiências verificadas no processo de aprendizagem do aluno, oferecendo ao mesmo, condições para acompanhar os ensinamentos posteriores. Assim que o professor detecta deficiências no processo, faz uso da recuperação paralela, que é concomitante ao desenvolvimento das aulas normais.

Os resultados da recuperação paralela são incorporados aos das avaliações efetuadas durante o ano letivo, constituindo-se em mais um componente de aproveitamento escolar, sendo obrigatória sua anotação no Livro de Registro de Classe.

6. MARCO CONCEITUAL

6.1- PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS

A tendência pedagógica do Colégio Estadual Professor Francisco Manoel de Lima Camargo segue a da mantenedora a Secretaria Estadual de Educação do Paraná, ou seja, a Pedagogia Progressista na tendência Histórico-Crítica, que propõe uma interação entre conteúdo e realidade concreta, visando a transformação da sociedade, enfoque no conteúdo como produção histórico-social.

Trabalhando nestas linhas de ação nos fundamentamos nas seguintes concepções teórico-metodológicas:

Sociedade, Gestão Democrática e Cidadania.

“... Se sonhamos com uma sociedade menos agressiva, menos injusta, menos violenta, mais humana, o nosso testemunho deve ser o de quem, dizendo não a qualquer possibilidade em face dos fatos, defende a capacidade do ser humano em avaliar, de compreender, de escolher, de decidir e, finalmente, de intervir no mundo.” (FREIRE, P. 1997, p. 58-59).

Apesar de vivermos numa **sociedade** desigual, queremos pensá-la e reconstruí-la de forma diferente, por meio de ações que contribuam para a humanização do ser e o seu pleno desenvolvimento preparando-o para a cidadania. Viabilizando as informações para torná-lo mais esclarecido, que tenha conhecimento de sua história e compreenda que as relações que ocorrem entre os indivíduos não são naturais, mas sim construídas historicamente. Uma sociedade que busca construir oportunidades de participação efetiva dos indivíduos que a compõem. Que combata o individualismo, gerador do conformismo, que a consciência da preservação ambiental, seja mais estimulada e fortalecida do que a idéia do “progresso acima de tudo”, que as diferenças individuais e coletivas sejam respeitadas e aceitas como parte integrante do todo social.

A **gestão democrática** é o processo político por meio do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na realização de sua função social. Pressupõe a participação daqueles que fazem uso e trabalham na escola pública

nas discussões e decisões que dizem respeito à realização do trabalho pedagógico. É a socialização do poder. O texto a seguir foi retirado da semana pedagógica de fevereiro de 2010 NREamsul. O conceito de gestão aqui defendido extrapola o âmbito da organização de poder, para ser compreendido como condição de organização do espaço público de ensino, no compromisso coletivo de formação e humanização dos sujeitos. Assim, gestão democrática da educação compreende a noção de cidadania como “*capacidade conquistada por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto histórico determinado*”. (Coutinho, 2000:50). Além disso, conforme Ferreira (1999: 1241):

“Gestão significa tomar decisões, organizar, dirigir as políticas educacionais que se desenvolvem na escola comprometidas com a formação da cidadania [...] é um compromisso de quem toma decisões – a gestão - de quem tem consciência do coletivo – democrática -, de quem tem responsabilidade de formar seres humanos por meio da educação.”

E pensar em gestão democrática da escola pública remete obrigatoriamente, pensar a possibilidade de organicamente constituir a escola como espaço de contradição. E o que possibilita isso?

Primeiramente delimitar os processos de organização dos segmentos escolares diante do seu papel na escola pública. Entender que decisões quanto a finalidades e conteúdos devem ser tomadas para humanização da formação dos sujeitos, o que significa pensar em quais conteúdos da aprendizagem serão ensinados como conteúdos de vida e que devem abranger os conceitos científicos da cultura erudita e os conteúdos da prática social.(id. p.1238).

A gestão democrática passa a ser vista sob o ponto da organização coletiva da escola em função dos seus sujeitos. Organizar-se coletivamente exige rigor teórico-prático de quem organiza, decide, dirige debate, discute a organização escolar. Significa permitir o trabalho específico e ao mesmo tempo, orgânico dos sujeitos em função das necessidades histórico-sociais dos seus alunos.

Neste ínterim, supõe-se que, na medida em que a gestão democrática (colegiada) define coletivamente as ações e as concepções da escola, ela passa

a constituir-se numa condição determinada e determinante de uma teoria e prática progressista de educação, principalmente, quando essa gestão vem como uma necessidade histórica Saviani (2007). No enfrentamento dos problemas do cotidiano escolar, o diretor, ou equipe diretiva, tem impasses que dificultam seu trabalho como gestor. Porém, com a gestão democrática, parte-se do princípio que, primeiro, o diretor não estará sozinho nem para decidir nem para agir. Percebam que a gestão democrática não é sinônimo de “todo mundo faz tudo”, ou “qualquer um faz qualquer coisa”. Cada sujeito do processo educativo tem suas funções específicas, porém, o planejamento e implementação das ações parte do coletivo. Portanto, a legitimidade da gestão democrática se dá nos processos de participação efetiva. Um dos princípios é a eleição de diretores, não que a mesma garanta a democracia como prática escolar, mas é um momento de tomada de decisão de toda a comunidade escolar. E, após a escolha do candidato, ele tem o dever, dentro dos princípios democráticos, de legitimar o processo educativo, a princípio, entendendo a escola como instituição de caráter pedagógico. Libâneo (2004, p.29) afirma:

“A meu ver, a Pedagogia ocupa-se, de fato, dos processos educativos, métodos, maneiras de ensinar, mas antes disto ela tem um significado bem mais amplo, bem mais globalizante. Ela é um campo de conhecimentos sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa. O pedagógico refere-se a finalidades da ação educativa, implicando objetivos sóciopolíticos a partir dos quais se estabelecem formas organizativas e metodológicas da ação educativa.”

Essa visão faz com que a direção esteja sim, envolvida com a equipe pedagógica nos encaminhamentos pedagógicos que se fizerem necessários e explicitados no Projeto Político-Pedagógico da escola. Portanto, diante do PPP, como construção coletiva da identidade da escola, espera-se do diretor “capacidade de saber ouvir, alinhar idéias, questionar, interferir, traduzir posições e sintetizar uma política de ação com propósito de coordenar efetivamente o processo educativo, o cumprimento da função social e política da educação escolar (...)” (Prais, 1990, p. 86). O papel do diretor é, predominantemente, gestor e administrativo, mas sempre com enfoque pedagógico, uma vez que se refere a uma instituição e a um projeto educativo que existe em prol da educação.

Libâneo (2004) caracteriza algumas das funções da Direção na gestão democrática escolar: - dirigir e coordenar o andamento do trabalho pedagógico da escolar, de acordo com sua função social - assegurar o processo participativo na tomada de decisão na sua implementação; - assegurar a implementação de todas as ações planejadas coletivamente; - articular e criar momentos para relações entre escola e comunidade escolar - dar suporte às atividades de planejamento e discussão do currículo, juntamente com a equipe pedagógica, bem como fazer o acompanhamento e avaliação da prática pedagógica. Diante destes apontamentos, fica clara a relação intrínseca do papel do diretor e do pedagogo na gestão escolar, pois, o pedagogo responde pela mediação, organização, integração e articulação do trabalho pedagógico. Portanto, sugere a própria compreensão de que ser pedagogo significa ter o domínio sistemático e intencional das formas (métodos) através dos quais se deve realizar o processo de formação cultural. (Saviani, 1985).

Assim, se a pedagogia estuda as práticas educativas tendo em vista explicitar finalidades, objetivos sociopolíticos e formas de intervenção pedagógica para a educação, o pedagógico se expressa, justamente, na intencionalidade e no direcionamento dessa ação. Esse posicionamento é necessário, porque as práticas educativas não se dão de forma isolada das relações sociais, políticas, culturais e econômicas da sociedade (Libâneo, 2004).

O reconhecimento e efetivação do papel do pedagogo dependem do reconhecimento da intencionalidade e especificidade do trabalho pedagógico junto a toda comunidade escolar. Portanto, o envolvimento do pedagogo com questões do dia-a-dia escolar não deve extrapolar seu tempo e espaço do fazer pedagógico, já que problemas de disciplina, acompanhamento de entrada e saída de alunos, etc. são problemas da escola e o seu coletivo deve planejar ações para enfrentamento destas questões. Assim sendo, o pedagogo, à luz de uma concepção progressista de educação, tem sua função de mediador do trabalho pedagógico, agindo em todos os espaços de contradição para a transformação da prática escolar. Frente à defesa do papel do pedagogo, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, no edital nº. 10/2007 de seleção para o concurso público, indica princípios da participação do pedagogo na gestão escolar:

- Coordenar a elaboração coletiva e acompanhar a efetivação do Projeto Político Pedagógico e do Plano de Ação da Escola;

- Promover e coordenar reuniões pedagógicas e grupos de estudo para reflexão e aprofundamento de temas relativos ao trabalho pedagógico e para a elaboração de propostas de intervenção na realidade da escola;
- Participar e intervir, junto à direção, da organização do trabalho pedagógico escolar no sentido de realizar a função social e a especificidade da educação escolar;
- Sistematizar, junto à comunidade escolar, atividades que levem à efetivação do processo ensino e aprendizagem, de modo a garantir o atendimento às necessidades do educando;
- Participar da elaboração do projeto de formação continuada de todos os profissionais da escola e promover ações para a sua efetivação, tendo como finalidade a realização e o aprimoramento do trabalho pedagógico escolar;
- Analisar as propostas de natureza pedagógica a serem implantadas na escola, observando a legislação educacional em vigor e o Estatuto da Criança e do Adolescente, como fundamentos da prática educativa;
- Coordenar a organização do espaço-tempo escolar a partir do Projeto Político-Pedagógico e da Proposta Pedagógica Curricular da Escola;
- Orientar a comunidade escolar na proposição e construção de um projeto pedagógico numa perspectiva transformadora;
- Apresentar propostas, alternativas, sugestões que promovam o desenvolvimento e o aprimoramento do trabalho pedagógico escolar, conforme PPP, PPC, Plano de ação e políticas educacionais da SEED;
- Orientar o processo de elaboração dos PTD junto ao coletivo de professores na escola;
- Organizar a hora atividade do coletivo de professores da escola, de maneira a garantir que esse espaço/tempo seja usado em função do processo pedagógico desenvolvido em sala de aula.

“Ademais, o papel do pedagogo legitima-se não tão somente na mediação da gestão escolar, mas no movimento de organização do currículo pela via da gestão. A ação do pedagogo junto ao professor permite realizar o trabalho

educativo, descrito por Saviani como “(...) ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”, já que “(...) o indivíduo da espécie humana não nasce homem; ele se torna homem, se forma homem (...) precisa ser educado.” (Saviani apud Martins, 2004, p. 46).

Gestão Democrática na Legislação CF/88:

Art. 206: O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

VI – gestão democrática do ensino público, na forma da Lei. LDB/96:

Art. 3: O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino.

Deliberação 16/99, CEE/PR:

Art. 6.º - A gestão escolar da escola pública, como decorrência do princípio constitucional da democracia e colegialidade, terá como órgão máximo de direção um colegiado.

Conhecimento, Cultura, e Currículo

“...a cultura não pode ser encerrada num horário de grade curricular nem nas habilitações de um profissional. A totalidade da experiência escolar tem de ser cultural (...). A escola constrói sujeitos coletivos na medida em que os tornam partícipes da construção de espaços coletivos de vivências humanizadoras, de valores, de interações, de linguagens múltiplas, de comunicação, de pesquisa-produção, de interação com a cidade, com a multiplicidade de processos de produção-reprodução da existência, externos à escola (ARROYO, M. 1994)”.

Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los (...) refere-se à organização do conhecimento escolar.

O conhecimento escolar é dinâmico e não uma mera simplificação do conhecimento científico, que se adequaria à faixa etária e aos interesses dos alunos. Daí, a necessidade de se promover, na escola, uma reflexão aprofundada sobre o processo de produção do conhecimento escolar, uma vez que ele é, ao mesmo tempo, processo e produto. (...) o currículo não é um instrumento neutro. O currículo expressa uma cultura. (...) não pode ser separado do contexto social, uma vez que ele é historicamente situado e culturalmente determinado (VEIGA, Ilma. P. A. 1991).

As próprias escolas e Núcleos Regionais de Educação indicam como avanço a compreensão sobre a forma de abordar discussões como violência, preconceito, discriminação e uso indevido de drogas, a partir do seu PPP e do próprio currículo.

Segundo Frigotto (1993), a produção do conhecimento e sua socialização para determinados grupos ou classes não é alheio ao conjunto de práticas e relações que produzem num determinado tempo ou espaço. Isto significa dizer que ao se abordar o conteúdo da disciplina – recorte histórico, político e cultural do conhecimento (que por sua vez já trouxe consigo uma intencionalidade) é preciso analisá-lo em suas múltiplas determinações. Mesmo delimitado, o conhecimento não perde o tecido da totalidade. É na categoria totalidade – condição de compreensão do conhecimento nas suas determinações que se as questões sociais, ambientais, econômicas, políticas e culturais podem e devem ser

tratadas. Nesta perspectiva, os “desafios educacionais” no currículo devem pressupor ser parte desta totalidade. Portanto eles não podem se impor à disciplina numa relação artificial e arbitrária, devem ser “chamados” pelo conteúdo da disciplina em seu contexto e não o contrário transversalizando-o ou secundarizando-o (SEED/PR, 2008).

Fazem parte do currículo os conteúdos culturais universais incorporados pela humanidade (clássicos), permanentemente reavaliados face às realidades sociais; conteúdos indispensáveis à compreensão da prática social: revelam a realidade concreta de forma crítica e explicitam as possibilidades de atuação dos sujeitos no processo de transformação desta realidade.

Opção pelo currículo disciplinar para contrapor a fragmentação dos conteúdos sem romper com as disciplinas. Propõe-se que ofereça, ao estudante, a formação necessária para o enfrentamento com vistas à transformação da realidade social, econômica e política do seu tempo. Gramsci defende que na escola o espaço de conhecimento deveria equivaler à idéia de atelier-biblioteca-oficina, em favor de uma formação, a um só tempo, humanista e tecnológica. (...). A produção científica, as manifestações artísticas e o legado filosófico da humanidade, como dimensões para as diversas disciplinas do currículo, possibilitam um trabalho pedagógico que aponte na direção da totalidade do conhecimento e sua relação com o cotidiano (SEED PR, 2009).

O currículo da escola é a seleção intencional de uma porção de cultura. Cultura por sua vez, refere-se a toda a produção humana que se constrói a partir das inter-relações do ser humano com a natureza, com o outro e consigo mesmo. Esta ação essencialmente humana e intencional é realizada a partir do trabalho, através do qual o homem se humaniza e humaniza a própria natureza. Por cultura entende-se, então, tudo o que os grupos sociais produzem para representar o seu jeito de viver, de entender e de “sonhar” o mundo. O currículo é, portanto histórico, resultado de um conjunto de forças sociais, políticas e pedagógicas que expressam e organizam os saberes que circunstanciam as práticas escolares na formação dos sujeitos que, por sua vez, são também históricos e sociais. Nesta perspectiva, o currículo deve oferecer, não somente vias para compreender tanto os saberes nele inseridos como também, os movimentos contraditórios pelo qual a sociedade vem enfrentando e de que forma os sujeitos se inserem neles. Neste sentido, à escola cabe erigir seu papel fundamental na transmissão, apropriação e socialização dos saberes culturais,

numa base teleológica (intencional) que pressuponha uma práxis transformadora: caminho (pista de corrida) este a ser percorrido por todos na escola. A fim de fazer um recorte histórico de explicitação de um dado “conceito” de currículo, podemos destacar o conceito trazido pelo “Currículo Básico da Escola Pública do Estado do Paraná”. O currículo Básico de 90 foi organizado à luz dos referenciais teóricos de Demerval Saviani, considerado o “pai” da Pedagogia Histórico Crítica. A intenção desta pedagogia e de outras de cunho progressista era superar e contrastar o espírito classista e dominante da sociedade sob o modo de produção capitalista, que trouxe no seu bojo as inspirações liberal e tecnicista da ditadura. Segundo Saviani (1991) era necessário democratizar o saber universal apropriado pela classe mais economicamente favorecida. A pedagogia dos anos 80 era considerada revolucionária no sentido de que a educação, uma vez socializando este saber e recuperando sua dimensão política, poderia ser um das vias para uma transformação social. Saviani defendia o retorno dos saberes clássico bem como do clássico papel da escola na transmissão-assimilação do saber sistematizado. Segundo Saviani, a escola existe “para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado, bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber” (id, p. 23). Ao recolocar o papel do saber clássico na escola, Saviani também buscava recolocar o papel da própria escola e de sua especificidade e, neste sentido, também o papel do currículo. Segundo ele, quando a escola recupera o principal ela se diferencia do que é secundário; o principal é o compromisso com o saber, o secundário são todos os eventos, comemorações e temas que perpassam o currículo responsabilizando a escola por problemas pontuais que deslocam o papel do conteúdo e, portanto o próprio papel da escola. É com o compromisso em recolocar *a natureza e especificidade da educação* que Saviani destaca o papel do currículo como o “conjunto das atividades nucleares da escola” (id. 1984). Portanto, para Saviani, currículo tem uma dimensão clara – fazer uma seleção intencional dos conteúdos e da especificidade da escola a fim de promover a socialização do saber e o compromisso com a elevação cultural das massas.

Abre-se assim um espaço fundamental para a escola no que diz respeito ao seu Projeto Político-Pedagógico, que contemple os interesses da maioria da população através de novas formas de seleção, organização e tratamento metodológico dos conteúdos, “de maneira a oportunizar relações verdadeiramente significativas entre o aluno e o conhecimento, como condição para a sua participação efetiva no trabalho e na sociedade, de modo a ser protagonista da construção de uma nova ordem social” (Kuenzer, 2000, p.67). Essa dimensão reafirma o caráter político do currículo, que (...) é o resultado de

um projeto intencional de formação humana orientado para uma utopia, ao redor do qual se articulam todos os esforços da comunidade escolar. Ele se inscreve no “âmbito das lutas entre distintas concepções de homem e de mundo, e, em decorrência, no âmbito das lutas pela construção de diferentes possibilidades históricas” (id. p.68). Por isso mesmo não há receitas além de grandes linhas gerais, cada escola desenvolvendo o seu processo segundo as condições concretas que estão dadas, e promovendo o avanço possível em cada momento. É bom lembrar que essas definições deverão ser antecedidas de um amplo levantamento das características dos alunos atendidos pela escola, contemplando suas necessidades e perspectivas de futuro... ..”O primeiro critério de seleção de conteúdos será dado pela opção política que a escola fizer e pelas escolhas com relação às diferentes formas de organização dos componentes curriculares (...)” (id. p.69). “Há, pois, que buscar na sociedade contemporânea os conteúdos sobre os quais se constroem os modos de produzir e de organizar a vida individual e coletiva, sem deixar de tomá-los na sua perspectiva histórica” (Kuenzer, 2000, p.70). Segundo Kuenzer (2002, p.71 e 72) a seleção e organização dos conteúdos devem pressupor a seleção de alguns conteúdos organizados de modo a promover:

- articulação entre conhecimentos básicos e específicos a partir do mundo do trabalho, contemplando os conteúdos das ciências, das tecnologias e das linguagens;
- articulação entre conhecimento para o mundo do trabalho e para o mundo das relações sociais, contemplando os conteúdos demandados pela produção e pelo exercício da cidadania, que se situam nos terrenos da economia, da ética, da sociologia, da história, e assim por diante;
- articulação entre os conhecimentos do trabalho e das formas de organização e gestão do trabalho;
- articulação dos diferentes atores na construção da proposta: dirigentes, especialistas, técnicos, alunos, setores organizados da sociedade civil, etc.

Currículo, contudo, não pressupõe apenas a seleção dos conteúdos, mas também o método de apropriação dos mesmos. O conhecimento que dá conta da concepção de educação que pressuponha a compreensão do mundo em sua totalidade e em suas contradições, somente será aquele que for o produto do movimento histórico e social produzido e apropriado na totalidade, entendendo-a como a expressão dos condicionantes políticos, sociais, econômicos, culturais e

históricos. O ponto de partida para sua apreensão é sempre uma representação empírica, caótica e imediata da realidade – ainda difusa e nebulosa, não sistematizada da realidade (sincrética). Este pode ser o conhecimento empírico, popular ou de senso comum, mas que em seu movimento de problematização, instrumentalização e sistematização pretendem ter como ponto de chegada as abstratas formulações conceituais agora como produtos da totalidade ricamente articulada e compreendida, “mas também como prenúncio de novas realidades, apenas intuídas, que levam o presente a novas buscas e formulações a partir da dinâmica histórica que articule o já conhecido ao presente e anuncie o futuro” (id. p.77). Segundo Kuenzer, uma concepção metodológica que tenha como pressuposto o movimento do conhecimento e da realidade numa perspectiva transformadora e não reprodutora pode ser sistematizada da seguinte forma:

_ “o ponto de partida é sincrético, pouco elaborado, senso comum; o ponto de chegada é uma totalidade concreta, em que o pensamento re-capta e compreende o conteúdo inicialmente separado e isolado do todo; posto que sempre sínteses provisórias, essa totalidade parcial será novo ponto de partida para outros conhecimentos;

- Os significados vão sendo construídos através do deslocamento incessante do pensamento das primeiras e precárias abstrações que constituem o senso comum para o conhecimento elaborado através da práxis, que resulta não só da articulação entre teoria e prática, entre sujeito e objeto, mas também entre o indivíduo e a sociedade em um dado momento histórico;

- O percurso vai do ponto de partida ao ponto de chegada, possuindo uma dupla determinação, finita ou infinita; pode-se buscar o caminho mais curto ou se perder, marchar em linha reta, seguir uma espiral ou manter-se no labirinto; ou seja, construir o caminho metodológico é parte fundamental do processo de elaboração do conhecimento” (id, p. 77).

Isso implica que essa concepção dialética de educação, compreende o processo de produção do conhecimento como resultante da relação entre o homem e as relações sociais em seu conjunto, através da atividade humana – ou do trabalho como práxis humana e como práxis produtiva. Descolado do movimento de sua historicidade, o conhecimento dificilmente terá significado para um estudante que recebeu a tarefa de incorporá-lo a partir de sua expressão mais formalizada e estática. Isso aponta outro princípio educativo: é preciso privilegiar a relação entre o que precisa ser conhecido e o caminho que precisa ser trilhado

para conhecer, ou seja, entre conteúdo e método, na perspectiva da construção da autonomia intelectual e ética. Se o homem só conhece aquilo que é objeto de sua atividade, e conhece porque atua praticamente, o conhecimento tem de adquirir corpo na própria realidade sob a forma de atividade prática, e transformá-la. O conhecimento é uma construção coletiva e histórica, que tem sua base no trabalho humano em sua dimensão produtiva e criativa, por isso é socialmente determinado e apropriado, sendo importante a intervenção ativa do aluno no processo de aquisição/produção do conhecimento. _ O conhecimento científico não é neutro, pronto, acabado. É determinado pelas visões de mundo da sociedade, às quais ele determina, pressupondo a problematização como ponto de partida do trabalho pedagógico em sala de aula; _ O conhecimento em áreas como a Ciências Humanas e suas Tecnologias é uma maneira de recortar a realidade. Trata-se de uma perspectiva de análise e não uma proposta de fragmentação do real, podendo, por isso, possibilitar práticas pedagógicas transdisciplinares. _ O conhecimento científico não é ensinado tal como é discutido e formulado na academia. Na escola. Ele convive com outros tipos de conhecimento. Assim, a função do professor em sala de aula é a de vivenciar com seus alunos a transposição didática do saber científico em saber escolar, possibilitando a construção de novos saberes; _ Para que o conhecimento seja significativo para os sujeitos da relação didática, a transposição do saber científico e saber escolar pressupõem que se tome a experiência do aluno como referência para o processo ensino/aprendizagem; _ A resignificação dos conteúdos pelos sujeitos da relação didática, processo pelo qual o conhecimento torna-se individual e coletivamente significativo, implica articular os conteúdos com a vivência cotidiana e com os conhecimentos prévios dos alunos (Kuenzer, 2000, p. 190). Neste momento o projeto de sociedade se efetiva no currículo e para tal deve sair do papel e passar para a prática docente junto aos discentes. Ou seja, a partir da proposta pedagógica, a qual reúne a concepção das disciplinas em torno da concepção de educação sistematizada no PPP, o professor planeja suas aulas e organiza seu Plano de Trabalho Docente. É o currículo em ação.

Educação, Escola e Tempo Escolar

A natureza e especificidade da educação referem-se ao trabalho não-material, que na escola pública são se subordina ao capital. Implica na identificação das formas mais desenvolvidas em que se expressa o saber objetivo produzido historicamente, reconhecendo as condições de sua produção e compreendendo as suas principais manifestações, bem como as tendências atuais de transformação.

A educação é uma prática social, uma atividade específica dos homens situando-os dentro da história – ela não muda o mundo, mas o mundo pode ser mudado pela sua ação na sociedade e nas suas relações.

Pretendemos uma educação voltada para formação de um indivíduo crítico, participativo, responsável, consciente de seus direitos e deveres, preparado para a vida. Um indivíduo capaz de interagir com o outro e com o meio ambiente de forma equilibrada. Uma educação voltada para a transformação social, sendo esta libertadora, crítica, humanitária e emancipatória, que oportunize ao educando apropriação do conhecimento científico, político, filosófico e artístico.

É por meio da educação que possibilitamos ao homem relacionar seus conhecimentos e experiências com outros necessários e apresentados na escola, bem como adquirir conhecimentos necessários para fazer a leitura da realidade do mundo, para agir sobre o mesmo de forma consciente e responsável.

Escola é um espaço onde se devem socializar os conhecimentos e saberes universais. É seu dever a socialização do saber elaborado às camadas populares, entendendo a apropriação crítica e histórica do conhecimento enquanto instrumento de compreensão da realidade social e atuação crítica e democrática para a transformação desta mesma realidade. *“A escola é uma instituição de natureza educativa. Ao diretor cabe, então, o papel de garantir o cumprimento da função educativa que é a razão de ser da escola. Nesse sentido, é preciso dizer que o diretor de escola é antes de tudo, um educador; antes de ser administrador ele é um educador”* (Saviani, 1996, p. 208)

Para existir a escola não basta a existência do saber sistematizado. É necessário viabilizar a condições de sua transmissão-assimilação.

O tempo é um dos elementos constitutivos da organização do trabalho pedagógico. O calendário escolar ordena o tempo: determina o início e o fim do ano, prevendo os dias letivos, as férias, os períodos escolares em que o ano divide os feriados, as datas reservadas à avaliação, reuniões pedagógicas,

cursos, etc. (VEIGA, Ilma.P.A. 1991). O tempo, também ordena o horário escolar, de entrada e saída das atividades dos turnos, fixa o número de horas por semana e que varia em razão das disciplinas constantes na grade curricular, estipula o número de aulas por professor o que depende de sua contratação ser de 20h00min horas ou 40h00min horas mensais. Ainda determinam quais disciplinas e a que horas elas serão ministradas as turmas a cada dia da semana.

Homem

O homem age na natureza transformando-a segundo suas necessidades e para além delas. Nesse processo de transformação, ele envolve múltiplas relações em determinado momento histórico, assim, acumula experiências e em decorrência destas, ele produz conhecimentos. Sua ação é intencional e planejada, mediada pelo trabalho, produzindo bens materiais e não-materiais que são apropriados de diferentes formas através de sua experiência com o mundo.

Considerando o homem um ser social, ele atua e interfere na sociedade, e se encontra com o outro nas relações familiares, comunitárias, produtivas e também na organização política, garantindo assim sua participação ativa e criativa nas diversas esferas do mundo social.

Sendo assim, a sociedade, a família e a escola precisam preparar um homem transformador da realidade na qual está inserido, partindo do pressuposto que ele é um ser histórico, possibilitando-lhe à apropriação do conhecimento, dando-lhe condições para reescrever a sua história de uma maneira crítica, construtiva, traçando metas e buscando alcançá-las, cuidando do meio em que vive, tendo consciência da importância do desenvolvimento social e ambiental sustentável e do respeito as diferenças individuais e coletivas.

Ensino, Aprendizagem e Avaliação

Para que se desenvolva o ensino e a aprendizagem deve haver uma “relação interativa entre professor e aluno, em que ambos são sujeitos ativos; professor e aluno são seres concretos (sócio-históricos), situado numa classe social síntese de múltiplas determinações; professor autoridade competente, direciona o processo pedagógico, interfere e cria condições necessárias à apropriação do conhecimento (...); utiliza-se de técnicas variadas de ensino como: discussão, debates, leituras, aula expositivo-dialogada, trabalhos individuais e trabalhos em grupo, com elaboração de sínteses integradoras, etc. O método de ensino da prática social decorre: das relações estabelecidas entre conteúdo-método e concepção de mundo; confronta os saberes trazidos pelo aluno com o saber elaborado, na perspectiva da apropriação de uma concepção científico/filosófica da realidade social, mediada pelo professor; incorpora a dialética como teoria de compreensão da realidade e como método de intervenção nesta realidade; fundamenta-se no materialismo histórico: ciência que estuda os modos de produção; a relação de indissociabilidade entre forma e conteúdo pressupõe a socialização do saber produzido pelos homens; os fins a serem atingidos é que determinam os métodos e processos de ensino-aprendizagem; busca coerência com os fundamentos da Pedagogia, entendida como processo através do qual o homem se humaniza (se torna plenamente humano); a prática é fundamento do critério de verdade e da finalidade da teoria; incorpora o procedimento histórico como determinante da totalidade social ; é na mediação entre o pensamento e o objeto (enquanto o pensamento busca apropriar-se do objeto) que desenvolve-se o método da prática social na prática, (NRE amsul, 2007).

Para viabilizar a transmissão-assimilação do saber sistematizado é necessário dosá-lo e seqüenciá-lo de modo que o aluno passe do seu não domínio (conhecimento espontâneo / senso comum) para o seu domínio (conhecimento científico).

(...) Ao professor cabe o domínio do conhecimento logicamente articulado e específico da sua área, convertendo o saber escolar em saber sistematizado, adequado de diferentes formas, que permitam ao educando assimilar e incorporar de modo irreversível os conhecimentos necessários à qualidade das lutas que empreenderá no seio da sociedade (SAVIANI, D.1984).

O saber escolar é o saber dosado e seqüenciado para efeitos de sua transmissão-assimilação no espaço escolar ao longo de um tempo determinado.

A ação educativa pressupõe uma articulação entre o ato político e o ato pedagógico. Para tanto deverá ocorrer a interação professor-aluno-conhecimento dentro do contexto histórico-social. A interação social é o elemento de compreensão e intervenção na prática social mediada pelo conteúdo. A práxis educativa deve ser fundamentada teoricamente (plano de trabalho docente).

O texto a seguir foi elaborado pelo NRE amsul / Jornada Pedagógica de 2006. Aprendizagem é uma mudança na capacidade humana que se manifesta através de uma mudança de comportamento, com caráter de relativa permanência e que não é atribuível simplesmente ao processo de maturação, mas ocorre quando o indivíduo interage com o meio.

As teorias da aprendizagem, apesar das divergências, partem do mesmo pressuposto: nós aprendemos e desenvolvemos nosso pensamento através de um processo de organização interna do conhecimento, que envolve a nossa interação com o meio ambiente.

Abordagem Sócio-Cultural da aprendizagem é a busca da superação da relação opressor-oprimido. É um processo formado por ingredientes e modo de fazer. Ingredientes: afetivos, biológicos, sociais e mentais. Modo de fazer: Pedagogia / Epistemologia.

Ingredientes mentais:

- Cognitivo: discriminação: -visual, -auditiva e tátil cinestésica; percepção: auditiva, -visual e tátil cinestésica; análise e síntese: *auditiva, *visual e tátil cinestésica; *raciocínio; *memória: -auditiva, -visual e tátil cinestésica; atenção e orientações.
- Motor
- Linguagem
- Intelectual

Causas do problema de aprendizagem (multifatorial):

- Sócio-econômica; - emocional; - intelectual; - pedagógica; - orgânica.

A tradicional visão dualista do homem enquanto corpo/mente, matéria/espírito, afeto/cognição que tem permeado o conhecimento humano há

séculos tem se manifestado a partir de uma visão cindida entre racional e emocional, impedindo uma compreensão da totalidade do ser humano.

O advento de concepções teóricas, como a abordagem histórico-social marcadas pela ênfase nos determinantes culturais, históricos e sociais da condição humana, tem possibilitado uma nova leitura das dimensões afetiva e cognitiva no ser humano, em que o pensamento e o sentimento se fundem, não mais possibilitando análises isoladas dessas dimensões.

Na educação, a crença de que a aprendizagem é social, mediada por elementos culturais, produz um novo olhar para as práticas pedagógicas:

- A preocupação que se tinha com “o que ensinar” (os conteúdos das disciplinas), começa a ser dividida com o “como ensinar” (a forma de, as maneiras, os modos). Fernandez, 1991; Dantas, 1992; Snyders, 1993; Freire, 1994; Codo e Gazzotti, 1999, entre outros vêm defendendo que:
- O afeto é indispensável na atividade de ensinar, entendendo que as relações entre ensino e aprendizagem são movidas pelo desejo e pela paixão e que, portanto, é possível identificar e prever condições afetivas favoráveis que facilitam a aprendizagem.

Segundo Henri Wallon:

“A emoção é o primeiro e mais forte vínculo entre os indivíduos. É fundamental observar o gesto, a mímica, o olhar, a expressão facial, pois são constitutivos da atividade emocional”.

* *Wallon estabelece uma estreita ligação entre as emoções e a atividade motora. “Para ele,” a emoção corresponde a um estágio da evolução psíquica situado entre o automatismo e a ação objetiva, entre a atividade motriz, reflexa, de natureza fisiológica e o conhecimento”.*

Wallon estabelece uma distinção entre emoção e afetividade.

Emoções: São manifestações de estados subjetivos, mas com componentes orgânicos. Contrações musculares ou viscerais, por exemplo, são sentidas e comunicadas através do choro, significando fome ou algum desconforto (...) Toda alteração emocional provoca flutuações de tônus muscular, tanto de vísceras como da musculatura superficial.

Afetividade: Tem uma concepção mais ampla, envolvendo uma gama maior de manifestações, englobando sentimentos (origem psicológica) e emoções (origem biológica). A afetividade corresponde a um período mais tardio na evolução da criança, quando surgem os elementos simbólicos.

Segundo Vygotsky (que enfatizou em seus estudos, a íntima relação entre afeto e cognição). “O pensamento tem sua origem na esfera da motivação, a qual inclui inclinações, necessidades, interesses, impulsos, afeto e emoção. Nessa esfera estaria à razão última do pensamento e, assim, uma compreensão completa do pensamento humano só é possível quando se compreende sua base afetivo-volitivo”.

Afirma ainda que: “o conhecimento do mundo objetivo ocorre quando desejos, interesses e motivações aliam-se à percepção, memória, pensamento, imaginação e vontade, em uma atividade dinâmica entre parceiros”. A afetividade nas relações professor-aluno (...) as interações que ocorrem no contexto escolar também são marcadas pela afetividade em todos os seus aspectos. (...) a afetividade se constitui como um fator de grande importância na determinação da natureza das relações que se estabelecem entre sujeitos (alunos) e os diversos objetos de conhecimento (áreas e conteúdos escolares), bem como na disposição dos alunos diante das atividades propostas e desenvolvidas. Nesse processo de inter-relação, o comportamento do professor, em sala de aula, através de suas intenções, crenças, seus valores, sentimentos, desejos, afeta cada aluno individualmente. (...) é possível afirmar que a afetividade está presente em todos os momentos ou etapas do trabalho pedagógico desenvolvido pelo professor (...).

Decisões, no desenvolvimento de um curso, as quais certamente terão implicações afetivas, interferindo na relação que se estabelece entre o aluno e o objeto de conhecimento:

- 1) Para onde ir – a escolha dos objetivos de ensino.
- 2) De onde partir – o aluno como referência.
- 3) Como caminhar – a organização dos conteúdos.
- 4) Como ensinar – a escolha dos procedimentos e atividades de ensino.
- 5) Como avaliar – uma decisão contra ou a favor do aluno?

1) Para onde ir – a escolha dos objetivos de ensino.

A escolha dos objetivos de ensino nunca foi uma questão técnica; ao contrário, é uma decisão que sempre reflete valores, crenças e determinadas concepções de quem decide. Uma das implicações afetivas relacionadas a questão refere-se a escolha de objetivos não relevantes para uma determinada população, em que o aluno é obrigado a envolver-se com temas que não têm relação alguma com a sua vida ou com as práticas sociais do ambiente em que vive. (isto tem contribuído muito para uma escola divorciada da realidade).

Uma escola voltada para a vida implica em objetivos e conteúdos relevantes, tomando-se como referência o exercício da cidadania, o que aumenta a chance de se estabelecerem vínculos afetivos entre o sujeito e os objetos.

2) De onde partir – o aluno como referência.

* Iniciar o ensino desvinculado de qualquer aspecto de conhecimento do aluno aumenta as chances do insucesso ocorrer logo no início do processo, deteriorando prematuramente as possibilidades de se estabelecer uma relação saudável entre o sujeito e o objeto de conhecimento.

* A decisão sobre o início do ensino só deve ser assumida após o professor realizar uma avaliação diagnóstica sobre o que os alunos já sabem sobre o tema, e não a partir de decisões burocráticas ou de pressupostos irrealistas.

Ausubel, 1968: “Se eu tivesse que reduzir toda a Psicologia da Educação a um único princípio, eu formularia este: de todos os fatores que influenciam a aprendizagem, o mais importante consiste no que o aluno já sabe. Investigue-se isso e ensine ao aluno de uma forma conseqüente”.

Isto significa que planejar o ensino a partir do que o aluno já sabe sobre o objeto em questão, aumenta as possibilidades de se desenvolver uma aprendizagem significativa, marcada pelo sucesso do aluno em apropriar-se daquele conhecimento.

3) Como caminhar - a organização dos conteúdos.

* Quando os conteúdos de um curso são organizados de forma aleatória, não se respeitando a lógica da organização do conhecimento na área,

dificulta-se o processo de apropriação do referido conhecimento por parte do aluno.

Ocorre, portanto, a deterioração das relações entre o aluno e o referido objeto em questão.

4) Como ensinar – a escolha dos procedimentos e atividades de ensino.

A escolha das atividades de ensino é um aspecto bastante discutido, pois envolve a relação professor-aluno naquilo que ela tem de mais visível. São relações observáveis (...) nessa dimensão são indiscutíveis os aspectos afetivos envolvidos.

* Outra dimensão da questão: trata-se da adequação/inadequação da atividade escolhida, em função do objetivo que se tem. É até possível identificar situações de ensino que apresentam objetivos relevantes, porém com atividades inadequadas ou “desmotivadoras” para os alunos.

* Pode-se referir também à atividade de ensino que não possibilita um bom desempenho do aluno, por algum problema no seu desenvolvimento (Ex: faltas de instruções claras, ausência de intervenções adequadas do professor, falta de feedback etc.)

5) Como avaliar – uma decisão contra ou a favor do aluno?

* A questão da avaliação escolar tem sido apontada como um dos fatores responsáveis pelo fracasso escolar de grande parcela da população.

* A avaliação torna-se profundamente aversiva quando o aluno discrimina que as conseqüências do processo podem ser direcionadas contra ele próprio. O professor ensina e avalia; se o aluno for bem, é sinal que o professor ensinou de forma adequada; se o aluno for mal, é o único responsabilizado, podendo ser reprovado ou excluído.

Em síntese: percebe-se que a afetividade está presente em todas as principais decisões de ensino assumidas pelo professor, constituindo-se como fator fundante das relações que se estabelecem entre os alunos e os conteúdos escolares. Portanto:

-Pode-se afirmar que as relações de mediação feitas pelo professor, durante as atividades pedagógicas, devem ser sempre permeadas por sentimentos de acolhimento, simpatia, respeito e apreciação, além de compreensão, aceitação e valorização do outro.

Para que aconteça a aprendizagem, a integração entre professor e aluno é fundamental. Se a gente quiser ter uma escola onde o conhecimento seja motivador e ensinar e aprender sejam atividades que mobilizam verdadeiramente as pessoas, temos que cuidar, antes de tudo, do relacionamento com os alunos.

A LDB 9394/96, no artigo 24, inciso V, alínea a, é clara quanto a avaliação processual, uma vez “a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a avaliação será contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

“Para praticar a avaliação da aprendizagem na escola, nós não necessitamos abandonar os instrumentos de coleta de dados, que já viemos utilizando em nossa experiência. O que distingue a avaliação dos exames não são os instrumentos, mas sim a postura na sua construção e nos seus usos.” (Luckesi, 2005).

O uso dos instrumentos tem por objetivo *diagnosticar* a aprendizagem dos educandos, tendo em vista reorientá-los do melhor modo possível. Eles nos permitem constatar desempenhos dos educandos e, conseqüentemente, qualificá-los e reorientá-los. Articular o instrumento com os conteúdos planejados, ensinados e aprendidos: Não se pode querer que o educando manifeste uma aprendizagem que não foi proposta nem realizada.

Cobrir uma amostra significativa de todos os conteúdos ensinados e aprendidos de fato. Compatibilizar os níveis de dificuldade do que está sendo avaliado com os níveis de dificuldade do que foi ensinado e aprendido;

Usar uma linguagem clara e compreensível, para salientar o que se deseja pedir.

Em SEED/SUED (2007), a prática de avaliação, objetiva analisar não apenas as condições atuais do desempenho escolar do aluno (zona real), mas as habilidades emergentes (zona de desenvolvimento potencial), os aspectos

socioculturais, a relação professor-aluno (mediação) e o contexto educacional como um todo. Trata-se de uma prática de avaliação de cunho não classificatório e seletivo, que reforce uma visão prática excludente. De acordo com a teoria de Vygotsky, “A zona de desenvolvimento proximal refere-se, assim, ao caminho que o indivíduo vai percorrer para desenvolver funções que estão em processo de amadurecimento e que se tornarão funções consolidadas, estabelecidas no seu nível de desenvolvimento real. A zona de desenvolvimento proximal é, pois um domínio psicológico em constante transformação; aquilo que uma criança é capaz de fazer com a ajuda de alguém hoje, ela conseguirá fazer sozinha amanhã. É como se o processo de desenvolvimento progredisse mais lentamente que o processo de aprendizado; o aprendizado desperta processo de desenvolvimento que, aos poucos, vão tornar-se parte das funções psicológicas consolidadas do indivíduo”. (OLIVEIRA, 1995, p.60).

Para Albert Einstein, “A mente que se abre a uma nova idéia jamais voltará ao seu tamanho original”.

Quando recebemos uma turma de alunos, é necessário prognosticar os pré-requisitos exigidos para o desenvolvimento das atividades e procedimentos específicos do grau ou do nível a ser iniciado, a dificuldade nesse momento é a falta de base e a ação é trabalhar para superá-la.

Ao longo do processo de aprendizagem predominará a função diagnóstica para: identificar as dificuldades dos alunos; definir instrumentos e estratégias de superação das dificuldades, a ação é trabalhar imediatamente, não deixar a dificuldade acumular, não deixar alguém para trás, ajudar a superar as dificuldades.

Ao final do ano a dificuldade é o eventual objetivo ainda não atingido. A ação deve ser o compromisso (coletivo) de trabalho na continuidade dos estudos.

A preocupação do professor em termos de recuperação dos alunos deve ser em cima do domínio dos conhecimentos essenciais.

Luckesi (1984): propõe que se resgate a função diagnóstica da avaliação ou seja, reconhecer que a avaliação só tem sentido, numa sociedade democrática, se os seus resultados forem utilizados sempre a favor do aluno, ou seja, se os seus resultados forem sempre utilizados no sentido de rever e alterar as condições de ensino, visando ao aprimoramento do processo de apropriação do conhecimento pelo aluno.

Também cabe ao professor, entender-se sujeito de um processo avaliativo que envolve avaliar a si mesmo e ser avaliado também, no ir e vir característico do processo de ensino. “Ser capaz de recomeçar sempre, de fazer, de reconstruir, de não se entregar, de recusar burocratizar-se mentalmente, de entender e de viver a vida como processo, como vir-a-ser (...)”. (FREIRE, P. 2005).

Inclusão e Diversidade

A perspectiva de inclusão de todos os alunos esta contemplada nos princípios norteadores da SEED – Secretaria Estadual de Educação. O presente texto foi elaborado pela Equipe do Departamento de Educação Especial (SEED/SUED, 2005. Mimeog.). A vida em sociedade pressupõe o reconhecimento das multiculturas, advindas da acelerada tecnologização e das complexas transformações nos modos de produção social que fazem surgir novas formas de acúmulo do capital e distribuição de renda na contemporaneidade. Assim:

Constitui verdade inquestionável o fato de que, a todo o momento, as diferenças entre os homens fazem-se presentes, mostrando e demonstrando que existem grupos humanos dotados de especificidades naturalmente irredutíveis. As pessoas são diferentes de fato, em relação à cor da pele e dos olhos, quanto ao gênero e à sua orientação sexual, com referência às origens familiares e regionais, nos hábitos e gostos, no tocante ao estilo. Em resumo, os seres humanos são diferentes, pertencem a grupos variados, convivem e desenvolvem-se em culturas distintas. São então diferentes de direito. E o chamado direito à diferença; o direito de ser, sendo diferente (FERREIRA e GUIMARÃES, 2003, p.37).

As diretrizes curriculares apresentam como linha condutora a universalização do acesso à escola pública e gratuita e com qualidade para todos:

“É a preocupação da escola com o atendimento à diversidade social, econômica e cultural existente que lhe garante ser reconhecida como instituição voltada, indistintamente, para a inclusão de todos os indivíduos (...) o grande desafio dos educadores é estabelecer uma proposta de ensino que reconheça e valorize práticas culturais de tais sujeitos sem perder de vista o conhecimento historicamente produzido, que constitui patrimônio de todos” (PARANÁ, 2005).

Para Cavalleiro (2006, p. 21), silenciar-se diante do problema não apaga magicamente as diferenças, e ao contrário, permite que cada um construa,

a seu modo, um entendimento muitas vezes estereotipado do outro que lhe é diferente. [...] É imprescindível, portanto, reconhecer esse problema e combatê-lo no espaço escolar. É necessária a promoção do respeito mútuo, o respeito ao outro, o reconhecimento das diferenças, a possibilidade de se falar sobre as diferenças sem medo, receio ou preconceito.

6.2- EDUCAÇÃO CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Passa a ser obrigatória nas escolas através da lei 10.639, com ensino de História e Cultura Afro-brasileira o conteúdo programático, conforme a lei incluirá o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas sociais, econômica e política pertinente à história do Brasil. A lei especifica ainda que o assunto referente à temática seja ministrada, em especial nas áreas de Arte, Literatura e História Brasileira. Determina também que o calendário escolar inclua o dia 20 de novembro com "Dia Nacional da Consciência Negra".

A Cultura Afro- brasileira será trabalhada em todas as disciplinas dando maior ênfase nas áreas de Arte, Literatura e História.

6.3- EDUCAÇÃO DO CAMPO

A concepção de campo tem o seu sentido cunhado pelos movimentos sociais no final do século XX., em referência à identidade e cultura dos povos do campo, valorizando-os como sujeitos que possuem laços culturais e valores relacionados à vida na terra. Trata-se do campo como lugar de trabalho. De cultura da produção de conhecimento na sua relação de existência e sobrevivência. A compreensão de campo vai além de uma definição jurídica, configura-se a um conceito político ao considerar as particularidades dos sujeitos e não apenas sua localização espacial e geográfica. A perspectiva da Educação do Campo se articula a um projeto político e econômico de

desenvolvimento local e sustentável, a partir da perspectiva dos interesses dos povos que nele vivem.

A base fundamental de sustentação da Educação do Campo é que o território do campo deve ser compreendido para muito além de um espaço de produção agrícola. O campo é território de produção de vida; de produção de novas relações sociais; de novas relações entre os homens e a natureza; de novas relações entre o rural e o urbano.

Um dos fundamentos da educação do campo é que só há sentido em construir processos pedagógicos específicos às necessidades dos sujeitos do campo, vinculados à construção de um outro tipo de modelo e de desenvolvimento. Não há sentido desencadear esforços para a produção de teorias pedagógicas para um campo sem gente, para um campo sem sujeitos ou para uma ruralidade de espaços vazios.

Ao entender o campo como um lugar de um modo de vida, de produção econômica e de organização política, alguns eixos temáticos são sugeridos na sequência. O intuito é motivar e enriquecer o debate nas escolas do campo, ampliar as proposições pedagógicas, propiciar um repensar das aulas, da prática social dos professores, dos alunos e da comunidade escolar.

A defesa da diversidade cultural é um imperativo ético inseparável do respeito à dignidade humana. Ela implica o compromisso de respeitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais, em particular os direitos humanos e as liberdades fundamentais, em particular os direitos das pessoas que pertencem a minorias e os povos autóctones. Ninguém pode invocar a diversidade cultural para violar os direitos humanos garantidos pelo internacional, nem para limitar seu alcance (Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, Artigo 4).

A educação do campo deve ter como fundamento o interesse por modelo cujo foco seja o desenvolvimento humano. Como afirma Fernandes (2005), que seja um debate da questão agrária mediante o princípio da superação, portanto, da luta contra o capital e da perspectiva de construção de experiências para a transformação da sociedade. Na educação do campo, devem emergir conteúdos e debates, entre outros, sobre.

- a diversificação de produtos relativos à agricultura e o uso de recursos naturais;

- a agroecologia e o uso de sementes crioulas;
- a questão agrária e as sementes históricas por reforma agrária;
- os trabalhadores assalariados rurais e suas demandas por melhores condições de trabalho;
- preparo do solo.

Conforme as leis previstas na legislação brasileira assim destacamos:

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB(9.394/96):

Art.28-Na oferta de educação básica para a população rural, os Sistemas de Ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às suas peculiaridades da vida rural e de cada região e, especialmente:

I- conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades dos alunos da zona rural;

II- organização escolar própria incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e as condições climáticas;

III- adequação à natureza do trabalho rural.

Do Plano Nacional de Educação (Lei 10.172,de 2001):

Prever formas mais flexíveis de organização escolar para a zona rural, bem como a adequação profissional dos professores, considerando a especificidade dos alunos e as exigências do meio;

Conquista recente das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. (Parecer nº 36/2001 e Resolução 1/2002 do Conselho Nacional de Educação).

7- MARCO OPERACIONAL

7.1- AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Entendemos o ambiente escolar como uma comunidade educativa, onde cada profissional, em cada função, é educador, e tem como tal, importância fundamental no desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem. Com isso, queremos construir uma avaliação permanente, continuada, crítica, que auxilie a retomada dos objetivos que não foram alcançados, bem como, possibilite a superação dos problemas e auxilie a traçar novos horizontes.

A avaliação não é restrita ao aluno e ao professor, deve cada vez mais tornar-se uma prática de revisão constante das ações de toda a escola, portanto, numa administração colegiada, cada profissional da educação é chamado a contribuir com seu trabalho, suas ideias, suas críticas. Um processo participativo, onde cada pessoa se sente importante e necessário para o bem e desenvolvimento da escola.

Os aspectos a serem avaliados são:

- Atuação do Conselho escolar, Conselho de Classe, APMF, Grêmios Estudantil e alunos;
- Desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico, baseado nas ações planejadas;
- Relacionamento escola e comunidade;
- Gestão dos recursos físicos e financeiros;
- Rendimento escolar;
- Qualidade de ensino.

7.2- PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA ESCOLA

A avaliação do rendimento escolar no Colégio Estadual Professor Francisco Manoel de Lima Camargo é entendida como um dos aspectos do

ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados de aprendizagem do aluno e até de seu próprio desempenho, com o objetivo de acompanhar e aperfeiçoar o processo de ensino aprendizagem.

Os critérios de avaliação são estabelecidos mutuamente pelos Professores, Orientação, Supervisão e Direção e incidem sobre o desempenho do aluno em diferentes situações de aprendizagem. São utilizadas técnicas e instrumentos de avaliação diversificados e que asseguram a comparação diagnóstica com os parâmetros indicados pelas competências e conteúdos que os alunos devem atingir e nunca em situação nenhuma, propiciam a comparação entre alunos.

Ao elaborar suas formas de avaliação, os professores desta Escola consideram os aspectos qualitativos da aprendizagem como os mais importantes e preponderantes e dão maior relevância à atividade crítica, à capacidade de síntese e à elaboração pessoal, do que aos aspectos de memorização e mera repetição de habilidades. A avaliação deve levar em conta a interdisciplinaridade dos conteúdos e a transversalidade dos temas sociais durante todo o processo que deve ser contínuo, articulado e feito de acordo com contextos coerentes aos valores assimilados, possibilitando aos alunos condições de observar suas dificuldades, superando os obstáculos e desenvolvendo autoconhecimento e autonomia.

Durante todo o ano é possível ao aluno melhorar seu desempenho insatisfatório, através da recuperação de estudos é feita paralelamente ao processo ensino aprendizagem e os resultados desta recuperação que seguem os mesmos critérios de avaliação anual, são incorporados aos de avaliação efetuada durante todo o ano letivo, constituindo-se assim em mais um componente do aproveitamento escolar.

Ao final do ano, a promoção do aluno se dá pelo resultado da avaliação do rendimento escolar aliada à frequência escolar do aluno. Suas notas são trimestrais e o aluno deve obter média 6,0 (seis) e frequência igual ou superior a 75%, para poder ser aprovado. Os alunos com frequência satisfatória, mas com média inferior a 6,0 (seis) são submetidos à análise do Conselho de Classe que decide pela sua aprovação ou reprovação, levando em conta todos os dados de aprendizagem obtidos pelo aluno durante o ano.

7.3- PLANO DE AÇÃO DA ESCOLA

A forma de trabalho se dará de modo com que o coletivo da escola participe dando sua opinião sobre possíveis problemas e sobre o encaminhamento necessário para o bom funcionamento da escola.

Percebe-se a necessidade crescente de um trabalho integrado, onde o aluno sinta-se uma pessoa em processo de crescimento. Para tanto, cada profissional da escola precisa perceber seu papel fundamental nesta construção, já que a escola como um todo, deve ser educadora. Todos educam, enfim todos são trabalhadores da educação e com a mesma estão comprometidos.

A escola é mais que apenas repasse de conhecimento, deve tornar-se cada vez mais um espaço privilegiado de apreensão de valores e de cidadania. A solução para erradicarmos as desigualdades, discriminações e principalmente a exclusão, está na retomada da identidade da escola: oportunizar o ensino-aprendizagem, desenvolvendo um trabalho que priorize o conhecimento incorporando ao currículo cultura e valores sociais.

É necessário o envolvimento de todos, principalmente dos pais, para a construção do ambiente cultural da escola, de acordo com a sua forma de agir e pensar, é a partir desta visão que será criada a identidade da nossa escola na comunidade, seu real papel.

Incluir é a grande necessidade do momento, pois as escolas inclusivas favorecem o desenvolvimento de atividades de solidariedade e cooperação e o respeito e valorização das diferenças, o que facilita o desenvolvimento de uma cultura de paz e de sociedades mais justas e democráticas.

A educação na diversidade é um meio essencial para desenvolver a compreensão mútua, o respeito e a tolerância, que são os fundamentos do pluralismo, a convivência e a democracia. Por isso, é fundamental que as escolas, que são instâncias fundamentais para a socialização dos indivíduos, oferecendo a possibilidade de aprender e vivenciar esses valores.

A escola é um espaço de transmissão, criação e recriação do conhecimento e também um espaço político que tem como meta preparar o aluno através da instrumentalização filosófica, artística e científica para agir em sociedade.

As linhas de ação do Colégio Prof. Francisco M. L. Camargo são:

- Realizar encontros para discussão do PPP e Regimento Escolar, levando ao conhecimento da comunidade escolar;
- Reforçar a representatividade das instâncias colegiadas, divulgando as ações desenvolvidas pelas instâncias;
- Proporcionar um ambiente de vivência efetiva onde se busca a coerência do fazer e do saber, da teoria e da prática, da avaliação e auto-avaliação;
- Estimular uma relação de companheirismo entre todos os envolvidos no processo escolar: direção, equipe pedagógica, funcionários, pais e alunos;
- Promover reuniões com os pais para esclarecimentos sobre o funcionamento da escola;
- Organizar palestras com temas relacionados a relação pais e filhos, drogas, sexualidade, etc;
- Proporcionar nas horas-atividades momentos de reflexão aos profissionais da educação no coletivo e estudar temas pedagógicos e das áreas do saber;
- Adotar uma avaliação que contribua para o processo de ensino-aprendizagem em que todos os alunos tenham sucesso;
- Acompanhar e aperfeiçoar o processo e as situações de aprendizagem dos alunos;
- Possibilitar novas alternativas para recuperação de estudos;
- Informar aos pais quanto ao rendimento escolar dos filhos;
- Oferecer tratamento pedagógico diferenciado para os que apresentam dificuldades de aprendizagem (sala de apoio, projeto monitoria);
- Tornar o conselho de classe num espaço privilegiado, momento de reflexão, de autoavaliação das estratégias de ensino;
- Acionar o conselho tutelar nos casos de omissão dos pais na vida escolar dos filhos;
- Trabalhar a diversidade cultural, diferenças étnico-racial, numa perspectiva de respeito a singularidade do ser humano;

- Dar continuidade aos Programas ofertados como: Programa Viva Escola, Sala de Apoio, Segundo Tempo.
- Dar continuidade a oferta do CELEM e CAEDV;
- Incentivar e organizar a participação dos alunos no JOCOP's;
- Promover aos alunos do Ensino Médio visitas à Feira de Profissões;
- Agilizar quando necessário a Ficha do Projeto Fica;
- Promover atividades culturais e esportivas;
- Estimular a Formação Continuada aos professores e funcionários;
- Realizar a Avaliação Institucional;
- Disponibilizar um funcionário para o laboratório de informática;
- Criar parcerias com a família e comunidade escolar;
- Ampliação dos sanitários;
- Melhorar a estrutura física e também os recursos pedagógicos para atendimento dos alunos, inclusive os que apresentarem necessidades especiais.

7.4. PLANO DE AÇÃO DA EQUIPE PEDAGÓGICA

I- DADOS

Estabelecimento: Colégio Est.Prof.Francisco M.L.Camargo-EFM

Município: Tijucas do Sul

Núcleo: Área Metropolitana-Sul

Ano Letivo:2010

II- OBJETIVO GERAL

Coordenar a organização do trabalho pedagógico, bem como a implementação das Diretrizes Curriculares definidas no PPP e no Regimento Escolar, no sentido de realizar a função social da escola pública.

III- AÇÕES

- Orientar a reformulação e a implementação do PPP;
- Orientar a reorganização e a implementação da PPC;
- Acompanhar e subsidiar o processo coletivo de elaboração e aprimoramento do Regimento Escolar;
- Acompanhar o processo da avaliação institucional da escola;
- Participar do Conselho Escolar subsidiando teórica e metodologicamente as discussões e reflexões para a organização e efetivação do trabalho escolar;
- Coordenar a organização do espaço-tempo escolar
- Estabelecer um diálogo entre escola e família;
- Realizar reuniões de pais juntamente com a Direção e professores, proporcionando meios de integração entre família/escola, auxiliando-os na reflexão de sua função de acompanhar seus filhos na escola;
- Coordenar o processo de elaboração dos PTD junto ao coletivo dos professores do estabelecimento de ensino;
- Coordenar as Reuniões Pedagógicas para o aprimoramento teórico-metodológico do trabalho escolar, conforme o calendário;
- Desenvolver um trabalho de acompanhamento pedagógico frente aos alunos;
- Acompanhar e subsidiar os professores quanto a recuperação paralela;

- Organizar a realização dos pré-conselhos, conselhos de classe e pós-conselhos de forma a garantir um processo coletivo de reflexão-ação sobre o trabalho pedagógico;
- Organizar e coordenar a hora-atividade do coletivo de professores, de maneira a garantir que esse espaço-tempo seja de reflexão-ação sobre o processo pedagógico;
- Realizar encontros periódicos com os professores por turmas com objetivo de prevenir e buscar alternativas contra os problemas de ordem pedagógica e comportamental;
- Orientar os registros e visitar periodicamente os Livros de Registro de Classe;
- Organizar os registros de acompanhamento da vida escolar do aluno;
- Coordenar os programas e projetos desenvolvidos na escola (Viva a Escola, Sala de Apoio, Segundo Tempo, CELEM);
- Planejar e organizar juntamente com a Direção e professores projetos da SEED: Jocop's, Fera/Comciência, Semana Cultural e outros;
- Participar da organização pedagógica da biblioteca da escola;
- Coordenar a análise e escolha do Livro Didático.

7.5- AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O presente Projeto Político Pedagógico será objeto de avaliação anual, em reunião convocada para fim específico, devendo-se providenciar as adequações necessárias para o bom desempenho do sistema escolar e garantia da qualidade do processo ensino-aprendizagem.

Sua avaliação será realizada com a participação de representantes dos diversos segmentos da escola, sendo: pais, alunos, professores, funcionários, direção, equipe pedagógica, Conselho Escolar, APMF.

Ao analisar o Projeto Político Pedagógico, será discutido sobre a sua real efetivação durante o ano letivo, bem como os pontos positivos e negativos

buscando-se a superação dos problemas apresentados, sendo que a reunião deverá ser lavrada em ata.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel. “**Construção da proposta político-pedagógica da rede municipal de Belo Horizonte**”. In: **Espaços da Escola**. Ano 4, nº13, Ijuí, Unijuí, 1994.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%EA7ao.htm

BRASIL. **Lei n ° 11788 de 25 de setembro de 2008**. Dispões sobre o estágio de estudantes.

CODO, W.; GAZZOTTI, A. A. **Trabalho e afetividade**. In: CODO, W. (Org.). **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 48-59.

COUTINHO, C. N. **Contra a corrente: ensaios sobre a democracia e o socialismo**. São Paulo: Cortez, 2000.

DELIBERAÇÃO 007/99. **Normas Gerais para a Avaliação escolar, Recuperação de Estudos e Promoção de Alunos, do Sistema Estadual de Ensino, em Nível do Ensino Fundamental e Médio**. SEE/PR

DANTAS, Heloisa et alii. **Teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo. Summus Editorial, 1992.

FERNÁNDEZ Alicia. **A inteligência aprisionada**. Porto Alegre: Artmed, 1991.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra (Coleção Leitura), 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. 31 º ed. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FRIGOTTO, G. **A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais**. In: Educação e Realidade. Porto Alegre, 18(2): 63-72, jul./dez, 1993.

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. Porto Alegre: Mediação, 2001.

KUENZER, A. **Ensino médio - uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2000.

LIBÂNEO. José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2004.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL- LDB nº9394/96

Lei nº. 8069/1990 * - **Estatuto da Criança e do Adolescente**

Lei nº. 11274/2006 * - **Dispõe sobre ensino de 9 anos, matricula a partir dos seis anos.**

Lei nº. 11494/2007 * - **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB**

Lei nº. 11.645/2008 * - obrigatoriedade da temática “**História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena**” no currículo escolar.

Lei nº. 12244/2010 * - universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.

LUCKESI, Cipriano C. In: **Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez.(1995).

MARTINS, L. M. **Da formação humana em Marx à crítica da pedagogia das competências**. In: DUARTE, N. (org.) **Crítica ao fetichismo da individualidade**. São Paulo: Autores Associados, 2004.

NREAMSUL. **Aprendizagem. Jornada Pedagógica**. 2006

OLIVEIRA, Marta Kohl de, Vygotsky. **Aprendizado e desenvolvimento em processo sócio-histórico** – São Paulo: Editora Scipione, 1995.

PARANÁ, **Conselho Estadual de Educação. Deliberação n.º 02/2003**.

Resolução CNE/CEB nº 4/2010 - **Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. São Paulo: Cortez, 1984.

_____. **Sentido da pedagogia e o papel do pedagogo.** In: Revista ANDE, São Paulo, nº. 9, 1985.

_____. **I. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações:** São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1991.

_____. **I. a questão pedagógica na formação de professores** Florianópolis: endipe, 1996. p. 521-524. bbe.

_____. **História das idéias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Currículo Básico do Estado do Paraná. Paraná:** 1990.

_____, Superintendência da Educação. **Ensino fundamental na rede pública de ensino da educação básica do Estado do Paraná.** Curitiba: SEED/ SUED/, 2005.

_____, Superintendência da Educação. **Reflexões para implementação do Projeto Político Pedagógico.** Semana Pedagógica. Curitiba: SEED/ SUED/, 2007.

_____. Edital de concurso para pedagogos no 10/2007. Paraná, 2007.

_____. **Os desafios educacionais contemporâneos e os conteúdos escolares: reflexos na organização da proposta pedagógica curricular e a especificidade da escola pública.** Semana pedagógica. Curitiba: SEED, 2008.

_____. **A educação básica e o currículo disciplinar.** Paraná: 2009.

_____, Superintendência da Educação, Coordenação de Gestão Escolar. **As necessidades da escola a partir de seus limites e avanços.** Curitiba: SEED/ SUED/CGE, 2010.

SNYDERS, G. **Escola, classe e luta de classes.** Lisboa: Moraes, 1981. *La joie à l'école.* Paris: PUF, 1986. **Alunos felizes: reflexão sobre a alegria na escola a partir de textos literários.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. Em Aberto, Brasília, ano 12, n.58, abr./jun. 1993.

VASCONCELLOS, Celso. **A construção do conhecimento em sala de aula.** São Paulo: Libertas, 1993.

VEIGA, Ilma P. A. **“Escola, currículo e ensino”.** I.P.A. Veiga e M. Helena Cardoso (org.) **Escola Fundamental: Currículo e ensino.** Campinas, Papirus. 1991.

PROPOSTAS CURRICULARES

PROPOSTA CURRICULAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-EJA

A Proposta Curricular deste colégio foi construída a partir de estudos, análises e discussão das Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental e Médio, bem como, do diagnóstico da realidade mediados pelas concepções, interesses e necessidades revelados no contexto escolar, a partir da construção do Projeto Político Pedagógico.

Para o desenvolvimento e elaboração da Proposta Curricular, partimos da concepção que a função da instituição escolar é garantir o processo de transmissão, reconstrução, sistematização e assimilação dos conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade, de modo a permitir que o educando venha participar e intervir nos rumos da sociedade.

Os conteúdos elencados são aqueles construídos historicamente pela humanidade fazendo parte do mundo atual do trabalho e da prática social intencional, abordados nas diversas áreas do conhecimento.

O processo de intervenção educacional será pautado em valores de tolerância, solidariedade, justiça, respeito às diferenças, igualdade de condições e de oportunidades.

Pretendemos assim, uma educação voltada para formação de um homem crítico, participativo, responsável, consciente de seus direitos e deveres, tendo condições de reescrever a sua história, traçando metas e buscando alcançá-las, tendo consciência da importância do desenvolvimento social e ambiental sustentável.

Para tanto, há de se considerar e compreender, que os educandos apresentam diferentes ritmos, comportamento, experiências, trajetórias pessoais, contextos familiares, valores e níveis de conhecimentos diferenciados, cabendo a esta instituição em conjunto com a mantenedora, desenvolver ações para garantir uma educação com qualidade à todos que apresentam necessidades educacionais especiais, promovendo o desenvolvimento de sua potencialidades em todos os níveis e modalidades da educação, objetivando a remoção das

barreiras para a aprendizagem, tornando o cotidiano escolar um espaço de trocas, ajuda mútua e a conseqüente ampliação das capacidades individuais e coletivas.

MATRIZ CURRICULAR ENSINO FUNDAMENTAL

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NRE: 03 – ÁREA METROP. SUL	MUNICÍPIO: 2780 – TIJUCAS DO SUL					
ESTABELECIMENTO: 00010 – FRANCISCO M.L. CAMARGO, C.E.P. – E.F.M. ENT. MANTENEDORA: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ						
CURSO: 4000 – ENS. TURNO: MANHÃ 1GR. 5/8 SERIE MÓDULO: 40 SEMANAS ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2010 - SIMULTÂNEA						
	DISCIPLINA / SÉRIE	5	6	7	8	
B	ARTES	2	2	2	2	
A						
S	CIÊNCIAS	3	3	3	3	
E						
	EDUCAÇÃO FÍSICA	3	3	3	3	
N						
A	ENSINO RELIGIOSO *	1	1			
C						
I	GEOGRAFIA	3	3	4	3	
O						
N	HISTÓRIA	3	3	3	4	
A						

L C O M U M	LÍNGUA PORTUGUESA	4	4	4	4	
	MATEMÁTICA	4	4	4	4	
	SUB-TOTAL	22	22	23	23	
P D	L.E.M. – INGLÊS **	2	2	2	2	
	SUB-TOTAL	2	2	2	2	
	TOTAL GERAL	24	24	25	25	

NOTA: MATRIZ CURRICULAR DE ACORDO COM A LDB Nº. 9394/96

*** NÃO COMPUTADO NA CARGA HORÁRIA DA MATRIZ POR SER FACULTATIVA PARA O ALUNO.**

**** O IDIOMA SERÁ DEFINIDO PELO ESTABELECIMENTO DE ENSINO.**

DATA DE EMISSÃO: 12 DE NOVEMBRO DE 2009.

ESTADO DO PARANA

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NRE: 03 – ÁREA METROP. SUL		MUNICÍPIO: 2780 – TIJUCAS DO SUL				
ESTABELECIMENTO: 00010 – FRANCISCO M.L. CAMARGO, C.E.P. – E.F.M.						
ENT. MANTENEDORA: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ						
CURSO: 4000 – ENS. TURNO: TARDE 1GR. 5/8 SERIE MÓDULO: 40 SEMANAS ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2010 - SIMULTÂNEA						
	DISCIPLINAS / SÉRIE	5	6	7	8	
B	ARTES	2	2	2	2	
A						
S	CIÊNCIAS	3	3	3	3	
E						
	EDUCAÇÃO FÍSICA	3	3	3	3	
N						
A	ENSINO RELIGIOSO	1	1			
C	*					
I						
O	GEOGRAFIA	3	3	4	3	
N						
A	HISTÓRIA	3	3	3	4	
L						
	LÍNGUA PORTUGUESA	4	4	4	4	

C O M U M	MATEMÁTICA	4	4	4	4	
	SUB-TOTAL	22	22	23	23	
P D	L.E.M. – INGLÊS **	2	2	2	2	
	SUB-TOTAL	2	2	2	2	
	TOTAL GERAL	24	24	25	25	

NOTA: MATRIZ CURRICULAR DE ACORDO COM A LDB Nº. 9394/96

*** NÃO COMPUTADO NA CARGA HORÁRIA DA MATRIZ POR SER FACULTATIVA PARA O ALUNO.**

**** O IDIOMA SERÁ DEFINIDO PELO ESTABELECIMENTO DE ENSINO.**

DATA DE EMISSÃO: 12 DE NOVEMBRO DE 2009.

ESTADO DO PARANA

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NRE: 03 – ÁREA METROP. SUL		MUNICÍPIO: 2780 – TIJUCAS DO SUL				
ESTABELECIMENTO: 00010 – FRANCISCO M.L. CAMARGO, C.E.P. – E.F.M.						
ENT. MANTENEDORA: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ						
CURSO: 0009 – ENSINO MÉDIO						
TURNO: NOITE						
MÓDULO: 40 SEMANAS						
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2010 - SIMULTÂNEA						
	DISCIPLINAS / SÉRIE	1	2	3		
B	ARTE	2				
A						
S	BIOLOGIA	2	2	2		
E						
	EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2	2		
N						
A	FILOSOFIA	2	2	2		
C						
I	FÍSICA	2	2	2		
O						
N	GEOGRAFIA	2	2	2		
A						
L	HISTÓRIA	2	2	2		

C O M U M	LINGUA PORTUGUESA	2	4	4		
	MATEMÁTICA	3	3	3		
	QUÍMICA	2	2	2		
	SOCIOLOGIA	2	2	2		
	SUB-TOTAL	23	23	23		
P D	L.E.M. – INGLÊS	2	2	2		
	SUB-TOTAL	2	2	2		
	TOTAL GERAL	25	25	25		

NOTA: MATRIZ CURRICULAR DE ACORDO COM A LDB N°. 9394/96

OBS: SERÃO MINISTRADAS 03 AULAS DE 50 MINUTOS E 02 AULAS DE 45 MINUTOS.

DATA DE EMISSÃO: 12 DE NOVEMBRO DE 2009.

MATRIZ CURRICULAR ENSINO MÉDIO

ESTADO DO PARANA

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NRE: 03 – ÁREA METROP. SUL	MUNICÍPIO: 2780 – TIJUCAS DO SUL					
ESTABELECIMENTO: 00010 – FRANCISCO M.L. CAMARGO, C.E.P. – E.F.M.						
ENT. MANTENEDORA: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ						
CURSO: 0009 – ENSINO MÉDIO		TURNO: MANHÃ				
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2010 - SIMULTÂNEA		MÓDULO: 40 SEMANAS				
	DISCIPLINAS / SÉRIE	1	2	3		
B	ARTE	2				
A						
S	BIOLOGIA	2	2	2		
E						
	EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2	2		
N						
A	FILOSOFIA	2	2	2		
C						
I	FÍSICA	2	2	2		
O						
N	GEOGRAFIA	2	2	2		

A L C O M U M	HISTÓRIA	2	2	2		
	LINGUA PORTUGUESA	2	4	4		
	MATEMÁTICA	3	3	3		
	QUÍMICA	2	2	2		
	SOCIOLOGIA	2	2	2		
	SUB-TOTAL	23	23	23		
P D	L.E.M. – INGLÊS	2	2	2		
	SUB-TOTAL	2	2	2		
	TOTAL GERAL	25	25	25		

NOTA: MATRIZ CURRICULAR DE ACORDO COM A LDB Nº. 9394/96

DATA DE EMISSÃO: 12 DE NOVEMBRO DE 2009.

ESTADO DO PARANA

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NRE: 03 – ÁREA METROP. SUL		MUNICÍPIO: 2780 – TIJUCAS DO SUL				
ESTABELECIMENTO: 00010 – FRANCISCO M.L. CAMARGO, C.E.P. – E.F.M.						
ENT. MANTENEDORA: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ						
CURSO: 0009 – ENSINO MÉDIO		TURNO: TARDE				
		MÓDULO: 40 SEMANAS				
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2010 - SIMULTÂNEA						
	DISCIPLINAS / SÉRIE	1	2	3		
B	ARTE	2				
A						
S	BIOLOGIA	2	2	2		
E						
	EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2	2		
N						
A	FILOSOFIA	2	2	2		
C						
I	FÍSICA	2	2	2		
O						
N	GEOGRAFIA	2	2	2		
A						
L	HISTÓRIA	2	2	2		

C O M U M	LINGUA PORTUGUESA	2	4	4		
	MATEMÁTICA	3	3	3		
	QUÍMICA	2	2	2		
	SOCIOLOGIA	2	2	2		
	SUB-TOTAL	23	23	23		
P D	L.E.M. – INGLÊS	2	2	2		
	SUB-TOTAL	2	2	2		
	TOTAL GERAL	25	25	25		

NOTA: MATRIZ CURRICULAR DE ACORDO COM A LDB Nº. 9394/96

DATA DE EMISSÃO: 12 DE NOVEMBRO DE 2009.

ESTADO DO PARANA

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NRE: 03 – ÁREA METROP. SUL		MUNICÍPIO: 2780 – TIJUCAS DO SUL					
ESTABELECIMENTO: 00010 – FRANCISCO M.L. CAMARGO, C.E.P. – E.F.M.							
ENT. MANTENEDORA: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ							
CURSO: 0009 – ENSINO MÉDIO			TURNO: NOITE				
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2010 - SIMULTÂNEA			MÓDULO: 40 SEMANAS				
	DISCIPLINAS / SÉRIE		1	2	3		
B A S E N A C I O N A L	ARTE		2				
	BIOLOGIA		2	2	2		
	EDUCAÇÃO FÍSICA		2	2	2		
	FILOSOFIA		2	2	2		
	FÍSICA		2	2	2		
	GEOGRAFIA		2	2	2		
	HISTÓRIA		2	2	2		
	LINGUA PORTUGUESA		2	4	4		

C O M U M	MATEMÁTICA	3	3	3		
	QUÍMICA	2	2	2		
	SOCIOLOGIA	2	2	2		
	SUB-TOTAL	23	23	23		
P D	L.E.M. – INGLÊS	2	2	2		
	SUB-TOTAL	2	2	2		
	TOTAL GERAL	25	25	25		

NOTA: MATRIZ CURRICULAR DE ACORDO COM A LDB Nº. 9394/96

OBS: SERÃO MINISTRADAS 03 AULAS DE 50 MINUTOS E 02 AULAS DE 45 MINUTOS.

DATA DE EMISSÃO: 12 DE NOVEMBRO DE 2009.

**COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR FRANCISCO MANOEL DE LIMA
CAMARGO**

PROPOSTA CURRICULAR ARTE - ENSINO FUNDAMENTAL

**TIJUCAS DO SUL
2010**

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

A arte sempre esteve presente na vida do ser humano, desde as manifestações da arte Rupestre na Pré-história até a arte executada com o auxílio das tecnologias atuais. Isso demonstra que é uma atitude natural e intrínseca do Homem, por meio da qual ele manifesta suas inquietudes, pensamentos, ideologias, crenças, esperanças... sendo um meio de transformação social (atualmente podemos citar a arte engajada, através da qual há a conscientização do público). Assim “incluir a arte no processo educativo, para favorecer uma evolução mais integral do ser humano em desenvolvimento é um dos melhores momentos dentre os muitos esforços da nossa época de melhorar, recriar e atualizar a educação...” (Darcy Ribeiro).

É indispensável a inclusão da disciplina de arte nos estabelecimentos de ensino e isso já vem ocorrendo no Brasil, desde a década de 70, quando da promulgação da lei 5692/71 que tornou obrigatório o ensino de arte nas escolas. Historicamente o ensino de arte no Brasil passou por várias etapas e influências, desde a primeira forma registrada de arte na educação com os jesuítas até os nossos dias. Desde então, percorreu-se um longo caminho para a sua efetivação e ainda hoje ela exige reflexões que contemplem a arte como área de conhecimento e não meramente como meio para destacar dons inatos, ou prática de entretenimento e terapia, como muitas vezes é vista equivocadamente.

Tendo em vista que a disciplina de arte na escola visa não a formação de artistas profissionais e sim o desenvolvimento pessoal, a sensibilidade e o conhecimento através da arte, formando cidadãos mais conscientes e sensíveis, preparados para atuar de forma mais crítica e humana na sociedade.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

A arte faz parte da Cultura. A Cultura é o ser humano, é o que há de humano no ser, é aquilo que o distingue dos outros animais. Num sentido amplo, somos todos produtores culturais, porque o primeiro objetivo do nosso cultivo é a própria vida. Temos que assumir nossa condição humana, criadora. Nessa perspectiva, a Disciplina de Artes no Ensino Fundamental visa, sobretudo:

- Desenvolver a PERCEPÇÃO, levando em conta que cada aluno percebe de maneira diferente o mesmo objetivo ou situação;

- Desenvolver a sensibilidade ESTÉTICA, considerando não somente o ambiente escolar, mas o dia-a-dia de cada um, na família, comunidade, etc., possibilitando ao aluno captar pistas expressivas não-verbais que podem comunicar a sensação de conforto ou de mal-estar, de confiança ou de hostilidade, etc.;

- Desenvolver a CRIATIVIDADE, no sentido de redefinir, reorganizar, separar os elementos de um todo, sintetizar, combinar, e relacionar para formar um novo trabalho. Ser flexível, independente e original;

- Desenvolver o domínio de TÉCNICAS, através da exploração, manipulação e experimentação de novos materiais, buscando a materialização de suas idéias;

- Desenvolver o entendimento no MUNDO TECNOLÓGICO, promovendo a articulação dos aspectos históricos, físicos, sociais e culturais, relacionando os aspectos positivos e negativos dessa nova realidade, sua origem, influência e avanços significativos na sociedade.

- Desenvolver o SENTIDO SOCIAL do aluno, levando-o a apreciar os produtos de expressão e de tecnologia de outras civilizações e períodos, bem como, a participar de seu grupo escolar e social, assumindo seus

valores e opinião perante os outros, com senso crítico e respeito às demais posições;

- Desenvolver a CAPACIDADE DE INTERVENÇÃO, no sentido de identificar os indicadores de qualidade de vida, no âmbito da defesa do ambiente e da defesa do patrimônio cultural, avaliando a assumindo uma posição consciente e crítica.

CONTEÚDOS

ENSINO FUNDAMENTAL

- **ÁREA ARTES VISUAIS – 5ª SÉRIE**

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERIODOS	ABORDAGEM PEDAGÓGICA
-------------------	------------	-----------------------	----------------------

CONTEÚDOS BÁSICOS PARA A SÉRIE

Ponto	Bidimensional	Arte Greco-Romana	Estudo dos elementos formais e sua articulação com os elementos de composição e movimentos e períodos das artes visuais.
Linha	Tridimensional	Arte Africana	
Textura	Figurativa/Abstrato	Arte Ocidental	
Forma	Geométrica	Idade Média	
Superfície	Técnicas: Pintura, desenho, baixo e alto relevo, escultura, arquitetura	Arte Popular (folclore)	
Volume		Arte Pré-Histórica	
Cor		Renascimento	
Luz	Gêneros: paisagem, retrato, cenas da mitologia.	Barroco	

- **ÁREA MÚSICA – 5ª SÉRIE**

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERIODOS	ABORDAGEM PEDAGÓGICA
-------------------	------------	-----------------------	----------------------

CONTEÚDOS BÁSICOS PARA A SÉRIE

Altura	Ritmo	Greco-Romana	Percepção dos elementos formais na paisagem sonora e na música. Audição de diferentes ritmos e escalas musicais
	Melodia	Oriental	
Duração	Escalas: diatônica, pentatônica, cromática	Ocidental	Teoria da música
		Idade Média	
Timbre	Maior, menor	Música Popular (folclore)	Produção e execução de instrumentos rítmicos.
	Improvisação		
Intensidade	Gêneros: erudito, popular		Prática coral e cânone rítmico e melódico.
Densidade			

- **ÁREA TEATRO – 5ª SÉRIE**

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERIODOS	ABORDAGEM PEDAGÓGICA
--------------------------	-------------------	------------------------------	-----------------------------

CONTEÚDOS BÁSICOS PARA A SÉRIE

Personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais]	Técnicas: jogos teatrais, teatro direto e indireto, improvisação, manipulação, máscara.	Greco-Romano Teatro Oriental Africano Teatro Medieval Renascimento Teatro Popular	Estudo das estruturas teatrais: personagens, ação dramática e espaço cênico e sua articulação com formas de composição em movimentos e períodos onde se originaram.
Ação			

Espaço	Gêneros: Tragédia, Comédia, enredo, roteiro. Espaço Cênico, circo Adereços.		
--------	---	--	--

- **ÁREA DANÇA – 5ª SÉRIE**

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERÍODOS	ABORDAGEM PEDAGÓGICA
----------------------	------------	--------------------------	-------------------------

CONTEÚDOS BÁSICOS PARA A SÉRIE

Movimento corporal	Eixo	Pré-história	Estudo do movimento corporal, tempo espaço e sua articulação com os elementos de composição e movimentos e períodos da dança.
	Deslocamento	Greco-Romana	
Tempo	Ponto de Apoio	Medieval	
	Formação	Idade Média	
Espaço	Técnica	Arte Popular	
	Improvisação	(folclore)	
	Gênero: Circular		

ÁREA ARTES VISUAIS – 6ª SÉRIE

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERIODOS	ABORDAGEM PEDAGÓGICA
-------------------	------------	-----------------------	----------------------

CONTEÚDOS BÁSICOS PARA A SÉRIE

Ponto	Bidimensional	Arte indígena	Percepção dos modos de estruturar e compor as artes visuais na cultura destes povos.
Linha	Tridimensional	Arte Popular Brasileira e Paranaense	
Forma	Figurativa	Abstracionismo	
Textura	Abstrato	Expressionismo	Teoria das Artes Visuais.
Superfície	Geométrica	Impressionismo	
Volume	Técnicas: Pintura, desenho, escultura, modelagem		Produção de trabalhos de artes visuais com características da cultura popular, relacionando os conteúdos com o cotidiano do aluno.
Cor	gravura, mista, pontilhismo...		
Luz	Gêneros: paisagem, retrato, natureza morta.		

• ÁREA MÚSICA – 6ª SÉRIE

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERIODOS	ABORDAGEM PEDAGÓGICA
-------------------	------------	-----------------------	----------------------

CONTEÚDOS BÁSICOS PARA A SÉRIE

Altura	Ritmo	Percepção dos modos de fazer
--------	-------	------------------------------

Duração	Melodia Escalas Estruturas	música, através de diferentes formas musicais. Pesquisa da paisagem sonora.
Timbre	Gêneros: folclóricos, popular, étnico	Teorias da música.
Intensidade	Técnicas: vocal, instrumental, mista	Produção de trabalhos musicais com características populares e
Densidade	Improvisação.	composição de sons da paisagem sonora.

- **ÁREA TEATRO – 6ª SÉRIE**

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERIODOS	ABORDAGEM PEDAGÓGICA
--------------------------	-------------------	------------------------------	-----------------------------

CONTEÚDOS BÁSICOS PARA A SÉRIE

Personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais]	Representação, Leitura dramática, Cenografia. Gêneros: Rua, Comédia, arena, Caracterização.	<i>Comédia dell'arte</i> Teatro Popular Brasileiro e Paranaense	Percepção dos modos de fazer teatro, através de diferentes espaços disponíveis. Teorias de teatro.
Ação	Técnicas: jogos dramáticos e teatrais, Mímica, improvisação, formas animadas...		Produção de trabalhos com teatro de arena, de rua e indireto.
Espaço			

- **ÁREA DANÇA – 6ª SÉRIE**

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERIODOS	ABORDAGEM PEDAGÓGICA
--------------------------	-------------------	------------------------------	-----------------------------

CONTEÚDOS BÁSICOS PARA A SÉRIE

Movimento corporal	Gênero: Folclórica, popular, étnica	Dança Popular Brasileira Paranaense Africana Indígena	Percepção dos modos de fazer dança, através de diferentes espaços onde é elaborada e executada.
Tempo	Ponto de Apoio Formação	Renascimento	
Espaço	Rotação Coreografia Salto e queda Níveis (alto, médio e baixo)		Teoria da dança. Produção de trabalhos com dança utilizando diferentes modos de composição.

ÁREA ARTES VISUAIS – 7ª SÉRIE

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERIODOS	ABORDAGEM PEDAGÓGICA
-------------------	------------	-----------------------	----------------------

CONTEÚDOS BÁSICOS PARA A SÉRIE

Linha	Bidimensional	Indústria Cultural	Percepção dos modos de
Forma	Tridimensional	Arte Digital	
Textura	Figurativa	Vanguardas	fazer trabalhos com
Superfície	Abstrato	Arte Contemporânea	artes visuais nas
Volume	Semelhanças	Arte Cinética	diferentes mídias.
Cor	Contraste	Op Art	Teoria das Artes Visuais.
Luz	Ritmo Visual	Pop Art	
	Cenografia	Clássicismo	Produção de trabalhos de artes visuais utilizando equipamentos e recursos tecnológicos.
	Técnicas: pintura, desenho, fotografia, audiovisual, gravura...		
	Gêneros: Natureza morta, retrato, paisagem.		

- ÀREA MÚSICA – 7ª SÉRIE

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERIODOS	ABORDAGEM PEDAGÓGICA
-------------------	------------	-----------------------	----------------------

CONTEÚDOS BÁSICOS PARA A SÉRIE

Altura	Ritmo	Indústria cultural	
	Melodia		
Duração	Harmonia	Eletrônica	
Timbre	Tonal, modal e a fusão de ambos.	Minimalista Rap, Rock, Tecno,	
Intensidade	Técnicas: vocal, instrumental,	Sertanejo pop	
Densidade	eletrônica, informática e mista	Vanguardas	
	Sonoplastia	Clássica	

ÁREA TEATRO – 7ª SÉRIE

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERIODOS	ABORDAGEM PEDAGÓGICA
-------------------	------------	-----------------------	----------------------

CONTEÚDOS BÁSICOS PARA A SÉRIE

Personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais]	Representação no Cinema e Mídias (Vídeo, TV e Computador)	Indústrias Cultural Realismo Expressionismo	Percepção dos modos de fazer teatro, através de diferentes mídias.
Ação	Texto dramático Cenografia Maquiagem Sonoplastia Roteiro, enredo.	Cinema Novo Vanguardas Classicismo	Teorias da representação no teatro e mídias.
Espaço	Técnicas: jogos teatrais, sombra, adaptação cênica.		Produção de trabalhos de representação utilizando equipamentos e recursos tecnológicos.

• ÁREA DANÇA – 7ª SÉRIE

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERIODOS	ABORDAGEM PEDAGÓGICA
-------------------	------------	-----------------------	----------------------

CONTEÚDOS BÁSICOS PARA A SÉRIE

Movimento	Direções	Hip Hop	Percepção dos modos
-----------	----------	---------	---------------------

corporal	Dinâmicas	Musicais	de fazer dança, através de diferentes mídias.
	Aceleração	Expressionismo	
Tempo	Improvisação	Indústria Cultural	Teorias da dança de palco e em diferentes mídias.
	Coreografia	Dança Moderna	
Espaço	Sonoplastia	Dança Clássica	
	Gênero: Indústria Cultural, espetáculo		Produção de trabalhos com dança utilizando equipamentos e recursos tecnológicos.

- **ÁREA ARTES VISUAIS – 8ª SÉRIE**

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERIODOS	ABORDAGEM PEDAGÓGICA
------------------------------	-------------------	----------------------------------	---------------------------------

CONTEÚDOS BÁSICOS PARA A SÉRIE

Linha	Bidimensional	Realismo	Percepção dos modos de
Forma	Tridimensional	Dadaísmo	
Textura	Figurativa	Arte Engajada	fazer trabalhos com
Superfície	Geométrica	Muralismo	artes visuais e sua
Volume	Figura-fundo	Pré-colombiana	função social.
Cor	Perspectiva	Grafite (Hip Hop)	Teoria das Artes
Luz	Semelhanças	Romantismo	Visuais.
	Contrastes		Produção de trabalhos com os modos de organização com enfoque na arte Engajada.
	Ritmo Visual		
	Cenografia		
	Técnicas: Pintura, desenho, performance...		
	Gêneros: Paisagem urbana, idealizada, cenas do cotidiano.		

- **ÁREA MÚSICA – 8ª SÉRIE**

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

ELEMENTOS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E	ABORDAGEM
------------------	-------------------	---------------------	------------------

FORMAIS		PERIODOS	PEDAGÓGICA
----------------	--	-----------------	-------------------

CONTEÚDOS BÁSICOS PARA A SÉRIE

Altura	Ritmo	Música Engajada	Percepção dos modos de fazer música e sua função social.
	Melodia		
Duração	Harmonia	Música Popular Brasileira. Música contemporânea	Teorias da música.
	Estrutura		
Timbre	Técnicas: vocal, instrumental, mista	Hip Hop, Rock, Punk	Produção de trabalhos com os modos de organização e composição musical, com enfoque na Arte Engajada.
Intensidade	Gêneros: popular, folclórico, étnico.	Romantismo	
Densidade			

ÁREA TEATRO – 8ª SÉRIE

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERIODOS	ABORDAGEM PEDAGÓGICA
--------------------------	-------------------	------------------------------	-----------------------------

CONTEÚDOS BÁSICOS PARA A SÉRIE

Personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais.	Técnicas: Monólogo, jogos teatrais, direção, ensaio, Teatro-Fórum,	Teatro Engajado	Percepção dos modos de fazer teatro e sua função social.
	Teatro Imagem	Teatro do Oprimido	
	Representação	Teatro Pobre	Teorias do teatro.
		Teatro do Absurdo	
		Romantismo	

Ação	Roteiro, enredo		Criação de trabalhos com os modos de organização e composição teatral com enfoque na Arte Engajada.
	Dramaturgia		
	Cenografia		
Espaço	Sonoplastia		
	Iluminação		
	Figurino		
	Gêneros		

• **ÁREA DANÇA – 8ª SÉRIE**

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERIODOS	ABORDAGEM PEDAGÓGICA
--------------------------	-------------------	------------------------------	-----------------------------

CONTEÚDOS BÁSICOS PARA A SÉRIE

Movimento corporal	Ponto de Apoio	Arte Engajada	Percepção dos modos de fazer dança e sua função social.
	Níveis (alto, médio e baixo)	Vanguardas	
Tempo	Rotação	Dança	Teorias da dança.
	Deslocamento	Contemporânea	
Espaço	Gênero: Salão, espetáculo, moderna	Romantismo.	Produção de trabalhos com os modos de organização e composição da dança com enfoque na Arte Engajada.
	Coreografia.		

METODOLOGIA DA DISCIPLINA

De origem grega, a palavra MÉTODO se compõe de META e ODÓS e significa: “proceder de certa maneira para alcançar um fim”. Assim, a metodologia no ensino da arte deve garantir e ajudar os alunos a desenvolver modos interessantes, imaginativos e criadores de fazer e pensar sobre a arte, exercitando seus modos de expressão e comunicação, resultando em aulas dinâmicas, vivas e interessantes, pois não existe um só método que tenha dado o mesmo resultado com todos os alunos. O ensino torna-se mais eficaz quando o professor conhece as questões que podem ocorrer durante um processo de criação, saiba formular para si mesmo perguntas relativas ao conhecimento artístico e conheça as diferenças entre seus alunos, observando-os antes, durante e após as atividades desenvolvidas. Isso se faz importante, na medida em que cada aluno assimila as suas experiências de modo muito pessoal. Cabe ao professor captar os saberes trazidos pelos alunos, pois no processo ensino-aprendizagem também faz parte as experiências já adquiridas. Isso tudo, somando aos recursos didáticos e tecnológicos disponibilizados, certamente levarão o aluno a uma ação cultural da arte tanto dentro da comunidade escolar, como na sua vida afora, não esquecendo que, de certa maneira ensinar arte é ensinar a ver o mundo...

Recursos didáticos e tecnológicos a serem utilizados no processo ensino-aprendizagem.

- Vídeos educativos, DVD e documentários relacionados com o tema proposto;
- Filmes consagrados;
- CD's de músicas antigas e atuais, nacionais e estrangeiras;
- Textos literários, revistas, jornais, cartazes e outros meios escritos;
- Pesquisa de campo;
- Caminhadas ecológicas, “pedágios”, manifestos, etc.;
- Pesquisas na Internet, acesso a imagens, textos, programas interativos, etc.;

- Interdisciplinaridade com disciplinas afins, como História, Português, Ciências, Educação Física, buscando elementos para inspirar e/ou complementar os temas propostos;

- Utilização da TV multimídia e Pen Drive.

AVALIAÇÃO DA DISCIPLINA

Os critérios de avaliação dos alunos não levará em conta considerando somente os objetivos e conteúdos propostos para a área e a série, mas sim, todo o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social que os alunos tenham condições de apresentar, lembrando que a base do sistema educativo não é O QUE aprender, mas sim, COMO aprender. Avaliar em arte não pode ser simplesmente a aplicação das normas legais sob formas idênticas às da avaliação em qualquer outra disciplina, mas sim a expressão de um processo próprio, com forma específica. Nesse sentido, muitas vezes, o professor, ao avaliar um aluno, deve levar em conta o esforço que esse aluno fez para atingir o objetivo proposto, a partir do ponto de onde esse aluno se encontrava. Outros pontos também podem ser considerados na avaliação:

- A postura pessoal do aluno diante do grupo, seja em criações artísticas, pessoais ou coletivas, na sua análise, crítica e conclusão quanto à proposta apresentada;

- A relação conteúdo x resultado, de cada um e do grupo, levando-se em consideração o entendimento havido do tema explicado;

- A utilização dos conhecimentos para a solução de problemas e elevação espiritual do ambiente;

- A conscientização do aluno quanto à sua responsabilidade para melhoria do meio ambiente, sabendo que, futuramente, ele será o condutor da sociedade.

Esses meios parecem ser tanto aleatórios e empíricos, mas são necessários e, realmente, eficientes, para uma real avaliação das atividades relacionadas à disciplina. Porém, podem ser aplicadas outras formas de avaliação que, conforme o conteúdo ou tema proposto, irão apresentar subsídios concretos para medir a extensão cognitiva do aluno, quais sejam:

- Provas orais e escritas, teóricas e práticas;

- Seminários e debates em grupo;

- Relatórios individuais;
- Auto-avaliação;
- Dramatizações;
- Trabalhos artísticos;
- Pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANTELE, Bruna Renata; **LEONARDI**, Ângela Cantele. Arte Linguagem Visual – são Paulo: IBEP

BARRETO, Débora. Dança... – Campinas – SP: Autores Associados, 2005.

FUSARI, Maria Felisminda de Rezende; **FERRAZ**, Maria Heloísa Corrêa de Toledo. Arte na Educação Escolar – São Paulo: Cortez, 2001.

IAVELBERG, Rosa. Para gostar de aprender arte – Porto alegre: Artmed, 2003.

JAPIASSU, Ricardo Ottoni Vaz. Metodologia do ensino do teatro – Campinas, SP: Papirus, 2001.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. DCE – Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná – Curitiba: SEED, 2006.

TIRAPELE, Percival. Coleção Arte Brasileira – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.

WISNIK, José Miguel. O som e o sentido. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

**COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR FRANCISCO MANOEL DE LIMA
CAMARGO**

PROPOSTA CURRICULAR CIÊNCIAS - ENSINO FUNDAMENTAL

**TIJUCAS DO SUL
2010**

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

A disciplina de Ciências tem como objeto de estudo o *conhecimento científico* que resulta da investigação da *Natureza*. Do ponto de vista científico, entende-se por *Natureza* o conjunto de elementos integradores que constitui o Universo em toda sua complexidade. Ao ser humano cabe interpretar racionalmente os fenômenos observados na *Natureza*, resultantes das relações entre elementos fundamentais como tempo, espaço, matéria, movimento, força, campo, energia e vida.

A historicidade da ciência está ligada não somente ao conhecimento científico, mas também às técnicas pelas quais esse conhecimento é produzido, as tradições de pesquisa que o produzem e as instituições que as apóiam (KNELLER, 1980).

O ensino de Ciências, no Brasil, foi influenciado pelas relações de poder que se estabeleceram entre as instituições de produção científica, pelo papel reservado à educação na socialização desse conhecimento e no conflito de interesses entre antigas e recentes profissões, “frutos das novas relações de trabalho que se originaram nas sociedades contemporâneas, centradas na informação e no consumo” (MARANDINO, 2005, p. 162).

Considerando-se que o quadro conceitual da disciplina de Ciências é composto por referências da Biologia, da Física, da Química, da Geografia, da Astronomia, entre outras, se faz necessário repensar os fundamentos teórico-metodológicos que sustentam o processo ensino-aprendizagem, a reorganização dos conteúdos científicos escolares, os encaminhamentos metodológicos e a utilização de abordagens, estratégias e recursos pedagógicos/tecnológicos, a partir da história da ciência e da tradição escolar.

Essas reflexões têm como ponto de partida o fato da ciência não utilizar um único método para todas as suas especialidades.

A disciplina de Ciências deve permitir o aluno a interpretar, analisar, refletir, tomar decisões, fornecer subsídios para a formação de opinião crítica quanto aos conteúdos estruturantes. Levar o aluno a entender o sistema complexo de conhecimentos científicos que interagem num processo integrado dinâmico envolvendo a diversidade de espécies atuais e extintas, bem como suas relações estabelecidas entre si e com o ambiente – biodiversidade. Permitir a apreensão dos conhecimentos das diversas formas de energia, sua conservação

e transformações, e aplicabilidades. No conteúdo estruturante de sistemas biológicos, partir do conhecimento prévio, para um entendimento do organismo como um sistema integrado e evolutivo, comparando-o a outros seres vivos. A astronomia faz referência aos conhecimentos sobre a dinâmica dos corpos celestes, evolução do Universo, que leva os estudantes a buscar explicações alternativas para acontecimentos da realidade, o que permite o entendimento de questões astronômicas.

OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

- Compreender a natureza como um todo, dinâmico e o ser humano, em sociedade, como agente de transformação do mundo em que vive, em relação essencial com os demais seres vivos e outros componentes do ambiente;
- Compreender a ciência como um processo de produção de conhecimento e uma atividade humana, histórica, associada a aspectos de ordem social, econômica, político e cultural;
- Identificar relações entre conhecimento científico, produção de tecnologia condições de vida, no mundo de hoje e em sua relação histórica, e compreender a tecnologia como meio para suprir necessidades humanas, sabendo elaborar juízo sobre ricos e benefícios das práticas científico – tecnológico;
- Compreender a saúde pessoal, social e ambiental como bens individuais e coletivos que devem ser promovidos pela ação de diferentes agentes;
- Formular questões, diagnosticar e propor soluções para problemas reais e a partir de elementos das ciências naturais, colocando em prática conceitos, procedimentos e atitudes desenvolvidos no aprendizado escolar;
- Saber utilizar conceitos científicos básicos, associados a energia, matéria, transformação, espaço, tempo, sistema, equilíbrio e vida;
- Saber combinar leituras, observações, experimentações e registros para coleta, comparação entre explicações, organização, comunicação e discussão de fatos e informações;
- Valorizar o trabalho em grupo, sendo capaz de ação crítica e cooperativa para a construção coletiva do conhecimento;
- Compreender e exemplificar como as necessidades humanas, de caráter social, prático cultural, contribuem para o desenvolvimento do conhecimento científico ou, no sentido inverso, beneficiam – se desse conhecimento;
- Compreender as relações de mão dupla entre o processo social e a evolução das tecnologias, associadas à compreensão dos processos de transformação de energia, dos materiais e da vida;
- Valorizar a disseminação de informações social relevantes aos membros da sua comunidade;
- Confrontar as diferentes explicações individuais e coletivas, reconhecendo a existência de diferenças modelos explicativos na ciência, inclusive de caráter histórico, respeitando as opiniões, para elaborar suas idéias e interpretações;

- Elaborar individualmente e em grupo relatos orais, escritos, perguntas e suposições acerca do tema em estudo, estabelecendo relações entre as informações obtidas por meio de trabalhos práticos e de textos, registrando suas próprias sínteses mediante tabelas, gráficos, esquemas, textos ou maquetes;
- Compreender como as teorias geocêntricas e heliocêntricas explicam os movimentos dos corpos celestes, relacionando esses movimentos e dados de observação e à importância histórica dessas diferentes visões;
- Compreender a história evolutiva dos seres vivos, relacionando – a aos processos de formação do planeta;
- Caracterizar as transformações tanto naturais como induzidas pelas atividades humanas, na atmosfera, na litosfera, na hidrosfera e na biosfera, associadas aos ciclos dos materiais e ao fluxo de energia na Terra, reconhecendo a necessidade de investimento para preservar o ambiente em geral, e particularmente, em sua região;
- Compreender o corpo humano e sua saúde como um todo integrado por dimensões biológicas, afetivas e sociais, relacionando a prevenção de doenças e promoção de saúde das comunidades a políticas públicas adequadas;
- Compreender as diferentes dimensões da reprodução humana e os métodos anticoncepcionais, valorizando o sexo seguro e a gravidez planejada.

CONTEÚDOS

5ª SÉRIE

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: ASTRONOMIA

Universo

Sistema solar

Movimentos terrestres

Movimentos celestes

Astros

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: MATÉRIA

Constituição da matéria

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: SISTEMAS BIOLÓGICOS

Níveis de organização celular

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: ENERGIA

Formas de energia

Conversão de energia

Transmissão de energia

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: BIODIVERSIDADE

Organização dos seres vivos

Ecossistema

Evolução dos seres vivos.

6ª SÉRIE

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: ASTRONOMIA

Astros

Movimentos terrestres

Movimentos celestes

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: MATÉRIA

Constituição da matéria

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: SISTEMAS BIOLÓGICOS

Célula

Morfologia e fisiologia dos seres vivos

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: ENERGIA

Formas de energia

Transmissão de energia

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: BIODIVERSIDADE

Origem da vida

Organização dos seres vivos

Sistemática

7ª SÉRIE

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: ASTRONOMIA

Origem e evolução do universo

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: MATÉRIA

Constituição da matéria

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: SISTEMAS BIOLÓGICOS

Célula

Morfologia e fisiologia dos seres vivos

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: ENERGIA

Formas de energia

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: BIODIVERSIDADE

Evolução dos seres vivos

8ª SÉRIE

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: ASTRONOMIA

Astros

Gravitação universal

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: MATÉRIA

Propriedades da matéria

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: SISTEMAS BIOLÓGICOS

Morfologia e fisiologia dos seres vivos

Mecanismos de herança genética

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: ENERGIA

Formas de energia

Conservação de energia

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: BIODIVERSIDADE

Interações ecológicas

METODOLOGIA DA DISCIPLINA

O ensino de Ciências possibilita ao sujeito a capacidade de: Entender a realidade situar-se no mundo de forma ativa, ser crítico, ler textos científicos, entender e avaliar questões sociais, políticas e econômicas, proporcionando o desenvolvimento de uma postura crítica e reflexiva frente às descobertas e os fatos científicos do mundo real.

Estas Diretrizes Curriculares para o ensino de Ciências propõem uma prática pedagógica que leve à integração dos conceitos científicos e valorize o pluralismo metodológico.

Para isso é necessário que os conteúdos específicos de Ciências sejam entendidos em sua complexidade de relações conceituais, não dissociados em áreas de conhecimento físico, químico e biológico, mas visando uma abordagem integradora.

Tais conteúdos podem ser entendidos a partir da mediação didática estabelecida pelo professor de Ciências, que pode fazer uso de estratégias que procurem estabelecer relações interdisciplinares e contextuais, envolvendo desta forma, conceitos de outras disciplinas e questões tecnológicas, sociais, culturais, éticas e políticas.

No âmbito de relações contextuais, ao elaborar o plano de trabalho docente, o professor de Ciências deve prever a abordagem da cultura e história afro-brasileira (Lei 10.639/03), história e cultura dos povos indígenas (Lei 11.645/08) e educação ambiental (Lei 9.795/99).

O professor de Ciências, responsável pela mediação entre o conhecimento científico escolar representado por conceitos e modelos e as concepções alternativas dos estudantes, deve lançar mão de encaminhamentos metodológicos que utilizem recursos diversos, planejados com antecedência, para assegurar a interatividade no processo ensino-aprendizagem e a construção de conceitos de Ciências forma significativa pelos estudantes.

Para que essa perspectiva do currículo de Ciências se efetive na escola, é preciso que os partícipes do processo de ensino e de aprendizagem partilhem da concepção de ciência como construção humana, cujos conhecimentos científicos são passíveis de alteração ao longo da história da humanidade e marcados por intensas relações de poder.

É importante que o professor de Ciências estabeleça as relações entre os diversos conteúdos específicos, nesse sentido, eles devem ser tratados ao longo dos quatro anos do Ensino Fundamental, desde que se respeite o nível cognitivo dos alunos, a realidade local, a diversidade cultural, as diferentes formas de apropriação dos conteúdos específicos por parte dos alunos e, adote uma linguagem coerente com a faixa etária, aumentando gradativamente o aprofundamento da abordagem desses conteúdos, e que os conhecimentos físicos, químicos e biológicos estejam articulados de modo a favorecer a compreensão dos fenômenos estudados, uma vez que esses conhecimentos são contribuições das respectivas ciências de referência e precisam ser tratados em todas as séries finais do Ensino Fundamental.

A experimentação formal em laboratórios didáticos, por si só, não resulta na apropriação dos conteúdos específicos e conhecimentos científicos pelos alunos. Pois, o processo de ensino e de aprendizagem em Ciências, não deve se limitar a uma única metodologia ou ficar restrito a um único espaço físico. Sendo assim, é importante lembrar que as aulas e atividades práticas podem acontecer em diversos ambientes, na escola ou fora dela.

As atividades práticas têm o seu conceito ampliado quando entendidas como qualquer atividade pedagógica em que os alunos se envolvem diretamente, como, por exemplo, na utilização do computador; leitura, análise e interpretação de dados, gráficos, imagens, gravuras, tabelas e esquemas; resolução de problemas; pesquisas bibliográficas, entrevistas, seminários, fóruns de discussão, visita a campo, dentre outras.

Por meio das atividades práticas e das aulas práticas os alunos passam a compreender a inter-relação entre os conhecimentos físicos, químicos e biológicos envolvidos na explicação dos fenômenos naturais, bem como os processos de extração e industrialização da matéria-prima, os impactos ambientais decorrentes desses processos, os materiais utilizados, os procedimentos dessas atividades e o destino dos resíduos, caracterizando uma abordagem ampla e articulada dos fenômenos estudados.

Cada um dos materiais alternativos, reagentes químicos e equipamentos utilizados precisa ser reconhecido pelos sujeitos envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem considerando desde a sua origem, composição química, funcionalidade, até a sua relevância, não só no momento da aula prática para o estudo do fenômeno em questão, mas também na vida cotidiana.

Entretanto, outras variáveis interferem no processo ensino-aprendizagem de conceitos científicos, dentre elas o enraizamento das concepções alternativas, as apropriações culturais locais ou regionais, a concepção de ciência do professor e a qualidade de sua prática de ensino.

O processo ensino-aprendizagem pode ser melhor articulado com o uso de:

- recursos pedagógicos/tecnológicos que enriquecem a prática docente, tais como: livro didático, texto de jornal, revista científica, figuras, revista em quadrinhos, música, quadro de giz, mapa (geográficos, sistemas biológicos, entre outros), globo, modelo didático (torso, esqueleto, célula, olho, desenvolvimento embrionário, entre outros), microscópio, lupa, jogo, telescópio, televisor, computador, retroprojeter, entre outros;
- de recursos instrucionais como organogramas, mapas conceituais, mapas de relações, diagramas V, gráficos, tabelas, infográficos, entre outros;
- de alguns espaços de pertinência pedagógica, dentre eles, feiras, museus, laboratórios, exposições de ciência, seminários e debates.

Diante de todas essas considerações propõem-se alguns elementos da prática pedagógica a serem valorizados no ensino de Ciências, tais como: a abordagem problematizadora, a relação contextual, a relação interdisciplinar, a pesquisa, a leitura científica, a atividade em grupo, a observação, a atividade experimental, os recursos instrucionais e o lúdico, entre outros.

Vale destacar a importância dos registros que os alunos fazem no decorrer das atividades desenvolvidas nas aulas, pois através destes o professor poderá analisar a própria prática e realizar uma intervenção pedagógica coerente no processo educativo. Além disso, o professor pode divulgar a produção de seus alunos, com o intuito de promover a socialização dos saberes, a interação entre os estudantes e destes com a produção científico-tecnológica.

AValiação

A avaliação se dará ao longo do processo de ensino e de aprendizagem possibilitando ao professor, por meio de uma interação diária com os alunos, contribuições importantes para verificar em que medida os alunos se apropriaram dos conteúdos específicos tratados nesse processo.

A avaliação é atividade essencial do processo ensino-aprendizagem dos conteúdos científicos escolares e, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases n. 9394/96, deve ser contínua e cumulativa em relação ao desempenho do estudante, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A ação avaliativa é importante no processo ensino-aprendizagem, pois pode propiciar um momento de interação e construção de significados no qual o estudante aprende. Para que tal ação torne-se significativa, o professor precisa refletir e planejar sobre os procedimentos a serem utilizados e superar o modelo consolidado da avaliação tão somente classificatória e excludente.

Será preciso respeitar o estudante como um ser humano inserido no contexto das relações que permeiam a construção do conhecimento científico escolar. Desse modo, a considerar o modelo ensino-aprendizagem proposto nestas diretrizes, a avaliação deverá valorizar os conhecimentos alternativos do estudante, construídos no cotidiano, nas atividades experimentais, ou a partir de diferentes estratégias que envolvem recursos pedagógicos e instrucionais diversos.

Nestes termos, avaliar no ensino de Ciências implica intervir no processo ensino-aprendizagem do estudante, para que ele compreenda o real significado dos conteúdos científicos escolares e do objeto de estudo de Ciências, visando uma aprendizagem realmente significativa para sua vida.

BIBLIOGRAFIA

ANDERY, M. A.; MICHELETTO, N.; SERIO, T. M. P. [et al]. Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica. 14. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 2004.

AUSUBEL, D.; NOVAK, J. D.; HANESIAN, H. Psicologia educacional. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

BACHELARD, G. A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARRA, V. M.; LORENZ, K. M. Produção de materiais didáticos de Ciências no Brasil, período: 1950 a 1980. Revista Ciência e Cultura. Campinas, v.38, n.12, p. 1970-1983, dezembro, 1986.

BARROS FILHO, J.; SILVA, D. da. Algumas reflexões sobre a avaliação dos estudantes no ensino de Ciências. Ciência & Ensino, n. 9, p. 14-17, dez. 2000.

BASTOS, F. História da ciência e pesquisa em ensino de ciências: breves considerações. In: NARDI, R. Questões atuais no ensino de Ciências. São Paulo: Escrituras, 1998. p. 43-52.

CARVALHO, A. M. P.; GIL-PÉREZ, D. Formação de professores de Ciências: tendências e inovações. São Paulo: Cortez, 2001.

CHASSOT, A. Ensino de Ciências no começo da segunda metade do século da tecnologia. In: LOPES, A. C.; MACEDO, E. (Orgs.). Currículo de Ciências em debate. Campinas, SP: Papirus, 2004. p. 13-44.

CHAUÍ, M. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 2005.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A. Metodologia do ensino de Ciências. São Paulo: Cortez, 1998.

DURANT, J. O que é alfabetização científica? In: MASSARANI, L.; TURNEY, J; MOREIRA, I. C. (Org). Terra incógnita: a interface entre ciência e público. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

FERNANDES, J. A. B. Ensino de Ciências: a biologia na disciplina de Ciências. Revista da Sociedade Brasileira de Ensino de Biologia, São Paulo, v.1, n.0, ago. 2005.

FOUREZ, G. A construção das Ciências: introdução à filosofia e à ética das Ciências. 3. ed. Ujuí: Unijuí, 1995.

FREIRE, P. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FREIRE-MAIA, N. A ciência por dentro. Petrópolis: Vozes, 2000.

FUTUYMA, D. J. Biologia evolutiva. Ribeirão Preto: Funpec/Sociedade Brasileira de Genética/CNPq, 1993.

GHIRALDELLI JR., P. História da educação. São Paulo: Cortez, 1991.

GONÇALVES, F. P.; GALIAZZI, M. do C. A natureza das atividades experimentais no ensino de Ciências: um programa de pesquisa educativa nos cursos de licenciatura. In: **MORAES, R.; MANCUSO, R.** Educação em Ciências: produção de currículos e formação de professores. Ijuí: Unijuí, 2004. p. 237-252.

HABERMAS, J. Técnica e ciência enquanto ideologia. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

HOBBSAWM, E. J. A. Era dos extremos. O breve século XX: 1914 – 1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HOFFMANN, J. M. L. Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista. Educação e Realidade, Porto Alegre, 1991.

KNELLER, G. F. A ciência como atividade humana. Rio de Janeiro: Zahar, São Paulo: EDUSP, 1980.

KRASILCHIK, M. O professor e o currículo de Ciências. São Paulo: EPU/Edusp, 1987.

_____. **Reformas e realidade: o caso do ensino das Ciências.** Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 85-93, 2000.

LINS DE BARROS, H. A cidade e a ciência. In: MASSARANI, L.; MOREIRA, I C.; **BRITO, F.** Ciência e Público: caminhos da educação científica no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

LOPES, A. C. Conhecimento escolar: ciência e cotidiano. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

_____. **Currículo e epistemologia.** Ijuí: UNIJUÍ, 2007.

LOPES, M. M. O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as Ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

MACEDO, E. F. de; LOPES, A. C. A estabilidade do currículo disciplinar: o caso das Ciências. In: LOPES, A. C; MACEDO, E. (Org.). Disciplinas e integração curricular: história e políticas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 73 – 94.

MARANDINO, M. A pesquisa educacional e a produção de saberes nos museus de ciência. História, Ciências, Saúde, Manguinhos, Fiocruz, Rio de Janeiro, v.12, p.161-181, 2005.

MARTINS, R. de A. Sobre o papel da história da ciência no ensino. Sociedade Brasileira de História da Ciência, v.1, n.9, p. 3-5, ago. 1990.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Currículo básico de educação de jovens e adultos, 2º grau fase II. Curitiba: SEED, 1991.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Currículo básico para a escola pública do estado do Paraná. 3 ed. Curitiba: SEED, 1997.

MENEZES, L. C. de. Ensinar Ciências no próximo século. In: HAMBURGER, E. W.; **MATOS, C.** O desafio de ensinar Ciências no século XXI. São Paulo: Edusp/Estação Ciência; Brasília: Cnpq, 2000. p. 48-54.

MOREIRA, M. A. Aprendizagem significativa. Brasília: UnB, 1999.

PONCZEK, R. L. Da bíblia a Newton: uma visão humanística da mecânica. In: **ROCHA, J. F.** (Org.). Origens e evolução das idéias da física. Salvador: EduFBA, 2002. p. 21-139.

RAMOS, M. G. Epistemologia e ensino de Ciências: compreensões e perspectivas. In: **MORAES, R.** (Org.). Construtivismo e ensino de Ciências: reflexões epistemológicas e metodológicas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p. 13-36.

REALE, G.; ANTISERI, D. História da filosofia. São Paulo: Paulus, 2005.

RONAN, C. A. História ilustrada da ciência: das origens à Grécia. Rio de Janeiro: Zahar, 1997a.

_____. **História ilustrada da ciência: Oriente, Roma e Idade Média.** Rio de Janeiro: Zahar, 1997b.

_____. **História ilustrada da ciência: da Renascença à Revolução Científica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1997c.

_____. **História ilustrada da ciência: a Ciência nos séculos XIX e XX.** Rio de Janeiro: Zahar, 1997d.

RUSS, J. Dicionário de filosofia. São Paulo: Scipione, 1994.

SANTOS, S. A. dos; STANGE, C. E. B.; SANTOS, J. M. T. dos. Projeto IDEC: uma experiência com professores do Ensino Fundamental – 5a. a 8a. séries. In: SOUZA, O. A. de. **Universidade: pesquisa, sociedade e tecnologia.** Coleção Seminários de Pesquisa da UNICENTRO, v. 2. Guarapuava: UNICENTRO, 2005.

SEVCENKO, N. A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VIDEIRA, A. A. P. Breves considerações sobre a natureza do método científico. In: SILVA, C. C. (Org.). Estudos de história e filosofia das Ciências. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2006. p. 23-40.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991a.

_____. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1991b.

WILSON, E. O. Biodiversidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

**COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR FRANCISCO MANOEL DE LIMA
CAMARGO**

PROPOSTA CURRICULAR EDUCAÇÃO FÍSICA - ENSINO FUNDAMENTAL

**TIJUCAS DO SUL
2010**

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

É com o corpo que somos capazes de ver, ouvir, falar, perceber e sentir as coisas. O relacionamento com a vida e com os outros corpos dá-se pela comunicação e pela linguagem e o corpo é e possui. Essa é a nossa existência, na qual temos consciência do eu no tempo e no espaço o corpo, ao expressar seu caráter sensível, torna-se veículo e meio de comunicação.

A comunicação corporal entre os indivíduos tende a acontecer quando estes têm a consciência de seus corpos sensíveis, repletos de vontade e intencionalidade. Portanto, a receptividade e a transmissão de informações, através dos movimentos corporais entre os indivíduos acontecem de maneira natural e espontânea, sucedendo-se entre eles um elo de ligação preso pela sensibilidade, a comunicação é uma negociação entre pessoa, um ato criativo. E quando nós nos comunicamos formamos um sistema de interação e reação integrado em harmonia.

Os gestos, as posturas e as expressões faciais são criados, mantidos ou modificados em virtude de os homens serem seres sociais e viverem num determinado contexto cultural. Isto significa que os indivíduos têm uma forma diferenciada de se comunicar corporalmente, que se modifica de cultura para cultura.

E os indivíduos, por sua vez, aprende a fazer uso das expressões corporais, de acordo com o ambiente em que se desenvolve como pessoa. Isto quer dizer que todo movimento do corpo tem um significado de acordo com o contexto

Nas ações corporais dos jovens e adolescentes, durante as atividades físicas, o enfoque está voltado para o corpo, para as idéias e para os sentimentos que continuam sendo controlados. Dessa forma, o corpo acabará imobilizado, sem reações, sem vibrações, tornando as idéias conservadoras, tensas e rígidas.

Sentir e perceber as emoções, transmitir vontades, decidir sobre o que quer fazer, explorar as potencialidades com vigor são mensagens emitidas pelos alunos por meio dos movimentos corporais.

O complexo organismo humano se relaciona com o mundo movendo-se, quando o corpo se move, os sentimentos captam informações. As terminações neurais enviam informações para os córtices sensoriais da visão, da audição, do paladar, do olfato e sensações somáticas. Os sentidos possibilitam ler o mundo.

A Educação Física permite que se vivenciem diferentes práticas corporais das mais diversas manifestações culturais e se enxerguem como essa variada combinação de influências está presente na vida cotidiana. As danças, esportes, lutas, jogos e ginásticas compõem um vasto patrimônio cultural que deve ser valorizado, conhecido e desfrutado. Além disso, esses conhecimentos contribuí para a adoção de uma postura não-preconceituosa e discriminatória diante das manifestações e expressões dos diferentes grupos étnicos e sociais e às pessoas que dele fazem parte.

A Educação Física, pretende refletir sobre as necessidades atuais de ensino, superando uma visão fragmentada de homem, permitindo o entendimento do corpo em muito de sua complexidade, ou seja, a Educação Física, permitindo uma abordagem biológica, antropológica, psicológica, filosófica e política das práticas corporais, justamente por sua constituição interdisciplinar, buscando assim superar as concepções fundadas nas lógicas instrumental, anátomo funcional e esportivizada provenientes de outras matrizes teórico-metodológicas fundadas, principalmente, no modelo de inspiração positivista, originário das ciências da natureza.

OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

Ampliar campo de intervenção da Educação Física, para além das abordagens centradas na motricidade.

Propiciar o desenvolvimento dos conteúdos elencados no currículo de maneira que sejam relevantes e estejam de acordo com a capacidade cognoscitiva do aluno.

Estimular as práticas corporais tendo como princípio básico o desenvolvimento do sujeito unilateral.

Superar o caráter da Educação Física como mera atividade, de “prática pela prática”.

Integrar o processo pedagógico como elementos fundamentais para o processo de formação humana do aluno.

Propiciar ao aluno uma visão crítica do mundo e da sociedade na qual está inserido.

Priorizar a construção do conhecimento sistematizado como oportunidade ímpar, na reelaboração de idéias e práticas que por meio de ações pedagógicas, intensifiquem a compreensão do aluno sobre a gama de conhecimentos produzidos pela humanidade e suas implicações para a vida.

CONTEÚDOS

5ª SÉRIE

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS
GINÁSTICA	<p>-Conhecimento do próprio corpo</p> <p>-Ginástica Artística</p> <p>-Ginástica Circense</p> <p>-Ginástica Rítmica</p>	<p>-Hábitos saudáveis de higiene, alimentação, Postura, Puberdade</p> <p>-Movimentos básicos: rolamentos para frente e para trás; parada de cabeça; equilibrar; balançar; saltar.</p> <p>-Atividades circenses com materiais alternativos (fita de crepom) e história da g.circense</p> <p>-Movimentos da ginástica rítmica com arco e bola e história da GR</p>
JOGOS E BRINCADEIRAS	<p>-Jogos e brincadeiras populares</p> <p>-Brincadeiras e Cantigas de roda</p>	<p>-Amarelinha; mãe pega; mãe cola; nunca três; mãe ajuda; fugi-fugi; dia e noite; stop; Gato e rato; lenço atrás; dança das cadeiras; barra manteiga.</p> <p>-Caçador; Pique bandeira.</p> <p>-História dos brinquedos e brincadeiras.</p>

	<p>-Jogos de Tabuleiro</p> <p>-Jogos Dramáticos</p>	<p>-Confecção de brinquedos com material alternativo.</p> <p>-Disposição e movimentação básica dos jogos de tabuleiro.</p> <p>-Dama, Trilha, Ludo, Dominó.</p> <p>-Imagem e Ação</p> <p>.Mímica</p> <p>.Improvisação</p>
ESPORTES	<p>-Individual</p> <p>-Coletivos</p>	<p>-Atletismo</p> <p>-História do Atletismo</p> <p>-História dos Jogos Olímpicos</p> <p>-Tênis de Mesa</p> <p>-Futsal</p> <p>-Futebol</p> <p>-Basquetebol</p> <p>-Handebol</p> <p>-Voleibol</p> <p>-Jogos pré-desportivos</p>

DANÇAS	-Danças Folclóricas -Danças Circulares	-História dos Esportes -História da Copa do Mundo - Histórico e principais danças regionais e Passos básicos das danças;
LUTAS	-Capoeira	Origem, aspectos históricos e movimentos básicos;

6ª SÉRIE

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS
GINÁSTICA	<p>-Conhecimento do próprio corpo;</p> <p>-Valores humanos;</p> <p>-Ginástica artística.</p> <p>-Ginástica rítmica;</p> <p>-Ginástica circenses;</p>	<p>- Aquecimento (fundamentos e formas);</p> <p>-Identificação das funções orgânicas (contração, frequência cardíaca e respiratória);</p> <p>-Postura;</p> <p>-Alterações fisiológicas (adolescência);</p> <p>-Respeito, união, organização e responsabilidade;</p> <p>-Posturas e elementos da ginástica (rolamentos, avião, roda, rodante, paradas de mão e de cabeça);</p> <p>-Bola, fita;</p> <p>- Bola e mala bares;</p>
JOGOS E BRINCADEIRAS	<p>-Jogos cooperativos;</p>	<p>-dividir o tapete, Atravessar o outro lado;</p>

	<p>-Jogos de estafetas;</p> <p>-Jogos dramáticos e de interpretação;</p> <p>-Jogos de raquetes e peteca;</p> <p>- Jogos de tabuleiro;</p>	<p>- Chicotinho queimado, lascas o pião;</p> <p>-Teatro, mímica;</p> <p>-Recorte histórico delimitado tempos e espaços nos jogos;</p> <p>-Construção coletiva dos jogos e materiais;</p> <p>-Jogos de bets, Regras e fundamentos dos jogos;</p> <p>- Xadrez - Historia e regras;</p>
ESPORTES	<p>-Individual;</p> <p>-Coletivos</p>	<p>- Atletismo</p> <p>-Fundamentos básicos, regras das diferentes modalidades do atletismo;</p> <p>- Tênis de mesa;</p> <p>-Fundamentos básicos e regras</p> <p>-Futsal;</p> <p>-Basquetebol;</p> <p>-Handebol; Voleibol</p>

		<ul style="list-style-type: none"> -Voleibol -Fundamentos básicos e regras dos esportes; -Jogos adaptados (pré desportivos) -Copa do mundo: Trajectoria da seleção brasileira na copa e históricos das copas do mundo;
LUTAS	- Judô;	<ul style="list-style-type: none"> - Movimentos de golpes e defesa; - Histórico do judô;
DANÇAS	<ul style="list-style-type: none"> -Danças folclóricas (Paraná); -Dança de rua 	<ul style="list-style-type: none"> - Histórico e principais danças regionais como o pau de fita e Passos básicos da dança; -Hip-Hop (Break) -Aspectos históricos e Passos básicos da dança;

7ª SÉRIE

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS
GINÁSTICA	<p>-Conhecimento do próprio corpo</p> <p>-Relações Humanas</p> <p>-Ginástica Aeróbica;</p> <p>- Ginástica Circense;</p> <p>- Ginástica Rítmica ;</p>	<p>-Capacidades físicas;</p> <p>-Efeitos da atividade física sobre o organismo;</p> <p>-Mudanças fisiológicas da adolescência.</p> <p>-Principais estruturas ósseas, grupos musculares e articulares;</p> <p>-Postura.</p> <p>-Comunicação, Amizade, Namoro e Amor;</p> <p>-Sexualidade</p> <p>Fundamentos da ginástica aeróbica;</p> <p>Criação de seqüências de ginástica circense e rítmica</p>
JOGOS E BRINCADEIRAS	<p>-Jogos cooperativos e Jogos de interação/relacionamento.</p>	<p>Ex: cadeira livre, dança das cadeiras cooperativas, salve-se com um abraço,</p>

	<p>-Jogos dramáticos</p> <p>-Jogos de tabuleiro</p>	<p>João bobo;</p> <p>-Mímicas improvisações e imitação;</p> <p>Xadrez</p> <p>Fundamentos e história.</p>
ESPORTES	<p>-Individual</p> <p>-Coletivos</p>	<p>-Tênis de mesa</p> <p>-Fundamentos básicos e regras ;</p> <p>-Futsal</p> <p>-Basquetebol</p> <p>-Handebol</p> <p>-Voleibol</p> <p>-Esportes adaptados</p> <p>-Fundamentos básicos, regras dos diferentes esportes;</p> <p>-Jogos pré-desportivos</p> <p>-Sistemas táticos:</p> <p>Sistemas individuais de defesa e ataque do futsal, basquetebol e handebol;</p>
DANÇAS	-Dança de salão	<p>-Forró</p> <p>-Aspectos históricos e</p>

	-Dança de rua	Passos básicos da dança; -Hip-Hop (Break)
LUTAS	-Karate	Origem, aspectos históricos e fundamentos;

8ª SÉRIE

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS
GINÁSTICA	<ul style="list-style-type: none">-Conhecimento do próprio corpo- Relações Humanas-Geral e Yoga	<ul style="list-style-type: none">- Capacidades físicas, análise do grau de implicações em determinadas atividades físicas.- Análise postural-Auto percepção e auto estima-Uniões, Amor.-Prevenção ao uso indevido de drogas;- História e movimentos básicos
JOGOS E BRINCADEIRAS	<ul style="list-style-type: none">-Jogos cooperativos-Jogos adaptados	<p>Diferenciar jogos cooperativos e os jogos competitivos a partir dos seguintes elementos: visão do jogo, objetivos, o outro e relação resultado/consequência/ motivação.</p> <ul style="list-style-type: none">- Estratégia e imaginação

ESPORTES	-Coletivos	-Futsal -Basquetebol -Handebol -Voleibol -Fundamentos básicos, regras dos diferentes esportes; -Jogos pré-desportivos; -Sistemas táticos: Sistema 2x2 do futsal; Sistema 2X1X2 do basquetebol; Sistema 6X0 de defesa e ataque do handebol; Sistema 6x0 do voleibol;
DANÇAS	-Dança de salão -Dança de rua	-Vanera, chote... (gaúchas) -Aspectos históricos e Passos básicos das danças; -Hip-Hop (Break)
LUTAS	-Taekondo	-Origem, aspectos históricos e movimentos básicos;

METODOLOGIA DA DISCIPLINA

Os pressupostos do materialismo histórico-dialético, configuram a Cultura Corporal, objeto de estudo da Educação Física, relacionando o movimento humano, historicamente constituído, ao cotidiano escolar em todas as suas formas de manifestações culturais, políticas, econômicas e sociais. Para tanto, utiliza-se da metodologia crítico-superadora onde o educando pode ampliar sua visão de mundo por meio da cultura corporal, superando a perspectiva pautada no tecnicismo e na esportivização das práticas corporais onde então poder-se-á contribuir para que os alunos se tornem sujeitos capazes de reconhecer o próprio corpo, ter autonomia sobre ele, e adquirir uma expressividade corporal consciente.

A mídia precisa ser objeto explícito de ensino e aprendizagem na Educação Física, pela sua importância e influência nas práticas da cultura corporal de movimento, tanto como meio quanto como fim, tendo como finalidade última capacitar o aluno a uma apreciação crítica em relação a ela.

Num primeiro momento, pode-se associar as produções da mídia às aulas, fazendo referências a imagens e eventos esportivos transmitidos pela TV, ou publicadas em jornais e revistas, tratando de temas como riscos e benefícios das atividades físicas, a vinculação de certas práticas corporais a camadas sociais, a popularidade de certos esportes.

Uma outra etapa consiste em aprender a interpretar o discurso da mídia de maneira crítica, o que implica compreender sua linguagem específica e aprender a identificar outros modelos de práticas corporais que não o hegemônico.

Numa terceira etapa mais complexa pretende-se que os próprios alunos aprendam a produzir imagem e texto – uma produção cultural que inclua e desenvolva as experiências, as necessidades e os interesses dos alunos, oriundos de seu contexto de vida.

Para tanto, rompe com o tratamento tradicional dos conteúdos que favorecem os alunos que já tem aptidões, adotando um eixo estrutural da ação pedagógica o princípio da inclusão, apontando para uma perspectiva metodológica de ensino e aprendizagem que busca o desenvolvimento da autonomia, da cooperação, da participação social e da afirmação de valores e princípios democráticos. Nesse sentido, busca garantir a todos a possibilidade de

usufruir de jogos, esportes, danças, lutas e ginástica em benefício do exercício da cidadania, estando pautados na corporalidade, entendida como a expressão criativa e consciente do conjunto das manifestações corporais historicamente produzidas, as quais pretendem possibilitar a comunicação e a interação do sujeito: com o outro, com seu meio social e natural.

É necessário que a todo momento busquemos a totalidade em nossas ações pedagógicas, uma vez que os conteúdos que ensinamos são construções humanas e possuem amplitude também humana, procurando diversificar estratégias de abordagem dos conteúdos, professor e aluno podem participar de uma integração corporativa de construção e descoberta, em que o professor promove uma visão organizada do processo como possibilidades reais.

AValiação

A avaliação deve estar a serviço da aprendizagem de todos os alunos, de modo que permeie o conjunto das ações pedagógicas e não como um elemento externo a este processo. Assim sendo os critérios devem ser estabelecidos de forma clara, a fim de priorizar a qualidade e o processo de ensino e aprendizagem, sendo contínua identificando dessa forma os progressos do aluno durante o ano letivo.

A partir da avaliação diagnóstica, tanto o professor quanto os alunos poderão revisar o processo desenvolvido até então para identificar lacunas no processo de ensino e de aprendizagem bem como planejar e propor outros encaminhamentos que visem a superação das dificuldades constatadas.

Será um processo contínuo, permanente e cumulativo, onde o professor estará organizado e reorganizando o seu trabalho tendo no horizonte, as diversas manifestações corporais, evidenciados nas formas da ginástica, do esporte, dos jogos, da dança e das lutas, levando os alunos a refletirem e a se posicionarem criticamente com o intuito de construir uma suposta relação com o mundo.

As práticas avaliativas buscam imprimir na avaliação uma perspectiva de busca constante da identificação de conflitos no processo ensino-aprendizagem, bem como a superação dos mesmos através de esforço crítico e criativo coletivo dos alunos, mobilizando plenamente a consciência dos alunos, seus saberes e suas capacidades cognitivas, habilidades e atitudes para enfrentar problemas e necessidades, buscando novas soluções para as relações consigo mesmo, com os outros e com a natureza, e que estas soluções criativamente encontradas sejam estendidas a outras situações semelhantes.

BIBLIOGRAFIA

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino de Educação Física. São Paulo, Cortez, 1992.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. DCE – Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná – Curitiba: SEED, 2006.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Livro Didático Público – Educação Física. Curitiba – SEED/PR, 2006 – 2ª edição.

SOARES, Carmem Lucia. Educação Física escolar: conhecimento e especificidade. Revista Paul. de educação física. São Paulo, supl. 2. p. 6-12; 1996.

**COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR FRANCISCO MANOEL DE LIMA
CAMARGO- EFM**

PROPOSTA CURRICULAR ENSINO RELIGIOSO - ENSINO FUNDAMENTAL

**TIJUCAS DO SUL
2010**

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

A disciplina de Ensino Religioso tem por base a diversidade expressa nas diferentes expressões religiosas. Assim sendo, o foco no sagrado e em diferentes manifestações, possibilita a reflexão sobre a realidade contida na pluralidade desse assunto, numa perspectiva de compreensão sobre sua religiosidade e a do outro, na diversidade universal do conhecimento humano e de suas diferentes formas de ver o sagrado.

Com isso, a disciplina pretende contribuir para o reconhecimento e respeito às diferentes expressões religiosas advindas da elaboração cultural dos povos, bem como possibilitar o acesso às diferentes fontes da cultura sobre o fenômeno religioso.

Não se pode negar a trajetória histórica do Ensino Religioso no Brasil, mas diante da sociedade atual, esta disciplina requer uma nova forma de ser vista e compreendida no currículo escolar.

Tendo em vista que o conhecimento religioso insere-se como patrimônio da humanidade, e em conformidade com a legislação brasileira que trata do assunto, o Ensino Religioso, em seu currículo, pressupõe promover aos educandos a oportunidade de processo de escolarização fundamental para se tornarem capazes de entender os movimentos religiosos específicos de cada cultura, possuir o substrato religioso, de modo a colaborar com a formação da pessoa.

A sociedade civil, hoje, reconhece como direito os pressupostos desse conhecimento no espaço escolar, bem como a valorização da diversidade em todas as suas formas, pois a sociedade brasileira é composta por grupos muito diferentes.

O Ensino Religioso, tratado nesta perspectiva, contribuiu também para superar a desigualdade étnico-religiosa e garantir o direito Constitucional de liberdade de crença e expressão, conforme Art. 5º, inciso VI, da Constituição Brasileira. Porém, isso deu-se na medida em que a disciplina de Ensino Religioso e o corpo docente também contribuíram para que, no dia-a-dia da escola, o respeito à diversidade fosse construído.

É certo que não se pode negar que as relações de convivência entre grupos diferentes é marcada pelo preconceito, sendo esse um dos grandes

desafios da escola, que pretende ser um espaço da discussão do Sagrado por meio do currículo de Ensino religioso. Segundo Costella, “uma das tarefas da escola é fornecer instrumentos de leitura da realidade e criar as condições para melhorar a convivência entre as pessoas pelo conhecimento, isto é, construir os pressupostos para o diálogo,”(2004, p.101), neste sentido a disciplina de Ensino Religioso tem muito a contribuir.

Para Costella, o Ensino Religioso “(...) não pode prescindir da sua vocação de realidade institucional aberta ao universo da cultura, ao integral acontecimento de pensamento e da ação do homem: a experiência religiosa faz parte desse acontecimento, com os fatos e sinais que a expressam. O fato religioso, como todos os fatos humanos, pertencem ao universo da cultura e, portanto, tem uma relevância cultural, tem uma relevância em sede cognitiva” (2004, p. 104).

Assim, o Ensino Religioso permitirá que os educandos possam refletir e entender como os grupos sociais se constituem culturalmente e como se relacionam com o Sagrado. E, ainda, compreender suas trajetórias, suas manifestações no espaço escolar, estabelecendo relações entre culturas, espaços e diferenças, para que no entendimento destes elementos o educando possa elaborar o seu saber, passando a entender a diversidade de nossa cultura, marcada pela religiosidade.

OBJETIVOS GERAIS

- Propiciar aos educandos a oportunidade de identificação, de entendimento, de conhecimento, de aprendizagem em relação às diferentes manifestações religiosas presentes na sociedade, de tal forma que tenham a amplitude da própria cultura em que se insere. Essa compreensão deve
- Favorecer o respeito à diversidade cultural religiosa, em suas relações éticas e sociais diante da sociedade, fomentando medidas de repúdio a toda e qualquer forma de preconceito e discriminação e o reconhecimento de que, todos nós, somos portadores de singularidade.

CONTEÚDO

5ª SÉRIE

CONTEUDO ESTRUTURANTE	TEXTOS SAGRADOS	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS
		Respeito a diversidade Religiosa: Declaração Universal dos Direitos Humanos e Constituição Brasileira; Liberdade Religiosa; Valores Humanos; O Sagrado em nossa vida Conceitos: sagrado, profano, religião, religiosidade, etc.
		Lugares Sagrados: A expressão de sagrado em diferentes locais; Lugares na natureza; Lugares construídos.
PAISAGEM RELIGIOSA	SÍMBOLOS	Textos Orais e Escritos: Livros Sagrados; Cantos, Narrativas, orações, poemas.

		<p>Organizações Religiosas:</p> <p>Diferentes religiões, seus fundadores e ensinamentos.</p>
--	--	---

6ª SÉRIE

CONTEÚDO ESTRUTURANTE	TEXTO SAGRADO	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS
		Universo Simbólico Religioso Mitos Sagrados; Rituais Sagrados; Símbolos Religiosos no Cotidiano.
	SÍMBOLO	Ritos: Tradições e Celebrações; Rituais de passagem; Manifestações religiosas; Rituais fúnebres; Outros.
	PAISAGEM RELIGIOSA	Festas religiosas: Principais eventos religiosos; Datas comemorativas; Tradições e manifestações; Outros eventos.

	<p>Vida e morte:</p> <p>RESSURREIÇÃO;</p> <p>REENCARNAÇÃO;</p> <p>A vida após a morte em diferentes crenças;</p> <p>Mundo pós – morte: céu, inferno, submundo, terra sem males, etc;</p> <p>Outros interpretações.</p>
--	---

METODOLOGIA

Propor o encaminhamento metodológico da disciplina de Ensino Religioso, não se reduz a determinar formas, métodos, conteúdos ou materiais a serem utilizados em sala de aula, mas pressupõe um constante repensar das ações que subsidiarão este trabalho. Logo as práticas pedagógicas desenvolvidas pelo professor da disciplina poderão fomentar o respeito às diversas manifestações religiosas, ampliando e valorizando universo cultural dos alunos.

Para isso o professor poderá utilizar tanto recursos tecnológicos quanto didáticos como: vídeos, músicas, imagens, revistas, entrevistas, dentre outros.

Uma das formas de romper com a vinculação entre a disciplina de Ensino Religioso e as aulas de religião é superar práticas que tradicionalmente têm marcado o seu currículo, seja em relação aos fundamentos teóricos, ao objeto de estudos, aos conteúdos selecionados, ou ainda em relação ao encaminhamento metodológico adotado pelo professor.

Tendo como ponto de partida o histórico da disciplina e as novas demandas para o Ensino Religioso, foram definidos os fundamentos teóricos da disciplina que só terão sentido no processo de ensino e de aprendizagem, na medida em que sejam incorporados pelos professores, não apenas no planejamento formalizado na escola, mas no efetivo trabalho com os alunos.

Assim, uma das inovações propostas por estas diretrizes é a abordagem dos conteúdos de Ensino Religioso, tendo como objeto de estudos o sagrado, conceito discutido nos fundamentos teórico-metodológicos e que será a base a partir da qual serão tratados todos os conteúdos de Ensino Religioso.

Dessa forma, pretende-se assegurar a especificidade dos conteúdos da disciplina, sem desconsiderar a sua aproximação com as demais áreas do conhecimento. Pode-se citar, por exemplo, que os espaços sagrados podem também constituir conteúdos de geografia, de arte, no entanto, o significado atribuído a esses espaços pelos adeptos desta ou daquela religião, serão tratados, de forma mais aprofundada nas aulas de Ensino Religioso, tendo como foco o sagrado.

Para que o Ensino Religioso contribua efetivamente com o processo de formação dos educandos, foram indicados, a partir dos conteúdos estruturantes: a serem observados pelo professor na 5ª e na 6ª série do Ensino Fundamental.

A forma de apresentação dos conteúdos específicos, explicita a intenção de partir de abordagens de manifestações religiosas ou expressões do sagrado desconhecidas ou pouco conhecidas dos alunos, para posteriormente inserir os conteúdos que tratam de manifestações religiosas mais comuns que já fazem parte do universo cultural da comunidade.

Desse modo, pretende-se evitar a redução dos conteúdos da disciplina às manifestações religiosas hegemônicas, que historicamente têm ocupado um grande espaço nas aulas de Ensino Religioso e pouco tem acrescentado ao processo de formação integral dos educandos, ou seja, no alargamento de sua compreensão e do seu conhecimento a respeito da diversidade religiosa e dos múltiplos significados do sagrado.

Isto não significa que as tradições e manifestações religiosas mais conhecidas e ou majoritárias não serão tratadas no currículo de Ensino Religioso. Elas serão objeto de estudos ao final de cada conteúdo tratado, de modo que os conhecimentos apreendidos de outras manifestações religiosas, constituam-se em novas referências para se analisar e aprofundar os conhecimentos a respeito das manifestações já conhecidas e ou praticadas pelos alunos e ou na comunidade.

Nesse propósito, convém, destacar que todo o conteúdo a ser tratado nas aulas de Ensino Religioso contribuirá para a superação: do preconceito à ausência ou à presença de qualquer crença religiosa; de toda forma de proselitismo, bem como da discriminação de qualquer expressão do sagrado.

Assim, os conteúdos a serem ministrados nas aulas de Ensino Religioso não têm o compromisso de legitimar uma manifestação do sagrado em detrimento de outra, uma vez que a escola não é um espaço de doutrinação, evangelização, de expressão de ritos, símbolos, campanhas e celebrações.

Os conteúdos apresentados neste documento contemplam as diversas manifestações do sagrado, entendidos como integrantes do patrimônio cultural e poderão ser enriquecidos pelo professor, desde que contribuam para a construção, a reflexão e a socialização do conhecimento religioso, proporcionando assim, conhecimentos que favoreçam a formação integral dos educandos, o respeito e o convívio com o diferente.

Para corresponder a esse propósito, a linguagem a ser utilizada nas aulas de Ensino Religioso é a pedagógica e não a religiosa, referente a cada expressão do sagrado, adequada ao universo escolar.

Ao adotar esta abordagem em relação aos conteúdos, o professor estabelecerá uma relação pedagógica com os conhecimentos que compõem o universo sagrado das manifestações religiosas, como construção histórico-social, agregando-se ao patrimônio cultural da humanidade. Não estará, portanto, propondo que se faça juízo desta ou daquela prática religiosa.

Esta também é uma das formas de respeitar o direito à liberdade de consciência e à opção religiosa do educando, ou seja, as reflexões e análises se darão por meio do tratamento dos conteúdos, destacando-se os aspectos científicos do universo cultural do sagrado e da diversidade sócio-cultural, ou seja, o conhecimento das bases teóricas que compõem o universo das diferentes culturas nas quais se firmam o sagrado e suas expressões coletivas.

Tendo em vista a diversidade de conteúdos e o necessário processo de pesquisa a ser realizado pelo professor na identificação de referenciais teóricos que subsidiem o planejamento de suas aulas, recomenda-se que a seleção priorize as produções de pesquisadores daquela manifestação do sagrado e, se necessário consultem produções oriundas da própria manifestação que se pretende tratar. Este procedimento evitará o uso de fonte de informações e de pesquisa comprometidas com os interesses de uma ou de outra tradição religiosa.

Este cuidado é importante, uma vez que as produções de cunho confessional, visam à legitimação de uma manifestação religiosa e, em muitos casos, à desqualificação de outras manifestações utilizadas como estratégias de valorização da doutrina e de manutenção e ou de atrair novos adeptos.

AVALIAÇÃO

Dentre as orientações metodológicas para a disciplina de Ensino Religioso, faz-se necessário destacar os procedimentos avaliativos a serem adotados, uma vez que este componente curricular não tem a mesma orientação que a maioria das disciplinas no que se refere a atribuição de notas e ou conceitos. Ou seja, o Ensino Religioso não se constitui como objeto de reprovação, bem como não terá registro de notas ou conceitos na documentação escolar, isso se justifica pelo caráter facultativo da matrícula na disciplina.

Mesmo com essas particularidades, a avaliação não deixa de ser um dos elementos integrantes do processo educativo na disciplina do Ensino Religioso. Assim, cabe ao professor a implementação de práticas avaliativas que permitam acompanhar o processo de apropriação de conhecimentos pelo aluno e pela classe, tendo como parâmetro os conteúdos tratados e os seus objetivos.

Para atender a esse propósito, o professor terá que elaborar instrumentos que o auxiliem a registrar o quanto o aluno e a turma se apropriaram ou têm se apropriado dos conteúdos tratados nas aulas de Ensino Religioso. Significa dizer que o que se busca com o processo avaliativo é identificar em que medida os conteúdos passam a ser referenciais para a compreensão das manifestações do sagrado pelos alunos.

Para isso o professor poderá utilizar como recursos avaliativos os seminários, debates, trabalhos individuais e em grupos, teatro, etc.

Nesse sentido, a apropriação do conteúdo que fora antes trabalhado pode ser observado pelo professor em diferentes situações de ensino e aprendizagem. Pode-se avaliar, por exemplo, em que medida o aluno expressa uma relação respeitosa com os colegas de classe que têm opções religiosas diferentes da sua; aceita as diferenças e, principalmente, reconhece que o fenômeno religioso é um dado da cultura e da identidade de cada grupo social; emprega conceitos adequados para referir-se às diferentes manifestações do sagrado.

Diante da sistematização das informações provenientes dessas avaliações, o professor terá elementos para planejar as necessárias intervenções no processo de ensino e aprendizagem, retomando as lacunas identificadas no processo de apropriação dos conteúdos pelos alunos, bem como terá elementos

para dimensionar os níveis de aprofundamento a serem adotados em relação aos conteúdos que irá desenvolver posteriormente.

Nessa perspectiva, o professor de Ensino Religioso terá também, a partir do processo avaliativo dos alunos, indicativos importantes para realizar a sua auto avaliação que orientará a continuidade do trabalho ou a imediata reorganização daquilo que já tenha sido trabalhado, tendo como referência este documento de diretrizes.

Mesmo que não haja aferição de notas ou conceitos que impliquem na reprovação ou aprovação dos alunos, estas diretrizes orientam que o professor proceda ao registro formal do processo avaliativo, adotando instrumentos que permitam à escola, ao aluno, aos seus pais ou responsáveis, identificarem os progressos obtidos na disciplina.

Com essa prática, os alunos, especificamente, terão a oportunidade de retomar os conteúdos, como também poderão perceber que a apropriação dos conhecimentos dessa disciplina lhes possibilita conhecer e compreender melhor a diversidade cultural da qual a religiosidade é parte integrante, bem como possibilitará a articulação desta disciplina com os demais componentes curriculares, os quais também abordam aspectos relativos à cultura.

BIBLIOGRAFIA

CRUZ, L. M. Therezinha. Descobrindo Caminhos. Volume 03. Editora FTD.

ELIADE, M . O sagrado e o profano: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes,
1992.

HINNELS, J.R. Dicionário das Religiões. São Paulo: Cultrix, 1989.

NALICH, Francisco Rocha. Volume 05. Ensino Fundamental. Editora Vozes.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares para o Ensino –Fundamental . Ensino Religioso.** Versão Preliminar 2006.

**COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR FRANCISCO MANOEL DE LIMA
CAMARGO- EFM**

PROPOSTA CURRICULAR GEOGRAFIA - ENSINO FUNDAMENTAL

**TIJUCAS DO SUL
2010**

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

As relações com a natureza e com o espaço geográfico fazem parte das estratégias de sobrevivência dos grupos humanos desde suas formas de organização.

Na antiguidade muito se avançou na elaboração dos saberes geográficos. Estudos descritivos das áreas conquistadas e informações sobre a localização, o acesso e as características das cidades e regiões dos impérios eram conhecimentos fundamentais para suas organizações políticas e econômicas.

As questões cartográficas, bem como a forma do planeta, voltaram a se discutidas, a partir do século XII, os mercadores precisavam registrar suas rotas marítimas, a localização e distancias dos continentes, teve discussões e pesquisas e que só no século XVI as expedições terrestres passaram a descrever e representar detalhadamente o espaço – rios, lagos, montanhas, desertos e também as relações homem-natureza.

No século XIX contudo, não haveria sistematização da produção geográfica estavam dispersas em obras diversas. Foram criadas diversas sociedades geográficas, expedições científicas, para África , Ásia e América do Sul, surgindo as escolas nacionais do pensamento geográfico.

Na Europa, sobretudo na Alemanha e na França, a ciência geográfica já se encontrava sistematizada e presente nas universidades desde o século XIX, no Brasil, isso só aconteceu mais tarde que mais tarde.

Nas escolas brasileiras, geografia tinha um caráter decorativo e enciclopedista, focada na descrição do espaço. A partir da segunda metade do século XX surgiram novos enfoques para a análise do espaço geográfico tendo em vista o novo quadro político e econômico no mundo, trazendo para as discussões geográficas assuntos ligados à degradação da natureza, produção e organização do espaço e as questões culturais e demográficas mundiais afetadas pela internacionalização da economia.

No Brasil após o golpe militar de 1964 provocou mudanças substanciais no âmbito educacional. Na disciplina de Estudos Sociais, não garantia a inter-relação entre os conteúdos de geografia e história. Nos anos de

1980, ocorreram movimentos pelo desmembramento da disciplina de Estudos Sociais.

No Paraná as discussões sobre a emergente Geografia Crítica, como método e conteúdo de ensino, sendo publicado em 1990 o Currículo Básico para a Escola Pública do Paraná.

Tal proposta apresentava uma ruptura no ensino da Geografia em relação à chamada Geografia tradicional.

A compreensão e incorporação da Geografia Crítica foram gradativas e inicialmente vinculadas aos programas de formação continuada. Quando antecederam reformas políticas e econômicas vinculadas ao pensamento neoliberal que atingiram a educação.

Nesse contexto, ocorreram a produção e a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), bem como a construção dos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais).

A política educacional paranaense a partir de 2003 fez com que o professor de Geografia reorganizasse através das diretrizes curriculares as relações entre o objeto de estudo da disciplina e os conteúdos a serem abordados.

As diretrizes curriculares se apresentam como documento norteador que traz questões e epistemológicas, teóricas e metodológicas que visam problematizar a abrangência dos conteúdos de Geografia.

Essa reflexão deveria ser ancorada num suporte teórico - crítico que vincule o objeto da Geografia, seus conceitos referenciais, conteúdos de ensino e, abordagens metodológicas aos determinantes sociais, econômicas, políticas e culturais do atual contexto histórico.

OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

Entender o espaço geográfico como espaço produzido transformado e apropriado pela sociedade, composto por diversos objetos naturais, culturais e técnicos bem como as ações inseridas nesse espaço dentro das relações sociais, culturais, políticas e econômicas.

Fornecer ao aluno, conhecimento específicos da geografia para interpretar criticamente o espaço sendo um agente transformador nas relações sócios espaciais do local ao global, retornando ao local.

Trabalhar os conceitos de sociedade, natureza, território, região e paisagem dentro da dimensão econômica, sócio ambiental, cultural, demográfica e na geopolítica.

Fazer o aluno perceber a paisagem como materialização de um momento histórico sendo ponto de partida para a análise do espaço geográfico no qual ele está inserido.

Entender que as regiões tem uma coerência funcional são distintas e que se renovam conforme as relações sociais, culturais, naturais e econômicas.

Trabalhar o conceito de lugar levando em consideração os diferentes enfoques sendo onde o particular histórico e o cultural permanecem presente e onde realmente o aluno atua.

Analisar o conceito de território como sendo formado principalmente pelas forças políticas e econômicas.

Perceber a natureza como um conjunto de elementos naturais com dinâmicas próprias mas diretamente relacionadas com as ações do homem.

Levar o aluno perceber que faz parte de uma , sociedade com suas relações culturais, políticas e econômicas podendo atuar e transformar.

CONTEÚDOS

5.ª Série

O que é Geografia? Conceitos e Histórico	
A ciência Geografia e a sua utilidade no cotidiano	
O ser humano e o espaço geográfico	
A linguagem cartográfica	Orientação, Escala; Tipos de mapa; Localização no espaço geográfico local/ regional/ global.
Relação homem x natureza	Formas da Terra; Agentes internos de relevo; Agentes externos de relevo;
O meio urbano x rural	Diferenças , Modos de vida; Relações entre os 2 meios;
Meio urbano	Problemas da sua cidade; Problemas comuns às grandes cidades;
Zona rural	O setor primário; A agricultura e pecuária; Produção agropecuária brasileira; Mão-de-obra rural; Assentamentos rurais e reforma agrária; Agricultura , natureza, plantas e clima; Conceitos, bens de consumo;
A Indústria	Importância da industria na construção do espaço geográfico;

	Mudanças ocasionadas pela industrialização;
Natureza e meio ambiente	Origem da matéria prima; Recursos natural renováveis e não renováveis;
Consumo e consumismo	O que é necessário e supérfluo ? Direitos do consumidor
A organização do espaço Geográfico	* Estudo da organização do espaço geográfico do município;

6.ª Série

Conceito de lugar	
A terra em movimento	A estrutura da Terra; O movimento das placas tectônicas;
Cartografia	Coordenadas geográficas;
Técnicas de produção	A evolução das máquinas; Artesanato e manufatura; Indústrias no Brasil;
Cidades e Meio Ambiente	Como se formaram as cidades; Cidades versus natureza;
A Organização do espaço geográfico brasileiro;	Localização; Atividades econômicas; População brasileira; A infra – estrutura e a rede urbana; Divisão regional do Brasil segundo o IBGE;

	As regiões geoeconômicas do Brasil;
Região Sul	Localização; Ocupação; Atividades econômicas; Clima; Relevo; Solos; vegetação; hidrografia;
O Estado do Paraná	História, povoamento e colonização; Localização e área territorial; Municípios do Paraná; Atividades econômicas; Relevo; clima; solo; vegetação; hidrografia;
Região Sudeste	Localização; ocupação; atividades econômicas; Clima; relevo; solos; vegetação; hidrografia;
Região Nordeste	Localização; Ocupação; Atividade econômica; Clima; Relevo; Solos; vegetação; hidrografia;
Região Norte	Localização; Ocupação; Atividades econômicas; Clima;

	Relevo; Solos; Vegetação; Hidrografia;
Região Centro – Oeste	Localização; ocupação; Atividades econômicas; Clima; relevo; Solos; Vegetação; Hidrografia;
Brasil: Uma visão em conjunto	As relações econômicas, políticas e populacionais entre as regiões brasileiras;

7.^a Série

Temas	Sub - Temas
Espaço Geográfico e sociedade	Espaço geográfico e cidadania; O crescimento vegetativo da população brasileira; As migrações; Desemprego e subemprego;
As cidades e a cidadania	Funções urbanas; Regiões metropolitanas; Organização interna das cidades; Movimentos sociais urbanos; Planejamento urbano;
A Dinâmica da Natureza	A origem da energia da natureza A Terra e o sistema solar Hidrografia; Solo; Consequência dos desmatamentos;
Energia e Meio Ambiente	A energia um nosso dia a dia; Fontes de energia; Fontes alternativas de energia; Consumo brasileiro de energia;
Problemas Ambientais Urbanas	Vegetação nas grandes cidades; A impermeabilização dos solos e as enchentes; A inversão térmica;

	<p>O lixo e seu destino;</p> <p>Meio Ambiente urbano e cidadania;</p>
Desenvolvimento e subdesenvolvimento	<p>Definição/ características de desenvolvimento.</p> <p>Histórico do subdesenvolvimento;</p> <p>Fatores internos do subdesenvolvimento;</p> <p>Fatores externos do subdesenvolvimento;</p> <p>Indicadores sociais e econômicos;</p> <p>A heterogeneidade do mundo subdesenvolvido;</p>
Indústria e espaço geográfico nos países subdesenvolvidos	<p>Características da industrialização nos países subdesenvolvidos;</p> <p>Os países recém industrializados e a industrialização periférica;</p> <p>O papel das multinacionais;</p> <p>Impactos ambientais gerados pela industrialização;</p> <p>o processo de urbanização nos países sub;</p>
Agricultura e espaço geográfico nos países subdesenvolvidos	<p>As atividades agrárias;</p> <p>Questões agrárias na América, África e Ásia;</p> <p>Estrutura fundiária nos países subdesenvolvidos;</p> <p>Impactos Ambientais;</p> <p>A agropecuária e o comércio mundial;</p> <p>Conflitos étnicos na África (Ruanda)</p> <p>Confrontos nacionalistas na Ásia;</p> <p>Conflitos no Oriente Médio (Israel x Palestina)</p> <p>Curdos – Guerra do Iraque;</p>

8.^a Série

Temas	Subtemas
O capitalismo e a formação do espaço mundial	Espaço mundial do capitalismo; A economia mundial no pós guerra; Revolução técnico – científica;
A cartografia do espaço geográfico mundial	A representação do mundo; As diversas visões do mundo e as projeções;
Os principais fluxos da globalização	A base da globalização; Os fluxos de capitais produtivos; As cidades globais e as mega - cidades; Países excluídos na globalização;
Estado Nacional e globalização	Divisão do mundo em estados; Os blocos econômicos; U. Européia; Nalta; Alça; Mercosul; Ásia e Bacia do Pacífico; África; Migrações internacionais econômicas;
Impactos Ambientais	Impactos ambientais do local ao global; Efeito estufa; O buraco na camada de ozônio;

	<p>Escassez da água doce;</p> <p>Consumismo;</p> <p>A luta – ambiental e cidadania;</p>
Terrorismo	<p>Conceito;</p> <p>Terrorismo Tradicional;</p> <p>O Terrorismo Contemporâneo;</p> <p>O Terrorismo de Estado;</p>
Migrações internacionais e Xenofobia	<p>Movimento de refugiados;</p> <p>Problemas da imigração;</p> <p>Migrações econômicas;</p> <p>Movimentos de populações nos continentes;</p>

METODOLOGIA

A geografia enquanto disciplina, tem como principal objetivo o estudo e a análise do espaço geográfico. Neste contexto, é necessário que os conteúdos selecionados para a sua compreensão sejam trabalhados de forma crítica e dinâmica jamais dissociando – se a teoria prática e realidade, pois é fundamental que os alunos percebam se agentes construtores deste espaço geográfico, e o papel da Geografia é justamente dar subsídios para compreender e interferir nesta realidade.

Partindo destas premissas, o encaminhamento metodológico far – se a de maneira que o aluno possa transitar em diferentes escalas (Local – global, vice – versa) abandonando a linearidade de conteúdos ou a tradicional divisão em Geografia humana e Geografia física como se fossem “ gavetas” onde cada série se aprende uma determinada parte da geografia, o que é um grande equívoco, já que o espaço geográfico deve ser entendido como resultado da integração homem – natureza e como o local, regional e o global relacionam – se nesse espaço.

Para tanto, é fundamental o professor crie e planeje situações de aprendizagem em que os alunos possam conhecer e utilizar os procedimentos de estudos geográficos: A observação, descrição e analogia. São procedimentos importantes e devem ser praticados para que os alunos consigam se apropriar dos conteúdos relativos a geografia.

Para tanto é fundamental a utilização de mapas, iniciado de acordo com o grau de abstração dos alunos pois “ ler” um mapa ou seja a linguagem cartográfica é fundamental para a compreensão da geografia. A utilização de fotos, gravuras gráficos e reportagens de revistas e jornais devem ser ferramentas para reflexão, informação e leitura do espaço e da paisagem. Os estudos de paisagens urbanas/ rurais com toda sua problemática podem ser ampliados com aulas de campo, pois se é possível trazer o mundo para a sala de aula é indispensável levar os alunos para fora dela.

No mundo atual, não pode deixar de destacar o papel dos meios de comunicação, e da Internet. Sempre que possível, é necessário utiliza – los para oportunizando aos alunos uma viagem pelo imaginário e pela realidade de forma dinâmica e atraente.

A sala de aula é um universo muito complexo, portanto cabe ao professor conhecer a sua realidade, desenvolver um clima de aceitação e respeito entre os alunos e ele próprio, bem como oferecer tarefas planejadas em que o aluno possa desenvolver – se em varias linguagens, ou naquelas em que ele possua mais estima, colaborando, desta forma para tornar a aprendizagem um momento de prazer/ reflexão estando a geografia aberta a uma infinidade de recursos para a motivação do aluno.

AVALIAÇÃO

A avaliação faz parte do processo de ensino e aprendizagem, e , ela não deve fazer parte desse processo apenas como um diagnóstico no final de cada conteúdo “ensinado” e sim como diagnosticar durante o processo. Não apenas se deve avaliar o que o aluno aprendeu ou deixou de aprender, mas localizar onde estão as falhas nesse processo de ensino e aprendizagem.

A Geografia atual se propõe a eliminar aquela forma de avaliar que levava em conta a memorização dos conceitos ou conteúdos abordado, a forma de avaliação valorizada hoje é aquela onde os educandos relacionam esses conceitos com a realidade física, política, econômica e humana do espaço geográfico mundial. Dessa forma, devemos contemplar varias formas de comunicação dos alunos como avaliação, por exemplo, avaliar através de pesquisas, de debates de opiniões, apresentações de seminários, aulas de campo, interpretação de mapas, entre outros. Mas também não podemos abandonar a forma tradicional de avaliar que está posta na nossa sociedade capitalista, pois quando o aluno encontrar essa forma de avaliar fora da escola ele estará pronto para desenvolvê – la.

Para que a avaliação tenha essas moldes ela deve estar articulada com os conteúdos estruturantes da geografia, tais como: os conceitos geográficos, o objeto de estudo, as categorias espaço – tempo, a relação sociedade natureza e as relações de poder, e, esses conteúdos sempre devem estar contemplando a escala local e também na global.

Portanto, para a avaliação com essas características tenha sucesso ela deve ser colocada aos alunos de forma clara, ou seja, a relação entre professor e aluno deve ser dialógica.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental – Geografia.** Versão Preliminar 2008.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – PPP

ARCHELA, R.S. GOMES M.F.V.B. Geografia para o ensino médio: manual de aulas práticas. Londrina: Ed. UEL, 1999.

CARLOS, A. F. A. A geografia na sala de aula. SP: Contexto, 1999

CASTRO GIOVANNI, A. C. (org.). Geografia em sala de aula: prática e reflexões. Porto Alegre: Ed. EFRS, 1999.

KAERCHER, N. A. Desafios e utopias no ensino de geografia. Santa Cruz do Sul: Edumisc, 1999.

KAERCHER, N. A. Um globo em suas mãos: práticas para sala de aula. Porto Alegre: Ed. UFRS, 2003.

**COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR FRANCISCO MANOEL DE LIMA
CAMARGO**

PROPOSTA CURRICULAR HISTÓRIA - ENSINO FUNDAMENTAL

**TIJUCAS DO SUL
2010**

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

A História enquanto disciplina escolar possui uma longa trajetória, permeada de conflitos e controvérsias na elaboração de seus conteúdos e métodos. Esta análise é indispensável para se compreender sua inserção na cultura escolar.

O processo de transformação da História em disciplina ocorreu na França do século XVIII, na luta pela educação pública e gratuita. Esta História tinha por objetivo a formação da nacionalidade, sob a hegemonia burguesa. No Brasil, desde sua criação como disciplina no século XIX, a História percorreu vários caminhos. Mesmo após a Proclamação da República a tendência marcante era de uma concepção europeizante de conteúdos. Somente a partir de 1960, as escolas começam a incluir em seus programas a História Nacional, com o objetivo marcante da formação da nacionalidade e a exaltação dos “heróis e dos marcos históricos oficiais”.

A partir da Lei 5692/71 foi oficializado o ensino de Estudos Sociais ficando os conteúdos de História destinados somente aos alunos do antigo segundo grau. Esta alteração aliada ao contexto da Ditadura Militar evidenciava uma História cuja concepção e conteúdos continuavam atrelados às concepções tradicionais, dividida em períodos definidos pela ação política.

Essa situação afetou de maneira indelével a qualidade da escola e também do ensino da disciplina. O ensino de Estudos Sociais foi radicalmente contestado tanto pela academia como pela sociedade organizada, até ser extinto no início dos anos 80.

A partir da década de 1980, a História passa a ser objeto de debates e inúmeros estudos, repercutindo em novas propostas. As reflexões apresentadas neste período apontam para novas abordagens e temáticas, e principalmente, pela crítica a chamada História Tradicional – baseada na seleção de conteúdos europeizantes, nacionalistas e da idéia de que, “saber história”, na prática, representava um ensino mecanicista e memorativo.

Em que pese às inovações, percebemos ainda, algumas permanências deste ensino tradicional, no entanto, aponta-se nas últimas décadas, perspectivas de novos paradigmas teóricos; numa tentativa de incorporação de uma historiografia que atendessem aos temas/desafios mais significativos da sociedade contemporânea.

Dentro deste contexto, surgem o Currículo Básico como uma tentativa de reorganizar, reaproximar a Academia ao ensino desta disciplina. Esta proposta foi pautada na corrente do Materialismo Histórico, indicando alguns elementos da Nova História. Apesar dos avanços desta proposta, estas tentativas não superaram a História linear, cronológica bem como se observou um exagero do enfoque político-econômico da História, dificultando uma perspectiva cultural no tratamento dos conteúdos.

No final da década de 1990, o Paraná incorporou os PCN como referência para a organização curricular das escolas. Nos PCN's, a disciplina de História foi apresentada de forma pragmática, com a função de resolver problemas imediatos e próximos ao aluno, apresentando desta forma, uma visão presentista da História e cujo objetivo era a preparação do indivíduo para o mercado de trabalho. Apesar de algumas inovações para o ensino de História, como novas perspectivas e novas metodologias, a complexidade da proposta e a falta de formação continuada aos professores foram decisivas para o insucesso da implementação.

Com a construção das Diretrizes Curriculares, em 2003, evidenciam-se a diversidade cultural, a inclusão de leis torna obrigatório o ensino de História do Paraná e da História Afro brasileira e africana, bem como a Educação Ambiental. As DCE's possuem como referência os conteúdos estruturantes, entendidos como saberes fundamentais para se entender a História. Estes conteúdos estruturantes, têm como referência teórica as correntes historiográficas da Nova Esquerda Inglesa e da Nova História Cultural, na expressão de seus principais teóricos: Peter Burke, Carlo Ginzburg, Roger Chartier, Raymond Williams, Eric Hobsbawm, E.P.Thompson, entre outros. Destas diretrizes destaca-se uma concepção de História em que verdades prontas e definitivas não têm lugar a valorização da Cultura e das representações, das diferentes vozes presentes na História da micro-história, da diversificação de documentos (imagens, canções, objetos, etc.) na construção do conhecimento histórico, da história "vista de baixo, da valorização da possibilidade de luta e transformação social".

Desta forma, ao se apropriar dessas produções e concepções, o ensino de História poderá contribuir para a formação de uma consciência histórica, que segundo Jörn Rüsen, é a "constituição do sentido da experiência no tempo". Esta consciência permite superar a simples dimensão cultural (a transmissão de um saber) para uma dimensão intelectual (o exercício da razão crítica).

Ensinar História é também, dar aos alunos uma memória comum, que passa pela apropriação de uma cultura comum e criadora de identidade. Esta memória coletiva, alimentadora do passado é fundamental para a formação de um cidadão ativo, consciente e capaz de intervir em sua realidade. Para que esses objetivos sejam alcançados, segundo os DCE's, é necessário que o professor faça uma abordagem dos conteúdos, sob novos métodos de produção do conhecimento histórico e inclua em sua metodologia de trabalho:

- Vários recortes temporais;
- Uso de problematizações em relação ao passado;
- Diferentes conceitos de documentos;
- Possibilitar condições para o aluno pensar historicamente

OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

A História tem como **objeto** de estudos os processos históricos relativos às ações e às relações humanas praticadas no tempo, bem como os sentidos que os sujeitos deram às mesmas, tendo ou não consciência dessas ações. Já as relações humanas produzidas por estas ações podem ser definidas como estruturas sócio - históricas, ou seja, são as formas de agir, de pensar ou de raciocinar, de representar, de imaginar, de instituir, portanto, de se relacionar social, cultural e politicamente.

As relações condicionam os limites e as possibilidades das ações dos sujeitos de modo a demarcar como estes podem transformar constantemente as estruturas sócio-históricas. Mesmo condicionadas, as ações dos sujeitos permitem espaços para suas escolhas e projetos de futuro. Deve-se considerar também como objeto de estudos, as relações dos seres humanos com os fenômenos naturais, tais como as condições geográficas, físicas e biológicas de uma determinada época e local, os quais também se conformam a partir das ações humanas.

A **finalidade** da História é expressa no processo de produção do conhecimento humano sob a forma da consciência histórica dos sujeitos. É voltada para a interpretação dos sentidos do pensar histórico dos mesmos, por meio da compreensão da provisoriedade deste conhecimento. Esta provisoriedade não significa relativismo teórico, mas que, além de existirem várias explicações e/ou interpretações para um determinado fato, algumas delas são mais válidas historiograficamente do que outras. Esta validade é constituída pelo estado atual da ciência histórica em relação ao seu objeto e a seu método. O conhecimento histórico possui formas diferentes de explicar seu objeto de investigação, construídas a partir das experiências dos sujeitos.

A Nova História, tendo como sua principal expressão a História das mentalidades, insere-se no contexto conturbado da década de 1960, sendo influenciada pelos acontecimentos de maio de 68 em Paris, da Primavera de Praga, dos movimentos feministas, pelas lutas contra as desigualdades raciais nos EUA, entre outros.

A publicação do artigo do historiador francês Jaques Le Goff, **As Mentalidades – uma História ambígua** (1974) torna-se um marco no pensamento historiográfico. Dois anos depois, em 1976, esta obra é traduzida no

Brasil, no livro denominado **História**, organizado em três volumes dedicados, respectivamente, às “novas abordagens”, aos “novos problemas” e aos “novos objetos”.

A Nova História rapidamente agregou inúmeros adeptos dentro e fora da França, além de que, alavancou um promissor mercado editorial com suas publicações. Segundo Vainfas (1997), surgem três variantes da História das mentalidades: - uma História das mentalidades ligada à tradição dos *Annales*¹, tanto no que Lucien Febvre [1878 –1956] chamava de utensilagem mental, quanto no estudo do mental articulado a totalidades explicativas, sendo o caso de Jacques Le Goff [1924-], Georges Duby [1919-1996] e Emmanuel Le Roy Ladurie [1929 -]; os dois últimos, também transitavam pelo marxismo; - uma História das mentalidades marxista, a exemplo de Michel Vovelle, que articulava os conceitos de mentalidade e de ideologia, relativizando a longa duração pela valorização da ruptura e da dialética entre o tempo longo e o acontecimento “revolucionário”; - uma História das mentalidades desvinculada da discussão teórica dos objetos e dedicada à descrição e narração de acontecimentos do passado, apontando para um ceticismo entre a validade da explicação histórica e a não distinção entre a narrativa literária e a narrativa histórica.

5ª SÉRIE

DAS ORIGENS DO HOMEM AO SÉCULO XVI – DIFERENTES TRAJETÓRIAS,
DIFERENTES CULTURAS

CONT		CONTEÚDOS ESPECIFICOS	CONTEÚDOS COMPLEMENTARES
------	--	----------------------------------	---------------------------------

	<p style="text-align: center;">CULTURAL DIMENSÕES</p> <p style="text-align: center;">ECONÔMICO – SOCIAL</p> <p style="text-align: center;">POLÍTICA</p>	<p>Produção do conhecimento histórico</p> <ul style="list-style-type: none"> · O historiador e a produção do conhecimento histórico, · Tempo, temporalidade, · Fontes, documentos, · Patrimônio material e imaterial, · pesquisa. <p>Articulação da História com outras áreas do Conhecimento</p> <ul style="list-style-type: none"> · arqueologia, antropologia, paleontologia, geografia, geologia, sociologia, etnologia e outras. <p>Observação: o estudo da produção do conhecimento histórico e a articulação da História com outras áreas do conhecimento se faz necessário em todas as séries do ensino fundamental, não necessariamente no início do ano letivo como está posto para a 5.^a série.</p>	<p>A Humanidade e a História</p> <ul style="list-style-type: none"> · De onde viemos, quem somos, como sabemos?
--	--	---	---

		<p>Arqueologia no Brasil</p> <ul style="list-style-type: none"> ☐ Lagoa Santa: Luzia (MG) ☐ Serra da Capivara (PI) ☐ Sambaquis (PR) 	<p>Surgimento, desenvolvimento da humanidade e grandes migrações</p> <ul style="list-style-type: none"> ☐ Teorias do surgimento do homem na América ☐ Mitos e lendas da origem do homem ☐ Desconstrução do conceito de Pré-história ☐ Povos ágrafos, memória e história oral.
		<p>Povos indígenas no Brasil e no Paraná</p> <p>Ameríndios do território brasileiro</p> <ul style="list-style-type: none"> ☐ Kaingang, Guarani, Xetá e Xokleng ☐ 	<p>As primeiras civilizações na América</p> <p>Olmecas, Mochicas, Tiwanacus, Maias, Incas e Astecas</p> <p>☐ Ameríndios da América do norte As</p> <p>As primeiras civilizações na África, Europa e Ásia</p> <ul style="list-style-type: none"> ☐ Egito, Núbia, Gana e Mali* ☐ Hebreus, gregos e romanos* <p>Observação: não se trata aqui, de “esgotar” a história destas civilizações, mais sim, levantar alguns aspectos como religiosidade, organização social, cultura, saberes, beleza afro,...</p>

CONTEUDO ESTRUTURANTE	POLÍTICA ECONÓMICO – SOCIAL CULTURAL DIMENSÕES	CONTEÚDOS ESPECIFICOS	CONTEÚDOS COMPLEMENTARES
		<p>A chegada dos europeus na América</p> <ul style="list-style-type: none"> ☐ (des) encontros entre culturas ☐ resistência e dominação ☐ escravização ☐ catequização 	<p>Península Ibérica nos séculos XIV e XV:</p> <p>cultura, sociedade e política</p> <ul style="list-style-type: none"> ☐ reconquista do território ☐ religiões: judaísmo, cristianismo e islamismo ☐ comércio (África, Ásia, América e Europa)

	<p>Formação da sociedade brasileira e americana</p> <ul style="list-style-type: none"> ☐ América portuguesa ☐ América espanhola ☐ América franco-inglesa ☐ Organização político-administrativa (capitanias hereditárias, sesmarias) ☐ Manifestações culturais (sagrada e profana) ☐ Organização social (família patriarcal e escravismo) ☐ Escravização de indígenas e africanos ☐ Economia (pau-brasil, cana-de-açúcar e minérios) 	<p>Os reinos e sociedades africanas e os</p> <p>Contatos com a Europa</p> <p>Songai, Benin, Ifé, Congo, Monomotapa (Zimbabwe) e outros</p> <ul style="list-style-type: none"> ☐ Comércio ☐ Organização política-administrativa ☐ Manifestações culturais ☐ Organização social ☐ Uso de tecnologias: engenho de açúcar, a batea, construção civil ... <p>Diáspora Africana</p>
--	--	---

6ª SÉRIE

DAS CONTESTAÇÕES A ORDEM COLONIAL AO PROCESSO DE INDEPENDENCIA DO BRASIL – SÉCULO XVII AO XIX

CONTEUDO ESTRUTURANTE	CULTURAL DIMENSÕES	CONTEÚDOS ESPECIFICOS	CONTEÚDOS COMPLEMENTARES
	CULTURAL DIMENSÕES	Expansão e consolidação do território <input type="checkbox"/> Missões <input type="checkbox"/> Bandeiras <input type="checkbox"/> Invasões estrangeiras	Consolidação dos estados nacionais europeus e Reforma Pombalina <input type="checkbox"/> Reforma e contra-reforma
	ECONÔMICO – SOCIAL POLÍTICA	Colonização do território “paranaense” <input type="checkbox"/> Economia <input type="checkbox"/> Organização social <input type="checkbox"/> Manifestações culturais <input type="checkbox"/> Organização política-administrativa	

	<p>Movimentos de contestação</p> <ul style="list-style-type: none"> ☐ Quilombos (BR e PR) ☐ Irmandades: manifestações religiosas e sincretismo ☐ Revoltas Nativistas e Nacionalistas ☐ Inconfidência mineira ☐ Conjuração baiana ☐ Revolta da cachaça ☐ Revolta do maneta ☐ Guerra dos Mascates 	<p>Independência das treze colônias inglesas da América do Norte</p> <p>Diáspora africana</p> <p>Revolução Francesa</p> <ul style="list-style-type: none"> ☐ Comuna de Paris
	<p>Chegada da família real ao Brasil</p> <ul style="list-style-type: none"> ☐ De Colônia à Reino Unido ☐ Missões artístico-científicas ☐ Biblioteca nacional ☐ Banco do Brasil ☐ Urbanização na Capital ☐ Imprensa régia 	<p>Invasão napoleônica na Península Ibérica</p>

	<p>O processo de independência do Brasil</p> <ul style="list-style-type: none">☐ Governo de D. Pedro I☐ Constituição outorgada de 1824☐ Unidade territorial☐ Manutenção da estrutura social☐ Confederação do Equador☐ Província Cisplatina☐ Haitianismo☐ Revoltas regenciais: Malês, Sabinada, Balaiada, Cabanagem, Farroupilha	<p>O processo de independência das Américas</p> <ul style="list-style-type: none">☐ Haiti☐ Colônias espanholas
--	---	--

7ª SÉRIE

PENSANDO A NACIONALIDADE: DO SÉCULO XIX AO XX – NA CONSTITUIÇÃO DO IDEÁRIO DE NAÇÃO NO BRASIL

CONTEÚDO ESTRUTURANTE	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS	CONTEÚDOS COMPLEMENTARES
	<p>A construção da Nação</p> <ul style="list-style-type: none">☐ Governo de D. Pedro II☐ Criação do IHGB☐ Lei de Terras, Lei Euzébio de Queiróz – 1850☐ Início da imigração europeia☐ Definição do território☐ Movimento Abolicionista e emancipacionista.	<p>Revolução Industrial e relações de Trabalho (XIX e XX)</p> <ul style="list-style-type: none">☐ Luddismo☐ Socialismos☐ Anarquismo <p>Relacionar: Taylorismo, Fordismo, Toyotismo</p>

	<p>Emancipação política do Paraná (1853)</p> <ul style="list-style-type: none">☐Economia☐Organização social☐Manifestações culturais☐Organização política-administrativa☐Migrações: internas (escravizados, libertos e homens livres pobres) e externas (europeus)☐Os povos indígenas e a política de terras	
--	---	--

	DIMENSÃO	A Guerra do Paraguai e/ou a Guerra da Tríplice Aliança
	POLÍTICA	
	ECONÔMICO	
	SOCIAL	
	CULTURAL	

	<p>O processo de abolição da escravidão</p> <ul style="list-style-type: none"> ☐Legislação ☐Resistência e negociação ☐Discursos: ☐Abolição ☐Imigração – senador Vergueiro <p>Branqueamento e miscigenação (Oliveira Vianna, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, Silvio Romero, no Brasil, Sarmiento na Argentina)</p>	<p>Colonização da África e da Ásia</p> <p>Guerra Civil e Imperialismo estadunidense</p> <p>Carnaval na América Latina: entrudo, murga e candomble</p>
--	--	--

	<p>Os primeiros anos da República</p> <ul style="list-style-type: none"> ☐ Idéias positivistas ☐ Imigração asiática ☐ Oligarquia, coronelismo e clientelismo ☐ Movimentos de contestação: campo e cidade ☐ Movimentos messiânicos ☐ Revolta da vacina e urbanização do Rio de Janeiro ☐ Movimento operário: anarquismo e comunismo ☐ Paraná: ☐ Guerra do contestado ☐ Greve de 1917 – Curitiba ☐ Paranismo: movimento regionalista – Romário Martins, Zaco Paraná, Langue de Morretes, João Turim 	<p>Questão Agrária na América Latina</p> <ul style="list-style-type: none"> ☐ Revolução Mexicana <p>Primeira Guerra Mundial</p> <p>Revolução Russa</p>
--	---	--

8.^a SÉRIE

REPENSANDO A NACIONALIDADE BRASILEIRA: DO SÉCULO XX AO XXI – ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA CONTEMPORANEIDADE

CONTEUDO ESTRUTURANTE	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS	CONTEÚDOS COMPLEMENTARES
	<p>A Semana de 22 e o repensar da nacionalidade</p> <ul style="list-style-type: none">☐ Economia☐ Organização social☐ Organização político - administrativa☐ Manifestações culturais☐ Coluna Prestes	<p>Crise de 29</p>

	<p>CULTURAL DIMENSÕES</p> <p>A “Revolução” de 30 e o Período Vargas (1930 a 1945)</p> <ul style="list-style-type: none"> ☐ Leis trabalhistas ☐ Voto feminino ☐ Ordem e disciplina no trabalho <p>ECONÔMICO – SOCIAL</p> <ul style="list-style-type: none"> ☐ Mídia e divulgação do regime ☐ Criação do SPHAN, IBGE ☐ Futebol e carnaval ☐ Contestações à ordem ☐ Integralismo <p>POLÍTICA</p> <ul style="list-style-type: none"> ☐ Participação do Brasil na II Guerra Mundial 	<p>Ascensão dos regimes totalitários na Europa</p> <p>Movimentos populares na América Latina</p> <p>Segunda Guerra Mundial</p>
	<p>Populismo no Brasil e na América Latina</p> <ul style="list-style-type: none"> ☐ Cárdenas – México ☐ Perón – Argentina ☐ Vargas, JK, Jânio Quadros e João Goulart – Brasil 	<p>Independência das colônias afro-asiáticas</p> <p>Guerra Fria</p>

	<p>Construção do Paraná Moderno</p> <ul style="list-style-type: none"> □ Governos de □ Manoel Ribas, Moyses Lupion, Bento Munhoz da Rocha Netto e Ney Braga □ Frentes de colonização do Estado, criação da estrutura administrativa □ Copel, Banestado, Sanepar, Codepar ... □ Movimentos culturais □ Movimentos sociais no campo e na cidade □ Ex.: Revolta dos colonos década de 50 – Sudoeste □ Os xetá 	<p>Guerra Fria</p>
--	---	---------------------------

	<p>O Regime Militar no Paraná e no Brasil</p> <ul style="list-style-type: none"> ☐ Repressão e censura, uso ideológico dos meios de comunicação ☐ O uso ideológico do futebol na década de 70 ☐ o tricampeonato mundial ☐ a criação da liga nacional (campeonato brasileiro) ☐ Cinema Novo ☐ Teatro ☐ Itaipu, Sete Quedas e a questão da terra 	<p>Guerra Fria e os Regimes Militares na América Latina</p> <ul style="list-style-type: none"> ☐ Política de boa vizinhança ☐ Revolução Cubana ☐ 11 de setembro no Chile e a deposição de Salvador Allende ☐ Censura aos meios de comunicação ☐ O uso ideológico do futebol na década de 70 ☐ A copa da Argentina – 1978
<p>CONTEUDO ESTRUTURANTE</p>	<p>Movimentos de contestação no Brasil</p> <ul style="list-style-type: none"> ☐ Resistência armada ☐ Tropicalismo ☐ Jovem Guarda ☐ Novo sindicalismo ☐ Movimento Estudantil 	<p>Movimentos de contestação no mundo</p> <ul style="list-style-type: none"> ☐ Maio de 68 – França ☐ Movimento Negro ☐ Movimento Hippie ☐ Movimento Homossexual ☐ Movimento Feminista ☐ Movimento Punk ☐ Movimento Ambiental

		Paraná no contexto atual	
	CULTURAL DIMENSÕES	Redemocratização	Fim da bipolarização mundial
	ECONÔMICO – SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> ☐ Constituição de 1988 ☐ Movimentos populares rurais e urbanos: MST (Movimento dos sem Terra), MNLM (Movimento Nacional de Luta pela Moradia), CUT (Central Única dos Trabalhadores), ☐ Marcha Zumbi dos Palmares, etc. ☐ Mercosul 	<ul style="list-style-type: none"> ☐ Desintegração do bloco socialista ☐ Neoliberalismo ☐ Globalização ☐ 11 de setembro nos EUA
	POLÍTICA	☐ Alca	África e América Latina no contexto atual
		O Brasil no contexto atual	
		☐ A comemoração dos “500 anos do Brasil”: análise e reflexão	

METODOLOGIA DA DISCIPLINA

Como se aprende História? Como se ensina História?

Entendemos que o processo de aprendizagem ocorre em situações diversas: ou seja, não se aprende História apenas no espaço escolar, faz-se e aprende-se história em diferentes momentos, por diversos meios e em lugares distintos. Portanto, ao ensinar História, devemos levar em conta o contexto das experiências humanas (historicidade) que priorizem o aluno como sujeito da história que se vive e se constrói diariamente (história vivida), valorizando sua participação e socialização das diversas instituições, e organizações sociais bem como as informações, recebidas pelos meios de comunicação, tais como: rádio, TV, cinema, Internet etc.

Desta maneira deve-se então, estabelecer um diálogo, entre os conhecimentos que o aluno adquirem de modo informal e os saberes escolares. São estes que devem contribuir para a compreensão e análise do mundo e o seu tempo incentivando-os a desenvolver e expressar seus pensamentos, buscando novas fontes de informação e conhecimento com autonomia e reflexão.

Metodologicamente, o professor deve motivar o aluno a desenvolver e expressar seus pensamentos, na qual serão valorizados o debate, a troca de idéias, e as informações. É fundamental para o professor de história, trabalhar através da relação presente-passado-presente ou seja, a partir do presente, faz-se perguntas ao passado, para que ele possa responder questões com as quais o aluno se depara no dia-a-dia.

O ensino de história pode e deve fazer escolhas pedagógicas capazes de fazer o aluno produzir seu próprio conhecimento histórico, contribuindo na construção de noções; na medida em que o aluno estas noções, certamente ocorrem mudanças no seu modo de entender a si mesmo os outros, as relações sociais e a história. Para tanto, é indispensável desenvolver no mundo o interesse por diferentes fontes e linguagens: fotografia, vídeo, pintura, textos e documentos, exigindo habilidades de observação, identificação e compreensão daquela linguagem. Deve-se também trabalhar com outra áreas do conhecimento, como: Sociologia, Ética, Ecologia, Geografia, Artes e Língua Portuguesa através de projetos específicos de acordo com o interesse de cada comunidade escolar.

Nessa versão de história também produza-se o trabalho com documentos, documento entendido segundo H Marrom, como “tudo aquilo que pode nos fornecer dados sobre o passado do homem”.

O documento deverá sempre ser interrogado, problematizando, no sentido das “entrelinhas”, ou seja, perceber as intenções dos seus autores ou criadores, o documento não fala por si mesmo e por isto, deverá ser trabalhado de maneira detalhada e minuciosa. Outro recurso importante a ser utilizada é o estudo do meio através dele, deve-se possibilitar debates sobre a preservação das memórias e do patrimônio cultural. Nele, os alunos constroem suas próprias observações interrogações e explicações, além de ser um momento lúdico, de entrosamento e de vivência social.

Finalizando, é fundamental salientar que, independente dos procedimentos pedagógicos escolhidos, é importante que o professor estimule o aluno a produzir uma síntese dos conhecimentos produzidos, que poderá ser apresentado por meio de várias linguagens: produção de texto, desenhos, quadros, tabelas, cartazes, dramatizações, funcionando como uma avaliação parcial para o aluno e o professor.

AVALIAÇÃO

Existem várias questões relacionadas com a prática de avaliação que devem ser consideradas quando se trata de avaliar a aprendizagem da História. Uma delas é entender o significado de avaliar. Nesse sentido é importante que o professor esclareça ao aluno a finalidade e o porquê de sua avaliação, além de explicitar os critérios que serão utilizados para avaliá-lo. Também é necessário conhecer as principais características do ato de avaliar e procurar conhecer suas semelhanças e diferenças.

A avaliação deve ser pensada como um diagnóstico contínuo e sistemático, procurando analisar a relevância, o significado e a eficácia do conhecimento a ser ensinado. Assim a avaliação deve ser vista como um meio que funcionará para sanar e resolver dificuldades do ensino aprendizagem e não para classificar o aluno, apontar seus erros ou reprová-los.

A avaliação inicial pretende obter informações sobre conhecimentos, atitudes, interesses ou outras qualidades do aluno. Ela pode ser utilizada no início ou no decorrer do processo de ensino-aprendizagem.

A avaliação formativa tem como finalidade dar um *feedback* ao professor e ao aluno sobre as mudanças relacionadas ao conhecimento, bem como detectar os problemas de ensino-aprendizagem.

O principal objetivo da avaliação somativa é realizar um diagnóstico do aluno ao final de período relativamente longo (bimestre, trimestre, ano). Os aspectos enfatizados nessa avaliação são os resultados da aprendizagem baseada nos objetivos.

O desenvolvimento de múltiplas atividades de avaliação pode e devem substituir a antiga prática de avaliar apenas a memorização do conteúdo com testes. Dentre as atividades de avaliação em História, podemos citar:

- atividades em sala de aula – trata-se de avaliar diariamente a participação e o esforço do aluno em sala de aula (trabalhos em grupos ou individual apresentados em sala de aula, oralmente ou escrito);
- atividades que indiquem capacidade de síntese e redação – são critérios que avaliam a capacidade do aluno para organizar e produzir sua narrativa histórica.

- atividades que expressem o domínio do conteúdo – trata-se de verificar a capacidade do aluno de comunicar o conteúdo que domina.
- atividades que expressem a aprendizagem – procura-se analisar o desenvolvimento das capacidades cognitivas do aluno.
- atividades que explicitem procedimentos – trata-se de evidenciar procedimentos como aqueles que permitem verificar se o aluno adquiriu a capacidade de leitura de linguagens contemporâneas, como cinema, fotografia e televisão.

Essa perspectiva de avaliação permite que se analise a capacidade do aluno para lidar com processos de produção do conhecimento histórico. É importante construir instrumentos e estratégias para avaliar se o aluno adquiriu conteúdos e construir procedimentos e estratégias relativas ao conhecimento histórico.

Os instrumentos de avaliação a serem utilizados pelo professor poderiam ser seminários, no qual o professor determinará temas que serão apresentados pelos alunos, o professor também poderá promover debates com os alunos, além dos tradicionais trabalhos e provas. Esses trabalhos e provas poderão ser dissertações críticas, onde o aluno deve ser avaliado a cada aula, onde o professor poderá explicitar seu conteúdo fazendo perguntas aos alunos. O próprio professor poderá problematizar o seu conteúdo, ele tem a oportunidade de fazer isso através fotografias, vídeos, músicas, mapas, visitas em loco, etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, Maria Circe. **Ensino de história:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política.** São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história:** novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história.** Campinas: Campus, 1997.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes:** o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GIROUX, Henry. **Os professores como intelectuais.** Porto Alegre: Artmed, 1997.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A era dos extremos:** o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A era do capital: 1848-1875.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. **A era das revoluções: 1789-1845.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005a.

_____. **A era dos impérios: 1875-1914.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005b.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (orgs.). **História: novos problemas.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

_____. **História: novos objetos.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

_____. **História: novas abordagens.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

LLOYD, Christopher. **As estruturas da história.** São Paulo: Zahar, 1995.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação.

Departamento de Ensino de Primeiro Grau. **Currículo básico para a escola Pública.**

THOMSON, Edward P. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. v. 1.

WILLIAMS, Raymond. **La larga revolución**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003. **ica do estado do Paraná**. Curitiba: SEED, 1990.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRASIL. Secretaria de Educação Infantil e Fundamental. **Guia de livros didáticos**

2005: história. Brasília: MEC/SEIF, 2004, v.5.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana**. Brasília: MEC/Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2004.

BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais**. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

BURGUIÈRE, André. **Dicionário das ciências históricas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil.** 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 97-113, 1994.

CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tábula rasa do passado?** São Paulo: Ática, 1995.

DUBY, Georges. **Guerreiros e camponeses: os primórdios do crescimento econômico europeu séc. VII – XII.** Lisboa : Estampa, 1993.

_____. **O domingo de Bouvines: 27 de julho de 1214.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Vigiar e punir.** Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **A arqueologia do saber.** São Paulo: Forense Universitária, 2004a.

_____. **A microfísica do poder.** São Paulo: Graal, 2004b.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala.** 47. ed. [s.l.]: Global, 2003.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

HILL, Christopher. **O eleito de Deus.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **O mundo de ponta cabeça.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

HOBBSAWM, Eric J. **Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre a história operária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000b.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEBRUN, Gérard. **O que é poder.** São Paulo: Brasiliense.2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: UNICAMP, 1992.

RÜSEN, Jörn. Conscientização histórica frente à pós-modernidade: a História na era da “nova intransparência”. **História: Questões e Debates.** Curitiba, v.10, n.18/19, jun./dez. 1989.

SAVIANI, Nereide. **Saber escolar, currículo e didática:** problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. Campinas: Autores Associados, 2000.

THOMSON, Edward P. **Tradición, revuelta y consciencia de clase:** estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. 2. ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

_____. **Senhores e caçadores:** a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A formação da classe operária inglesa:** a maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002a. v. 2.

_____. **A formação da classe operária inglesa:** a força dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002b. v. 3.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura.** Rio de Janeiro. Zahar, 1979.

_____. **Cultura.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

**COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR FRANCISCO MANOEL DE LIMA
CAMARGO**

**PROPOSTA CURRICULAR LÍNGUA PORTUGUESA - ENSINO
FUNDAMENTAL**

**TIJUCAS DO SUL
2010**

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Pensar o ensino da Língua e da Literatura implica pensar também as diferenças e contradições do quadro complexo da contemporaneidade. A rapidez das mudanças ocorridas no meio social e as inúmeras relações de poder presentes nas teias discursivas, que atravessam o campo social, constituindo-o e ao mesmo tempo sendo por ele constituídas, requerem do professor uma percepção crítica cujo horizonte é a mudança de posicionamento em sua ação pedagógica. Sob essa perspectiva, os fundamentos que alicerçam a discussão sobre o ensino de Língua e Literatura requerem novos posicionamentos em relação às práticas de ensino, seja pela discussão dessas práticas, seja pelo envolvimento direto dos professores na construção de alternativas.

É importante pensar o ensino da Língua Portuguesa a partir de propostas interativas de Língua/Linguagem, consideradas em um processo discursivo de construção do pensamento simbólico, constitutivo de cada aluno em particular e da sociedade em geral. Na linguagem, o homem se reconhece humano, interage e troca experiências, compreende a realidade em que está inserido e percebe seu papel como participante da sociedade.

Toda reflexão com e sobre a Língua, então, somente tem sentido se considerar, como ponto de partida, a dimensão discursiva da linguagem, uma vez que, segundo Bakhtin (1997 *apud* PARANÁ, 2006, p. 22), tudo o que se diz ou se escreve, ou seja, o enunciado ou o discurso se realizam em momentos interativos. Na escola, é preciso garantir o uso ético e estético da linguagem verbal, compreender que pela linguagem é possível transformar, reiterar o social, o cultural, o pessoal; aceitar a complexidade humana, o respeito pelas falas como parte das vozes possíveis e necessárias para o desenvolvimento humano.

Dessa forma, ao assumirmos nesta proposta curricular de ensino, a concepção de Língua como prática discursiva que se efetiva nas diferentes instâncias sociais, o objeto de estudo da disciplina é a *Língua* e o *Conteúdo Estruturante*, portanto, é o discurso enquanto prática social.

A concepção teórico-metodológica que adotamos para o ensino da Língua Portuguesa considera o processo dinâmico e histórico dos agentes da interação verbal, tanto na constituição da linguagem quanto dos sujeitos que por meio dela interagem, e leva em conta a dimensão dialógica, discursiva da linguagem, presente em atividades que possibilitem aos alunos e professores,

experiências reais de uso da língua. Entendemos que pela disciplina de Língua Portuguesa, o domínio discursivo na oralidade, na leitura e na escrita se constitui um instrumento de desvelamento da realidade, de situações e desafios contra as estruturas sociais, em relação ao pensamento e às práticas de linguagem imprescindíveis ao convívio social.

Histórico da disciplina

A disciplina de Língua Portuguesa passou a integrar os currículos brasileiros somente nas últimas décadas do século XIX, depois de já muito organizado o sistema de ensino.

Na época do Brasil colônia, não havia uma educação em moldes institucionais e sim a partir de práticas restritas à alfabetização, determinadas mais pelo caráter político-social e de organização e controle de classes do que pelo pedagógico. Depois de institucionalizada a disciplina de Língua Portuguesa, as primeiras práticas do ensino moldavam-se ao ensino do latim, um ensino eloqüente, retórico, imitativo, elitista e ornamental, voltado para os poucos que tinham acesso a um estudo mais prolongado.

Em meados do século XVIII, o Marquês de Pombal tornava obrigatório o ensino de Língua Portuguesa em Portugal e no Brasil. Em 1837, o estudo da Língua Portuguesa foi incluído no currículo sob as formas das disciplinas Gramática, Retórica e Poética, abrangendo, esta última, a Literatura. Somente no século XIX, o conteúdo gramatical ganhou a denominação de Português e, em 1871 foi criado, no Brasil, por decreto imperial, o cargo de Professor de Português.

O ensino de Língua Portuguesa manteve a sua característica elitista até meados do século XX e, com o processo de democratização, com a ampliação de vagas, a partir de 1967 (FREDERICO E OSAKABE 2004 *apud* PARANÁ, 2006, p. 16), adotou propostas que levaram em conta as novas necessidades trazidas pelos alunos para o espaço escolar, ou seja, a presença de registros lingüísticos e padrões culturais diferentes do até então admitidos na escola.

No governo de Getúlio Vargas, institucionalizou-se a vinculação da educação com a industrialização. A Lei n. 5692/71 dispunha que o ensino deveria

estar voltado à qualificação para o trabalho e, desse vínculo, decorreu a instituição de uma pedagogia tecnicista que, na Língua Portuguesa, estava pautada nas teorias da comunicação, com um viés mais pragmático e utilitário do que com o aprimoramento das capacidades lingüísticas do falante. Ainda, com essa lei, a disciplina de Português passou a denominar-se, no Ensino Fundamental, Comunicação e Expressão (nas quatro primeiras séries) e Comunicação em Língua Portuguesa (nas quatro últimas séries), apoiando-se, principalmente, nos estudos de Jakobson, referentes à teoria da comunicação, embora na prática das salas de aula o normativismo continuasse a ter predominância. Durante a década de 1970 e até os primeiros anos da década de 1980, o ensino de Língua Portuguesa passou a se pautar, então, em exercícios estruturais, técnicas de redação e treinamento das habilidades de leitura.

No que se refere ao ensino da Literatura, até meados do século XX, vigorou a predominância do cânone, baseado na Antigüidade Clássica, quando o principal instrumento do trabalho pedagógico eram as antologias literárias. Até as décadas de 1960-70, a leitura do texto literário, no ensino primário e ginásial, transmitia a norma culta da língua, com base em exercícios gramaticais e estratégias para inculcar valores religiosos, morais e cívicos. A partir da década de 1970, o ensino de Literatura restringiu-se ao então segundo grau, com abordagens estruturalistas ou historiográficas do texto literário.

A partir da década de 1980, os estudos lingüísticos mobilizaram os professores para a discussão e o repensar sobre o ensino de língua materna e para a reflexão sobre o trabalho realizado em sala de aula. Tais reflexões e discussões fizeram-se presentes nos programas de reestruturação do Ensino de 2º Grau, de 1988, e do Currículo Básico de 1990. Já no que diz respeito ao ensino de Literatura indicava a necessidade de superação de historiografia literária.

Na década de 1990, a proposta do Currículo Básico do Paraná, fundamentou-se em pressupostos coerentes com a concepção dialógica e social da linguagem delineada a partir de Bakhtin, para fazer frente ao ensino tradicional. Já no final da década de 1990, os Parâmetros Curriculares Nacionais fundamentaram a proposta da disciplina de Língua Portuguesa nas concepções interacionistas ou discursivas, propondo uma reflexão acerca dos usos da linguagem oral e escrita. No entanto, tendem a diluir a abordagem dessa concepção com a introdução de conceitos poucos reconhecidos pelos professores, como por exemplo, *habilidades e competências*, termos que desvelam a vinculação do currículo ao mercado de trabalho.

Assim, o ensino de Língua e Literatura requer novos posicionamentos em relação às práticas de ensino, seja pela discussão crítica dessas práticas, seja pelo envolvimento direto dos professores na construção de alternativas que possibilitem cada vez mais o desenvolvimento de propostas educacionais relativas à linguagem e seu uso.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Objetivo geral:

Preparar o aluno para lidar com a língua oral ou escrita em diferentes situações de uso e manifestações, como condição para torná-lo capaz de enfrentar as contradições sociais em que está inserido e para a afirmação de sua cidadania, como sujeito singular ou coletivo.

Objetivos específicos:

- empregar a língua oral em diferentes situações de uso, saber adequá-la a cada contexto e interlocutor, reconhecer as intenções implícitas nos discursos do cotidiano e propiciar a possibilidade de um posicionamento diante deles;
- desenvolver o uso da língua escrita em situações discursivas por meio de práticas sociais que considerem os interlocutores, seus objetivos, o assunto tratado, os gêneros e suportes textuais, além do contexto de produção;
- analisar os textos produzidos, lidos e/ou ouvidos, possibilitando que o aluno amplie seus conhecimentos lingüístico-discursivos;
- aprofundar, por meio da leitura de textos literários, a capacidade de pensamento crítico e a sensibilidade estética, permitindo a expansão lúdica da oralidade, da leitura e da escrita;
- aprimorar os conhecimentos lingüísticos, de maneira a propiciar acesso às ferramentas de expressão e compreensão de processos discursivos, proporcionando ao aluno condições para adequar a linguagem aos diferentes contextos sociais;
- confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes linguagens e suas manifestações específicas;

- respeitar e preservar as diferentes manifestações da linguagem utilizadas por diferentes grupos sociais.

METODOLOGIA DA DISCIPLINA

Pode-se dizer que todas as atividades desenvolvidas em sala de aula são resultantes de uma opção metodológica e esta, por sua vez, está sempre articulada a uma determinada visão que temos sobre linguagem.

Nesta proposta curricular, adotamos a concepção dialógica de Língua/Texto, que vai ao encontro dos fundamentos teórico-metodológicos apresentados pelas Diretrizes Curriculares de Língua Portuguesa do Estado do Paraná. Entendemos que a linguagem é concebida como fruto da interação humana, e que o aluno é sujeito de um processo histórico, social, detentor de um repertório lingüístico que precisa ser levado em conta na busca da ampliação de sua competência comunicativa.

Assim, consideramos importante desenvolver em sala de aula atividades que aprimorem as possibilidades do domínio discursivo da oralidade, da leitura e da escrita, a fim de que o aluno se instrumentalize para desvendar a realidade e os desafios da vida em sociedade. Portanto, propomos:

Quanto à prática da oralidade - atividades que ofereçam condições ao aluno de falar com fluência em situações formais, adequando a linguagem conforme as circunstâncias (interlocutores, assunto e intenções), aproveitando os recursos expressivos da língua e, principalmente, praticando e aprendendo a convivência democrática, tanto pelo direito à expressão quanto pelo reconhecimento do mesmo direito ao outro (FARACO 1988 *apud* PARANÁ, 2006, p. 31).

Quanto à prática da leitura: atividades que privilegiem o contato do aluno com textos de gêneros variados, propiciando a esse aluno o

desenvolvimento de uma atitude crítica que o leve a perceber o sujeito presente nos textos, assim como, os implícitos, os pressupostos e as ideologias. É importante que o aluno se familiarize com diferentes textos produzidos em diferentes práticas sociais, estilos e épocas. Também a leitura não estará vinculada somente aos textos verbais, mas ainda aos textos não-verbais, uma vez que, a leitura pode extrapolar o lingüístico e se estender à leitura de situações, de imagens, de um contexto.

Quanto à prática da escrita: atividades que observem a noção de interlocutor, o qual condicionará parte da linguagem, o assunto e a maneira de expô-lo. Também, que levem em consideração as diferenças entre a linguagem oral e escrita, exigindo-se na escrita a unidade temática e a coesão entre as partes, a concisão, além do respeito à apresentação formal. Esses elementos da escrita poderão ser trabalhados a partir de textos produzidos pelos próprios alunos, podendo, tais textos serem reestruturados, apontando-se as estratégias utilizadas em sua elaboração, julgando o nível de clareza, a partir da coerência e da argumentação das idéias. Destacam-se, então, as atividades que levem o aluno a ampliar sua capacidade discursiva em atividade de uso da língua, que explorem, por exemplo, a argumentação, a situacionalidade, a intertextualidade, a informatividade, a referenciação, a concordância, a formalidade e a informalidade que podem estar presentes nos textos.

É preciso dizer que o cerne de nosso ensino vai se constituir no trabalho com o texto. Este entendido como um material verbal (ou não-verbal), produto de uma determinada visão de mundo, de uma intenção e de um momento de produção, constituído a partir de procedimentos de coesão e

coerência e que, produzido com intenções comunicativas, organiza-se em diferentes gêneros.

Estamos a todo tempo rodeados por gêneros textuais diversos, locais por onde perpassam as práticas de linguagem, as trocas de saberes, numa interlocução viva; portanto, nas aulas de Língua Portuguesa será privilegiado o trabalho com os diferentes gêneros textuais¹, nos diversos níveis de ensino, sendo que tais gêneros determinarão o desdobramento dos conteúdos específicos a serem enfocados, os textos que serão trabalhados, as análises lingüísticas e as produções textuais a serem realizadas, a fim de que, por meio do uso concreto da Língua, os alunos compreendam os fundamentos dos gêneros textuais, apropriando-se de suas peculiaridades, o que facilita o domínio que deverá ter sobre eles.

Propomos como forma de trabalho com gêneros textuais a seqüência didática proposta por Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004). Tais seqüências compreendem um conjunto de ações envolvendo a leitura, a escrita e a análise lingüística, o que possibilita um estudo amplo e ao mesmo tempo profundo desses três aspectos que envolvem o ensino-aprendizagem de Língua.

Ao trabalharmos um determinado gênero, iniciaremos pela *apresentação da situação de produção*, cujo estágio tem a finalidade de apresentar aos alunos uma representação da situação de comunicação e da atividade de linguagem a ser executada (os alunos entram em contato com o gênero e estudam sua caracterização, determinam o interlocutor do texto, a forma de produção, os conteúdos veiculados pelo texto). Depois, na *produção inicial* os alunos elaboram um primeiro texto do gênero em questão. Essa produção inicial servirá para que realizemos um diagnóstico útil para o

1 Apesar de pretendermos focar diversos gêneros textuais em todas as séries, atendendo inclusive às necessidades do grupo de alunos em questão, procuraremos destacar alguns gêneros, obedecendo a uma seqüência de trabalho. Assim, priorizaremos nas séries iniciais (5ª e 6ª séries) as seqüências de descrever ações, relatar e narrar, e nas séries finais do Ensino Fundamental e durante o Ensino Médio as seqüências de expor e argumentar.

planejamento dos procedimentos seguintes. A partir do diagnóstico realizado, planejaremos *módulos* de atividades de leitura e de análise lingüística que contemplem os problemas presentes na produção inicial, com o objetivo de levar os alunos a desenvolver capacidades de linguagem que lhes permitam ler e produzir um determinado gênero de forma eficaz. Para tanto, poderão ser trabalhadas questões relativas à adequação ao gênero, à argumentação, à paragrafação, à clareza de idéias, coesão e coerência textuais, sinonímia, expressividade e função de algumas classes de palavras, pontuação, recursos gráficos, acentuação, concordância verbo-nominal, ortografia etc. Por último, na *produção final*, esperamos que os alunos demonstrem os conhecimentos construídos nas atividades realizadas no decorrer da seqüência didática, permitindo assim analisarmos os progressos referentes à produção inicial e avaliarmos o desempenho dos alunos na última produção.

O planejamento da seqüência didática ocorre a partir das necessidades do aluno, e caracteriza-se pela flexibilidade ao longo da execução da seqüência. Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004) destacam que o objetivo da seqüência didática é permitir ao aluno o acesso e o domínio de novas práticas de linguagem, práticas estas que se materializam nos mais diversos gêneros textuais.

Trabalhar a língua materna com os alunos significa estabelecer parcerias em sala de aula, dar-lhes voz, escutar o que eles têm a dizer, em experiências concretas de uso da Língua. Portanto, a sala de aula precisa ser um espaço privilegiado de intenções e aprendizado, que promova o contato dos alunos com os diferentes gêneros textuais, cabendo ao professor fazer uso dos diferentes suportes onde os gêneros circulam, tais como: internet, telas, tevê, rádio, cinema, teatro, músicas, propagandas, jornais, revistas e outros. Consideramos importante também utilizar os variados meios didáticos de que dispomos para que o trabalho se efetive, como por exemplo, TV pendrive, mídias impressas, softwares educacionais, aparelhos de DVD, retro-projetores, data-show, laboratório de informática e biblioteca.

No que se refere ao ensino da literatura nas aulas de Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental, ressaltamos a relevância das práticas pedagógicas de leitura na formação de leitores aptos para interpretar tanto o lingüístico quanto o implícito no texto, preparando-os para realizarem leituras críticas, que lhes permitam refletir e questionar as ações humanas, as práticas sociais. E, mais do que isso, concordamos com a perspectiva de formação apresentada pelas Diretrizes Curriculares de Língua Portuguesa do Estado do

Paraná (2006, p. 38) ao apontar como fundamental a formação de um leitor capaz de sentir e expressar o que sentiu, ou seja, cabe às aulas de literatura o despertar da sensibilidade no aluno, o reconhecimento estético da literatura.

Para tanto, entendemos que o trabalho com a leitura não deve se sustentar numa prática utilitarista, do texto como pretexto, para tratar de questões de ensino (LAJOLO, 1982), mas priorizar uma leitura-fuição do texto literário, como uma forma de desenvolver primeiramente o gosto e o hábito pela leitura e, mais tarde, a capacidade crítica sobre as leituras realizadas. Ao compreendermos a leitura como um processo interacional entre obra, autor e leitor, tendo o texto como algo inacabado e o leitor como alguém que constrói, concordando ou discordando do autor do texto, compreendemos ser fundamental expor o aluno à diversidade textual, a situações para que ele seja capaz de apreciar ou julgar o material escrito, a momentos de interação entre professor/alunos e alunos/alunos, através de diálogo sobre textos lidos e da valorização à leitura do outro.

Consideramos ainda importante explicitar como será desenvolvido o trabalho referente à Lei n. 11.645, sancionada no dia 10 de março de 2008, pelo Presidente da República, Luis Inácio da Silva, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para inserir, ao lado da obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, a temática da “História e Cultura Indígena”; à Lei n. 13.381/01, que torna obrigatório, no Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública Estadual do Paraná, os conteúdos de História do Paraná e, à Lei n. 9.795/99 que dispõe sobre a educação ambiental.

Em consonância com as leis citadas no parágrafo anterior, propomos o trabalho com textos escolhidos a partir da realidade dos alunos, que permitam tecer relações entre os temas abordados e o cotidiano deles. O desenvolvimento das atividades enfatizará a leitura e a discussão de textos para o seu entendimento, o debate de idéias e a produção final de outros textos utilizando linguagens variadas, bem como a utilização correta dos códigos lingüísticos. Destacamos ainda, outras atividades que poderão atender aos temas em questão, como, concurso de poesias, filmes, confecção de cartazes e murais, estudo de determinados autores e artistas, apresentação de danças típicas e outras, não se descartando a importância da integração entre a disciplina de Língua Portuguesa e demais disciplinas escolares a fim de que os alunos percebam a inter-relação entre os conteúdos e a realidade, e compreendam a relevância da consciência cultural, dos aspectos étnicos, sociais e culturais como agentes formadores da cultura brasileira.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DA DISCIPLINA

5ª série do Ensino Fundamental

CONTEÚDO ESTRUTURANTE	CONTEÚDOS BÁSICOS	ABORDAGEM TEÓRICO- METODOLÓGICA	AVALIAÇÃO
DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL	<p style="text-align: center;">LEITURA</p> <p>a- Identificação do tema</p> <p>b- Interpretação textual, observando:</p> <ul style="list-style-type: none"> - conteúdo temático - interlocutores - fonte - intertextualidade - informatividade - intencionalidade - marcas lingüísticas <p>c- Identificação do argumento principal e dos argumentos secundários</p>	<p>a- Práticas de leitura de textos de diferentes gêneros</p> <p>b- Consideração dos conhecimentos prévios dos alunos</p> <p>c- Inferências de informações implícitas</p> <p>d- Utilização de materiais gráficos diversos (fotos, gráficos, quadrinhos...) para interpretação de textos</p> <p>e- Discussão sobre: finalidade do texto, fonte, interlocutor...</p> <p>f- Relato de experiências significativas relacionadas ao assunto do texto</p>	<p>Espera-se que o aluno:</p> <p>a- Realize leitura compreensiva do texto</p> <p>b- Localize informações explícitas no texto</p> <p>c- Emita opiniões a respeito do que leu</p>

	d- Inferências	g- Leitura de vários textos para a observação das relações intertextuais	
	ORALIDADE		Espera-se que o aluno:
	a- Adequação ao gênero: - conteúdo temático - elementos composicionais - marcas lingüísticas b- Variedades lingüísticas c- Intencionalidade do texto d- Papel do locutor e do interlocutor: - participação e cooperação	a-Apresentação de textos produzidos pelos alunos b- Contação de histórias c- Narração de fatos reais ou fictícios d- Seleção de discurso de outros, como: entrevista, cenas de desenhos/programas infanto-juvenis, reportagem... e- Análise dos recursos próprios da oralidade f- Orientação sobre o	a- Utilize seu discurso de acordo com a situação de produção (formal ou informal) b- Apresente clareza de idéias ao se colocar diante dos colegas

	<p>e- Particularidades de pronúncia de algumas palavras</p> <p>f- Elementos extralingüísticos: entonação, pausas, gestos...</p>	<p>contexto social de uso do gênero trabalhado</p>	
	<p>ESCRITA</p> <p>a- Adequação ao gênero: - conteúdo temático - elementos composicionais - marcas lingüísticas</p> <p>b- Argumentação</p> <p>c- Paragrafação</p> <p>d- Clareza de idéias</p> <p>e- Refacção textual</p>	<p>a-Discussão sobre o tema a ser produzido</p> <p>b-Seleção do gênero, finalidade, interlocutores</p> <p>c- Orientação sobre o contexto social de uso do gênero trabalhado</p> <p>d- Produção textual</p> <p>e- Revisão textual</p> <p>f-Reestrutura reescrita textual</p>	<p>Espera-se que o aluno:</p> <p>a- Expresse suas idéias com clareza</p> <p>b- Produza textos atendendo às circunstâncias de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...)</p>

	<p>ANÁLISE LINGÜÍSTICA perpassando as práticas de leitura, escrita e oralidade:</p> <p>a- Coesão e coerência do texto lido ou produzido pelo aluno</p> <p>b- Expressividade dos substantivos e sua função referencial no texto</p> <p>c- Função do adjetivo, substantivo, artigo, numeral e interjeição como elementos do texto</p> <p>d- A pontuação e seus efeitos de sentido no texto</p> <p>e- Recursos gráficos: aspas, travessão, negrito, hífen, itálico</p> <p>f- Acentuação gráfica</p> <p>g- Gírias</p> <p>h- Alguns procedimentos de concordância</p>	<p>a- Estudo dos conhecimentos lingüísticos a partir: de gêneros selecionados para leitura ou audição; de textos produzidos pelos alunos; das dificuldades apresentadas pela turma.</p>	<p>Espera-se que o aluno:</p> <p>a- Diferencie a linguagem formal da informal</p> <p>b- Utilize adequadamente, recursos lingüísticos, como o uso da pontuação, dos artigos, dos pronomes...</p> <p>c- Amplie o léxico</p>
--	--	---	---

	verbal e nominal		
	i- Particularidades de grafia de algumas palavras		

Observação: Os desafios contemporâneos serão trabalhados de forma articulada com os conteúdos na medida em que os mesmos assim exigirem.

SUGESTÕES DE GÊNEROS DISCURSIVOS PARA A 5ª SÉRIE: história em **quadrinho**, **piadas**, adivinhas, lendas, **fábulas**, contos de fadas, **poemas**, narrativa de enigma, narrativa de aventura, dramatização, exposição oral, comercial para TV, causos, carta pessoal, carta de solicitação, *email*, receita, convite, autobiografia, cartaz, carta do leitor, classificados, verbete, quadrinhas, cantigas de roda, **bilhetes**, **diário**, fotos, mapas, aviso, horóscopo, regras de jogo, anedotas, entre outros.

6ª série do Ensino Fundamental

<p>CONTEÚDO ESTRUTURANTE</p>	<p>CONTEÚDOS BÁSICOS</p>	<p>ABORDAGEM TEÓRICO- METODOLÓGICA</p>	<p>AVALIAÇÃO</p>
<p>DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL</p>	<p>LEITURA</p> <p>a- Interpretação textual, observando:</p> <ul style="list-style-type: none"> - conteúdo temático - interlocutores - fonte - ideologia - papéis sociais representados - intertextualidade - intencionalidade - informatividade - marcas lingüísticas <p>b- Identificação do argumento principal e dos argumentos secundários</p> <p>c- As particularidades (lexicais, sintáticas e textuais) do texto em</p>	<p>a- Práticas de leitura de textos de diferentes gêneros</p> <p>b- Consideração dos conhecimentos prévios dos alunos</p> <p>c- Leitura das informações implícitas nos textos</p> <p>d- Discussão sobre: finalidade do texto, fonte, interlocutor...</p> <p>e- Relato de experiências significativas relacionadas ao assunto do texto</p> <p>f- Leitura de vários textos para a observação das relações intertextuais</p>	<p>Espera-se que o aluno:</p> <p>a- Identifique o tema abordado no texto</p> <p>b- Realize leitura compreensiva do texto</p> <p>c- Identifique informações implícitas nos textos</p> <p>d- Estabeleça relação causa / consequência entre partes e elementos do texto</p> <p>e- Compreenda a finalidade e as intenções do texto</p>

	<p>registro formal e informal.</p> <p>d- Texto verbal e não-verbal</p>		
	<p style="text-align: center;">ORALIDADE</p> <p>a- Adequação ao gênero:</p> <ul style="list-style-type: none"> - conteúdo temático - elementos composicionais - marcas lingüísticas <p>b- Procedimentos e marcas lingüísticas típicas da conversação (entonação, repetições, pausas...)</p> <p>c- Variedades lingüísticas</p> <p>d- Intencionalidade do texto</p> <p>e- Papel do locutor e do</p>	<p>a- Apresentação de textos produzidos pelos alunos</p> <p>b- Contação de histórias</p> <p>c- Seleção de discurso de outros, como: notícias, cenas de novelas/filmes, entrevistas, programas humorísticos...</p> <p>d- Análise dos recursos próprios da oralidade</p> <p>e- Orientação sobre o contexto social de uso do gênero trabalhado</p>	<p>Espera-se que o aluno:</p> <p>a- Utilize seu discurso de acordo com a situação de produção (formal ou informal)</p> <p>b- Apresente clareza de idéias ao se colocar diante dos colegas</p> <p>c- Compreenda as intenções do discurso do outro</p>

	interlocutor: - participação e cooperação f- Particularidades de pronúncia de algumas palavras		
	<p style="text-align: center;">ESCRITA</p> a- Adequação ao gênero: - conteúdo temático - elementos composicionais - marcas lingüísticas b- Linguagem formal e informal c- Argumentação d- Coerência e coesão textual e- Organização das idéias / paragrafação f- Finalidade do texto g- Refacção textual	a- Produção b- Discussão sobre o tema a ser produzido c- Seleção do gênero, finalidade, interlocutores d- Orientação sobre o contexto social de uso do gênero trabalhado e- Proposta de produção textual f- Revisão textual g- Reestrutura e reescrita textual	Espera-se que o aluno: a- Exprese suas idéias com clareza b- Produza textos atendendo às circunstâncias de produção (gênero, interlocutor, finalidade...) c- Adeque a linguagem de acordo com o contexto exigido: formal ou informal
	ANÁLISE LINGÜÍSTICA perpassando as		

	<p>práticas de leitura, escrita e oralidade:</p> <p>a- Discurso direto e indireto na manifestação das vozes que falam no texto</p> <p>b- Função do pronome, do verbo (regular/Modo Indicativo) e do advérbio como elementos do texto</p> <p>c- A pontuação e seus efeitos de sentido no texto</p> <p>d- Recursos gráficos: aspas, travessão, negrito, hífen, itálico</p> <p>e- Acentuação gráfica</p> <p>f- Valor sintático e estilístico dos modos e tempos verbais</p> <p>g- Conotação e Denotação</p> <p>h- Alguns procedimentos de concordância verbal e nominal</p> <p>i- Linguagem digital</p> <p>j- Semântica</p> <p>l- Particularidades de grafia de algumas palavras</p>	<p>a- Estudo dos conhecimentos lingüísticos a partir:</p> <ul style="list-style-type: none"> - de gêneros selecionados para leitura ou audição; - de textos produzidos pelos alunos; - das dificuldades apresentadas pela turma. 	<p>Espera-se que o aluno:</p> <p>a- Diferencie a linguagem formal da informal</p> <p>b- Utilize adequadamente, recursos lingüísticos, como o uso da pontuação, do artigo, dos pronomes...</p> <p>c- Amplie o léxico</p> <p>d- Compreenda a diferença entre discurso direto e indireto</p> <p>e- Perceba os efeitos de sentido causados pelo emprego das palavras em sentido próprio e figurado</p>
--	--	---	--

Observação: Os desafios contemporâneos serão trabalhados de forma articulada com os conteúdos na medida em que os mesmos assim exigirem.

SUGESTÕES DE GÊNEROS DISCURSIVOS PARA A 6ª SÉRIE: **entrevista** (oral e escrita), crônica de ficção, música, **notícia**, estatutos, **narrativa mítica**, **carta pessoal**, **contos**, **poemas**, tiras, propaganda, exposição oral, mapas, paródia, *chat*, provérbios, torpedos, álbum de família, literatura de cordel, carta de reclamação, diário, carta ao leitor, instruções de uso, *cartum*, história em quadrinhos, placas, pinturas, provérbios, entre outros.

7ª série do Ensino Fundamental

<p>CONTEÚDO ESTRUTURANTE</p>	<p>CONTEÚDOS BÁSICOS</p>	<p>ABORDAGEM TEÓRICO- METODOLÓGIC A</p>	<p>AVALIAÇÃO</p>
<p>DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL</p>	<p>LEITURA</p> <p>a- Interpretação textual, observando:</p> <ul style="list-style-type: none"> - conteúdo temático - interlocutores - fonte - ideologia - intencionalidade - informatividade - marcas lingüísticas <p>b- Identificação do argumento principal e dos secundários</p> <p>c- As diferentes vozes sociais representadas no texto</p>	<p>a- Práticas de leitura de textos de diferentes gêneros, observando as relações dialógicas</p> <p>b- Consideração dos conhecimentos prévios dos alunos</p> <p>c- Inferências de informações implícitas</p> <p>d- Discussão sobre: finalidade do texto, fonte, interlocutor...</p> <p>e- Leitura de textos verbais e não-verbais, midiáticos, iconográficos, etc..</p> <p>f- Leitura de vários textos para a observação das relações</p>	<p>Espera-se que o aluno:</p> <p>a- Realize leitura compreensiva do texto</p> <p>b- Emita opiniões a respeito do que leu</p> <p>c- Desvende, na leitura, posicionamentos ideológicos no meio social e cultural</p> <p>d- Estabeleça relações intertextuais entre os textos lidos e/ou ouvidos</p> <p>e- Identifique efeitos de ironia ou humor em textos</p>

	<p>d- Linguagem verbal, não-verbal, midiáticos, infográficos, etc..</p> <p>e- Relações dialógicas entre os textos</p>	<p>intertextuais</p>	<p>variados</p>
	<p>ORALIDADE</p> <p>a- Adequação ao gênero:</p> <ul style="list-style-type: none"> - conteúdo temático - elementos composicionais - marcas lingüísticas <p>b- Coerência global do discurso oral</p> <p>c- Variedades</p>	<p>a-Apresentação de textos produzidos pelos alunos</p> <p>b- Dramatização de textos</p> <p>c- Apresentação de mesa redonda, júri simulado, exposição oral...</p> <p>d- Seleção de discurso de outros, como: filme, entrevista, mesa</p>	<p>Espera-se que o aluno:</p> <p>a- Utilize seu discurso de acordo com a situação de produção (formal ou informal)</p> <p>b- Reconheça as intenções dos discursos dos outros</p> <p>c- Elabore argumentos convincentes para defender suas idéias</p>

	<p>lingüísticas</p> <p>d- Papel do locutor e do interlocutor:</p> <ul style="list-style-type: none"> - participação e cooperação - turnos de fala <p>e- Particularidades dos textos orais</p> <p>f- Elementos extralingüísticos: entonação, pausas, gestos</p> <p>g- Finalidade do texto oral</p>	<p>redonda, cena de novela/programa, reportagem, debate</p> <p>e- Análise dos recursos próprios dos gêneros textuais</p> <p>f- Orientação sobre o contexto social de uso do gênero trabalhado</p>	
	<p>ESCRITA</p> <p>a- Adequação ao gênero:</p> <ul style="list-style-type: none"> - conteúdo temático - elementos composicionais - marcas lingüísticas <p>b- Argumentação</p> <p>c- Coerência e</p>	<p>a- Discussão sobre o tema a ser produzido</p> <p>b- Seleção do gênero, finalidade, interlocutores</p> <p>c- Exploração do contexto social do uso do gênero trabalhado</p> <p>d- Orientação sobre o contexto social de</p>	<p>Espera-se que o aluno:</p> <p>a- Produza textos atendendo às circunstâncias de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...)</p> <p>b- Elabore argumentos</p>

	coesão textual d- Paráfrase de texto e- Paragrafação f- Refacção textual	uso do gênero trabalhado d- Produção textual e- Revisão textual f- Reestrutura e reescrita textual	consistentes c- Produza textos respeitando a seqüência lógica d- Adeque o texto ao tema proposto
	ANÁLISE LINGÜÍSTICA perpassando as práticas de leitura, escrita e oralidade: a- Semelhanças e diferenças entre o discurso escrito e oral b- Conotação e denotação c- A função das conjunções na conexão de sentido do texto d- Progressão referencial (locuções adjetivas, pronomes, substantivos...) e- Função da	a- Compreensão das semelhanças e diferenças, dependendo do gênero, do contexto de uso e da situação de interação, dos textos orais e escritos b- Estudo dos conhecimentos lingüísticos a partir: - de gêneros selecionados para leitura ou escuta - de textos produzidos pelos alunos - das dificuldades	Espera-se que o aluno: ea- Utilize adequadamente, recursos lingüísticos, como o uso da pontuação, do artigo, dos pronomes... b- Amplie o léxico c- Identifique a concordância presente em textos longos e de estruturas complexas d- Reconheça quando e como estabelecer complementação

	<p>preposição, da conjunção e do verbo (Modo Subjuntivo e Imperativo) como elementos do texto</p> <p>f- A pontuação e seus efeitos de sentido no texto</p> <p>g- Recursos gráficos: aspas, travessão, negrito, hífen, itálico</p> <p>h- Acentuação gráfica</p> <p>i- Procedimentos de concordância verbal e nominal</p> <p>j- A elipse na seqüência do texto</p> <p>l- Estrangeirismos</p> <p>m- As irregularidades e regularidades da conjugação verbal</p> <p>n- A função do advérbio: modificador e circunstanciador</p> <p>o- Complementação do verbo e de outras palavras</p>	<p>apresentadas pela turma</p>	<p>do verbo e de outras palavras</p> <p>e- Utilize as flexões verbais para indicar diferenças de tempo e modo</p>
--	--	------------------------------------	---

	<p>p- Frase. Oração. Período</p> <p>q- Sujeito e Predicado</p> <p>r- A representação do sujeito no texto (determinado, indeterminado)</p>		
--	---	--	--

Observação: Os desafios contemporâneos serão trabalhados de forma articulada com os conteúdos na medida em que os mesmos assim exigirem.

SUGESTÕES DE GÊNEROS DISCURSIVOS PARA A 7ª SÉRIE: *slogan*, telejornal, reportagem (oral e escrita), pesquisa, conto, narrativa de terror, charge, narrativa de humor, **crônica**, paródia, **resumo**, **anúncio publicitário**, sinopse de filme, poema, biografia, narrativa de ficção científica, relato pessoal, *outdoor*, *blog*, *haikai*, júri simulado, discurso de defesa e acusação, mesa redonda, regulamentos, caricatura, escultura, **parágrafos de opinião**, entre outros.

8ª série do Ensino Fundamental

<p>CONTEÚDO ESTRUTURANTE</p>	<p>CONTEÚDOS BÁSICOS</p>	<p>ABORDAGEM TEÓRICO- METODOLÓGIC A</p>	<p>AVALIAÇÃO</p>
<p>DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL</p>	<p>LEITURA</p> <p>a- Interpretação textual, observando:</p> <ul style="list-style-type: none"> - conteúdo temático - interlocutores - fonte - ideologia - intencionalidade - intertextualidade - informatividade - marcas lingüísticas <p>b- Identificação do argumento principal e dos argumentos secundários</p> <p>c- Informações implícitas nos textos</p> <p>d- As vozes sociais presentes no texto</p>	<p>a- Práticas de leitura de textos de diferentes gêneros</p> <p>b- Consideração dos conhecimentos prévios dos alunos</p> <p>c- Inferências de informações implícitas no texto</p> <p>d- Discussão sobre: finalidade do texto, fonte, interlocutor...</p> <p>e- Relatos de experiências significativas relacionadas ao assunto do texto</p> <p>f- Leitura de vários textos para a observação das relações intertextuais</p>	<p>Espera-se que o aluno:</p> <p>a- Realize leitura compreensiva do texto</p> <p>b- Identifique a tese de um texto</p> <p>c- Identifique a finalidade de textos de diferentes gêneros</p> <p>d- Desvende, na leitura, posicionamentos ideológicos no meio social e cultural</p> <p>e- Identifique as informações implícitas nos textos</p> <p>f- Reconheça efeitos de humor provocados pela</p>

			<p>ambigüidade em textos verbais e não verbais</p> <p>g- Amplie o horizonte de expectativas</p>
	<p>ORALIDADE</p> <p>a- Adequação ao gênero:</p> <ul style="list-style-type: none"> - conteúdo temático - elementos composicionais - marcas lingüísticas <p>b- Variedades lingüísticas</p> <p>c- Intencionalidade do texto oral</p> <p>d- Argumentação</p> <p>e- Papel do locutor e do interlocutor:</p>	<p>a- Exposição oral de trabalhos/textos produzidos</p> <p>b- Dramatização de textos</p> <p>c- Apresentação de seminários, debates, entrevistas...</p> <p>d- Seleção de discurso de outros, como: reportagem, seminário, entrevista, <i>reality</i></p>	<p>Espera-se que o aluno:</p> <p>a- Utilize seu discurso de acordo com a situação de produção (formal ou informal)</p> <p>b- Produza argumentos convincentes</p> <p>c- Reconheça as intenções dos discursos do outro</p> <p>d- Identifique as marcas lingüísticas que</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - participação e cooperação - turnos de fala f- Elementos extralingüísticos: entonação, pausas, gestos... 	<p>e show...</p> <ul style="list-style-type: none"> e- Análise dos recursos próprios da oralidade f- Orientação sobre o contexto social de uso do gênero trabalhado 	<p>evidenciam o locutor e o interlocutor de um texto oral</p>
	<p style="text-align: center;">ESCRITA</p> <ul style="list-style-type: none"> a- Adequação ao gênero: <ul style="list-style-type: none"> - conteúdo temático - elementos composicionais - marcas lingüísticas b- Argumentação c- Resumo de textos d- Paráfrase de texto e- Paragrafação f- Intertextualidade 	<ul style="list-style-type: none"> a- Discussão sobre o tema a ser produzido b- Seleção do gênero, finalidade, interlocutores c- Exploração do contexto social do gênero trabalhado d- Orientação sobre o contexto social de uso do gênero trabalhado 	<p>Espera-se que o aluno:</p> <ul style="list-style-type: none"> a- Produza textos atendendo às circunstâncias de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...) b- Adeque o texto ao tema e à linguagem c- Estabeleça relações entre

	<p>g- Refacção textual</p>	<p>e- Produção textual f- Revisão textual g-Reestrutura e reescrita textual</p>	<p>partes do texto, identificando repetições ou substituições</p> <p>d- Estabeleça relação entre a tese e os argumentos elaborados para sustentá-la</p>
	<p>ANÁLISE LINGÜÍSTICA perpassando as práticas de leitura, escrita e oralidade:</p> <p>a- Conotação e denotação</p> <p>b- Coesão e coerência textual</p> <p>c- Vícios de linguagem</p> <p>d- Operadores argumentativos e os efeitos de sentido</p> <p>e- Expressões modalizadoras (que revelam a posição do falante em relação ao que diz, como:</p>	<p>a- Estudo dos conhecimentos lingüísticos a partir:</p> <p>- de gêneros selecionados para leitura ou escuta</p> <p>- de textos produzidos pelos alunos</p> <p>- das dificuldades apresentadas pela turma</p>	<p>Espera-se que o aluno:</p> <p>a- Estabeleça relações semânticas entre as partes do texto (de causa, de tempo, de comparação)</p> <p>b- Utilize adequadamente, recursos lingüísticos, como o uso da pontuação, do artigo, dos pronomes...</p>

<p>felizmente, comovedoramente...)</p> <p>f- Semântica</p> <p>g- Revisão das classes de palavras como elementos do texto</p> <p>h- Função do adjetivo, advérbio, pronome, artigo e de outras categorias como elementos do texto</p> <p>i- A pontuação e seus efeitos de sentido no texto</p> <p>j- Recursos gráficos: aspas, travessão, negrito, hífen, itálico</p> <p>l- Acentuação gráfica</p> <p>m- Estrangeirismos, gírias, neologismos</p> <p>n- Procedimentos de concordância verbal e nominal</p> <p>o- Valor sintático e estilístico dos modos e tempos verbais</p> <p>p- A função das conjunções e preposições na conexão das partes do</p>		<p>c- Reconheça a relação lógico-discursiva estabelecida por conjunções e preposições</p> <p>d- Distinga o sentido conotativo do denotativo</p>
--	--	---

	<p>texto</p> <p>q- Coordenação e subordinação nas orações do texto</p> <p>r- Figuras de linguagem (comparação, metáfora, prosopopéia, catacrese, antítese, eufemismo, hipérbole, ironia)</p> <p>s- Pronomes relativos</p>		
--	---	--	--

Observação: Os desafios contemporâneos serão trabalhados de forma articulada com os conteúdos na medida em que os mesmos assim exigirem.

SUGESTÕES DE GÊNEROS DISCURSIVOS PARA A 8ª SÉRIE: texto de opinião, debate, reportagem oral e escrita, seminário, relatório, resenha crítica, paráfrase, narrativa fantástica, romance, histórias de humor, contos, música, charges, editorial, *curriculum vitae*, entrevista oral e escrita, assembléia, agenda cultural, *reality show*, palestra, *fotoblog*, depoimento, imagens, instruções, entre outros.

AVALIAÇÃO

Entendendo a avaliação como um processo contínuo, diagnóstico do processo ensino-aprendizagem, fomentador da compreensão do ser humano em sua totalidade, podemos afirmar que ela representa um instrumento de reflexão, diagnose, realimentação e o ponto de partida para nos fornecer pistas concretas do caminho que o aluno está fazendo para se apropriar, efetivamente, das atividades verbais – a fala, a leitura e a escrita. Dessa forma, priorizamos em nossa disciplina a avaliação formativa que, “por ser contínua e diagnóstica, aponta dificuldades, possibilitando que a intervenção pedagógica aconteça a todo tempo” (PARANÁ, 2006, p. 42), sem, no entanto, descartar a avaliação somativa, que segundo o documento citado anteriormente (p. 42), não deve ser excluída do sistema escolar.

O importante é não perdermos de vista a função diagnóstica da avaliação, ou seja, ela deve ser usada como subsídio para revisão do processo ensino-aprendizagem, como instrumento de diagnóstico do próprio trabalho. Para tal, ao definirmos nosso trabalho a partir dos gêneros textuais, entendemos que:

(...) os critérios de avaliação devem contemplar os aspectos da variação lingüística, os elementos de composição dos gêneros textuais e os elementos gramaticais que contribuiram para a construção do gênero textual (LEITE, 2008).

A avaliação formativa considera que os alunos possuem ritmos e processos de aprendizagem diferentes e, por ser contínua e diagnóstica, aponta dificuldades, possibilitando que a intervenção pedagógica aconteça a todo tempo. Informa ao professor e ao aluno acerca do ponto em que se encontram e contribui com a busca de estratégias para que os alunos aprendam e participem mais das aulas.

Sob essa perspectiva, estas Diretrizes recomendam:

Oralidade: será avaliada em função da adequação do discurso/texto aos diferentes interlocutores e situações. Num seminário, num debate, numa

troca informal de ideias, numa entrevista, num relato de história, as exigências de adequação da fala são diferentes e isso deve ser considerado numa análise da produção oral. Assim, o professor verificará a participação do aluno nos diálogos, relatos e discussões, a clareza que ele mostra ao expor suas ideias, a fluência da sua fala, a argumentação que apresenta ao defender seus pontos de vista. O aluno também deve se posicionar como avaliador de textos orais com os quais convive, como: noticiários, discursos políticos, programas televisivos, e de suas próprias falas, formais ou informais, tendo em vista o resultado esperado.

Leitura: serão avaliadas as estratégias que os estudantes empregam para a compreensão do texto lido, o sentido construído, as relações dialógicas entre textos, relações de causa e consequência entre as partes do texto, o reconhecimento de posicionamentos ideológicos no texto, a identificação dos efeitos de ironia e humor em textos variados, a localização das informações tanto explícitas quanto implícitas, o argumento principal, entre outros. É importante avaliar se, ao ler, o aluno ativa os conhecimentos prévios; se compreende o significado das palavras desconhecidas a partir do contexto; se faz inferências corretas; se reconhece o gênero e o suporte textual. Tendo em vista o multiletramento, também é preciso avaliar a capacidade de se colocar diante do texto, seja ele oral, escrito, gráficos, infográficos, imagens, etc. Não é demais lembrar que é importante considerar as diferenças de leituras de mundo e o repertório de experiências dos alunos, avaliando assim a ampliação do horizonte de expectativas. O professor pode propor questões abertas, discussões, debates e outras atividades que lhe permitam avaliar a reflexão que o aluno faz a partir do texto.

Escrita: é preciso ver o texto do aluno como uma fase do processo de produção, nunca como produto final. O que determina a adequação do texto escrito são as circunstâncias de sua produção e o resultado dessa ação. É a partir daí que o texto escrito será avaliado nos seus aspectos discursivotextuais, verificando: a adequação à proposta e ao gênero solicitado, se a linguagem está de acordo com o contexto exigido, a elaboração de argumentos consistentes, a coesão e coerência textual, a organização dos parágrafos. Tal como na oralidade, o aluno deve se

posicionar como avaliador tanto dos textos que o rodeiam quanto de seu próprio. No momento da refacção textual, é pertinente observar, por exemplo: se a intenção do texto foi alcançada, se há relação entre partes do texto, se há necessidade de cortes, devido às repetições, se é necessário substituir parágrafos, ideias ou conectivos.

Análise Linguística: é no texto – oral e escrito – que a língua se manifesta em todos os seus aspectos discursivos, textuais e gramaticais. Por isso, nessa prática pedagógica, os elementos linguísticos usados nos diferentes gêneros precisam ser avaliados sob uma prática reflexiva e contextualizada que lhes possibilitem compreender esses elementos no interior do texto. Dessa forma, o professor poderá avaliar, por exemplo, o uso da linguagem formal e informal, a ampliação lexical, a percepção dos efeitos de sentidos causados pelo uso de recursos linguísticos e estilísticos, as relações estabelecidas pelo uso de operadores argumentativos e modalizadores, bem como as relações semânticas entre as partes do texto (causa, tempo, comparação, etc.). Uma vez entendidos estes mecanismos, os alunos podem incluí-los em outras operações linguísticas, de reestruturação do texto, inclusive.

Com o uso da língua oral e escrita em práticas sociais, os alunos são avaliados continuamente em termos desse uso, pois efetuam operações com a linguagem e refletem sobre as diferentes possibilidades de uso da língua, o que lhes permite o aperfeiçoamento linguístico constante, o letramento.

O trabalho com a língua oral e escrita supõe uma formação inicial e continuada que possibilite ao professor estabelecer as devidas articulações entre teoria e prática, na condição de sujeito que usa o estudo e a reflexão como alicerces para sua ação pedagógica e que, simultaneamente, parte dessa ação para o sempre necessário aprofundamento teórico.

Para que as propostas das Diretrizes Curriculares de Língua Portuguesa e Literatura se efetivem na sala de aula, é imprescindível a participação pró-ativa do professor. Engajado com as questões de seu tempo, tal professor respeitará as diferenças e promoverá uma ação pedagógica de qualidade a todos os alunos, tanto para derrubar mitos que sustentam o pensamento único, padrões preestabelecidos e conceitos tradicionalmente aceitos, como para construir relações sociais mais generosas e includentes.

REFERÊNCIAS

DOLZ, Joaquim; **NOVERRAZ**, Michele; **SCHNEUWLY**, Bernard. 2004. Seqüências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: **ROJO**, Roxane. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado de Letras. P. 95-128.

LAJOLO, Marisa. O texto não é pretexto. In: **ZILBERMAN**, Regina (Org.). *Leitura em crise na escola: as alternativas do professor*. Porto alegre: Mercado Aberto, 1982, p. 51-62.

LEITE, Relindes Lanke. *Crêterios de avaliaçãõ em Língua Portuguesa*. Curitiba: NRE/AMS, 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educaçãõ. *Diretrizes Curriculares da Rede Púbrica de Educaçãõ Básiãa do Estado do Paraná*. Curitiba: SEED, 2006.

BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS ON LINE

BUNZEN, Clecio. O ensino de “gêneros” em três tradições: implicações para o ensino-aprendizagem de língua materna. Disponível em: <http://www.letramento.iel.unicamp.br/publicacoes/artigos/o_ensino_de_generos_ClecioBunzen.pdf>. Acesso em: 28/07/2008.

CALDAS, Lílian Kelly. Trabalhando tipos/gêneros textuais em sala de aula: uma estratégia didática na perspectiva da mediaçãõ dialética. Disponível em: <http://www.alb.com.br/anais16/sem03pdf/sm03ss16_09.pdf>. Acesso em: 29/07/2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Ensino Fundamental – Relatório Pedagógico de Língua Portuguesa. Disponível em: <http://www.seed.pr.gov.br/portals/portal/diretrizes/dir_ef_portuguesa.pdf>.

Acesso em: 28/07/2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. *Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná*. Curitiba: SEED, 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/livro_e_diretrizes/diretrizes/diretrizeslinguaportuguesa72008.pdf>. Acesso em: 19/08/2008.

ROTH, Motta Désirée. Questões de metodologia em análise de gêneros. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/desireemroth/publi/SIGET_II-Questoes_de_metodologia_em_analise_de_generos.pdf>. Acesso em: 29/07/2008.

**COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR FRANCISCO MANOEL DE LIMA
CAMARGO**

PROPOSTA CURRICULAR MATEMÁTICA - ENSINO FUNDAMENTAL

**TIJUCAS DO SUL
2010**

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

A matemática é vista como instrumento para a compreensão, a investigação, a inter-relação com o ambiente, e seu papel de agente de modificação do indivíduo, provocando mais do que simples acúmulo de conhecimento técnico ampliando as oportunidades de acesso ao conhecimento e participação social significativa do cidadão.

À medida que vamos nos integrando ao que se denomina uma sociedade da informação crescentemente globalizada, é importante que a educação se volte para o desenvolvimento das capacidades da comunicação, de resolver problemas, de tomar decisões, de fazer interferências, de criar, de aperfeiçoar conhecimentos e valores, de trabalhar cooperativamente, já que o objeto de estudo da Matemática são os números e as formas.

A Matemática, segundo a concepção histórico-crítica, é um saber vivo, dinâmico, construído historicamente. A incorporação de novas práticas sociais com o desenvolvimento de novas tecnologias, o conhecimento matemático passou a ser visto não apenas em desenvolver habilidades de cálculo e memorização. Neste cenário, o ensino da Matemática passa a ser construído dentro das diferentes práticas sociais historicamente produzidas.

Por meio da história da Matemática, compreende-se essa ciência desde suas origens e como a disciplina tem se configurado no currículo escolar.

A matemática como ciência surgiu na Grécia, nos séculos IV e V a.C. com regras, princípios lógicos e exatidão de resultados.

As primeiras propostas do ensino da Matemática baseadas em práticas pedagógicas ocorreram no século V a.C. com os sofistas, considerados profissionais do ensino.

Aos sofistas devemos a popularização do ensino da matemática, o seu valor formativo e a sua inclusão de forma regular nos círculos de estudos. A Matemática ensinada se baseava nos conhecimentos de aritmética, geometria, música e astronomia. Com suas metodologias, introduziram uma educação com caráter de intelectualidade e valor científico.

No século VI a.C. se abordava uma Matemática abstrata, se distanciando das questões práticas, uma base racional que perdurou até o século XVII d.C. quando então, a Matemática desempenhou o papel fundamental para a comprovação e generalização de resultados. Estes elementos caracterizaram as bases da Matemática como se conhece hoje. Já no século XVIII, demarcado pelas revoluções francesa e industrial, a pesquisa Matemática se direcionou a atender aos processos da industrialização: havia a necessidade do rigor dos métodos, pois as leis Matemáticas não poderiam falhar nos diferentes ramos da atividade humana.

Entre os séculos XIX e XX, levantaram-se preocupações voltadas para o ensino da Matemática, sendo as mesmas traduzidas em ações concretas. Neste contexto, os matemáticos, antes pesquisadores psicológicos, passaram a ser professores preocupados com questões educacionais, psicológicas, filosóficas e sociológicas.

No início do século XX, as ideias reformadoras do ensino da matemática se inseriam no contexto das discussões introduzidas pelo movimento da Escola Nova. Esse movimento propunha um ensino orientado por uma concepção empírico – ativista, que contribuiu para unificação da matemática como disciplina.

Outras dependências influenciaram o ensino da matemática em nosso país: a formalista clássica, formalista moderna, tecnicista, construtivista, socioetnicocultural, histórico-crítica.

A tendência histórico-crítica foi amplamente discutido no momento de abertura política no país, no final de 80 início da década de 90. o objetivo seria produzir um documento de referência curricular para a rede pública de ensino. Nessa proposta, aprender matemática seria interpretar, criar significado, construir seus próprios instrumentos para resolver problemas, estar preparados para perceber estes mesmos problemas e desenvolver o raciocínio lógico.

Com a aprovação da L.D.B.E.N., em 1996, foram criadas disciplinas como geometria, desenho geométrico e álgebra, campos do conhecimento matemático.

Em 2005, iniciaram-se as discussões entre professores, pedagogos, equipes pedagógicas dos Núcleos Regionais de Educação e de Técnicos Pedagógicos da SEED para a construção de um documento orientador do currículo para toda a rede pública estadual. Assim, as DCEs (Diretrizes Curriculares Estaduais) definiram os conteúdos estruturantes das disciplinas as quais fundamentam a compreensão do objeto de estudo das áreas de conhecimento. Por esse motivo o Projeto Político Pedagógico foi elaborado de acordo com os marcos apresentados nas DCEs.

Assim como a educação vem se desenvolvendo ao longo da história, assim também o ensino matemático está em processo de discussão coletiva contínua.

OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

A finalidade do Ensino de Matemática é fazer com que o estudante compreenda e se aproprie da própria matemática, concebida como um conjunto de resultados, métodos, procedimentos, algoritmos, etc. e que construa por intermédio do conhecimento matemático, valores e atitudes de natureza diversa, visando a formação integral do ser humano e, particularmente, do cidadão. Assim, tem-se a ideia de que, pelo conhecimento matemático, o estudante se apropria de conhecimentos que possibilita a criação de relações sociais, desde que não se perca o caráter científico da disciplina e do conteúdo matemático.

Como objetivos da disciplinas de matemática do Ensino Fundamental, destacam-se:

- Ampliar e construir novos significados para os números – naturais, inteiros e racionais – a partir de sua utilização no contexto social e da análise de alguns problemas históricos que motivaram sua construção;
- Resolver situações problema envolvendo números naturais, inteiros, racionais e a partir deles ampliar e construir novos significados da adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação;
- Identificar, interpretar e utilizar diferentes representações dos números naturais, racionais e inteiros, indicadas por diferentes notações, vinculando-as aos contextos matemáticos e não-matemáticos;
- Selecionar e utilizar procedimentos de cálculo (exato ou aproximado, mental ou escrito) em função da situação-problema proposta.
- Reconhecer que representações algébricas permite expressar generalizações sobre propriedades das operações aritméticas, traduzir situações-problema e favorecer as possíveis soluções.
- Traduzir informações contidas em tabelas e gráficos em linguagem algébrica e construir estratégias de cálculo algébrico e vice-versa, generalizando regularidades e identificar os significados das letras.
- Utilizar os conhecimentos sobre as operações numéricas e suas propriedades para construir estratégias de cálculo algébrico.
- Ampliar e construir noções de medida, pelo estudo de diferentes grandezas, a partir de sua utilização no contexto social e da análise de alguns dos problemas históricos que motivaram sua construção;

- Resolver problemas que envolvam diferentes grandezas, selecionando unidades de medida e instrumentos adequados a precisão requerida.
- Observar a variação entre grandezas, estabelecendo relação entre elas e construir estratégias de solução para resolver situações que envolvam a proporcionalidade.
- Coletar, organizar e analisar informações, construir e interpretar tabelas e gráficos, formular argumentos convincentes, tendo pr base a análise de dados organizados em representações matemáticas diversas;
- Resolver situações problema que envolvam o raciocínio combinatório e a determinação da probabilidade de sucesso de um determinado evento por meio de uma razão.
- Ampliar e consolidar o significado dos números racionais a partir dos diferentes usos e contextos sociais e matemáticos e reconhecer que existem números que não são racionais;
- Resolver situações problema envolvendo números naturais, inteiros, racionais e irracionais, ampliando e consolidando os significados da adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação;
- Selecionar e utilizar diferentes procedimentos de cálculo com números naturais, inteiros, racionais e irracionais.
- Produzir e interpretar diferentes escritas algébricas – expressões, igualdades e desigualdades -, identificando as equações, inequações e sistemas;
- Resolver situações-problema envolvendo números naturais, inteiros, racionais e irracionais, ampliando e consolidando os significados da adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação;
- Observar regularidades e estabelecer leis matemáticas que expressem a relação de dependências entre variáveis.
- Ampliar e construir noções de medida, pelo estudo de diferentes grandezas, utilizando dígitos significativos para representar as medidas, efetuar cálculos e aproximar resultados de acordo com o grau de previsão desejável;

- Obter e utilizar fórmulas para cálculo de volumes de áreas de superfícies planas e para cálculo de volumes de sólido geométricos (prismas retos e composições desses prismas).
- Representar em um sistema de coordenadas cartesianas a variação de grandezas, analisando e caracterizando o comportamento dessa variação em diretamente proporcional, inversamente proporcional ou não proporcional;
- Resolver situações-problema que envolvam a variação de grandezas direta ou inversamente proporcionais, utilizando estratégias não-convencionais e convencionais, como as regras de três.
- Construir tabelas de frequência e representar graficamente dados estatísticos, utilizando diferentes recursos, bem como elaborar conclusões a partir da leitura, análise, interpretação de informações apresentadas em tabelas e gráficos;
- Construir um espaço amostral de eventos equiprováveis, utilizando o princípio multiplicativo ou simulações, para estimar a probabilidade de sucesso de um dos eventos.

CONTEÚDOS

5a. Série

Números e Álgebra

História dos Números

Sistemas de Numeração

Conjunto dos Números Naturais

Operações Fundamentais e suas propriedades

Múltiplos e Divisores

Frações e suas Operações

Números Decimais

Tratamento da Informação

Porcentagem

Dados, tabelas e gráficos

Grandezas e Medidas

Sistemas de Medidas (comprimento, massa, tempo)

Área, perímetro e volume de figuras geométricas

Noção de Ângulos

Geometria

Geometria Plana (Retas Paralelas e Perpendiculares)

Geometria Espacial (sólidos geométricos)

6a. Série

Números e Álgebra

Revisão do Conjunto dos Números Naturais e suas Operações

Conjunto dos Números Inteiros

Operações e Propriedades dos Números Inteiros

Conjunto dos Números Racionais Relativos

Equações

Proporcionalidade

Tratamento da Informação

Porcentagem

Média Aritmética

Grandezas e Medidas

Ângulos e Triângulos

Bissetriz

Ângulos Complementares e Suplementares

Transportes e Operações com ângulos

Geometria

Geometria Plana

Geometria Espacial

7a. Série

Números e Álgebra

Conjunto dos Números Racionais e Irracionais

Números Reais

Potências

Monômios e Polinômios

Produtos notáveis

Fatoração de polinômios

Frações algébricas

Sistemas de equações

Inequações

Tratamento da Informação

Porcentagem

Geometria

Geometria Plana – Polígonos Regulares

Grandezas e Medidas

Triângulos: Construção, congruência e propriedades

Quadriláteros: Construção e propriedades

8a. Série

Numero e Álgebra

Potenciação: Propriedades e Operações

Radicais: Propriedades e Operações

Equações do 2o. Grau

Sistemas de Equações do 2o. Grau

Grandezas e Medidas

Teorema de Pitágoras

Teorema de Tales e Proporcionalidade

Semelhança

Relações Métricas no Triângulo Retângulo

Trigonometria

Geometria

Círculos e Circunferências

Diferença, Congruência, Semelhança e Equivalência

Homotetia

Tratamento da Informação

Estatística

Juro Simples e Composto

METODOLOGIA DA DISCIPLINA

O ensino de matemática é detentora de uma carga horária expressiva na vida escolar do aluno. Por isso, o processo de ensino e aprendizagem de matemática passa a ser objeto de pesquisas e investigações e aufere importância no contexto curricular no que se refere a seleção de conteúdos.

A matemática ensinada na escola muitas vezes é o reflexo de uma sociedade capitalista onde está oculto a sua dinâmica. Uma sociedade é dividida em aqueles que pensam e gerenciam e aqueles que executam e seguem ordens.

Em sala de aula, ao privilegiarmos apenas aos exercícios mecânicos, utilizando conjuntos de fórmulas de maneira descontextualizada estamos diretamente contribuindo para a manutenção do status quo desta sociedade.

A consequência será um distanciamento do trabalho intelectual e do trabalho manual para os alunos das escolas públicas.

Cabe ao educador matemático ser um sujeito ativo e consciente da sua função dentro da sociedade. A sua prática pedagógica reflete as suas crenças no processo de ensino e num contexto mais amplo, a sua visão de mundo, de escola e de homem que se quer formar.

Através de sua ação reflexiva, o conhecimento matemático pode ser um instrumento para o estudante a criticar questões sociais, políticas, econômicas e históricas.

É importante para que ocorra a verdadeira aprendizagem dos conteúdos de matemática seja realizada atividade contextualizada a partir de situações do cotidiano do aluno. Mas é preciso ficar atento e não se restringir na perspectiva do cotidiano, pois ocorre o perigo de perder o caráter científico da disciplina.

Não se pode negar ao aluno o conhecimento científico da matemática, pois é um saber produzido historicamente pelo homem e pertencente a toda sociedade.

A organização dos conteúdos dentro do currículo de matemática deve referenciar o professor a elaborar a sua prática pedagógica. Dar significados destes conteúdos para os alunos é o grande papel do professor e sempre que

possível deve ser apresentados de forma aberta, contextualizada e vista como conhecimento historicamente produzido.

Os conteúdos estruturantes para o ensino Fundamental na REDE PÚBLICA DE ENSINO DO ESTADO norteia 4 eixos: números, operações e álgebra, medidas, geometria e tratamento da informação.

Inicia – se através do estudo dos números a introdução á aritmética, a resolução de problemas relacionados ao cotidiano dos alunos e conceitos de quantidades e as relações entre as operações.

Após, o estudo da aritmética é ampliado esse conhecimento com a ajuda de cálculos algébricos que possibilitarão o desenvolvimento do pensamento não só algébrico como geométrico.

As medidas, como conceito de comparação é o elemento de ligação entre a numeração e a geometria, onde o cotidiano dos alunos é explorada por intermédio da etnomatemática já que relaciona diversas grandezas.

A percepção do ambiente em que o aluno esta inserido e analisada através do estudo da geometria, que possibilitara ao aluno pela observação do meio, elabora esquemas mentais para interpretação da realidade.

O tratamento da informação se dá pela interpretação de dados, análise e significação dos mesmos feito de forma crítica para que o aluno compreenda a sociedade em que vive.

Para que o processo de aprendizagem se desenvolva de maneira satisfatória, os recursos didáticos poder ser diversos, além dos tecnológicos, computadores, calculadoras e TV Pendrive, os jogos e as brincadeiras. Também servem de elementos facilitadores os livros didáticos, paradidáticos e instrumentos de medidas (compassos, esquadros, réguas e transferidores).

Busca-se direcionar a metodologia no ensino da Matemática um trabalho de forma que aborde a partir dos inter-relacionamentos e articulações entre os conceitos de cada conteúdo específico, na medida em que os conceitos podem ser tratados em diferentes momentos e, quando situações de aprendizagem possibilitam, podem ser retomados e aprofundados.

Essa postura metodológica permite a apropriação de um conhecimento matemático, mediante a configuração de currículos, que promove a organização de um trabalho escolar, que se inspire e se expressa em articulações entre os

conteúdos específicos pertencentes ao mesmo conteúdo estruturante sejam reforçadas, refinadas e intercomunicadas, partindo do enriquecimento e das construções de novas relações.

É consensual a ideia de que não existe um caminho que possa ser identificado como único e melhor para o ensino de qualquer disciplina, em particular, da matemática. Mas há diversas possibilidades de trabalho em sala de aula. Dentre elas destacam-se a resolução de problemas, a modelagem matemática, o uso de mídias tecnológicas, a etnomatemática e a história da matemática.

A tecnologia será também uma grande aliada no desenvolvimento de um trabalho que se adapta a distintos ritmos de aprendizagem e permite que o aluno aprenda com seus erros. Outra finalidade é estabelecer uma relação professor-aluno que leva a uma maior interação e colaboração, visto que o professor não é um profissional pronto, e tem de continuar em formação permanente ao longo de sua vida profissional. Assim, o objetivo é que o ensino de matemática possa aproveitar ao máximo os recursos tecnológicos, tanto pela receptividade como para melhorar a linguagem expressiva dos alunos.

AVALIAÇÃO

Uma prática avaliativa em educação matemática, precisa de encaminhamentos metodológicos que perpassem uma aula, que abram espaço à interpretação e à discussão, dando significado ao conteúdo trabalhado e a compreensão por parte do aluno.

A avaliação PE um instrumento que tem por objetivo aumentar as potencialidades do aluno, tornando-o mais crítico e perceptivo na resolução de problemas, tanto daqueles em sala de aula como dos enfrentados diariamente fora do âmbito escolar.

A avaliação deverá ser vista como um instrumento de orientação para o professor na condução de sua prática docente, e como ajuda ao aluno para analisar a adequação do procedimento selecionado, encaminhando-os na busca de condutas mais ricas, complexas e diversificadas e também do seu comprometimento com o conhecimento matemático. Mas não deixando que avaliação traga conseqüências, ou seja, avaliar de forma conseqüente para que nossos alunos não sejam nem excluídos da escola, nem passem por ela inocuamente.

Para tanto, faz-se necessário à diversificação no processo de avaliação utilizando-se de diferentes métodos. Além das provas objetivas, provas dissertativas, seminários, trabalhos em grupo, trabalhos individuais, debates, relatórios auto-avaliações, pesquisas, etc. inclusive buscar diversos métodos (formas escritas, orais e de demonstração) por meio de ferramentas e equipamentos como materiais manipuláveis, computador e calculadora, de forma conjunta (professor e aluno). O desempenho do aluno norteará novos rumos do trabalho e será um suporte para verificar a necessidade de uma nova metodologia ou de um novo processo de recuperação.

As formas de avaliação irão contemplar também as explicações, justificativas e argumentações orais, uma vez que estas revelam aspectos do raciocínio que muitas vezes não ficam evidentes nas avaliações escritas.

Quando o aluno ainda não sabe como acertar, ele faz tentativas à sua maneira, construindo uma lógica própria para encontrar a solução. Ao procurar identificar, mediante a observação e o diálogo, como o aluno está pensando, o professor obtém as pistas do que ele não está compreendendo e pode planejar a intervenção adequada para auxiliar o aluno ao refazer o caminho.

De acordo com o ensino desenvolvido, a avaliação em matemática deve dar informação sobre:

- o conhecimento e a compreensão de conceitos e procedimentos;
- a capacidade para aplicar conhecimentos na resolução de problemas do cotidiano de matemática e de outras disciplinas ou áreas;
- as habilidades de pensamento de como analisar, generalizar, inferir, raciocinar indutiva ou dedutivamente;
- a perseverança e o cuidado na realização de tarefas e a cooperação do trabalho em grupo.

Segundo D'Ambrósios, 2001

“A avaliação deve ser uma orientação para o professor na condução de sua prática docente e jamais um instrumento para reprovar ou reter alunos na construção de seus esquemas de conhecimento teóricos e práticos. Selecionar, classificar, reprovar e aprovar indivíduos para isto ou aquilo não são missão de educador”.

BIBLIOGRAFIA

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental – Matemática.** Versão Preliminar 2008.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – PPP

EDUCAÇÃO. Matemática em revista. Número 9, ano 8. São Paulo, Sociedade Brasileira de Educação – Matemática. Abril, 2001.

DAVIS, Claudia e ESPÓSITO Yara L. Papel do Erro na Avaliação escolar. In: Cadernos de Pesquisa (74) : 71 – 75, Agosto/90.

LINS, R.C. Matemática, Monstros, Significados e Educação Matemática. In BICUDO, M.A.V. e BORBA, M.C.(ORGs). Educação Matemática: Pesquisa em movimento. São Paulo: Cortez, 2004.

CAVALCANTI, Luiz G.; SOSSO, Juliana; VIEIRA, Fábio; POLI, Ednéia. Para Saber Matemática. São Paulo: Saraiva, 2006.

**COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR FRANCISCO MANOEL DE LIMA
CAMARGO**

**PROPOSTA CURRICULAR LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA – INGLÊS -
ENSINO FUNDAMENTAL**

**TIJUCAS DO SUL
2010**

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

O cenário do ensino de Línguas Estrangeiras no Brasil e a estrutura do currículo escolar sofreram constantes mudanças em decorrência da organização social no decorrer da história.

O ensino das línguas modernas começou a ser valorizado somente depois da chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808. Em 1809, com a assinatura do decreto de 22 de junho, pelo príncipe regente D. João VI, criaram-se as cadeiras de inglês e francês com o objetivo de melhorar a instituição pública e de atender às demandas advindas da abertura dos portos ao comércio. Em 1837, ocorreu a fundação do Colégio Pedro II, o currículo do colégio se inspirava nos modelos franceses e, em seu programa, constavam sete anos de francês, cinco de inglês e três de alemão, cadeira esta criada no ano de 1840.

Em grande parte do território brasileiro, foram criadas as colônias de imigrantes, numa tentativa de manter suas culturas. Em muitas escolas de imigrantes, o currículo estava centrado no ensino da língua e da cultura dos ascendentes das crianças. O ensino da língua portuguesa, quando ministrado, era tido como língua estrangeira nessas escolas.

Em 1917, o governo federal decidiu fechar as escolas estrangeiras e criou a partir de 1918, as escolas primárias subvencionadas com recursos federais, sob a responsabilidade dos Estados.

Em 1920, houve a reforma educacional de São Paulo. A legislação admitia a oferta do ensino primário por escolas particulares, desde que fossem respeitadas as orientações de caráter nacionalista, dentre as quais destacaram-se: o respeito aos feriados nacionais; o ensino em língua portuguesa, ministrado por professores brasileiros natos; a proibição do ensino de língua estrangeira para crianças menores de dez anos, que ainda não dominassem corretamente o português.

Com a reforma Capanema em 1942, o curso secundário foi organizado em dois níveis: ginásial, de quatro anos e colegial, de três, divididos então em duas modalidades: o clássico, procurado pela elite que possibilitava o ingresso na universidade, e o técnico, que tinha como finalidade a formação profissional dos alunos, não dando acesso ao ensino superior. O prestígio das línguas estrangeiras foi mantido no ginásio. O francês se apresentava ainda com uma ligeira vantagem sobre o inglês e o espanhol foi introduzido.

Como matéria obrigatória alternativa ao ensino do alemão e o latim permaneceu como língua clássica.

O espanhol teve uma grande valorização no ensino secundário, mas o ensino de inglês teve espaço garantido nos currículos oficiais, por ser o idioma mais usado nas transações comerciais.

Os linguistas estruturalistas da época, Leonardo Bloomfield, Charles Fries e Robert Lado, dentre outros, apoiavam-se na psicologia da escola Behaviorista de Pavlov e Skinner para trabalhar a língua, a partir da forma para se chegar ao significado.

A língua passou a ser vista como um conjunto de hábitos a serem automatizados e não mais como um conjunto de regras a serem memorizadas.

Para Chomsky, a língua é concebida como parte do sujeito, que nasce com um sistema lingüístico internalizado. Para Saussure a língua era vista essencialmente como um sistema de regras e para Chomsky, um sistema de comunicação com noções de um falante e ouvinte ideal.

Na década de 1970, o pensamento nacionalista do regime militar tornava o ensino de línguas estrangeiras um instrumento a mas das classes favorecidas para manter privilégios, já que a grande maioria não tinha acesso a esse conhecimento.

Em 1976 o ensino de língua estrangeira voltou a ser valorizado, quando a disciplina se tornou novamente obrigatória, somente no 2º grau. Entretanto, não perdeu o caráter de recomendação para o 1º grau, se a escola tivesse condições de oferecê-la.

Em 1982 criou-se o Centro de Línguas Estrangeiras no Colégio Estadual do Paraná, o qual passou a oferecer aulas de inglês, espanhol, francês e alemão, aos alunos, no contra-turno. Esse reconhecimento da importância da diversidade de idiomas também ocorreu na Universidade Federal do Paraná.

Em 1986, a Secretaria de Estado da Educação criou oficialmente os centros de Línguas Estrangeiras Modernas (Celem).

Atualmente, o CELEM está presente em mais de 300 estabelecimentos de ensino com aproximadamente 15.195 alunos da Rede Pública Estadual do Paraná, sem custo financeiro.

Preocupado com o uso e não somente com a aquisição da língua, Hymes ampliou o termo competência postulado por Chomsky. Para Hymes, era importante que o sujeito não somente conhecesse mas se apropriasse das regras do discurso específico da comunidade de falantes da língua alvo.

Ao trazer um aspecto mais pedagógico a essa teoria, Savignon destacou que a capacidade de falar / aprender está condicionada a elementos de léxico, sintáticos e até mesmo de subjetividade do falante.

Por sua vez, Halliday desenvolveu a teoria de funções da linguagem, de modo que a língua passou a ser vista como um sistema de escolhas, de acordo com o contexto de uso.

Widdowson estabeleceu a distinção entre regras gramaticais e o uso da língua, as quais devem estar em constante associação para que se desenvolva a interpretação.

Em 1980, Canale e Swain ampliaram o conceito de competência comunicativa ao incorporarem, além da competência gramatical a competência sociolinguística, a estratégia e a discursiva. Ressaltando 4 habilidades: leitura, escrita, fala e audição.

Canale, Bachman apresentou dez anos mais tarde o modelo de competência comunicativa e desempenho, no qual o uso de uma determinada língua envolve tanto o conhecimento da língua e questão quanto a capacidade de implementação ou de seu uso.

Na abordagem comunicativa, o professor deixa de ser o centro do ensino e passa à condição de mediador do processo pedagógico. Do aluno, é esperado que desempenhe o papel de sujeito de sua aprendizagem e agente da língua estudada.

Após uma década de vigência no Brasil, principalmente a partir de 1990, a Abordagem Comunicativa passou a ser criticada por intelectuais adeptos da pedagogia crítica.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Nº 9394, determinou a oferta obrigatória de pelo menos uma língua estrangeira moderna no Ensino Fundamental, a partir da 5ª série, cuja escolha do idioma foi atribuída à comunidade escolar, conforme suas possibilidades de atendimento.

Para o Ensino Médio, a lei determina ainda que seja incluída uma língua estrangeira moderna como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.

Toda língua é uma construção histórica e cultural em constante transformação. A língua não se limita a uma visão sistêmica e estrutural do código lingüístico: é Heterogênea, ideológica e opaca.

Repleta de sentidos à ela conferidos por nossas culturas e sociedades, a língua organiza e determina as possibilidades de percepção do mundo.

Isso faz com que a aula de língua estrangeira constitua um espaço para que o aluno reconheça e compreenda a diversidade lingüística e cultural, de modo que se engaje discursivamente e perceba possibilidades de construção de significados em relação ao mundo em que vive.

FUNDAMENTOS TEÓRICO - METODOLÓGICOS

Para analisar os limites e possibilidades da abordagem comunicativa e definir novos referenciais teórico-metodológicos para o ensino de Língua Estrangeira, teve-se como base o trabalho de Meurer. Este autor destaca premente a necessidade de desenvolver formas de incentivar práticas pedagógicas que contestem “ou quebrem o círculo o senso comum, daquilo que parece normal, não problemático, mas que recria e reforça formas de desigualdade e discriminação” (Meurer, 2000, p.169).

A abordagem comunicativa no Brasil, passou a fundamentar grande parte dos materiais e livros didáticos no ensino regular, desde a década de 1980, até os dias atuais. No Paraná, Gimenez afirma que a abordagem comunicativa foi apropriada como referencial teórico na elaboração da proposta de ensino de LEM (Língua Estrangeira Moderna) do Currículo Básico (1992). Embora esse documento apresente uma concepção discursiva e sugira um trabalho com diferentes tipos de textos, a partir da visão Bakhtianiana.

Conforme Gimenez a abordagem comunicativa, na tentativa de ensinar e se comunicar na LE, deixou de lado a relação entre a comunicação e cultura, e a necessidade de entender a comunicação entre falantes nativos e como comunicação na língua-alvo (GIMENEZ, 2001, p.110).

Maria Lopes (1996) coloca sob suspeita o caráter apaziguador, homogenizador do ensino de língua e destaca que a finalidade de conhecer outra cultura precisa ser repensada no Brasil, enfatizando o caráter colonizador e assimilacionista do ensino comunicativo. A opção teórico-metodológica quanto o idioma a ser ensinado na escola não são neutros, mas profundamente marcados por questões político-econômicas e ideológicas, que resultam muitas vezes do imperialismo de uma língua.

Propõe-se que a aula de Língua Estrangeira constitua um espaço para que o aluno reconheça e compreenda a diversidade lingüística e cultural, de modo que se engaje discursivamente e perceba possibilidades de construção de significados, e perceba que estes significados são sociais e historicamente construídos, portanto passíveis de transformação na prática social.

A proposta adotada pelas DCE's baseia-se na corrente sociológica e nas teorias do círculo de Bakhtin, bem como nos estudos de Foucault (1996) e Orlandi (2005). A língua é concebida como discurso, espaço de produção de sentidos, marcada por relações contextuais de poder e não como estrutura que intermedia o contato de um sujeito com o mundo para transmitir sentidos.

OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

Ensinar e aprender línguas é também ensinar e aprender percepções de mundo, e maneiras de construir sentidos é formar subjetividades, independentemente do grau de proficiência atingido.

As sociedades contemporâneas não sobrevivem de modo isolado, relacionam-se, atravessa fronteiras geopolíticas e culturais, comunicam-se e buscam entender-se mutuamente. Possibilitar aos alunos que usem uma língua estrangeira em situações de comunicação-produção e compreensão de textos verbais e não-verbais é também inseri-los na sociedade como participantes ativos, não limitados e suas comunidades locais, mas capazes de relacionar-se com outras comunidades e outros conhecimentos.

Portanto de acordo com as DCE's, a proposta curricular do Ensino Fundamental tem como objetivos gerais:

- Identificar universo que o cerca a língua inglesa que coopera no sistema de comunicação, percebendo-se como parte integrante de um mundo plurilingüe e compreendendo o papel hegemônico que esta língua desempenha em determinado momento histórico;
- Vivenciar uma experiência de comunicação humana, pelo uso da língua inglesa, no que se refere a novas maneiras de se expressar e ver o mundo, refletido sobre as maneiras de agir e interagir, possibilitando maior entendimento de um mundo plural e de seu próprio papel como cidadão de seu país e do mundo;
- Reconhecer que o aprendizado da língua inglesa lhe possibilita o acesso a bens culturais da humanidade construídos em outras partes do mundo;
- Construir o conhecimento sistêmico, sobre a organização textual e sobre como e quando utilizar a linguagem nas situações de comunicação, tendo como base os conhecimentos da língua materna;
- Construir consciência lingüística e crítica do uso que se faz da língua inglesa;
- Ler e valorizar a leitura como fonte de informação e prazer, utilizando-a como meio de acesso ao mundo de trabalho e dos estudos avançados;
- Utilizar as habilidades comunicativas (ler, ouvir, falar e escrever) de modo a poder atuar em situações diversas.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

5ª Série do Ensino Fundamental

Conteúdo Estruturante	Conteúdos Básicos	Conteúdos Específicos
Discurso como prática social	<p><u>Leitura</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Identificação do tema;• Interpretação observando conteúdo veiculado, fonte, intencionalidade e intertextualidade do texto;• Linguagem não-verbal. <p><u>Oralidade</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Variedades lingüísticas;• Intencionalidade do texto;• Exemplos de pronúncias e do uso de vocábulos da língua estudada em diferentes países. <p><u>Escrita</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Adequação ao gênero: elementos composicionais. Elementos formais e marcas lingüísticas;• Clareza de idéias. <p><u>Análise Lingüística</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Coesão e coerência;• Função dos pronomes, artigos, numerais, adjetivos, palavras interrogativas, falsos cognatos, substantivos, preposições, verbos e outras categorias como elementos do texto;• Pontuação;	<ul style="list-style-type: none">• Verbo To Be;• Pronomes pessoais;• Uso de What / Who;• Vocabulários diversos;• Pronomes demonstrativos (this/that);• Pronomes demonstrativos(these/those);• Números ordinais e cardinais;• Verbo to have;• Uso dos adjetivos;• Dias da semana;• Meses do ano.

	• Vocabulário.	
--	----------------	--

6ª Série do Ensino Fundamental

Conteúdo Estruturante	Conteúdos Básicos	Conteúdos Específicos
<p>Discurso como prática social</p>	<p><u>Leitura</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificação do tema do argumento principal; • Interpretação observando: conteúdo veiculado, fonte, intencionalidade e intertextualidade do texto; • Linguagem não-verbal. <p><u>Oralidade</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Variedades lingüísticas; • Intencionalidade do texto; • Exemplos de pronúncias e do uso de vocábulos da língua estudada em diferentes países. <p><u>Escrita</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Adequação ao gênero: elementos composicionais e elementos formais e marcas lingüísticas; • Clareza de idéias. • Adequar o conhecimento adquirido à norma padrão <p><u>Análise Lingüística</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Coesão e coerência; • Função dos pronomes, artigos, numerais, adjetivos, palavras interrogativas, preposições, verbos, substantivos, substantivos contáveis e incontáveis, concordância verbal e nominal 	<ul style="list-style-type: none"> • Verbo To Be; • Pronomes pessoais; • Pronomes possessivos; • Vocabulários diversos; • Verbo modal com; • Plural dos substantivos; • Pronomes demonstrativos (this/that/these/those); • Palavras interrogatives (wich/how/what time); • Preposições; • Verbo- presente simples; • Verbo- presente continuo; • Verbo- there is / there are.

	<p>e outras categorias como elementos do texto;</p> <ul style="list-style-type: none">• Pontuação e seus efeitos de sentido no texto;• Vocabulário.	
--	--	--

7ª Série do Ensino Fundamental

Conteúdo Estruturante	Conteúdos Básicos	Conteúdos Específicos
<p>Discurso como prática social</p>	<p><u>Leitura</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificação do tema, do argumento principal; • Interpretação observando conteúdo veiculado, fonte, intencionalidade e intertextualidade do texto; • Linguagem não-verbal. <p><u>Oralidade</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Variedades lingüísticas; • Intencionalidade do texto; • Exemplos de pronúncias e do uso de vocábulos da língua estudada em diferentes países. <p><u>Escrita</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Adequação ao gênero: elementos composicionais. Elementos formais e marcas lingüísticas; • Clareza de idéias; • Adequar o conhecimento adquirido à norma padrão; <p><u>Análise Lingüística</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Coesão e coerência; • Função dos pronomes, artigos, numerais, adjetivos, verbos, preposições, advérbios, locuções adverbiais, palavras interrogativas, substantivos contáveis e incontáveis, falsos cognatos e outras categorias como elementos do texto; • Pontuação e seus efeitos de 	<ul style="list-style-type: none"> • Verbo There is/there are; • Preposições (near, next to, between, beside, etc.); • Palavras que indicam direção (right, left, etc); • Advérbios de freqüência; • Locuções adverbiais; • Ordem dos adjetivos em frases; • Futuro com presente contínuo; • Passado do verbo to be; • Vocabulários diversos; • Passado simples.

	sentido no texto; • Vocabulário.	
--	-------------------------------------	--

8ª Série do Ensino Fundamental

Conteúdo Estruturante	Conteúdos Básicos	Conteúdos Específicos
<p>Discurso como prática social</p>	<p><u>Leitura</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificação do tema do argumento principal; • Interpretação observando conteúdo veiculado, fonte, intencionalidade e intertextualidade do texto; • Linguagem não-verbal; • Realização de leitura não linear dos diversos textos. <p><u>Oralidade</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Variedades lingüísticas; • Intencionalidade do texto; • Exemplos de pronúncias e do uso de vocábulos da língua estudada em países diversos; • Finalidade do texto oral. <p><u>Escrita</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Adequação ao gênero: elementos composicionais. Elementos formais e marcas lingüísticas; • Paragrafação; • Clareza de idéias; • Adequar o conhecimento adquirido à norma padrão. <p><u>Análise Lingüística</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Coesão e coerência; • Função dos pronomes, artigos, numerais, adjetivos, verbos, preposições, advérbios, locuções adverbiais, palavras 	<ul style="list-style-type: none"> • Artigo indefinido; • Verbos modais (can/could may/well/would); • Vocabularies diversos; • Palavras interrogatives (who/what/how); • Tag – questions com passado contínuo; • Verbo (passado contínuo); • Adjetivos: grau comparativos (igualdade, superioridade, inferioridade); • Uso do shall; • Verbo modal Should (must)

	<p>interrogativas, substantivos contáveis e incontáveis, falsos cognatos, conjunções e outras categorias como elementos do texto.</p> <ul style="list-style-type: none">• Pontuação e seus efeitos de sentido no texto;• Vocabulário.	
--	--	--

METODOLOGIA

Levando em consideração a abrangência da língua inglesa no mundo apresenta-se reflexões sobre procedimentos didáticos para o desenvolvimento das habilidades comunicativas, como parte do componente metodológico.

Havendo na escola acesso a revistas, jornais, livros, TV, vídeo, gravador, computador, etc., tais recursos podem ser usados na elaboração de tarefas pedagógicas, para deixar claro ao aluno a vinculação do que se faz em sala de aula com o mundo exterior. Estes demonstram o impacto da tecnologia da informática na sociedade e no ensino e aprendizagem da língua inglesa.

Neste sentido, é necessário levar em conta que o aluno é parte integrante do processo e deve ser considerado como agente ativo da aprendizagem.

Daí a importância da aprendizagem de ensino por letramento crítico, na qual os alunos são encorajados a ter uma postura crítica frente aos textos, envolvendo DCE, questionamentos acerca das visões de mundo.

Assim nessa proposta de ensino, os temas abordados serão relacionados às identidades e as diferenças culturais, como eixos que procuram problematizar a relação que o aprendiz estabelece com o seu mundo, com sua cultura, com sua percepção no outro e de si mesmo.

Cabe ao professor, ser o “ coordenador” no trabalho com textos concebidos como unidade, ou seja, o professor deve valorizar o conhecimento de mundo e as experiências dos alunos, levando – os a construir e se posicionar como sujeito ativo e construtor de seu aprendizado.

Assim, o aluno é agente ativo do processo de ensino e aprendizado, instigado pelo professor a buscar respostas e soluções aos seus questionamentos, necessidades e anseios em relação a aprendizagem.

Diante disso, a metodologia utilizada nas aulas de língua estrangeira tem como objetivo proporcionar ao aluno pertencente a uma determinada cultura ir ao encontro de outras línguas e cultura. Conseqüentemente, o aluno – sujeito terá consciência do lugar que ocupa no mundo.

ABORDAGEM TEÓRICO METODOLÓGICA PARA AS HABILIDADES COMUNICATIVAS

Compreensão

É uma atividade com um propósito definido, pois aqueles envolvidos nesse processo estabelecem objetivos quanto a finalidade do ato de compreender em que estão engajados.

Orientações didáticas para o ensino da compreensão escrita:

É necessário que o professor escolha o texto a ser estudado, estabelecendo um propósito para a leitura. Este definirá o nível de compreensão a ser alcançado. É útil pensar sobre o trabalho em fases que podem ser chamadas de pré-leitura, leitura e pós-leitura.

Pré-leitura

Esta fase caracteriza-se pela sensibilização do aluno aos possíveis significados a serem construídos na leitura com base na elaboração de hipóteses. O qual engloba:

Ativar o conhecimento prévio dos alunos em relação ao conhecimento de mundo: explorar o título, subtítulos, figuras, gráficos, desenhos, autor, fonte, etc.;

Ativar o pré-conhecimento do aluno em relação à organização textual: explorar itens lexicais (“era uma vez”), cabeçalhos (de carta), a distribuição gráfica do texto, reveladores da organização textual;

Situar o texto, identificando quem é o autor, o leitor virtual, quando e onde publicado e com propósito, de modo a evidenciar a leitura como uma prática sócio-intencional.

Leitura

É nessa fase que o aluno tem de projetar o seu conhecimento de mundo e a organização textual nos elementos sistêmicos do texto. É importante também que o aluno aprenda a adivinhar o significado de palavras que ele não conhece, por meio de pistas contextuais, da mesma forma que é essencial que aprenda a desconsiderar a necessidade de conhecer todos os itens lexicais.

São importantes as estratégias de integração de uma informação à outra, o estabelecimento dos elos coesivos e a utilização de estratégias de inferência. É crucial que o aluno aprenda a distinguir entre informações centrais na estrutura semântica do texto e os debates.

Pós-Leitura

Ao final da leitura, o professor poderá planejar atividades destinadas a levar os alunos a pensar sobre o texto, emitir suas reações e avaliar, criticamente

as idéias do autor. O foco essencial é no relacionamento do mundo do aluno com as idéias do autor. Para o desenvolvimento da habilidade de compreensão escrita é necessário poder dispor de uma grande variedade de textos de diversos tipos, provenientes de jornais, revistas, instruções de jogos e de funcionamento de aparelhos, livros, da Internet, etc.

Compreensão Oral

Existem dois aspectos principais que distinguem a compreensão oral da escrita:

A necessidade de utilizar conhecimento sistêmico ao nível fonético-fonológico;

O fato de ser caracterizado por uma realização interacional imediata, podendo desaparecer se não for gravada.

A compreensão de textos orais em relação à compreensão escrita requer o conhecimento dos padrões de interação social.

Com base nesses conhecimentos, os usuários ouvintes criam expectativas sobre o que os seus interlocutores vão dizer. Assim, os falantes esperam atingir suas propostas comunicativas, apoiando-se nas expectativas dos ouvintes em relação ao que deve esperar do discurso. Os ouvintes, projetam seus conhecimentos nas contribuições dos falantes na negociação e construção dos significados.

Isto não significa que toda comunicação oral seja sempre recíproca, pois o que existe é a preocupação do falante com o que vai ser dito. A organização do texto com vários níveis de organização lingüística e com as expectativas dos ouvintes para facilitar a compreensão da informação.

PRODUÇÃO

Para produzir um texto escrito ou oral, além de considerar o que se escreve ou se fala, leva-se em conta para quem, por que, onde e quando estão escrevendo ou falando.

Contudo, é preciso considerar duas diferenças básicas entre a produção escrita e a oral:

O nível de planejamento e de envolvimento com o interlocutor que a tarefa de produzir acarreta;

A escrita tende a exigir mais planejamento do que produção oral.

PRODUÇÃO ESCRITA

É uma interação que se estabelece em ausência do interlocutor, que vem a ser um projeto do escritor que utilizará estratégias da língua escrita para suprir essa não presença. Assim que escreve se vê obrigado a expor informações de maneira mais clara, planejada e detalhada, que na situação de interação face à face, caracterizando tal processo como aquele que precisa evitar ambigüidade e perseguir a clareza.

PRODUÇÃO ORAL

Na interação oral os parceiros encontram-se em presença na simultaneidade da fala, pois a proposta para o desenvolvimento trata-se de buscar que os alunos percebam o papel que a produção oral m língua inglesa tem no exercício das interações sociais.

ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS PARA O ENSINO DA PRODUÇÃO ESCRITA E DA PRODUÇÃO ORAL

A respeito da produção escrita e oral a expectativa é de que o aluno seja capaz de:

Demonstrar adequação na escrita, respeitando as normas sintáticas, morfológicas, léxicas e fonológicas do idioma;

Entender que escritores/falantes têm em mente leitores/ouvintes inseridos em certo contexto dentro da sociedade.

AVALIAÇÃO

A avaliação é parte integrante e intrínseca ao processo educacional, indo muito além da visão tradicional, que focaliza o controle externo do aluno por meio de notas e conceitos.

A função da avaliação é alimentar, sustentar e orientar a ação pedagógica, assim como, constatar o nível do aluno. Dessa maneira, essa avaliação processual tem como objetivo subsidiar discussões acerca das dificuldades e avanços dos alunos – sujeitos a partir de suas produções, no processo de ensino e aprendizagem. Considerando também que o engajamento discursivo da sala de aula se faça pela interação verbal, a partir de textos de diferentes formas.

Caberá ao professor utilizar várias ferramentas para avaliação da aprendizagem, possibilitando aos alunos diversas formas de construir significados no seu aprendizado. Com isso, o uso do portfólio será de extrema importância para que o aluno tenha consciência da sua participação no processo de ensino-aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental – Língua Estrangeira.** Versão Preliminar 2006.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – PPP

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem.** São Paulo: HUCITEC, 1988.

FOUCAULT, M. A. **Ordem do discurso.** São Paulo, Loyola, 1996.

GIMENEZ, T. **Currículo de Língua Estrangeira: revisitando fins educacionais.** In: **ENCONTRO DE PROFESSORES DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS, Londrina, 2003.** Anais. Londrina: Midiograf, 2003.

GIMENEZ, T. **Ensino de Línguas Estrangeiras no Ensino Fundamental: questões para debate.** Londrina, Mimeo, 2004.

GIMENEZ, T.; JORDÃO, C.M.; ANDREOTI, V. (org). **Perspectivas educacionais e ensino de inglês na escola pública.** Pelotas, Educat, 2005.

MEURER, J.L. **O trabalho de leitura crítica: recompondo representações relações e identidades sociais.** Florianópolis: UFSC, 2000. P.155/171.

5ª Série:

ROLIM, Mirian; Insight sinto English, 5 FTD.

FERRARI, Mariza; RUBIN, Sarah: English Clips, 5 Ed Scipinone.

AMOS, Eduardo; PRESCHER, Elisabeth: Super Ace 1, Longman.

6ª Série:

ROLIM, Mirian; Insight sinto English, 6 FTD.

FERRARI, Mariza; RUBIN, Sarah: English Clips, 6 Ed Scipinone.

AMOS, Eduardo; PRESCHER, Elisabeth: Super Ace 2, Longman

7ª Série

GRANGER, ROLIM; ALMEIDA, Mariza Riva de. Power English, 3 Macnillan

ROLIM, Mirian; Insight sinto English, 7 FTD.

FERRARI, Mariza; RUBIN, Sarah: English Clips, 7 Ed Scipinone.

AMOS, Eduardo; PRESCHER, Elisabeth: Super Ace 3, Longman

8ª Série

GRANGER, ROLIM; ALMEIDA, Mariza Riva de. Power English, 4 Longman

ROLIM, Mirian; Insight sinto English, 8 FTD.

AMOS, Eduardo; PRESCHER, Elisabeth: Super Ace 4, Longman

**COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR FRANCISCO MANOEL DE LIMA
CAMARGO**

PROPOSTA CURRICULAR ARTE - ENSINO MÉDIO

**TIJUCAS DO SUL
2010**

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

Arte

As diferentes formas de pensar o ensino da arte são conseqüências do momento histórico no qual se desenvolveram, com suas relações sócio culturais, econômicas e políticas.

Desde a Teoria da Númesis, desenvolvida na Grécia Antiga até as posturas Pós – modernistas, essas concepções são, apesar de tratarem de questões próprias da arte, limitadas por enfocarem a condicionarem a compreensão da mesma em apenas uma dimensão. A arte, em sua complexidade, comporta características de cada uma dessas teorias.

Assim sendo, o ensino da arte na escola vem ampliar, através de todas essas concepções o universo cultural do aluno, que se concretiza na experiencição estética por meio da percepção, da análise, da criação/ produção e da contextualização histórica.

Pela arte, o aluno se torna consciente da sua existência individual e social, possibilitando um novo olhar, um ouvir mais crítico, um interpretar da realidade além das aparências, com a criação de uma nova realidade, no imaginário, bem como a ampliação das possibilidades de fruição e expressão artística.

Assim “incluir a arte no processo educativo, para favorecer uma evolução mais integral do ser humano em desenvolvimento é um dos melhores momentos dentre os muitos esforços da nossa época de melhorar, recriar e atualizar a educação...” (Darci Ribeiro).

Com certeza, a disciplina de arte no Ensino Médio, não visa a formação de artistas profissionais e sim o desenvolvimento pessoal, a sensibilização e o conhecimento do mundo através da arte, formando cidadãos mais conscientes e sensíveis, preparados para atuar de forma crítica e mais humana na sociedade.

OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

A arte faz parte da Cultura. A Cultura é o ser humano, é o que há de humano no ser, é aquilo que o distingue dos outros animais. Num sentido amplo, somos todos produtores culturais, porque o primeiro objetivo do nosso cultivo é a própria vida. Temos que assumir nossa condição humana, criadora, a arte em sua complexidade e essência, apresenta a realidade, expressa visões de mundo do artista e retrata aspectos políticos, ideológicos e sócio-culturais. Nessa proposta, a disciplina de arte no ensino médio pretende que os alunos possam criar formas singulares de pensamento, apreender e expandir suas potencialidades criativas, lavando-os do conhecimento em arte, dentro de um processo criador que transforma o real, produzindo novas maneiras de ver e sentir o mundo, visando pensar o aluno como sujeito histórico e social e sobretudo:

- desenvolver a PERCEPÇÃO, levando em conta que cada aluno percebe de maneira diferente o mesmo objetivo ou situação;
- desenvolver a sensibilidade ESTÉTICA, considerando não somente o ambiente escolar, mais o dia-a-dia de cada um na família, comunidade, etc., possibilitando ao aluno captar pistas expressivas não verbais que podem comunicar a sensação de conforto ou de mal-estar, de confiança ou de hostilidade, etc.;
- desenvolver a CRIATIVIDADE, no sentido de redefinir, reorganizar, separar os elementos de um todo, sintetizar, combinar, e relacionar para formar um novo trabalho. Ser flexível, independente e original;
- desenvolver o domínio de TÉCNICAS, através da exploração, manipulação e experimentação de novos materiais, buscando a materialização de suas ideias;
- desenvolver o entendimento no MUNDO TECNOLÓGICO, promovendo a articulação dos aspectos históricos, físicos, sociais e culturais, relacionando os aspectos positivos e negativos dessa nova realidade, sua origem, influencia e avanços significativos na sociedade;
- desenvolver o SENTIDO SOCIAL do aluno, levando-o a apreciar os produtos de expressão e de tecnologia de outras civilizações e períodos, bem como, a participar de seu grupo escolar e social, assumindo seus

valores e opinião perante os outros, com senso crítico e respeito às demais posições;

- desenvolver a CAPACIDADE DE INTERVENÇÃO, no sentido de identificar os indicadores de qualidade de vida, no âmbito da defesa do ambiente e da defesa do patrimônio cultural avaliando e assumindo uma posição consciente e crítica.

CONTEÚDOS

- **ÁREA ARTES VISUAIS**

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERÍODOS	ABORDAGEM PEDAGÓGICA
------------------------------	-------------------	----------------------------------	---------------------------------

CONTEÚDOS BÁSICOS PARA A SÉRIE

Ponto	Bidimensional Tridimensional Figurativo	Arte Ocidental Arte Oriental Arte Africana	Percepção dos modos de fazer trabalhos com artes visuais nas diferentes culturas e mídias
Forma	Abstrato Perspectiva Semelhanças	Arte brasileira Arte Paranaense Arte Popular	Teorias das artes visuais.
Textura	Contrastes Ritmo Visual	Arte de Vanguarda Indústria Cultural Arte Engajada	Produção de trabalhos de artes visuais como os modos de organização e composição, com enfoque nas diversas cultural
Superfície	Técnica: pintura, desenho, modelagem, instalação, performance, fotografia, gravura e esculturas...	Arte Contemporânea Arte Digital Arte Latino-Americana	
Volume			
Cor			
Luz	Gêneros: paisagem, natureza-morta,		

	designer, história em quadrinhos...		
--	-------------------------------------	--	--

- **ÁREA MÚSICA**

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERÍODOS	ABORDAGEM PEDAGÓGICA
--------------------------	-------------------	------------------------------	-----------------------------

CONTEUDOS BÁSICOS PARA A SÉRIE

Altura	Ritmo Melodia	Musica Popular Brasileira	Percepção da paisagem sonora como constitutiva da música contemporânea (popular e erudita), dos modos de fazer música e sua função social.
Duração	Harmonia modal tonal e fusão de ambos.	Paranaense	Teoria da música
Timbre	Gêneros: erudito, clássico, popular, étnico, folclórico, Pop.	Popular Industria Cultural Engajada Vanguarda Ocidental	
Intensidade	Técnicas: vocal, instrumental, eletrônica, informática e mista improvisação.	Oriental Africana Latino-Americano	Produção de trabalhos com os modos de organização e composição musical, com enfoque na música de diversas culturas.

Densidade			
-----------	--	--	--

- **ÁREA TEATRO**

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERÍODOS	ABORDAGEM PEDAGÓGICA
-------------------	------------	-----------------------	----------------------

CONTEÚDOS BÁSICOS PARA A SÉRIE

Personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais.	Técnicas: jogos teatrais, teatro direto e indireto, mímica, ensaio, Teatro-Fórum	Teatro Greco-Romano Teatro Medieval Teatro Brasileiro	Estudo da personagem, ação dramática e do espaço cênico e sua articulação com os elementos de composição e movimentos e períodos do teatro.
Ação	Roteiro Encenação Leitura dramática	Teatro Paranaense Teatro Popular Industria Cultural Teatro Engajado Teatro Dialético	Percepção dos modos de fazer teatro e sua função social.
Espaço	Gêneros: tragédia, comédia, drama e épico. Dramaturgia Representação nas mídias Caracterização Cenografia, sonoplastia,	Teatro do Oprimido Teatro Pobre Teatro de Vanguarda Teatro Renascentista Teatro Latino-Americano	Teorias do teatro. Produção de trabalhos com teatro em diferentes espaços.

	figurino, iluminação	Teatro Realista	Percepção dos modos de fazer teatro e sua função social. Produção de trabalhos com os modos de organização e composição teatral com enfoque na arte Engajada.
	Direção	Teatro Simbolista	
	Produção		

- **ÁREA DANÇA**

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERÍODOS	ABORGADEM PEDAGÓGICA
-------------------	------------	-----------------------	----------------------

CONTEÚDOS BÁSICOS PARA A SÉRIE

Movimento corporal	Eixo	Pré-História	Estudo do movimento corporal, tempo espaço e sua articulação com os elementos de composição e movimentos e períodos da dança.	
	Dinâmica	Greco-Romana		
	Aceleração	Medieval		
	Ponto de apoio	Renascimento		
	Tempo	Salto e queda		Dança Clássica
		Rotação		Dança Popular Brasileira
Espaço	Níveis	Paranaense	Percepção dos modos de fazer dança, através de diferentes espaços	
	Formação	Africana		
	Deslocamento			

	<p>Improvisação</p> <p>Coreografia</p> <p>Gêneros: espetáculo, industrial, cultural, étnica, folclórica, circular, populares, modernas, contemporânea...</p>	<p>Indígena</p> <p>Hip Hop</p> <p>Expressionismo</p> <p>Industrial Cultural</p> <p>Dança Moderna</p> <p>Arte Engajada</p> <p>Vanguardas</p> <p>Dança Contemporânea</p>	<p>onde é elaborada e executada.</p> <p>Teorias da dança.</p> <p>Produção de trabalhos de dança utilizando equipamentos e recursos tecnológicos.</p> <p>Produção de trabalhos com dança utilizando diferentes modos de composição</p>
--	--	--	---

METODOLOGIA DA DISCIPLINA

De origem grega, a palavra MÉTODO se compõe de META e ODÓS e significa: “proceder de certa maneira para alcançar um fim”. Assim, a metodologia no ensino da arte deve garantir e ajudar os alunos a desenvolver modos interessantes, imaginários e criadores de fazer e pensar sobre a arte, exercitando seus modos de expressão e comunicação, resultando em aulas dinâmicas, vivas e interessantes, pois não existe um só método que tenha dado o mesmo resultado com todos os alunos. O ensino torna-se mais eficaz quando o professor conhece as questões que podem ocorrer durante e após as atividades desenvolvidas. Isso se faz importante, na medida em que cada aluno assimila as suas experiências de modo muito pessoal. Cabe ao professor captar os saberes trazidos pelos alunos, pois no processo ensino-aprendizagem também devem ser levadas em conta as experiências já adquiridas. Isso tudo, somando aos recursos didáticos e tecnológicos disponibilizados, certamente levarão o aluno a uma ação cultural da arte tanto dentro da comunidade escolar, como na sua vida futura, não esquecendo que, de certa maneira ensinar arte é ensinar a ver o mundo.

Assim o trabalho prioriza a interação da leitura da produção de arte com a familiarização cultural e com o exercício artístico.

LEITURA: é a base e o ponto de partida do trabalho de arte e deve incluir: a percepção da aparência, da função e do significado das formas, os aspectos que traduzem as relações sociais, a compreensão da realidade e as relações estéticas. Essa leitura é fundamental para se compreender como o espaço se apresenta organizado, construído, imaginado, estetizado e habitado;

FAMILIARIZAÇÃO CULTURAL: é a aprendizagem dos códigos e elementos formais presentes nas linguagens artísticas, os quais possibilitam a construção de novos significados por meio de informações obtidas na leitura de textos históricos, filosóficos, estéticos e de crítica de arte;

EXERCÍCIO ARTÍSTICO: é a viabilização do desenvolvimento da criatividade, da imaginação e da emoção estética. É a apropriação dos

meios que ampliem e solidifiquem a capacidade de construir plástica, musical e cenicamente;

Recursos didáticos e tecnológicos a serem utilizados no processo ensino-aprendizagem:

- vídeos educativos, DVD e documentários relacionados com o tema proposto;

- filmes consagrados;

- CD's de músicas antigas e atuais, nacionais e estrangeiras;

Textos literários, revistas, jornais, cartazes e outros meios escritos;

- entrevistas com artistas e autoridades;

- caminhadas ecológicas, "pedágios", manifestos, etc.;

- pesquisas na Internet, acesso a imagens, textos, programas interativos, etc;

- Interdisciplinaridade com disciplinas afins, como História, Português, Ciências, Educação Física, buscando elementos para inspirar e/ou complementar os temas propostos;

- utilização da TV multimídia e Pen Drive.

AVALIAÇÃO

A avaliação pretende ser um processo pedagógico em contínua construção, não tendo em absoluto a função de classificar os alunos em diferentes estratos qualitativos, mas sim de auxiliar o professor a perceber lacunas em seu planejamento ou aprendizagem do aluno. A avaliação funcionará como reguladora e orientadora das trajetórias docentes e discentes.

Os critérios de avaliação dos alunos não levará em conta considerando somente os objetivos e conteúdos propostos para a área e a série, mas sim, todo o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social que os alunos tenham condições de apresentar, lembrando que a base do sistema educativo não é O QUE aprender, mas sim, COMO aprender. Avaliar em arte não pode ser simplesmente a aplicação das normas legais sob formas idênticas às da avaliação em qualquer outra disciplina, mas sim a expressão de um processo próprio, com forma específica. Nesse sentido, muitas vezes, o professor, ao avaliar um aluno, deve levar em conta o esforço que esse aluno fez para atingir o objetivo proposto, a partir do ponto de onde esse aluno se encontrava. Outros pontos também podem ser considerados na avaliação.

- a postura pessoal do aluno diante do grupo, seja em criações artísticas pessoais ou coletivas, na sua análise, crítica e conclusão quanto à proposta apresentada;
- a relação conteúdo x resultado, de cada um e do grupo, levando-se em consideração o entendimento havido do tema explicado;
- a utilização dos conhecimentos para a solução de problemas e elevação espiritual do ambiente;
- a conscientização do aluno quanto à sua responsabilidade para melhoria do meio ambiente, sabendo que, futuramente, ele será o condutor da sociedade.

Esses meios parecem ser tanto aleatórios e empíricos, mas são necessários e, realmente, eficientes, para uma real avaliação das atividades relacionadas à disciplina. Porém, podem ser aplicadas outras formas de avaliação que, conforme o conteúdo ou tema proposto, irão apresentar subsídios concretos para medir a extensão cognitiva do aluno, quais sejam:

- provas orais e escritas, teóricas e práticas;

- seminários e debates em grupo;
- relatórios individuais;
- auto-avaliação;
- dramatizações;
- trabalhos artísticos;
- pesquisas.

BIBLIOGRAFIA

CANTELE, Bruna Renata; **LEONARDI**, Ângela Cantele. Arte Linguagem Visual – São Paulo: IBEP

BARRETO, Débora. Dança... – Campinas – SP: Autores Associados, 2005.

FUSARI, Maria Felisminda de Rezende; **FERRAZ**, Maria Heloísa Correa de Toledo. Arte na Educação Escolar – São Paulo: Cortez, 2001.

IABELBERG, Rosa. Para gostar de aprender arte – Porto Alegre> Artmed, 2003.

JAPIASSU, Ricardo Ottoni Vaz. Metodologia do ensino do teatro – Campinas, SP. Papyrus, 2001.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação – Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná – Curitiba: SEED, 2006

TIRAPELE, Percival. Coleção Arte Brasileira – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.

WISNIK, José Miguel. O som e o sentido. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

**COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR FRANCISCO MANOEL DE LIMA
CAMARGO**

PROPOSTA CURRICULAR BIOLOGIA - ENSINO MÉDIO

**TIJUCAS DO SUL
2010**

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

A disciplina de Biologia tem como objeto de estudo o fenômeno VIDA. Ao longo da história da humanidade, muitos foram os conceitos elaborados sobre este fenômeno, numa tentativa de explicá-lo e, ao mesmo tempo, compreendê-lo.

A preocupação com a descrição dos seres vivos e dos fenômenos naturais levou o ser humano a diferentes concepções de VIDA, de mundo e de seu papel como parte deste. Tal interesse sempre esteve relacionado à necessidade de garantir a sobrevivência humana.

Desde o paleolítico, o ser humano, caçador e coletor, as observações dos diferentes tipos de comportamento dos animais e da floração das plantas foram registradas nas pinturas rupestres como forma de representar sua curiosidade em explorar a natureza.

No entanto os conhecimentos apresentados pela disciplina de Biologia no Ensino Médio não resultam da apreensão contemplativa da natureza em si, mas dos modelos teóricos elaborados pelo ser humano – seus paradigmas teóricos –, que evidenciam o esforço de entender, explicar, usar e manipular os recursos naturais.

Para compreender os pensamentos que contribuíram na construção das diferentes concepções sobre o fenômeno VIDA e suas implicações no ensino, buscou-se, na história da ciência, os contextos históricos nos quais influências religiosas, econômicas, políticas e sociais impulsionaram essa construção.

Pensamento biológico descritivo

A história da ciência mostra que tentativas de definir a VIDA têm origem na antiguidade. Idéias desse período, que contribuíram para o desenvolvimento da Biologia, tiveram como um dos principais pensadores o filósofo Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.). Este filósofo deixou contribuições relevantes quanto à organização dos seres vivos, com interpretações filosóficas que buscavam, dentre outras, explicações para a compreensão da natureza.

Na idade média, a Igreja tornou-se uma instituição poderosa, tanto no aspecto religioso quanto no social, político e econômico. O conhecimento sobre o

universo, vinculado a um Deus criador, foi oficializado pela igreja católica que o transformou em dogma.

Essa concepção teocêntrica permeou as explicações sobre a natureza e considerava que “para tudo que não podia ser explicado, visto ou reproduzido, havia uma razão divina; Deus era o responsável” (RAW, SANT’ANNA, 2002.p 13).

A necessidade de organizar, sistematizar e agrupar o conhecimento produzido pelo ser humano fez surgir as primeiras universidades medievais, nos séculos IX e X, como as de Bolonha e Paris. Nas universidades, sistematizou-se o conhecimento acumulado durante séculos e passou-se a discuti-lo de maneira distinta do que ocorria nos centros religiosos. Nessas universidades, mesmo sob a influência da Igreja, as divergências relativas aos estudos dos fenômenos naturais prenunciaram mudanças de pensamento em relação às concepções, até então hegemônicas, sobre aqueles fenômenos.

Com o rompimento da visão teocêntrica e da concepção filosófico-teológica medieval, os conceitos sobre o ser humano passaram para o primeiro plano, iniciando uma nova perspectiva para a explicação dos fenômenos naturais. Esse movimento da ciência compreendeu, assim, o processo de superação de ideias antigas e emergência de novos modelos.

A história da ciência, na renascença, também foi marcada pelo confronto de ideias. Ao mesmo tempo em que alguns naturalistas utilizaram o pensamento matemático como instrumento para interpretar a ordem mecânica da natureza (ROSSI, 2001), outros, como os botânicos, realizavam seus estudos sob o enfoque descritivo. O número elevado de espécimes vegetais e a “[...] uniformidade estrutural das plantas frutíferas (angiospermas)” (MAYR, 1998, p. 199) despertaram maior interesse pela observação empírica e direta das plantas representando a preocupação dos naturalistas em descrever e ilustrar a natureza criada por Deus.

Na zoologia, a descrição dos animais também se desenvolveu, porém, de modo diferente da botânica. Os animais eram analisados de forma comparativa, com atenção maior à sua organização na *scala naturae* e com base no que hoje se denomina de comportamento e ecologia.

Os estudos de zoologia desenvolveram-se mais rapidamente a partir dos avanços tecnológicos, posteriores a 1800, com o desenvolvimento das técnicas de conservação dos animais que permitiram estudos anatômicos

comparativos, dando novo impulso à sistemática animal e aperfeiçoando as observações e descrições feitas por Aristóteles (RONAN, 1987a; MAYR, 1998).

Nesse período surgiram novos conhecimentos biológicos, como por exemplo, a classificação dos seres vivos numa escala hierárquica envolvendo diferentes categorias e denominações: gênero, família, espécie, ordem. Entretanto, muitos naturalistas se mantiveram sob a influência do paradigma aristotélico.

Diante de discussões sobre a classificação dos seres vivos por diversos naturalistas, Carl von Linné (1707-1778), considerado o principal organizador do sistema moderno de classificação científica dos organismos, propôs, em sua obra *Systema Naturae* (1735), a organização dos seres vivos a partir de características estruturais, anatômicas e comportamentais, “mantendo a visão de mundo estático idêntico em sua essência à criação perfeita do Criador” (FUTUYMA, 1993, p. 02), isto é, classificou os seres vivos, e manteve o princípio da criação divina.

Com Linné, o sistema descritivo possibilitou a organização da Biologia pela comparação das espécies coletadas em diferentes locais. Tal tendência refletiu a atitude contemplativa e interessada em retratar a beleza natural, com a exploração empírica da natureza pautada pelo método da observação e descrição, o que caracterizaria o *pensamento biológico descritivo*.

Sob a concepção descritiva, a vida era conceituada como “*expressão da natureza idealizada pelo sujeito racional*” (RUSS, 1994, p. 360-363).

Pensamento biológico mecanicista

Enquanto a zoologia, a botânica e a medicina trataram de explicar a natureza de forma descritiva, no contexto filosófico discutia-se a proposição de um método científico a ser adotado para compreender a natureza. Em meio às contradições desse período histórico, o pensamento do filósofo Francis Bacon (1561-1626) contribuiu para uma nova visão de ciência, pois recuperou o domínio do ser humano sobre a natureza.

Ao introduzir suas ideias sobre aplicação prática do conhecimento, Bacon, propôs um procedimento de investigação que “substitui a revelação mística da verdade pelo caminho no qual ela é obtida pelo controle metódico e

sistemático da observação” (FEIJÓ, 2003, p. 18). Seu pensamento se contrapôs à filosofia aristotélica, a qual influenciou, por séculos, o modo de entender e explicar o mundo.

Neste mesmo período, o filósofo francês René Descartes (1596-1650) contrapõe-se ao pensamento baconiano considerando que “[...] o domínio e a compreensão do mundo requerem a aceitação de um poder especial na mente que assegurava a verdade: a razão humana [...]” (FEIJÓ, 2003, p. 20). O uso da razão é a faculdade máxima do conhecimento e para isto, o uso do método permite “a ampliação ou o aumento dos conhecimentos e procedimentos seguros que permitem passar do já conhecido ao desconhecido” (CHAUÍ, 2005, p. 128).

Em meio a mudanças no mundo filosófico, o médico Willian Harvey (1578-1657), que, segundo Descartes, possuía “[...] uma visão de mundo baseada em uma filosofia mecanicista” publica a obra *De Modus Cordis*, em 1628, propondo um novo modelo referente à circulação do sangue, resultante de experiências com o corpo humano. Este modelo, não o método, foi acolhido por Descartes¹ (1596-1650) como uma das bases mais consistentes do que viria a se constituir como *pensamento biológico mecanicista* (DELIZOICOV, 2006, p. 282).

Os embates teóricos tornaram-se mais evidentes com o questionamento sobre a origem da VIDA. As ideias sobre a geração espontânea, aceitas pelos naturalistas até o século XIX, começaram a ser contrariadas no século XVII, quando o físico italiano Francesco Redi (1626-1698), entre outros, apresentou estudos sobre a biogênese.

Nas discussões sobre a natureza do desenvolvimento dos seres vivos, os defensores do pré-formismo defendiam a existência de estruturas pré-formadas no interior de um ovo, e atribuíam as principais qualidades formadoras ao pai, “enquanto seus opositores, que sustentavam a tese da epigênese” defendiam a “diferenciação gradual de um ovo inteiramente amorfo para os órgãos do adulto” (MAYR, 1998, p. 129).

Naquele momento, não foi possível estabelecer conclusões sobre a origem da vida, pois os conhecimentos desenvolvidos até então impediam esclarecimentos e definições precisas sobre a natureza evolutiva.

O pensamento mecanicista reafirmou-se com a invenção e o aperfeiçoamento de instrumentos que permitiram ampliar a visão anatômica e fisiológica. Para entender o funcionamento da VIDA, a Biologia fracionou os organismos vivos em partes cada vez mais especializadas e menores, com o

propósito de compreender as relações de causa e efeito no funcionamento de cada uma delas.

Entretanto, as modificações nas estruturas sociais, políticas e econômicas, concretizadas no Estado moderno europeu, favoreceram mudanças filosóficas e científicas.

Pensamento biológico evolutivo

Evidências sobre a extinção de espécies forjaram, no pensamento científico europeu, à luz dos novos achados, proposições para a teoria da evolução em confronto com as ideias anteriores. A ideia de mundo estático, que não admitia a evolução biológica, cada vez mais foi confrontada.

No fim do século XVIII e início do século XIX, a imutabilidade da VIDA foi questionada com as evidências do processo evolutivo dos seres vivos. Estudos sobre a mutação das espécies ao longo do tempo foram apresentados principalmente por Erasmus Darwin (1731-1802), médico, poeta e naturalista e por Jean-Baptiste de Monet, conhecido por Lamarck (1744-1829).

“Erasmus Darwin acreditava na herança de características adquiridas e, com essa crença, produziu o que decerto era uma emergente teoria da evolução, embora, de fato, ainda deixasse muitas questões sem resposta” (RONAN, 1987b, p. 09). Lamarck considerava a classificação importante, porém artificial, por acreditar na existência de uma “sequência natural” para origem de todas as criaturas vivas e que elas mudavam guiadas pelo ambiente (RONAN, 1987b, p. 09). Ao apresentar uma exposição ampliada de sua teoria, em *Philosophie Zoologique* (1809), Lamarck, adepto da teoria da geração espontânea, estabeleceu o conceito de sistema evolutivo em constante mudança; isto é, para ele, formas de vida inferiores surgem continuamente a partir da matéria inanimada e progridem inevitavelmente em direção a uma maior complexidade, progressão esta, controlada pelo ambiente.

No início do século XIX, o naturalista britânico Charles Darwin (1809-1882) apresentou suas ideias sobre a evolução das espécies. Inicialmente, manteve-se fiel à doutrina da igreja anglicana. Entretanto, os espécimes coletados na viagem pelas Ilhas Galápagos começaram a lhe fornecer evidências de um mundo mutável. Com Darwin, a concepção teológica criacionista, que

compreendia as espécies como imutáveis desde sua criação, deu lugar à reorganização temporal dessas espécies, inclusive a humana. “Quando lemos *A origem das espécies* não surge dúvida nenhuma de que Darwin incluía o Homem entre os produtos da seleção natural” (REALE & ANTISERI, 2005, p. 344).

Ao se afirmar que todos os seres vivos, atuais e do passado, tiveram origem evolutiva e que o principal agente de modificação seria a ação da seleção natural sobre a ação individual, criou-se a base para a *teoria da evolução das espécies*, assentada no ponto de intersecção entre o pensamento científico e filosófico. A ideia de propor generalizações teóricas sobre os seres vivos e sugerir evidências científicas, não mais teológicas, permitiu pensar também na mobilidade social do ser humano.

Para consolidar sua teoria sobre a origem das espécies por meio da seleção natural ou favorecidas na luta pela vida, Darwin valeu-se de evidências evolutivas, as quais foram consideradas provas e suporte de suas concepções: “o registro dos fósseis, a distribuição geográfica das espécies, anatomia e embriologia comparadas e a modificação de organismos domesticados” (FUTUYMA, 1993, p. 06).

Darwin analisou as evidências evolutivas aplicando o que hoje é conhecido como *método hipotético-dedutivo*. Um exemplo clássico desse método é a análise da estrutura anatômica e fisiológica de membros anteriores de animais vertebrados, propondo a hipótese de que eles se originam e se desenvolvem de maneira muito semelhante, indicando uma ancestralidade comum entre eles.

Essa hipótese foi posteriormente testada para determinar se as deduções dela obtidas coadunam com a observação, ou seja, se o que foi levantado como hipótese evolutiva de um determinado ser vivo adequa-se às evidências experimentais. Para tanto, foram analisados os processos de desenvolvimento embrionário de diversos tipos de vertebrados, levantando evidências para corroborar a hipótese de que eles descendem de um mesmo ancestral.

Ainda assim, os mecanismos evolutivos foram alvo de discussões. Hull (1973) *apud* Futuyma (1993) afirmou que, durante a vida de Darwin, a hipótese da seleção natural foi compreendida por poucos e aceita por uma minoria. Para se contrapor à *teoria fixista*, faltavam-lhe dados sobre a natureza dos mecanismos hereditários.

As leis que regulam a hereditariedade, tal como foi proposto por Gregor Mendel (1822-1884), monge agostiniano e estudioso das ciências naturais, eram desconhecidas de Darwin. Na época, o modelo usado para explicar a hereditariedade defendia a herança por misturas, nas quais patrimônios heterogêneos dariam origem à homogeneidade entre indivíduos de uma mesma espécie, o que reforçaria o fixismo.

Em 1865, Mendel apresentou sua pesquisa sobre a transmissão de características entre os seres vivos. Ainda não se conheciam os mecanismos de divisão celular e de transmissão de caracteres hereditários. No entanto Mendel, baseado em conhecimentos desenvolvidos por outros pesquisadores, acrescidos de sua formação matemática e com cuidados especiais no planejamento e na execução das experiências, realizou diversos cruzamentos utilizando diferentes organismos. Destaque para suas pesquisas com vegetais da espécie *Pisum sativum* (ervilhas), nas quais observou que as características eram transmitidas.

No século XIX, a Biologia fez grandes progressos com a proposição da *teoria celular*, a partir de descrições feitas por naturalistas como os alemães Matthias Schleiden (1804-1881), em 1838, e Theodor Schwann (1810-1882), em 1839, ao afirmarem que todas as coisas vivas – animais e vegetais – eram compostas por células. O aperfeiçoamento dos estudos sobre a origem da vida contribuiu para a refutação do vitalismo e da ideia de geração espontânea.

No século XX, a nova geração de geneticistas confirmou os trabalhos de Mendel e provocou uma revolução conceitual na Biologia que contribuiu para a construção de um modelo explicativo dos mecanismos evolutivos, vinculados ao material genético, sob influência do *pensamento biológico evolutivo*.

O pensamento biológico da manipulação genética

Os estudos do geneticista Thomas Hunt Morgan (1866-1945) contribuíram para que a genética se desenvolvesse como ciência e, aliada aos movimentos políticos e tecnológicos decorrentes das grandes guerras, promoveu uma ressignificação do darwinismo e deu força ao processo de unificação das ciências biológicas. Nesse contexto histórico e social, a Biologia começou a ser vista como utilitária pela aplicação de seus conhecimentos na medicina, na agricultura e em outras áreas.

Em meados da década de 1970, as discussões acerca do progresso da ciência, do trabalho científico nas instituições de pesquisa e do pensamento científico de cada época, expuseram a fragilidade da concepção de ciência ainda limitada a uma epistemologia empírica. Assim, a crise da ciência ficou exposta, como também, a necessidade de rever o método de construção do conhecimento científico.

O pensamento científico passou, então, a utilizar diferentes formas de abordar a realidade objetiva, a considerar que essas formas coexistem e que essa coexistência indica a necessidade de rever o método científico como instrumento que confere às ciências físicas e naturais o *status* de cientificidade.

Nesse contexto, a complexidade dos problemas estudados pela Biologia exigiu modificações do método. Mayr (1998) afirma que a necessidade de entendimento de sistemas biológicos tão complexos como os fisiológicos, implicou a necessidade de separar seus componentes, o que por um lado, favoreceu a análise de tais sistemas e, por outro, exigiu a combinação de diferentes abordagens para a compreensão da natureza como um todo.

A Biologia, então, ampliou sua área de atuação e se diversificou. Uma delas é a biologia molecular, considerada por Mayr (1998) o centro dos interesses biológicos na atualidade. Tais avanços, sobretudo os relativos à bioquímica, à biofísica e à própria biologia molecular, permitiram o desenvolvimento de inovações tecnológicas e interferiram no pensamento biológico evolutivo. Por exemplo, ao conhecer a estrutura e a função dos cromossomos foi possível desenvolver técnicas que permitiram intervir na estrutura do material genético e, assim, compreender, manipular e modificar a estrutura físico-química dos seres vivos e as conseqüentes alterações biológicas.

Esses conhecimentos geram conflitos filosóficos, científicos e sociais e põem em discussão a manipulação genética e suas implicações sobre o fenômeno VIDA. Essas controvérsias contribuem para que um novo modelo explicativo se constitua como base para o desenvolvimento do *pensamento biológico da manipulação genética*.

Para a ciência, em especial para a Biologia, esta construção ocorre em movimentos não-lineares, com momentos de crises, de mudanças de paradigmas e de busca constante por explicações sobre o fenômeno VIDA.

Organizar os conhecimentos biológicos construídos ao longo da história da humanidade e adequá-los ao sistema de ensino requer compreensão dos contextos em que a disciplina de Biologia é contemplada nos currículos escolares.

OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

1 . Representação e Comunicação

- Descrever processos e características do ambiente ou de seres vivos, observados em microscópio ou a olho nu;
- Perceber e utilizar os códigos intrínsecos da Biologia;
- Apresentar suposições e hipóteses acerca dos fenômenos biológicos em estudo;
- Apresentar, de forma organizada, o conhecimento biológico apreendido, através de textos, desenhos, esquemas, gráficos, tabelas, maquetes, etc;
- Conhecer diferentes formas de obter informações (observação, experimento, leitura de texto e imagem, entrevista), selecionando aquelas pertinentes ao tema biológico em estudo;
- Expressar dúvidas, idéias e conclusões acerca dos fenômenos biológicos;

2. Investigação e Compreensão

- Relacionar fenômenos, fatos, processos e idéias em Biologia, elaborando conceitos, identificando regularidades e diferenças, construindo generalizações;
- Utilizar critérios científicos para realizar classificações de animais, vegetais etc.;
- Relacionar os diversos conteúdos conceituais de biologia (lógica interna) na compreensão de fenômenos;
- Estabelecer relações entre parte e todo de um fenômeno ou processo biológico;
- Selecionar e utilizar metodologias científicas adequadas para a resolução de problemas, fazendo uso, quando for o caso, de tratamento estatístico na análise de dados coletados;

- Formular questões, diagnósticos e propor soluções para problemas apresentados, utilizando elementos da Biologia;
- Utilizar noções e conceitos da Biologia em novas situações de aprendizado (existencial ou escolar);
- Relacionar o conhecimento das diversas disciplinas para o entendimento de fatos ou processos biológicos (lógica externa);

3. Percepção sócio-cultural e histórica

- Reconhecer a Biologia como um fazer humano, e portanto, histórico, fruto da conjunção de fatores sociais, políticos, econômicos, culturais, religiosos e tecnológicos;
 - Identificar a interferência de aspectos místicos e culturais nos conhecimentos do senso comum relacionados a aspectos biológicos;
 - Reconhecer o ser humano como agente e paciente de transformações intencionais por ele produzidas no seu ambiente;
 - Julgar ações de intervenção, identificando aquelas que visam a preservação e implementação da saúde individual, coletiva e do ambiente;
- Identificar as relações entre o conhecimento científico e desenvolvimento tecnológico, considerando a preservação da vida, as condições de vida e as concepções de desenvolvimento sustentável.

CONTEÚDOS

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

- Organização dos seres vivos
- Mecanismos biológicos

CONTEÚDOS BÁSICOS:

- Características dos Seres Vivos;
- Níveis de organização em Biologia;
- Origem da Vida na Terra;
 - Teorias Modernas sobre a Origem da Vida.

Conteúdos Específicos:

- Composição química e organização da matéria viva;
- Metabolismo, reação e movimento;
- Crescimento e reprodução;
- Hereditariedade;
- Variabilidade genética;
- Seleção natural e adaptação;
- A formação da Terra;
- Origem do Universo e do Sistema Solar
- Biogênese e Abiogênese
- Os experimentos de Redi e Pasteur
- Criacionismo, panspermia e evolução química.

2º Trimestre:

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

- Organização dos seres vivos
- Mecanismos biológicos

CONTEÚDOS BÁSICOS:

- A base molecular da vida;
- Célula e Organelas celulares;
- divisão Celular;
- Metabolismo energético;

Conteúdos Específicos:

- Principais elementos químicos dos seres vivos;
- Principais Moléculas dos seres vivos;
- A água e os seres vivos;
- Glicídios;
- Lipídios;
- Proteínas;
- Vitaminas;
- Ácidos nucleicos;
- A descoberta da célula e o mundo microscópico;
- Células eucarióticas e procarióticas;
- Membrana plasmática;
- Citoplasma;
- Núcleo e cromossomos;

- Mitose e meiose;
- Respiração celular e fermentação;
- Fotossíntese e quimiossíntese.

3º Trimestre

CONTEUDOS ESTRUTURANTES

- Organização dos seres vivos
- Mecanismos biológicos.

Conteúdos Básicos

- Histologia animal
- Reprodução e ciclos da vida
- Desenvolvimento embrionário humano

Conteúdos Específicos

- Tecidos epiteliais
- Tecidos conjuntivos
- Tecido sanguíneo
- Tecido Muscular
- Tecido Nervoso
- Reprodução sexuada e assexuada
- Sistema genital feminino e masculino
- Fecundação
- Métodos contraceptivos
- Doenças sexualmente transmissíveis

- Embriologia dos mamíferos placentários
- Formação de folhetos germinativos
- Nidação
- Formação de gêmeos humanos

CONTEÚDOS BIOLOGIA

ENSINO MÉDIO

2º Ano

1º Trimestre

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

- Biodiversidade

Conteúdos Básicos

- Sistemática
- Critérios de Classificação dos seres vivos
- Biodiversidade
- Vírus
- Reino Monera
- Reino Protista

Conteúdos Específicos

- O desenvolvimento da classificação biológica
- O conceito de espécie biológica
- Os reinos dos seres vivos
- Características gerais dos seres vivos
- Patologias causadas por vírus
- Características gerais das bactérias e arqueas
- classificação das bactérias
- Importância das bactérias para a humanidade
- Reino Protista II: Protozoários

- Doenças causadas por protozoários

2º Trimestre

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

- Biodiversidade

Conteúdos Básicos

- Reino Fungi
- Diversidade, anatomia e fisiologia das plantas
- A diversidade dos animais

Conteúdos Específicos

- Características gerais e estrutura dos fungos
- Principais grupos de fungos
- Reprodução de fungos
- Importância ecológica e econômica dos fungos
- Diversidade e reprodução das plantas
- Briófitas e Pteridófitas
- Gimnospermas e Angiospermas
- Desenvolvimento e morfologia das plantas angiospermas
- Fisiologia das plantas angiospermas
- Características gerais dos animais
- Características gerais dos invertebrados
- Poríferos e cnidários
- Platelminhos e nematelmintos

- Moluscos de anelídeos
- Artrópodes
- Equinodermos e protocordados
- Características gerais dos vertebrados
- Peixes, anfíbios répteis
- Aves e mamíferos

3º Trimestre

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

- Biodiversidade

Conteúdos Básicos

- Ecossistemas
- Biosfera
- Ciclos Biogeoquímicos
- Desequilíbrios ambientais

Conteúdos Específicos

- Biodiversidade
- Biomas
- Mata Atlântica
- Problemas ambientais
- Diversidade das Espécies
- Espécies invasoras
- Desequilíbrio ambiental

- Poluição da água, do solo e do ar
- Desastres ambientais
- Ciclo da água
- Ciclo do carbono
- Ciclo do nitrogênio
- Chuva ácida
- Efeito estufa
- Destruição da camada de ozônio

CONTEÚDOS BIOLOGIA

ENSINO MÉDIO

3º Ano

1º Trimestre

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

- Manipulação genética

Conteúdos Básicos

- Hereditariedade e ambiente
- As origens da genética
- Lei da segregação genética
- Relação entre genótipo e fenótipo
- Noções de probabilidade
- A 1ª Lei de Mendel

Conteúdos Específicos

- As origens da genética
- Lei da Segregação de Genética
- Genótipo e fenótipo
- genes e cromossomos
- Herança recessiva
- Ausência de dominância
- Polialelia

2º Trimestre

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

- Manipulação genética

Conteúdos Básicos

- A 2ª Lei de Mendel
- O Sistema ABO
- A herança do sexo
- Heredogramas

Conteúdos Específicos

- Diíbrido
- Aglutinogênios e aglutininas do sistema ABO
- Transfusões sanguíneas
- O fator Rhesus (Rh)
- Os cromossomos sexuais
- Herança ligada ao sexo
- Alterações cromossomiais Construção de heredogramas

3º Trimestre

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

- Manipulação genética
- Evolução

Conteúdos Básicos

- Interação gênica
- Mecanismo evolutivo
- Evidências da evolução
- Genética das populações

Conteúdos Específicos

- Epistasia
- Herança quantitativa
- Pleiotropia
- Conceito de adaptação
- Lamarck e o mecanismo evolutivo
- Neodarwinismo
- Homologia e Analogia
- Fósseis
- População em desequilíbrio
- População em evolução

METODOLOGIA DA DISCIPLINA

A Biologia estuda a vida em suas manifestações. Compreender os fenômenos biológicos leva-nos a estabelecer algum referencial que possibilite explorar aspectos relevantes que venham a facilitar o seu entendimento.

Vida é um sistema organizado e integrado, capaz de auto-reprodução que responde aos estímulos do ambiente e que interage com esse ambiente através de um ciclo de matéria e de um fluxo de energia. Analisando as diversidades desses sistemas, propõe-se questões sobre a origem da vida, como e quais condições teriam permitido sua evolução na Terra, sob o ponto de vista pela qual se diversificou e vem se diversificando. Portanto, faz-se necessário uma metodologia adequada, integrada entre a Biologia, Química e Física para a compreensão dos fenômenos bióticos e abióticos integrantes do processo vital.

É imprescindível que se perceba a interdependência entre os quatro conteúdos estruturantes abordados durante o Ensino Médio: Organização dos Seres Vivos, Mecanismos Biológicos, Biodiversidade e Manipulação genética; buscando diferentes encaminhamentos metodológicos embasados no diagnóstico da prática social do aluno, na problematização apontada para questões a serem resolvidas na prática social do aluno, a instrumentalização do aluno com o direcionamento do professor para que se processe a aprendizagem, a catarse que é o momento do confronto entre o conhecimento e a busca de resposta as questões a serem investigadas e, por fim o retorno à prática social, que será a apropriação do saber concreto, pensado e transformador das relações de produção que impedem a construção de uma sociedade mais igualitária.

AVALIAÇÃO

A avaliação é um dos aspectos do processo pedagógico que mais carece de mudança didática para favorecer uma reflexão crítica de ideias e modificar comportamentos docentes de “senso comum” muito persistentes (CARVALHO & GIL-PÉREZ, 2001).

As concepções reducionistas e simplistas do processo avaliativo requerem análise e questionamento. De acordo com Carvalho & Gil-Pérez (2001), ainda estão no “senso comum” do ambiente escolar as seguintes noções:

- é fácil avaliar os conhecimentos científicos, devido a sua precisão e objetividade;
- o fracasso é inevitável, pois a Biologia tem conhecimentos difíceis, que não estão ao alcance de todos. Ao se aprovar demais, a disciplina é uma “brincadeira”; então, convém ser “exigente” desde o início; tal fracasso, por vezes muito elevado, pode ser atribuído a fatores extraescolares, como capacidade intelectual e ambiente familiar;
- a prova deve ser discriminatória e produzir uma distribuição de notas em escala descendente;
- a função essencial da avaliação é medir a capacidade e o aproveitamento do aluno, destinando-o à promoção e seleção classificatória de cunho autoritário.

A superação deste senso comum implica em estudos, pesquisas e análises de resultados que permitam a elaboração de programas de formação continuada para os professores envolvidos no processo ensino-aprendizagem, a fim de possibilitar a elaboração de uma concepção de avaliação adequada à realidade escolar da qual participa.

Muitos professores mantêm-se crédulos ao sistema de avaliação classificatório por acreditar ser este a garantia de um ensino de qualidade que resguarde um saber competente dos alunos (HOFFMANN, 2003).

Quando a concepção de avaliação é, tão somente classificatória, pautada em critérios que visam medir o aproveitamento, identifica-se erros, dificuldades de aprendizagem, porém, não se sabe o que fazer com as informações levantadas e os professores acabam por não se preocuparem em

“auxiliar o aluno a resolver suas dificuldades ou a avançar no seu conhecimento” (HOFFMANN, 2003, p. 121).

Tomando por base as análises desenvolvidas pelas autoras Carvalho e Hoffmann, considera-se a necessidade de envolvimento dos professores na análise crítica da própria avaliação. Conforme Carvalho & Gil-Pérez (2001) é preciso que os professores se envolvam numa análise crítica que considere a avaliação em Biologia um instrumento de aprendizagem que forneça um feedback adequado para promover o avanço dos alunos. Ao considerar o professor corresponsável pelos resultados que os alunos obtiverem o foco da pergunta muda de “quem merece uma valorização positiva e quem não” para “que auxílio precisa cada aluno para continuar avançando e alcançar os resultados desejados”. Além disso, incentivar a reflexão, por parte do professor, sobre sua própria prática.

Nesse sentido, ao assumir fundamentos teórico-metodológicos que garantam uma abordagem crítica para o ensino de Biologia, propõe-se um trabalho pedagógico em que se perceba o processo cognitivo contínuo, inacabado, portanto, em construção.

Nesta perspectiva, a avaliação como momento do processo ensino aprendizagem, abandona a ideia de que o erro e a dúvida constituem obstáculos impostos à continuidade do processo. Ao contrário, o aparecimento de erros e dúvidas dos alunos constituem importantes elementos para avaliar o processo de mediação desencadeado pelo professor entre o conhecimento e o aluno. A ação docente também estará sujeita a avaliação e exigirá observação e investigação visando à melhoria da qualidade do ensino.

Deste modo, na disciplina de Biologia, avaliar implica um processo cuja finalidade é obter informações necessárias sobre o desenvolvimento da prática pedagógica para nela intervir e reformular os processos de ensino-aprendizagem. Pressupõe-se uma tomada de decisão, em que o aluno também tome conhecimento dos resultados de sua aprendizagem e organize-se para as mudanças necessárias.

Destaca-se que este processo deve procurar atender aos critérios para a verificação do rendimento escolar previstos na LDB n. 9394/96 que considera a avaliação como um processo “contínuo e cumulativo, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos”.

Enfim, adota-se como pressuposto a avaliação como instrumento analítico do processo de ensino aprendizagem que se configura em um conjunto de ações pedagógicas pensadas e realizadas ao longo do ano letivo, de modo que professores e alunos tornam-se observadores dos avanços e dificuldades a fim de superarem os obstáculos existentes.

Para um melhor acompanhamento da aprendizagem dos alunos dentro da disciplina de Biologia, o professor utilizará variadas formas de verificação:

- Discussões e diálogos que tratem os argumentos com lógica e coerência;
- Exposições em grupos ou individuais;
- Relatos orais e escritos;
- Experiências em laboratório;
- Pesquisa e explanação;
- Confeção de materiais didático-científicos;
- Seminários;

Observação da participação da motivação e do interesse do educando.

O resultado final disso tudo se caracterizará principalmente pelo reconhecimento de que se criou no aluno a vontade de pesquisar e comprovar a veracidade do assunto pesquisado através de experiências, relatórios, etc.; Isso tudo contribuindo para a posse do respeito à vida, a seus diferentes aspectos e a mudança positiva de atitudes em relação ao mencionado

BIBLIOGRAFIA

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio – Biologia.** Versão Preliminar 2008.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – PPP

**COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR FRANCISCO MANOEL DE LIMA
CAMARGO**

PROPOSTA CURRICULAR EDUCAÇÃO FÍSICA - ENSINO MÉDIO

**TIJUCAS DO SUL
2010**

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

É com o corpo que somos capazes de ver, ouvir, falar, perceber e sentir as coisas. O relacionamento com a vida e com os outros corpos dá-se pela comunicação e pela linguagem que o corpo é e possui. Essa é a nossa existência, na qual temos consciência do eu no tempo e no espaço. O corpo, ao expressar seu caráter sensível, torna-se veículo e meio de comunicação.

A comunicação corporal entre os indivíduos tende a acontecer quando estes têm a consciência de seus corpos sensíveis, repletos de vontade e intencionalidade. Portanto, a receptividade e a transmissão de informações, através dos movimentos corporais entre os indivíduos acontecem de maneira natural e espontânea, sucedendo-se entre eles um elo de ligação preso pela sensibilidade. A comunicação é uma negociação entre pessoa, um ato criativo. E quando nós nos comunicamos formamos um sistema de interação e reação integrado em harmonia.

Os gestos, as posturas e as expressões faciais são criados, mantidos ou modificados em virtude de o homem ser um ser social e viver num determinado contexto cultural. Isto significa que os indivíduos têm uma forma diferenciada de se comunicar corporalmente, que se modifica de cultura para cultura.

E o indivíduos, por sua vez, aprende a fazer uso das expressões corporais, de acordo com o ambiente em que se desenvolve como pessoa. Isto quer dizer que todo movimento do corpo tem um significado de acordo com o contexto.

Nas ações corporais dos jovens e adolescentes, durante as atividades físicas, o enfoque está voltado para o corpo, para as idéias e para os sentimentos que continuam sendo controlados. Dessa forma, o corpo acabará imobilizado, sem reações, sem vibrações, tornando as idéias conservadoras, tensas e rígidas.

Sentir e perceber as emoções, transmitir vontades, decidir sobre o que quer fazer, explorar as potencialidades com vigor são mensagens emitidas pelos alunos por meio dos movimentos corporais.

O complexo organismo humano se relaciona com o mundo movendo-se. Quando o corpo se move, os sentimentos captam informações. As

terminações neurais enviam informações para os córtices sensoriais da visão, da audição, do paladar, do olfato e sensações somáticas. Os sentidos possibilitam ler o mundo.

A Educação Física permite que se vivenciem diferentes práticas corporais das mais diversas manifestações culturais e se enxerguem como essa variada combinação de influências está presente na vida cotidiana. As danças, esportes, lutas, jogos e ginásticas compõem um vasto patrimônio cultural que deve ser valorizado, conhecido e desfrutado. Além disso, esse conhecimento contribui para a adoção de uma postura não-preconceituosa e discriminatória diante das manifestações e expressões dos diferentes grupos étnicos e sociais e às pessoas que dele fazem parte.

A Educação Física, pretende refletir sobre as necessidades atuais de ensino, superando uma visão fragmentada de homem, permitindo o entendimento do corpo em muito de sua complexidade, ou seja, a Educação Física, permitindo uma abordagem biológica, antropológica, sociológica, psicológica, filosófica e política das práticas corporais, justamente por sua constituição interdisciplinar, buscando assim superar as concepções fundadas nas lógicas instrumental, anátomo funcional e esportivizada provenientes de outras matrizes teórico-metodológicas fundadas, principalmente, no modelo de inspiração positivista, originário das ciências da natureza.

E sendo assim as práticas corporais, a disciplina tem como propósito e compromisso a modificação das relações sociais tornando-se a educação física.

OBJETIVOS GERAIS

- Refletir a respeito das estruturas sociais e suas desigualdades, inerentes ao funcionamento da sociedade;
- Propiciar uma Educação voltada para uma consciência crítica;
- Priorizar a construção do conhecimento sistematizado como oportunidade ímpar, ou reelaboração de idéias e práticas que por meio de ações pedagógicas, intensifiquem a compreensão do aluno sobre a gama de conhecimentos produzidos pela humanidade e suas implicações para a vida.

CONTEÚDOS – ENSINO MÉDIO

1º ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS
GINÁSTICA	<p>-Conhecimento próprio corpo</p> <p>-Ginástica geral</p> <p>-Relações Humanas</p>	<p>-O corpo em construção.</p> <p>-Conhecimentos básicos de anatomia humana.</p> <p>Desvendando os segredos do corpo.</p> <p>-Alongamento</p> <p>-Ginástica Laboral</p> <p>- A ginástica na história</p> <p>-Quem sou? Que momento estou? O que quero?</p> <p>-Diversidade cultural</p>
JOGOS E BRINCADEIRAS	<p>-Jogos cooperativos;</p> <p>-Jogos competitivos;</p> <p>-Jogos pré desportivos;</p> <p>-Jogos dramáticos</p>	<p>-Competir ou cooperar eis a questão?</p> <p>-Introdução;</p> <p>-Competir ou cooperar eis a questão? Seria o ser humano competitivo por natureza?</p> <p>-Jogo e esporte tão diferentes assim?</p> <p>-Expressão corporal</p>
ESPORTES	-Coletivos	<p>-Futsal</p> <p>-Futebol</p> <p>-Basquetebol</p> <p>-Handebol</p>

		<p>-Voleibol</p> <p>-Revisão dos fundamentos básicos;</p> <p>-Aprofundar o conhecimento das regras;</p> <p>-Jogos pré-desportivos</p> <p>-Jogos adaptados</p> <p>-Conhecer os diferentes passos, posturas, conduções;</p> <p>-Sistemas táticos:</p> <p>Sistema Tático 3x1 do futsal</p> <p>Sistema Tático 5x1 do handebol</p> <p>Sistema Tático 4x2 do handebol</p> <p>Sistema Tático 2x1x2 basquetebol</p> <p>Sistema Tático 6x0 do voleibol</p>
DANÇAS	<p>-Dança de salão: valsa</p> <p>-Dança de rua</p> <p>-Danças.Folclóricas (Festa junina)</p>	<p>-Conhecer os diferentes passos, posturas, conduções da valsa</p>
LUTAS	<p>-Lutas de aproximação</p>	<p>- Judô, luta olímpica, jiu-j jitsu, sumo.</p> <p>- Analisar historicamente a origem das lutas e a influência da mídia.</p>

2º ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS
GINÁSTICA	-Conhecimento próprio corpo -Relações Humanas	-Compreender o ser social e suas necessidades,(lazer, trabalho...etc) -Saúde e nutrição; -Doping -Dinâmicas ,Trechos de filmes, Textos que provoquem reflexões; -Dinâmicas que provoquem reflexões nas atitudes de : solidariedade, companheirismo, apoio, respeito.
JOGOS E BRINCADEIRAS	-Jogos cooperativos; -Jogos competitivos; -Jogos pré desportivos;	- Vivenciar na prática os jogos, analisando as diferenças.
ESPORTES	-Coletivos	-Futsal -Futebol -Basquetebol -Handebol -Voleibol -Revisão dos fundamentos básicos; -Jogos pré-desportivos -Jogos adaptados -Sistemas táticos: Sistema Tático Rodízio do futsal Sistema Tático 5x1 do handebol

		<p>Sistema Tático 4x2 do handebol</p> <p>Sistema Tático 3x2x1 do Basquete</p> <p>Sistema Tático 6x0 do voleibol</p>
DANÇAS	<p>- Dança de salão: Salsa e Bolero</p> <p>- Danças Folclóricas (Festa junina)</p>	<p>- Conhecer os diferentes passos, posturas, conduções da valsa</p>
LUTAS	<p>- Lutas que mantêm a distância</p>	<p>- Karatê, boxe, taekwondo, muay thai, tai chi chuan</p> <p>- Analisar historicamente a origem das lutas e a influência da mídia.</p>

3º ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS
GINÁSTICA	<p>-Conhecimento próprio corpo</p> <p>-Ginástica Geral e Ginástica Academia</p> <p>-Relações Humanas</p>	<p>-Lesões, distensões musculares, luxações.</p> <p>-Conhecer e vivenciar as algumas técnicas de ginástica</p> <p>-Sedentarismo.</p> <p>-Ginástica e a mídia;</p> <p>-Tomada de decisão, Escolhas e Mudanças;</p> <p>-Projeto de vida</p>
JOGOS E BRINCADEIRAS	<p>-Jogos cooperativos;</p> <p>-Jogos pré desportivos;</p>	<p>-Analisar os jogos e brincadeiras e suas possibilidades de criação nos espaços e tempos de lazer;</p> <p>-Pesquisar as brincadeiras da infância.</p>
ESPORTES	<p>-Coletivos</p>	<p>-Futsal</p> <p>-Futebol</p> <p>-Basquetebol</p> <p>-Handebol</p> <p>-Voleibol</p> <p>-Esportes radicais</p> <p>-Fundamentos, aperfeiçoar suas qualidades físicas através do desenvolvimento e execução das atividades práticas</p> <p>-Função social do esporte</p> <p>-Organizar campeonatos, montar</p>

		tabelas. -Refletir acerca do esporte de rendimento x qualidade de vida.
DANÇAS	- Dança de salão: Rock -Danças circulares; -Danças.Folclóricas (Festa junina)	-Conhecer os diferentes passos, posturas, conduções da valsa

METODOLOGIA

Os pressupostos do materialismo histórico-dialético configuram a Cultura Corporal, objeto de estudo da Educação Física, relacionando o movimento humano, historicamente constituído, ao cotidiano escolar em todas as suas formas de manifestações culturais, políticas, econômicas e sociais. Para tanto, utiliza-se da metodologia crítico - superadora onde o educando pode ampliar sua visão de mundo por meio da cultura corporal, superando a perspectiva pautada no tecnicismo e na esportivização das práticas corporais.

Para tanto, rompe com o tratamento tradicional dos conteúdos que favorecem os alunos que já tem aptidões, adotando um eixo estrutural da ação pedagógica o princípio da inclusão, apontando para uma perspectiva metodológica de ensino e aprendizagem que busca o desenvolvimento da autonomia, da cooperação, da participação social e da afirmação de valores e princípios democráticos. Nesse sentido, busca garantir a todos a possibilidade de usufruir de jogos, esportes, danças, lutas e ginástica em benefício do exercício da cidadania.

É necessário que a todo momento busquemos a totalidade em nossas ações pedagógicas, uma vez que os conteúdos que ensinamos são construções humanas e possuem amplitude também humana.

AVALIAÇÃO

A avaliação deve estar a serviço da aprendizagem de todos os alunos, de modo que permeie o conjunto das ações pedagógicas e não como um elemento externo a este processo . Assim sendo os critérios devem ser estabelecidos de forma clara, a fim de priorizar a qualidade e o processo de ensino e aprendizagem, sendo contínua, identificando dessa forma os progressos do aluno durante o ano letivo.

A partir da avaliação diagnóstica, tanto professor quanto os alunos poderão revisar o processo desenvolvido até então, para identificar lacunas no processo de ensino e aprendizagem, bem como planejar e propor outros encaminhamentos que visem a superação das dificuldades constatadas.

Será um processo contínuo, permanente e cumulativo, onde o professor estará organizando e reorganizando o seu trabalho tendo no horizonte , as diversas manifestações corporais, evidenciados nas formas da ginástica, do esporte , dos jogos, da dança e das lutas, levando os alunos a refletirem e a se posicionarem criticamente com o intuito de construir uma suposta relação com o mundo.

As práticas avaliativas buscam imprimir na avaliação uma perspectiva de busca constante da identificação de conflitos no processo ensino-aprendizagem, bem como a superação dos mesmos através de esforço crítico e criativo coletivo dos alunos, mobilizando plenamente a consciência dos alunos, seus saberes e suas capacidades cognitivas, habilidades e atitudes pra enfrentar problemas e necessidades, buscando novas soluções para as relações consigo mesmo, com os outros e com natureza, e que estas soluções criativamente encontradas sejam estendidas a outras situações semelhantes.

**COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR FRANCISCO MANOEL DE LIMA
CAMARGO**

PROPOSTA CURRICULAR FÍSICA - ENSINO MÉDIO

**TIJUCAS DO SUL
2010**

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

A Física permite – nos conhecer as leis gerais da natureza que regulam o desenvolvimento dos processos que se verificam, tanto no universo circundante como no universo em geral.

Incorporado à cultura e integrado como instrumento tecnológico, esse conhecimento tornou – se indispensável à formação da cidadania contemporânea.

A Física percebida enquanto construção histórica, como atividade social humana, emerge da cultura e leva à compreensão de que modelos explicativos não são únicos nem finais, tendo se sucedido ao longo dos tempos, com o modelo Geocêntrico, substituindo pelo Heliocêntrico, a teoria do calórico pelo conceito de calor como energia ou a sucessão dos vários modelos explicativos para a luz. O surgimento de teorias físicas mantém uma relação complexa com o contexto social em que ocorreram.

A Física foi se desenvolvendo ao longo dos séculos, ate que, no final do século XIX, parecia ter atingido o seu ápice. Muitos cientistas acreditavam que nada havia para ser descoberto. Nessa época, ela era dividida nas seguintes partes:

I – Mecânica: A Mecânica estuda os movimentos nos seus mais variados aspectos;

II – Termologia: A Termologia estuda o calor;

III – Óptica: A Óptica estuda a luz;

IV – Ondulatória: A Ondulatória é o estudo das ondas;

V – Eletromagnetismo: O Eletromagnetismo estuda os fenômenos elétricos e magnéticos;

No final do século XIX foram observados alguns fenômenos que não podiam ser explicados pela Física até então conhecida. Surgiram então duas novas teorias que explicaram esses fenômenos: a teoria da relatividade e a mecânica quântica, surge então a Física moderna.

I – Teoria da Relatividade: é necessária para analisar os movimentos de objetos que tem velocidade muito “grande” (próxima a velocidade da luz).

II – Mecânica Quântica: É necessária para analisar o comportamento de objetos muito “pequenos” (átomo, prótons e elétrons).

A implementação da disciplina de Física no Brasil deu-se através de três marcos históricos:

* Com a vinda da Família Real ao Brasil em 1808, o ensino de física ocupou-se com a formação de engenheiros e médicos, de modo a formar as elites dirigentes do país;

* Em 1837, foi criado no Rio de Janeiro o Colégio Pedro II, que ensinava uma Física Matemática fora da realidade brasileira. O mesmo iniciou as primeiras produções de materiais didáticos;

* Em 1934 no Brasil, surge o curso de Ciências Físicas na USP, destinada a formar bacharéis e licenciados em Física.

OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

O Objetivo de física consiste em descobrir as leis gerais da natureza e esclarecer, com base nelas, processos concretos. O universo não é um conjunto simples de acontecimentos independentes, mas todos eles constituem manifestações evidentes do universo considerado como um todo.

Diante disso, entendemos que a física deve contribuir para formação dos sujeitos, porém, através de conteúdos que deem conta do entendimento do objeto de estudo da Física, ou seja, a compreensão do universo, a sua evolução, suas transformações e as interações que nele se apresentam.

Não é objetivo da Física apenas transmitir conhecimentos, mas também possibilitar a formação crítica, valorizando desde a abordagem de conteúdos específicos até suas implicações históricas, bem como considerar na sociedade onde é produzida e conhecer os avanços técnicos e científicos que mudam em função do meio social.

CONTEÚDOS

1º ANO

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: MOVIMENTO

1. Introdução à Física
2. Introdução à Mecânica
3. Cinemática Escalar

Ponto Material e Ponto Extenso

Repouso, Movimento e Referencial

Trajectoria

Posição Escalar

Deslocamento e Caminho Percorrido

Velocidade Escalar

Movimento Uniforme

Gráficos do Movimento Uniforme

Aceleração Escalar

Movimento Uniforme

Equação de Torricelli

Gráficos do Movimento Uniforme Variado

Lançamento Vertical

4. Cinemática Vetorial

Introdução ao estudo dos Vetores

Lançamento Oblíquo

5. Movimento Circular

Ângulo Horário

Velocidade Angular

Movimento Circular Uniforme

Frequência e Período

Relação entre velocidade angular e escalar

Aceleração Centrípeta

Força Centrípeta

6. Dinâmica

Princípio da Inércia

Princípio fundamental da Dinâmica

Peso de um corpo

Deformação elástica

Princípio da Ação e Reação

Plano Inclinado

Força de Atrito

7. Gravitação Universal

Leis de Kepler

Lei da Gravitação Universal

Aceleração da gravidade

8. Energia

Trabalho de uma força

Potência

Energia Cinética

Energia Potencial

Energia Mecânica

Conservação da Energia

2º ANO

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: MOVIMENTO

1. Hidrostática

Fluido

Densidade Absoluta

Densidade Relativa

Pressão

Pressão de uma coluna de líquido

Pressão atmosférica

Teorema de Stevin

Teorema de Pascal

Cálculo do Empuxo

Equilíbrio de corpos imersos e flutuantes

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: TERMODINÂMICA

2. Termologia

Termometria

Temperatura e calor

Medida de temperatura

Escalas termométricas

Dilatação térmica
Dilatação linear
Dilatação superficial
Dilatação volumétrica
Calorimetria
Unidades de quantidade de calor
Calor sensível e calor latente
Calor específico
Capacidade Térmica de um corpo
Equação fundamental da calorimetria
Princípio da igualdade das trocas de calor
Fases da matéria
Mudanças de fase
Transmissão de calor
Termodinâmica
Trabalho de um sistema
Primeiro princípio da termodinâmica
Segundo princípio da termodinâmica

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: ELETROMAGNETISMO

3. Óptica

Velocidade da luz
Princípios da Óptica geométrica

Reflexão da luz
Reflexão regular
Espelho plano
Leis da reflexão
Formação de imagens
Espelhos esféricos
Refração da luz
Índice de refração absoluto
Índice de refração relativo
Leis da refração
Lentes esféricas

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: MOVIMENTO

4. Ondulatória

Classificação das ondas
Velocidade de propagação
Reflexão e Refração
Difração e Polarização
Ressonância
Efeito Doppler

3º ANO

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: ELETROMAGNETISMO

1. Eletrostática

A carga elétrica

Eletrização de um corpo

Princípios da eletrostática

Condutores e Isolantes

Processos de eletrização

Força Elétrica

Lei de Coulomb

Campo Elétrico

Vetor campo elétrico

Campo elétrico de uma carga puntiforme

Linhas de força

Trabalho da força elétrica

Potencial elétrico

Diferença de potencial

Diferença de potencial num campo elétrico uniforme

Capacitores

2. Eletrodinâmica

Corrente elétrica

Tipos de corrente elétrica

Efeitos da corrente elétrica

Resistência elétrica

Leis de Ohm

Potência Dissipada

Associação de Resistores

Circuitos Elétricos

3. Eletromagnetismo

Fenômenos magnéticos

Substâncias magnéticas

Campo magnético

Indução magnética

Força magnética

METODOLOGIA DA DISCIPLINA

Uma das grandes dificuldades na transferência do conhecimento é o “como ensinar”, ou seja, qual a adequada metodologia que deve ser utilizada pelo professor para efetivar o ensino – aprendizagem.

Deve – se promover um conceito contextualizado e integrado a vida de cada jovem, explicando alguns fenômenos como por exemplo: o movimento dos corpos, o arco – íris, os raios lasers, as imagens de televisão, as formas de comunicação, as formas de energia, o funcionamento de aparelhos eletro – eletrônicos, o desenvolvimento de novas tecnologias. Mostrar aos alunos a contribuição que a Física dá a medicina, com o desenvolvimento de próteses, o uso da radioatividade para o combate de células cancerígenas, a construção de máquinas para mapeamento do corpo humano através de imagens.

Sob o pressuposto de que o Ensino de Física considera a ciência uma produção cultural, objeto humano construído e produzido nas e pelas relações sociais, entende-se:

- que o processo de ensino-aprendizagem em Física, deve partir do conhecimento trazido pelos estudantes, fruto de suas experiências de vida em seu contexto social. Interessam as concepções alternativas apresentadas pelos estudantes a respeito de alguns conceitos, as quais influenciam a aprendizagem desses conceitos do ponto de vista científico;
- que a experimentação no Ensino de Física é importante se entendida como metodologia de ensino que contribui para relacionar teoria e prática, por proporcionar melhor interação entre professor e estudantes e entre grupos de estudantes, o que propicia o desenvolvimento cognitivo e social no ambiente escolar;
- que saber Matemática não pode ser um pré-requisito para ensinar Física, ainda que a linguagem matemática seja, por excelência, uma ferramenta para a Física. É preciso que os estudantes se apropriem do conhecimento físico, daí a ênfase aos aspectos conceituais sem, no entanto, descartar do formalismo matemático.

O tratamento pedagógicos destes conteúdos básicos adotará uma abordagem metodológicas que considere:

- o contexto histórico-social, discutindo a construção científica como um produto da cultura humana sujeita ao contexto de cada época;
- a epistemologia, a história e a filosofia da Ciência – uma forma de trabalhar é a utilização de textos originais traduzidos para o português, pois entende-se que eles contribuem para aproximar estudantes e professores da produção científica, da compreensão dos conceitos formulados pelos cientistas, dos obstáculos epistemológicos encontrados, etc;
- o reconhecimento da Física como um campo teórico, considera-se prioritário os conceitos fundamentais que dão sustentação à teoria dos movimentos, pois entende-se que para ensinar uma teoria científica é necessário o domínio e a utilização da linguagem própria da ciência, indispensável e inseparável do pensar ciência. Portanto, é fundamental o domínio das ideias, das leis, dos conceitos e definições presentes na teoria e sua linguagem científica;
- as relações da Física com a Física e, com outros campos do conhecimento;
- o contexto social dos estudantes, seu cotidiano e os jogos e brincadeiras que fazem parte deste cotidiano;
- as concepções dos estudantes e a História da evolução dos conceitos e ideias em Física como possíveis pontos de partida para problematizações;
- que a ciência dos movimentos não se esgota em Newton e seus sucessores, propõe-se uma discussão em conjunto sobre o quadro teórico da Física no final do século XIX, em especial as dúvidas que inquietavam os cientistas a respeito de algumas questões que envolviam o eletromagnetismo, as tentativas de adaptar o eletromagnetismo à mecânica, o surgimento do Princípio da Incerteza e as consequências para a Física clássica;
- textos de divulgação científica, literários, etc;
- o cotidiano, as concepções dos estudantes e a história da evolução dos conceitos e ideias em Física como possíveis pontos de partida para problematizações;
- o modelo científico presente na gravitação newtoniana e a contemporaneidade da gravitação através da Teoria da Relatividade Geral;

- que o estudo da ondulatória deve começar pelas ondas mecânicas, pois são mais “visíveis” ou perceptíveis no cotidiano. No entanto, as ondas eletromagnéticas, entre elas há luz visível, também estão presentes no dia-a-dia, porém o modelo matemático para ondas não encontra uma correspondência direta com este fenômeno, sendo ótimo para mostrar a diferença entre modelo e fenômeno, diferenciando real do abstrato;
- o campo teórico da Física no qual a energia tem um lugar fundamental, pois entende-se que para ensinar uma teoria científica é necessário o domínio e a utilização de linguagem própria da ciência, indispensável e inseparável do pensar ciência. Portanto, é fundamental o domínio das ideias, das leis, dos conceitos e definições presentes na teoria e sua linguagem científica;
- Experimentação para discussão das ideias e conceitos do eletromagnetismo.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO ESPECÍFICOS DA DISCIPLINA

Nessa perspectiva de trabalho, a avaliação passa a ter como objetivo fundamental fornecer informações sobre o processo de ensino-aprendizagem como um todo, informando não apenas o aluno sobre seu desempenho em Física, mas também o professor sobre sua prática em sala de aula.

A avaliação deve ser essencialmente formativa, contínua e processual, vista como um instrumento dinâmico de acompanhamento pedagógico do aluno e do trabalho do professor.

Várias serão as estratégias a ser utilizadas: seminários, trabalhos em grupo, experiências de laboratório, elaboração de relatórios, provas objetivas e provas discursivas.

Quando os resultados da avaliação forem insatisfatórios, cabe ao professor buscar as causas desse fracasso, corrigindo as possíveis falhas e distorções observadas ao longo do processo.

Finalmente, podemos afirmar que a avaliação é um elemento significativo do processo de ensino-aprendizagem, envolvendo a prática pedagógica do professor, o desempenho do aluno e os princípios que norteiam o trabalho da unidade escolar, ou seja, a avaliação vai além de simplesmente quantificar os resultados de um processo ao término de um período.

Em resumo, a avaliação deve ser concebida como:

Um conjunto de ações que permitem ao professor rever sua prática pedagógica.

Um conjunto de ações que possibilita ao aluno identificar seus avanços e suas dificuldades, levando-o a buscar caminhos para solucioná-las.

Um elemento integrador entre ensino e aprendizagem.

Um instrumento que vise o aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem em um ambiente de confiança e naturalidade.

BIBLIOGRAFIA

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental –Física.** Versão Preliminar 2008.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – PPP

BONJORNO, José Roberto. **Física Completa** – Volume único – editora FTD.

SAMPAIO/CALÇADA – **Física Ensino Médio Atual** – Volume único – editora atual.

GREEF – USP – **Colégio Física Completa** – 2008.

WWW. UFRGS.BR

ARROYO, M. G. – **A Função do Ensino da Ciência.** Em aberto, Brasília, v.7, p.3-11, out./dez. 1988.

WWW.SBFISICA.ORG.BR/RBEF

LOPES, J.L. **Uma História da Física no Brasil,** SP. Ed. Liv. Física. 2004.

**COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR FRANCISCO MANOEL DE LIMA
CAMARGO**

PROPOSTA CURRICULAR GEOGRAFIA - ENSINO MÉDIO

**TIJUCAS DO SUL
2010**

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

O ensino de Geografia na escola exige, para que seja eficaz, clareza nos seus pressupostos atenção à ciência, ao conteúdo, a á sua dimensão pedagógica para contribuir na construção de uma identidade da educação geografia. Passados mais de vinte e cinco anos de um intenso e profundo movimento de renovação da Geografia brasileira (décadas de 1970 e 1980), marcados sobretudo pela introdução do materialismo histórico e da dialética como pilares teórico – metodológicos, chegamos ao início do século XXI com a aceitação de varias vertentes que até então estavam à margem das discussões em torno da ciência Geográfica. Tais discussões pautam – se freqüentemente em abordagens de cunho fenomenológico, hermenêutico, existencialista, e também numa perspectiva da Cultural e da Geografia Sócio ambiental. Cabe ressaltar que a Geografia Cultural e a Geografia Sócio ambiental buscam amenizar uma postura mais “ radical” e possibilitam diferentes formas interpretativas para a Geografia. Na escola brasileira, a Geografia também passa por varias modificações decorrentes do próprios processo de formação dos professores, do acesso aos livros didáticos então produzidos, dos documentos oficiais em nível federal, estadual e municipal e dos contextos escolares. A Geografia em sua forma de descrição e com exigência da memorização foi a mais presente em toda sua história e neste momento ainda observam – se resquícios dessa pratica. Subsistem ao mesmo tempo formas diferenciadas de ensino, decorrentes da opção teórico – metodológica, das dificuldades de superação das formas tradicionais, ou por exigências externas ao professor. Exemplo disso é que a Geografia Critica não conseguiu entrar efetivamente na escola, e em virtude de propostas não compreendidas subestimou – se em determinados momentos o conteúdo, valorizando sobremaneira a forma (metodologia).

As várias abordagens presentes hoje na ciência geográfica se expressam timidamente na escola. A diversidade de concepções teóricas expõem a complexidade de se transpor os conteúdos da Geografia acadêmica para a Geografia escolar, apesar de suas especificidades e propósitos estarem intrinsecamente relacionados. Portando, uma reflexão profunda sobre a Geografia escolar não pode se distanciar das discussões teórico-metodológicas.

Sendo assim, a disciplina de Geografia tem por tradição a tarefa de estabelecer a relação entre certos campos de conhecimento das ciências naturais (geologia, cartografia, astronomia, dentre outras) e das ciências sociais (sociologia, antropologia, demografia, dentre outras) sobretudo aqueles saberes

que não foram transformados em disciplina escolar. Vários autores têm se dedicado a pensar o significado da Geografia no ensino, em todos os níveis. Para alguns, o conteúdo da Geografia é o mundo, o espaço e sua dinâmica contínua, onde as mudanças ganham cada vez mais velocidade. Nesse contexto, é preciso dar condições aos alunos de pensar e agir, buscando elementos que permitam compreender e explicar o mundo em permanente reinvenção; para outros, cabe à Geografia a tarefa de preparar o aluno para uma leitura da produção social do espaço, repleto de contradições, ou o desvendamento da realidade, negando a “naturalidade” dos fenômenos que imprimem uma certa passividade aos indivíduos, e, ainda outros autores colocam que a Geografia tem a função de ajudar o educando a inserir – se no mundo como cidadão e ter consciência de sua dignidade com ser humano.

Nesse contexto, a Geografia reafirma a sua inserção no Ensino Fundamental e Médio, como uma disciplina que tem por objetivo analisar e interpretar o espaço geográfico, onde o homem através das suas relações com o meio em que vive, produz e reproduz esse espaço. Assim, cabe à escola, como um dos lugares onde se produz conhecimentos, subsidiar os alunos no enriquecimento e sistematização dos saberes para que sejam sujeitos capazes de interpretar o mundo que os cerca.

Em consonância com o que foi afirmado anteriormente sobre a educação geográfica, pode –se acrescentar ainda que o valor educativo dessa disciplina origina – se no fato de que todos os acontecimentos do mundo têm uma dimensão espacial, visto que o espaço é a materialização dos tempos da vida social, portanto, há que se empreender uma educação geográfica, cujos aspectos fundamentais são: ter noções espaciais, ou seja, alfabetização espacial, onde serão aprendidos os conceitos básicos de localização, organização, representação e compreensão da estrutura do espaço construído dinamicamente pela natureza e pela sociedade; **ler e interpretar criticamente o espaço**, levando em consideração o meio que o educando vive: **perceber as diversidades das temáticas geográficas**, que ocorrem no mundo globalizado, a exemplo de temas como: migrações legais e ilegais, desmatamento, corrupção, política, (dês)territorialização, turismo, crime organizado, entre outros.

Tais domínios contribuem para empreender uma educação voltada para um mundo heterogêneo, diverso e complexo, resultado direto da mobilidade e da velocidade dos deslocamentos de indivíduos, instituições e informações. A solidariedade, a ética e o respeito à diversidade (de todos os tipos) são condições para transversalizar todos os conteúdos, considerando inclusive o

sentimento dos vários grupos. A problematização dessas questões permitira que a discussão e os diversos posicionamentos ampliem o conhecimento e produzam atitudes que possibilite a todos ter autonomia e visão crítica para a vida individual e coletiva. Sendo assim, a mobilidade é um conceito – chave no mundo atual, pois permite o contato com realidades diversas e, por vezes, contraditórias. No âmbito da Geografia, esta mobilidade pode ser explorada através dos estudos das redes geográficas, as quais podem ser econômicas, tecnológicas, sociais, educacionais, políticas, culturais e biológicas.

Desse modo, pode – se concluir que os conteúdos específicos da geografia, no Ensino Fundamental e Ensino Médio, transitam entre duas possibilidades, que são necessariamente complementares e não excludentes: **a escalar**, que prioriza os lugares com seus distintos limites e fronteiras; **a temática**, que se relaciona a temas do mundo atual. Estes temas apresentados como problematizadores e/ou eixos não existem fora do espaço; e os lugares sempre tem um conteúdo, o que significa a necessidade de considera – los sempre interligados e contextualizados nos seus tempos e espaços. Quando a Geografia transita numa perspectiva escalar, ou seja, quando são abordados temas como por exemplo, os continentes, não são vistos apenas sua localização no espaço, mas sim a formação do seu relevo, hidrografia, vegetação, população, economia etc. E o mesmo acontece quando se trabalha a Geografia numa perspectiva temática vários aspectos são levados em consideração, como a influencia do homem, a questão climática e ate mesmo a questão política. É nesse sentido que os conteúdos de geografia fazem esta transição entre as possibilidades “ escalar e temática”.

OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA DE GEOGRAFIA

- Conhecer o espaço geográfico por meio das várias escalas, transitando da escala local para a mundial e vice-versa;
- Compreender o espaço geográfico como uma construção das sociedades humanas as quais modelaram e modelam a superfície terrestre;
- Analisar a organização espacial compreendendo a realidade física e dos mecanismos de mudança;
- Compreender o significado do conceito de paisagem como síntese de múltiplas determinações: da relações sociais, da cultura, da economia e da política;
- Compreender o significado do conceito de paisagem como síntese de múltiplas determinações: natureza, das relações sociais, da cultura, da economia e da política;
- Compreender as transformações que ocorrem nas relações de trabalho em função da incorporação das novas tecnologias;
- Analisar as relações entre preservação ou degradação da natureza em função do desconhecido de sua dinâmica e a integração de seus elementos biofísicos;
- Identificar as transformações no conceito de região que ocorrem por meio da História e Geografia;
- Perceber a formação de novos blocos e das novas relações de poder e o enfraquecimento do estado-nação.
- Compreender as relações entre as diferentes espaços geográficos, local, regional, nacional e internacional de modo a perceber o lugar em que vive inserido nos espaços brasileiros e mundial levando em conta os aspectos naturais (solos, clima, relevo, hidrografia, vegetação dos diferentes espaços);
- Compreender o espaço geográfico, utilizando a linguagem cartográfica e outras linguagens e conceitos sistematizados por essa área do conhecimento;

- Perceber o seu espaço geográfico de modo a poder lidar com os problemas cotidianos a reconhecer a especialidade da sociedade com vistas a sua transformação;
- Perceber o espaço geográfico através do trabalho e da destruição ou a transformação da natureza;
- Identificar os processos de organização e construção de paisagens urbanas e rurais mundiais ao longo do tempo: industrialização, urbanização, êxodo rural, migração, distribuição da população local, regional e mundial levando em conta os aspectos econômicos, políticos e naturais;
- Comparar o uso de técnicas e de tecnologias por meio do trabalho humano nas cidades e no campo, envolvendo modos de vida de diferentes grupos sociais, aproximando-se do debate entre o moderno e o tradicional;
- Reconhecer os tipos de uso e ocupação do solo na localidade e nas demais regiões percebendo o poderio econômico, político e natural;
- Reconhecer as instâncias do poder público responsáveis pelo gerenciamento das questões ambientais;
- Perceber as exigências do mercado do trabalho com a globalização;
- Identificar a relação entre as ações das grandes empresas multinacionais e as fronteiras;
- Identificar, localizar e compor os blocos;
- Perceber o significado dos blocos econômicos no contexto da globalização;
- Compreender a formação do Mercosul, localização dos países que o compõe, vantagens e desvantagens de sua formação;
- Analisar os blocos econômicos como defesa de interesses de grandes empresas.

CONTEUDOS SÉRIE/ ANO

1.º Ano

Sistemas de Informação

Informação e o espaço geográfico;

As mídias;

A Internet;

Sistemas de Informações Geográficas

Sensoriamento remoto;

GPS;

Paralelos e latitudes;

Meridianos e longitudes;

Fusos horários;

A linha Internacional de mudança de Data;

Geoprocessamento e Mapas

Geoprocessamento;

Mapas;

Plantas;

Projeções cartográficas;

A organização do Espaço

Sociedade, natureza e o espaço geográfico;

Conceitos (lugar, território, paisagem e região)

Dinâmica da População

População e sociedade;

Crescimento populacional (vegetativo migração)

Estrutura da População

Pirâmides;

PEA (População Economicamente Ativa)

Setores da Economia;

Distribuição de renda;

População do Brasil

Desenvolvimento Humano no Brasil e no Mundo

IDH;

Indicadores sociais e econômico;

2.º Ano

Dinâmica da Agricultura

Importância da agricultura;

Política e a Produção agrícola;

Agropecuária em países desenvolvidos;

Agronegócios;

Principais problemas ambientais da agricultura

A energia no Mundo atual

Fontes alternativas de energia no Brasil e no Mundo

Indústria no Mundo

História (uma síntese)

Tecnologias do processo de produção;

Principais centros industriais;

Os diferentes períodos de industrialização dos países;

A Indústria no Brasil

Urbanização

Fatores e intensidade da urbanização;

Urbanização e modernização agrícola;

Problemas ambientais e urbanos;

Globalização e redes da economia mundial

Conceito;

Fluxos de informações;

Capitais;

Mercadorias;

Multinacionais;

O papel do estado na economia globalizada;

Blocos econômicos;

3.º Ano

Capitalismo e Espaço Geográfico

Histórico;

A revolução Industrial;

Imperialismo e disputas territoriais;

Geopolítica da Guerra Fria

A hegemonia bipolar;

Fim da ordem bipolar;

O colapso do socialismo;

A transição e os problemas nos países ex – socialistas;

O fim da Guerra fria e as novas fronteiras européias;

Geopolítica do mundo atual

A multipolaridade econômica;

A ascensão japonesa e alemã;

A supremacia norte – americana;

Política externa norte – americana;

Perspectivas do mundo;

Conflitos Étnicos e Separatismos

Globalização e fragmentação;

Conflitos étnicos/ nacionalistas no mundo;

METODOLOGIA DA DISCIPLINA

O ponto de partida para uma compreensão mais ampla das relações entre sociedade e natureza será o estudo das mesmas em suas múltiplas formas de paisagem local, as quais obviamente são de conhecimento dos alunos, estabelecendo assim a relação entre o lugar onde vivem e outros. Esses conhecimentos devem ser investigados para que o professor possa criar intervenções significativas que provoquem avanços nas concepções dos alunos.

A observação, a descrição, a representação, a construção de explicações e a utilização de desenhos são recursos que serão utilizados pela Geografia.

O estudo do meio, o trabalho com imagens e a representação dos lugares são recursos didáticos interessantes pelos quais os alunos poderão construir e reconstruir, de maneira cada vez mais ampla e estruturada, as imagens e as percepções que têm da paisagem local, conscientizando – se de seus vínculos afetivos e de identidade com o lugar no qual se encontram inseridos.

O uso de fotografias como recortes instantâneos da realidade e de seus limites precisam ser analisados como documentos. Fotos de época, por exemplo, podem mostrar as transformações de uma rua, de uma cidade ou de espaços maiores sofridas através do tempo.

A leitura e a interpretação de dados estatísticos transformados em gráficos devem fazer parte do cotidiano, pois o aluno precisa saber utilizar esses dados; e além disso, conhecer as instituições que os produzem.

Os jornais, fontes de orientação da opinião pública, são fundamentais para a seleção de temas e problemas a serem estudados, mesmo que não concordemos com as respectivas análises.

O trabalho em grupos, favorece a interação fundamental para a aprendizagem. Com a devida intervenção do professor em sua organização, o trabalho em grupos permite que os alunos mais adiantados ajudem os que têm mais dificuldades. Além disso, propicia a participação de todos, estimulando o diálogo e o debate de idéias diferentes.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO ESPECÍFICOS DA DISCIPLINA

O ideal é que a forma de avaliação seja a mais diversificada possível, envolvendo métodos que avaliem a participação cotidiana e a introjeção dos conceitos e conteúdos pelos alunos. Assim deve – se procurar avaliar buscando compreender o progresso cognitivo dos alunos e a sua produção em um processo contínuo, que não apenas avalia individualmente o aluno, mas também o coletivo. Sendo a avaliação um processo para determinar o desenvolvimento dos alunos, ela deve demonstrar em que momentos e sob que circunstâncias eles se adaptam melhor e onde tem mais dificuldades, servindo, assim como um diagnóstico auxiliar no planejamento das aulas.

Utilizar de representação em linguagem cartográfica das características das paisagens estudadas por meio da confecção de diferentes tipos de mapas, observando a necessidade de indicar a direção, a distância, a proporção para garantir a legibilidade das informações.

Também faz – se uso da leitura e compreensão das informações expressas em linguagem cartográfica e em outras formas de representação do espaço, como fotografias aéreas, plantas, maquetes, entre outras.

O ato de avaliar, por sua constituição mesma, não se destina a um julgamento “definitivo” sobre alguma coisa, pessoa ou situação, pois que não é um ato seletivo. A avaliação se destina ao diagnóstico e, por isso mesmo, à inclusão; destina – se a melhoria do ciclo de vida. Deste modo, por si, é um ato amoroso. Infelizmente, por nossas experiências histórico – sociais e pessoais, temos dificuldades em assim compreendê – la e praticá – la. Mas, fica o convite para todos nós. É uma meta a ser trabalhada, que com o tempo, se transformará em realidade, por meio de nossa ação. Somos responsáveis por esse processo.

BIBLIOGRAFIA

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares para o Ensino –Médio . Geografia.** Versão Preliminar 2008.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – PPP

**COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR FRANCISCO MANOEL DE LIMA
CAMARGO**

PROPOSTA CURRICULAR HISTÓRIA - ENSINO MÉDIO

**TIJUCAS DO SUL
2010**

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

História

A História para os jovens do Ensino Médio possui condições de ampliar conhecimentos introduzidas nas séries anteriores do Ensino Fundamental, contribuindo substantivamente para a construção dos laços de identidade e consolidação da formação da cidadania.

O ensino de História desempenha um papel importante na configuração da identidade, ao incorporar a reflexão sobre a atuação do indivíduo nas suas relações pessoais com o grupo de convívio, suas afetividades, sua participação no coletivo e suas atitudes de compromisso com classes, grupos sociais, culturas, valores e com gerações do passado e do futuro.

A apreensão das noções de tempo histórico em suas diversidades e complexidades pode favorecer a formação do estudante como cidadão, aprendendo a discernir os limites e as possibilidades de sua atuação, na permanência ou na transformação da realidade histórica que vive.

A História enquanto disciplina escolar possui uma longa trajetória, permeada de conflitos e controvérsias na elaboração de seus conteúdos e métodos. Esta análise é indispensável para se compreender sua inserção na cultura escolar.

O processo de transformação da História em disciplina ocorreu na França do século XVIII, na luta pela educação pública e gratuita. Esta História tinha por objetivo a formação da nacionalidade, sob a hegemonia burguesa. No Brasil, desde sua criação como disciplina no século XIX, a História percorreu vários caminhos. Mesmo após a Proclamação da República a tendência marcante era de uma concepção europeizante de conteúdos. Somente a partir de 1960, as escolas começam a incluir em seus programas a História Nacional, com o objetivo marcante da formação da nacionalidade e a exaltação dos “heróis e dos marcos históricos oficiais”.

A partir da Lei 5692/71 foi oficializado o ensino de Estudos Sociais ficando os conteúdos de História destinados somente aos alunos do antigo segundo grau. Esta alteração aliada ao contexto da Ditadura Militar evidenciava uma História cuja concepção e conteúdos continuavam atrelados às concepções tradicionais, dividida em períodos definidos pela ação política.

Essa situação afetou de maneira indelével a qualidade da escola e também do ensino da disciplina. O ensino de Estudos Sociais foi radicalmente

contestado tanto pela academia como pela sociedade organizada, até ser extinto no início dos anos 80.

A partir da década de 1980, a História passa a ser objeto de debates e inúmeros estudos, repercutindo em novas propostas. As reflexões apresentadas neste período apontam para novas abordagens e temáticas, e principalmente, pela crítica a chamada História Tradicional – baseada na seleção de conteúdos europeizantes, nacionalistas e da idéia de que, “saber história”, na prática, representava um ensino mecanicista e memorativo.

Em que pese às inovações, percebemos ainda, algumas permanências deste ensino tradicional, no entanto, aponta-se nas últimas décadas, perspectivas de novos paradigmas teóricos; numa tentativa de incorporação de uma historiografia que atendesse aos temas/desafios mais significativos da sociedade contemporânea.

Dentro deste contexto, surgem o Currículo Básico como uma tentativa de reorganizar, reaproximar a Academia ao ensino desta disciplina. Esta proposta foi pautada na corrente do Materialismo Histórico, indicando alguns elementos da Nova História. Apesar dos avanços desta proposta, estas tentativas não superaram a História linear, cronológica bem como se observou um exagero do enfoque político-econômico da História, dificultando uma perspectiva cultural no tratamento dos conteúdos.

No final da década de 1990, o Paraná incorporou os PCN como referência para a organização curricular das escolas. Nos PCN's, a disciplina de História foi apresentada de forma pragmática, com a função de resolver problemas imediatos e próximos ao aluno, apresentando desta forma, uma visão presentista da História e cujo objetivo era a preparação do indivíduo para o mercado de trabalho. Apesar de algumas inovações para o ensino de História, como novas perspectivas e novas metodologias, a complexidade da proposta e a falta de formação continuada aos professores foram decisivas para o insucesso da implementação.

Com a construção das Diretrizes Curriculares, em 2003, evidenciam-se a diversidade cultural, a inclusão de leis torna obrigatório o ensino de História do Paraná e da História Afro brasileira e africana, bem como a Educação Ambiental. As DCE's possuem como referência os conteúdos estruturantes, entendidos como saberes fundamentais para se entender a História. Estes conteúdos estruturantes, têm como referência teórica as correntes historiográficas da Nova Esquerda Inglesa e da Nova História Cultural, na expressão de seus principais teóricos:

Peter Burke, Carlo Ginzburg, Roger Chartier, Raymond Williams, Eric Hobsbawm, E.P.Thompson, entre outros. Destas diretrizes destaca-se uma concepção de História em que verdades prontas e definitivas não têm lugar a valorização da Cultura e das representações, das diferentes vozes presentes na História da micro-história, da diversificação de documentos (imagens, canções, objetos, etc.) na construção do conhecimento histórico, da história “vista de baixo, da valorização da possibilidade de luta e transformação social”.

Desta forma, ao se apropriar dessas produções e concepções, o ensino de História poderá contribuir para a formação de uma consciência histórica, que segundo Jörn Rüsen, é a “constituição do sentido da experiência no tempo”. Esta consciência permite superar a simples dimensão cultural (a transmissão de um saber) para uma dimensão intelectual (o exercício da razão crítica).

Ensinar História é também, dar aos alunos uma memória comum, que passa pela apropriação de uma cultura comum e criadora de identidade. Esta memória coletiva, alimentadora do passado é fundamental para a formação de um cidadão ativo, consciente e capaz de intervir em sua realidade. Para que esses objetivos sejam alcançados, segundo os DCE's, é necessário que o professor faça uma abordagem dos conteúdos, sob novos métodos de produção do conhecimento histórico e inclua em sua metodologia de trabalho:

- Vários recortes temporais;
 - Uso de problematizações em relação ao passado;
 - Diferentes conceitos de documentos;
 - Possibilitar condições para o aluno pensar historicamente.
-

OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

A História tem como **objeto** de estudos os processos históricos relativos às ações e às relações humanas praticadas no tempo, bem como os sentidos que os sujeitos deram às mesmas, tendo ou não consciência dessas ações. Já as relações humanas produzidas por estas ações podem ser definidas como estruturas sócio-históricas, ou seja, são as formas de agir, de pensar ou de raciocinar, de representar, de imaginar, de instituir, portanto, de se relacionar social, cultural e politicamente.

As relações condicionam os limites e as possibilidades das ações dos sujeitos de modo a demarcar como estes podem transformar constantemente as estruturas sócio-históricas. Mesmo condicionadas, as ações dos sujeitos permitem espaços para suas escolhas e projetos de futuro. Deve-se considerar também como objeto de estudos, as relações dos seres humanos com os fenômenos naturais, tais como as condições geográficas, físicas e biológicas de uma determinada época e local, os quais também se conformam a partir das ações humanas.

A **finalidade** da História é expressa no processo de produção do conhecimento humano sob a forma da consciência histórica dos sujeitos. É voltada para a interpretação dos sentidos do pensar histórico dos mesmos, por meio da compreensão da provisoriedade deste conhecimento. Esta provisoriedade não significa relativismo teórico, mas que, além de existirem várias explicações e/ou interpretações para um determinado fato, algumas delas são mais válidas historiograficamente do que outras. Esta validade é constituída pelo estado atual da ciência histórica em relação ao seu objeto e a seu método. O conhecimento histórico possui formas diferentes de explicar seu objeto de investigação, construídas a partir das experiências dos sujeitos.

CONTEÚDOS

1º ANO

Conteúdos estruturantes : Trabalho, cultura e poder

Conteúdos específicos:

Ofício do historiador

Trabalho indígena;

Trabalho na colônia;

Trabalho na antiguidade;

Trabalho medieval;

Revolução industrial;

Trabalho no Paraná;

2º ANO

Conteúdos estruturantes : Trabalho, Cultura e poder

Conteúdos específicos:

Cultura e cidadania no Brasil Império;

Imigração no Paraná e influencias étnico – culturais;

Cultura popular e erudita;

Movimentos culturais da juventude;

Contracultura;

Cultura Greco – Romana;

Cultura medieval;

Renascimento;

Cultura africana ;

3º ANO

Conteúdos estruturantes: Trabalho, Cultura e Poder

Conteúdos específicos:

Queda do Império Romano;

Cruzadas;

Relações de poder no início da república brasileira;

Paraná;

Iluminismo;

Revolução francesa;

Imperialismo na Ásia e na África;

Revolução Russa;

Primeira Guerra Mundial;

Período entre Guerras;

Nazismo e Fascismo;

Segunda Guerra Mundial;

Guerra Fria;

Ditaduras Militares;

Oriente Médio – Conflitos;

Relações de poder na atualidades;

METODOLOGIA

A problematização de situações relacionadas as dimensões econômico – social, política e cultural leva a seleção de objetos históricos. Esses objetos são as ações e relações humanas no tempo, ou seja, articulam – se aos conteúdos estruturantes propostos neste documento: as relações de trabalho, as relações de poder e as relações culturais. Para abordar esses conteúdos estruturantes torna – se necessário que se proponha recortes espaço – temporais e conceituais à luz da historiografia de referência. Estes recortes se constituem nos conteúdos específicos (tais como: conceitos, acontecimentos, processos, entre outros) a serem estudados pelos alunos do Ensino Médio. O professor ao elaborar o problema e selecionar o conteúdo estruturante que melhor responde a problemática, constitui o tema. E este se desdobra nos conteúdos específicos que fundamentam a resposta para problemática.

Assim, propõem – se como encaminhamento metodológico que os conteúdos estruturantes da disciplina de história sejam abordados através de temas, na compreensão de que não é possível representar o passado em todo sua complexidade. O historiador Ivo Mattozzi (2004) estabeleceu uma metodologia para estudar um tema observando três dimensões.

Primeiramente deve – se focalizar o acontecimento, processo ou sujeito que se quer representar do ponto de vista da historiografia. Em segundo lugar, delimitar o tema histórico em um período bem definido demarcado referencias temporais fixas e estabelecer uma separação entre seu inicio e o seu final. Por fim, os professores e alunos definem um espaço ou território de observação do conteúdo tematizado. O que delimita esta demarcação espaço - temporal é a historiografia especifica escolhida e os documentos históricos disponíveis. Além dessas três dimensões, faz necessário instituir um sentido a seleção temática realizada, o qual é dado pela problematização.

Para o didata da História Ivo Mattozzi (2004), depois de selecionado o tema, o professor se utilizará de três formas para construir uma narrativa histórica, sendo elas: **Narração**: é uma “ forma de discurso” na qual o professor e o aluno ordenam os fatos históricos que se sucederam em um “ período de tempo”. Esta reconstrução representa o processo histórico relativo as mudanças e transformações por meio de acontecimentos que levem de um contexto inicial a um final. **Descrição**:é a forma de representar um contexto histórico. Ela é utilizada para representar as permanências que ocorrem entre diferentes

contextos históricos. Esta descrição permite também a utilização de narrações como exemplos ou provas da descrição do contexto histórico abordado. **Argumentação, Explicação e Problematização:** a problematização fundamenta a explicação e a argumentação histórica. Diante disso, a narrativa histórica é a construção uma resposta para a problemática focalizada. A explicação é a busca das causas e origens de determinadas ações e relações humanas e a argumentação é a resposta dada a problemática, a qual é construída através da narração e da descrição.

Dentro dessa concepção, o uso de documentos em sala de aula proporciona a produção de conhecimento histórico quando usado como fonte na qual bancam-se respostas para as problematizações anteriormente formuladas. Assim, os documentos permitem a criação de conceitos sobre o passado e o questionamento dos conceitos já construídos.

O trabalho com diferentes documentos requer que o professor tenha conhecimento sobre a especificidade de sua linguagem e sobre a sua natureza, bem como os limites e possibilidades que o trato pedagógico de cada documento apresenta.

As imagens, livros, jornais, histórias em quadrinhos, fotografias, pinturas, gravuras, museus, filmes, músicas, etc. são documentos que podem ser transformados em materiais didáticos de grande valia na constituição de conhecimentos histórico.

Os documentos acima citados podem ser utilizados de diferentes maneiras em sala de aula, como exemplificam Schimidt e Cainelli (2004): na elaboração de biografias, confecção de dossiê, representação de danças folclóricas, exposição de objetos sobre o passado que esteja no alcance do aluno, com a descrição de cada objeto exposto e o contexto em que os mesmos foram produzidos e estabelecer relações entre as fontes.

A proposta da seleção de temas é também pautada em relações interdisciplinares considerando que é na disciplina, no caso a História, que ocorre a articulação dos conceitos e metodologias entre as diversas áreas do conhecimento. Assim, narrativas, imagens, sons, etc. de outras disciplinas relacionadas devem ser tratadas como documentos a ser abordados historiograficamente.

AVALIAÇÃO

A avaliação proposta tem como objetivo superar a avaliação classificatória. Diante disso, propõem – se para o ensino de História uma avaliação formal, processual, continuada e diagnóstica. A avaliação deve estar contemplada no planejamento do professor e ser registrada de maneira formal e criteriosa.

O acompanhamento do processo ensino – aprendizagem tem como finalidade principal dar uma resposta ao professor e ao aluno sobre o desenvolvimento desse processo e, assim, permite refletir sobre o método de trabalho utilizado pelo professor, possibilitando o redimensionando desde, caso seja necessário. A avaliação não deve ser realizada em momentos separados do processo de ensino – aprendizagem. O professor deve acompanhar o processo, percebendo o quanto cada educando desenvolveu na apropriação do conhecimento histórico.

Ao longo do Ensino Médio o aluno deverá entender que as relações de trabalho, as relações de poder e as relações culturais, as quais se articulam e constituem o processo histórico. E compreender que o estudo do passado se realiza a partir de questionamentos feitos no presente por meio da análise de diferentes documentos históricos.

O aluno deverá compreender como se encontram as relações de trabalho no mundo contemporâneo como estas se configuram e como o mundo do trabalho se constituem em diferentes períodos históricos, considerando os conflitos inerentes às relações de trabalho.

No que diz respeito as relações de poder o aluno deve compreender que estas encontram – se em todos os espaços sociais e também deve identificar, localizar as arenas decisórias e os mecanismos que os constituíram.

E ainda, quanto as relações culturais, o aluno deverá reconhecer a si e aos outros como construtores de uma cultura comum, compreendendo a especificidade de cada sociedade e as relações entre elas. O aluno deverá entender como se constituíram as experiências culturais dos sujeitos ao longo do tempo e detectar as permanências e as mudanças nas diversas tradições e costumes sociais.

A avaliação no ensino de História deve considerar três aspectos importantes: a apropriação de conceitos históricos e o aprendizado dos conteúdos estruturantes e os específicos. Esses três aspectos são entendidos como complementares e indissociáveis. Para tanto, o professor deve se utilizar de diferentes atividades como: leitura, interpretação e análise de textos historiográficos, mapas e documentos históricos; produção de narrativas históricas, pesquisas bibliográficas, sistematização de conceitos históricos, apresentação de seminários, entre outras.

BIBLIOGRAFIA

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio – História.** Versão Preliminar 2008.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – PPP

BITTENCOURT, Maria Circe. **Ensino de história:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

BOBBIO, Norberto; **MATTEUCCI,** Nicola; **PASQUINO,** Gianfranco. **Dicionário de política.** São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história:** novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion; **VAINFAS,** Ronaldo (orgs.). **Domínios da história.** Campinas: Campus, 1997.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes:** o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GIROUX, Henry. **Os professores como intelectuais.** Porto Alegre: Artmed, 1997.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A era dos extremos:** o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A era do capital:** 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. **A era das revoluções:** 1789-1845. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005a.

_____. **A era dos impérios:** 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005b.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LE GOFF, Jacques e **NORA,** Pierre (orgs.). **História:** novos problemas. Rio de

Janeiro: Francisco Alves, 1979.

_____. **História: novos objetos.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

_____. **História: novas abordagens.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

LLOYD, Christopher. As estruturas da história. São Paulo: Zahar, 1995.

THOMSON, Edward P. Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. v. 1.

WILLIAMS, Raymond. La larga revolución. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003. **ica do estado do Paraná.** Curitiba: SEED, 1990.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. As escolas históricas. Lisboa: Publicações Europa-América, 1990.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989.

BRASIL. Secretaria de Educação Infantil e Fundamental. **Guia de livros didáticos**

2005: história. Brasília: MEC/SEIF, 2004, v.5.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a**

educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana. Brasília: MEC/Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2004.

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

BURGUIÈRE, André. Dicionário das ciências históricas. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

BURKE, Peter. O que é história cultural? Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 97-113, 1994.

CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tábula rasa do passado?** São Paulo: Ática, 1995.

DUBY, Georges. **Guerreiros e camponeses: os primórdios do crescimento econômico europeu séc. VII – XII**. Lisboa : Estampa, 1993.

_____. **O domingo de Bouvines: 27 de julho de 1214**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **A arqueologia do saber**. São Paulo: Forense Universitária, 2004a.

_____. **A microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2004b.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. 47. ed. [s.l.]: Global, 2003.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

HILL, Christopher. **O eleito de Deus**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **O mundo de ponta cabeça**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

HOBBSBAWM, Eric J. **Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre a história operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000b.

HOBBSBAWM, Eric; **RANGER**, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEBRUN, Gérard. **O que é poder**. São Paulo: Brasiliense.2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1992

RÜSEN, Jörn. Conscientização histórica frente à pós-modernidade: a História na era da “nova intransparência”. **História: Questões e Debates**. Curitiba, v.10, n.18/19, jun./dez. 1989.

SAVIANI, Nereide. **Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico**. Campinas: Autores Associados, 2000.

THOMSON, Edward P. **Tradicón, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial**. 2. ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

_____. **Senhores e caçadores: a origem da lei negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002a. v. 2.

_____. **A formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002b. v. 3.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro. Zahar,1979.

_____. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

**COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR FRANCISCO MANOEL DE LIMA
CAMARGO**

PROPOSTA CURRICULAR LÍNGUA PORTUGUESA - ENSINO MÉDIO

**TIJUCAS DO SUL
2010**

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Pensar o ensino da Língua e da Literatura implica pensar também as diferenças e contradições do quadro complexo da contemporaneidade. A rapidez das mudanças ocorridas no meio social e as inúmeras relações de poder presentes nas teias discursivas, que atravessam o campo social, constituindo-o e ao mesmo tempo sendo por ele constituídas, requerem do professor uma percepção crítica cujo horizonte é a mudança de posicionamento em sua ação pedagógica. Sob essa perspectiva, os fundamentos que alicerçam a discussão sobre o ensino de Língua e Literatura requerem novos posicionamentos em relação às práticas de ensino, seja pela discussão dessas práticas, seja pelo envolvimento direto dos professores na construção de alternativas.

É importante pensar o ensino da Língua Portuguesa a partir de propostas interativas de Língua/Linguagem, consideradas em um processo discursivo de construção do pensamento simbólico, constitutivo de cada aluno em particular e da sociedade em geral. Na linguagem, o homem se reconhece humano, interage e troca experiências, compreende a realidade em que está inserido e percebe seu papel como participante da sociedade.

Toda reflexão com e sobre a Língua, então, somente tem sentido se considerar, como ponto de partida, a dimensão discursiva da linguagem, uma vez que, segundo Bakhtin (1997 *apud* PARANÁ, 2006, p. 22), tudo o que se diz ou se escreve, ou seja, o enunciado ou o discurso se realizam em momentos interativos. Na escola, é preciso garantir o uso ético e estético da linguagem verbal, compreender que pela linguagem é possível transformar, reiterar o social, o cultural, o pessoal; aceitar a complexidade humana, o respeito pelas falas como parte das vozes possíveis e necessárias para o desenvolvimento humano.

Dessa forma, ao assumirmos nesta proposta curricular de ensino, a concepção de Língua como prática discursiva que se efetiva nas diferentes instâncias sociais, o objeto de estudo da disciplina é a *Língua* e o *Conteúdo Estruturante*, portanto, é o discurso enquanto prática social.

A concepção teórico-metodológica que adotamos para o ensino da Língua Portuguesa considera o processo dinâmico e histórico dos agentes da interação verbal, tanto na constituição da linguagem quanto dos sujeitos que por meio dela interagem, e leva em conta a dimensão dialógica, discursiva da linguagem, presente em atividades que possibilitem aos alunos e professores,

experiências reais de uso da língua. Entendemos que pela disciplina de Língua Portuguesa, o domínio discursivo na oralidade, na leitura e na escrita se constitui um instrumento de desvelamento da realidade, de situações e desafios contra as estruturas sociais, em relação ao pensamento e às práticas de linguagem imprescindíveis ao convívio social.

1. 2 Histórico da disciplina

A disciplina de Língua Portuguesa passou a integrar os currículos brasileiros somente nas últimas décadas do século XIX, depois de já muito organizado o sistema de ensino.

Na época do Brasil colônia, não havia uma educação em moldes institucionais e sim a partir de práticas restritas à alfabetização, determinadas mais pelo caráter político-social e de organização e controle de classes do que pelo pedagógico. Depois de institucionalizada a disciplina de Língua Portuguesa, as primeiras práticas do ensino moldavam-se ao ensino do latim, um ensino eloqüente, retórico, imitativo, elitista e ornamental, voltado para os poucos que tinham acesso a um estudo mais prolongado.

Em meados do século XVIII, o Marquês de Pombal tornava obrigatório o ensino de Língua Portuguesa em Portugal e no Brasil. Em 1837, o estudo da Língua Portuguesa foi incluído no currículo sob as formas das disciplinas Gramática, Retórica e Poética, abrangendo, esta última, a Literatura. Somente no século XIX, o conteúdo gramatical ganhou a denominação de Português e, em 1871 foi criado, no Brasil, por decreto imperial, o cargo de Professor de Português.

O ensino de Língua Portuguesa manteve a sua característica elitista até meados do século XX e, com o processo de democratização, com a ampliação de vagas, a partir de 1967 (FREDERICO E OSAKABE 2004 *apud* PARANÁ, 2006, p. 16), adotou propostas que levaram em conta as novas necessidades trazidas pelos alunos para o espaço escolar, ou seja, a presença de registros lingüísticos e padrões culturais diferentes do até então admitidos na escola.

No governo de Getúlio Vargas, institucionalizou-se a vinculação da educação com a industrialização. A Lei n. 5692/71 dispunha que o ensino deveria estar voltado à qualificação para o trabalho e, desse vínculo, decorreu a instituição de uma pedagogia tecnicista que, na Língua Portuguesa, estava pautada nas teorias da comunicação, com um viés mais pragmático e utilitário do que com o aprimoramento das capacidades lingüísticas do falante. Ainda, com essa lei, a disciplina de Português passou a denominar-se, no Ensino Fundamental, Comunicação e Expressão (nas quatro primeiras séries) e Comunicação em Língua Portuguesa (nas quatro últimas séries), apoiando-se, principalmente, nos estudos de Jakobson, referentes à teoria da comunicação, embora na prática das salas de aula o normativismo continuasse a ter predominância. Durante a década de 1970 e até os primeiros anos da década de 1980, o ensino de Língua Portuguesa passou a se pautar, então, em exercícios estruturais, técnicas de redação e treinamento das habilidades de leitura.

No que se refere ao ensino da Literatura, até meados do século XX, vigorou a predominância do cânone, baseado na Antigüidade Clássica, quando o principal instrumento do trabalho pedagógico eram as antologias literárias. Até as décadas de 1960-70, a leitura do texto literário, no ensino primário e ginásial, transmitia a norma culta da língua, com base em exercícios gramaticais e estratégias para inculcar valores religiosos, morais e cívicos. A partir da década de 1970, o ensino de Literatura restringiu-se ao então segundo grau, com abordagens estruturalistas ou historiográficas do texto literário.

A partir da década de 1980, os estudos lingüísticos mobilizaram os professores para a discussão e o repensar sobre o ensino de língua materna e para a reflexão sobre o trabalho realizado em sala de aula. Tais reflexões e discussões fizeram-se presentes nos programas de reestruturação do Ensino de 2º Grau, de 1988, e do Currículo Básico de 1990. Já no que diz respeito ao ensino de Literatura indicava a necessidade de superação de historiografia literária.

Na década de 1990, a proposta do Currículo Básico do Paraná, fundamentou-se em pressupostos coerentes com a concepção dialógica e social da linguagem delineada a partir de Bakhtin, para fazer frente ao ensino tradicional. Já no final da década de 1990, os Parâmetros Curriculares Nacionais fundamentaram a proposta da disciplina de Língua Portuguesa nas concepções interacionistas ou discursivas, propondo uma reflexão acerca dos usos da linguagem oral e escrita. No entanto, tendem a diluir a abordagem dessa

concepção com a introdução de conceitos poucos reconhecidos pelos professores, como por exemplo, *habilidades* e *competências*, termos que desvelam a vinculação do currículo ao mercado de trabalho.

Assim, o ensino de Língua e Literatura requer novos posicionamentos em relação às práticas de ensino, seja pela discussão crítica dessas práticas, seja pelo envolvimento direto dos professores na construção de alternativas que possibilitem cada vez mais o desenvolvimento de propostas educacionais relativas à linguagem e seu uso.

1.3 Objetivos da disciplina

Objetivo geral:

Preparar o aluno para lidar com a língua oral ou escrita em diferentes situações de uso e manifestações, como condição para torná-lo capaz de enfrentar as contradições sociais em que está inserido e para a afirmação de sua cidadania, como sujeito singular ou coletivo.

Objetivos específicos:

- empregar a língua oral em diferentes situações de uso, saber adequá-la a cada contexto e interlocutor, reconhecer as intenções implícitas nos discursos do cotidiano e propiciar a possibilidade de um posicionamento diante deles;
- desenvolver o uso da língua escrita em situações discursivas por meio de práticas sociais que considerem os interlocutores, seus objetivos, o assunto tratado, os gêneros e suportes textuais, além do contexto de produção;
- analisar os textos produzidos, lidos e/ou ouvidos, possibilitando que o aluno amplie seus conhecimentos lingüístico-discursivos;
- aprofundar, por meio da leitura de textos literários, a capacidade de pensamento crítico e a sensibilidade estética, permitindo a expansão lúdica da oralidade, da leitura e da escrita;

- aprimorar os conhecimentos lingüísticos, de maneira a propiciar acesso às ferramentas de expressão e compreensão de processos discursivos, proporcionando ao aluno condições para adequar a linguagem aos diferentes contextos sociais;
- confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes linguagens e suas manifestações específicas;
- respeitar e preservar as diferentes manifestações da linguagem utilizadas por diferentes grupos sociais.

METODOLOGIA DA DISCIPLINA

Pode-se dizer que todas as atividades desenvolvidas em sala de aula são resultantes de uma opção metodológica e esta, por sua vez, está sempre articulada a uma determinada visão que temos sobre linguagem.

Nesta proposta curricular, adotamos a concepção dialógica de Língua/Texto, que vai ao encontro dos fundamentos teórico-metodológicos apresentados pelas Diretrizes Curriculares de Língua Portuguesa do Estado do Paraná. Entendemos que a linguagem é concebida como fruto da interação humana, e que o aluno é sujeito de um processo histórico, social, detentor de um repertório lingüístico que precisa ser levado em conta na busca da ampliação de sua competência comunicativa.

Assim, consideramos importante desenvolver em sala de aula atividades que aprimorem as possibilidades do domínio discursivo da oralidade, da leitura e da escrita, a fim de que o aluno se instrumentalize para desvendar a realidade e os desafios da vida em sociedade. Portanto, propomos:

Quanto à prática da oralidade - atividades que ofereçam condições ao aluno de falar com fluência em situações formais, adequando a linguagem conforme as circunstâncias (interlocutores, assunto e intenções), aproveitando os recursos expressivos da língua e, principalmente, praticando e aprendendo a convivência democrática, tanto pelo direito à expressão quanto pelo reconhecimento do mesmo direito ao outro (FARACO 1988 *apud* PARANÁ, 2006, p. 31).

Quanto à prática da leitura: atividades que privilegiem o contato do aluno com textos de gêneros variados, propiciando a esse aluno o

desenvolvimento de uma atitude crítica que o leve a perceber o sujeito presente nos textos, assim como, os implícitos, os pressupostos e as ideologias. É importante que o aluno se familiarize com diferentes textos produzidos em diferentes práticas sociais, estilos e épocas. Também a leitura não estará vinculada somente aos textos verbais, mas ainda aos textos não-verbais, uma vez que, a leitura pode extrapolar o lingüístico e se estender à leitura de situações, de imagens, de um contexto.

Quanto à prática da escrita: atividades que observem a noção de interlocutor, o qual condicionará parte da linguagem, o assunto e a maneira de expô-lo. Também, que levem em consideração as diferenças entre a linguagem oral e escrita, exigindo-se na escrita a unidade temática e a coesão entre as partes, a concisão, além do respeito à apresentação formal. Esses elementos da escrita poderão ser trabalhados a partir de textos produzidos pelos próprios alunos, podendo, tais textos serem reestruturados, apontando-se as estratégias utilizadas em sua elaboração, julgando o nível de clareza, a partir da coerência e da argumentação das idéias. Destacam-se, então, as atividades que levem o aluno a ampliar sua capacidade discursiva em atividade de uso da língua, que explorem, por exemplo, a argumentação, a situacionalidade, a intertextualidade, a informatividade, a referenciação, a concordância, a formalidade e a informalidade que podem estar presentes nos textos.

É preciso dizer que o cerne de nosso ensino vai se constituir no trabalho com o texto. Este entendido como um material verbal (ou não-verbal), produto de uma determinada visão de mundo, de uma intenção e de um momento de produção, constituído a partir de procedimentos de coesão e

coerência e que, produzido com intenções comunicativas, organiza-se em diferentes gêneros.

Estamos a todo tempo rodeados por gêneros textuais diversos, locais por onde perpassam as práticas de linguagem, as trocas de saberes, numa interlocução viva; portanto, nas aulas de Língua Portuguesa será privilegiado o trabalho com os diferentes gêneros textuais², nos diversos níveis de ensino, sendo que tais gêneros determinarão o desdobramento dos conteúdos específicos a serem enfocados, os textos que serão trabalhados, as análises lingüísticas e as produções textuais a serem realizadas, a fim de que, por meio do uso concreto da Língua, os alunos compreendam os fundamentos dos gêneros textuais, apropriando-se de suas peculiaridades, o que facilita o domínio que deverá ter sobre eles.

Propomos como forma de trabalho com gêneros textuais a seqüência didática proposta por Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004). Tais seqüências compreendem um conjunto de ações envolvendo a leitura, a escrita e a análise lingüística, o que possibilita um estudo amplo e ao mesmo tempo profundo desses três aspectos que envolvem o ensino-aprendizagem de Língua.

Ao trabalharmos um determinado gênero, iniciaremos pela *apresentação da situação de produção*, cujo estágio tem a finalidade de apresentar aos alunos uma representação da situação de comunicação e da atividade de linguagem a ser executada (os alunos entram em contato com o gênero e estudam sua caracterização, determinam o interlocutor do texto, a forma de produção, os conteúdos veiculados pelo texto). Depois, na *produção inicial* os alunos elaboram um primeiro texto do gênero em questão. Essa produção inicial servirá para que realizemos um diagnóstico útil para o

² Apesar de pretendermos focar diversos gêneros textuais em todas as séries, atendendo inclusive às necessidades do grupo de alunos em questão, procuraremos destacar alguns gêneros, obedecendo a uma seqüência de trabalho. Assim, priorizaremos nas séries iniciais (5ª e 6ª séries) as seqüências de descrever ações, relatar e narrar, e nas séries finais do Ensino Fundamental e durante o Ensino Médio as seqüências de expor e argumentar.

planejamento dos procedimentos seguintes. A partir do diagnóstico realizado, planejaremos *módulos* de atividades de leitura e de análise lingüística que contemplem os problemas presentes na produção inicial, com o objetivo de levar os alunos a desenvolver capacidades de linguagem que lhes permitam ler e produzir um determinado gênero de forma eficaz. Para tanto, poderão ser trabalhadas questões relativas à adequação ao gênero, à argumentação, à paragrafação, à clareza de idéias, coesão e coerência textuais, sinonímia, expressividade e função de algumas classes de palavras, pontuação, recursos gráficos, acentuação, concordância verbo-nominal, ortografia etc. Por último, na *produção final*, esperamos que os alunos demonstrem os conhecimentos construídos nas atividades realizadas no decorrer da seqüência didática, permitindo assim analisarmos os progressos referentes à produção inicial e avaliarmos o desempenho dos alunos na última produção.

O planejamento da seqüência didática ocorre a partir das necessidades do aluno, e caracteriza-se pela flexibilidade ao longo da execução da seqüência. Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004) destacam que o objetivo da seqüência didática é permitir ao aluno o acesso e o domínio de novas práticas de linguagem, práticas estas que se materializam nos mais diversos gêneros textuais.

Trabalhar a língua materna com os alunos significa estabelecer parcerias em sala de aula, dar-lhes voz, escutar o que eles têm a dizer, em experiências concretas de uso da Língua. Portanto, a sala de aula precisa ser um espaço privilegiado de intenções e aprendizado, que promova o contato dos alunos com os diferentes gêneros textuais, cabendo ao professor fazer uso dos diferentes suportes onde os gêneros circulam, tais como: internet, telas, tevê, rádio, cinema, teatro, músicas, propagandas, jornais, revistas e outros. Consideramos importante também utilizar os variados meios didáticos de que dispomos para que o trabalho se efetive, como por exemplo, TV pendrive, mídias impressas, softwares educacionais, aparelhos de DVD, retro-projetores, data-show, laboratório de informática e biblioteca.

No que se refere ao ensino da literatura nas aulas de Língua Portuguesa, no Ensino Médio, consideramos imprescindível realizar um constante paralelo entre a produção literária e a realidade cultural e social contemporânea, pois o texto literário não importa apenas enquanto fragmento de uma escola literária ou estilo de época e sim como uma linguagem entre tantas outras, que permite o entrelaçamento entre o texto e o contexto. É possível avançar em uma prática que ofereça a oportunidade de abrir a literatura de sua

dimensão disciplinar e linear para uma direção extra-disciplinar, aumentando o potencial expressivo do aluno, ajudando-o a entender, a construir e a perceber as intenções inerentes ao texto.

Entendemos ser necessário a realização de um trabalho que instigue o aluno a fazer relações entre o texto e o contexto, tendo sempre em vista o presente da leitura e as múltiplas possibilidades de construção do significado a partir desse instante. Também destacamos a importância de demonstrar os possíveis diálogos entre textos, o trabalho literário existente por trás dos textos, as facetas de poder e de hegemonia discursiva neles existentes. Para tanto, as aulas de Língua Portuguesa poderão partir de textos integrais selecionados pelo professor, assim como, de textos sugeridos pelos alunos, visando à reflexão, ao aprimoramento do pensar e de suas habilidades de falar, ouvir, ler e escrever.

Consideramos ainda importante explicitar como será desenvolvido o trabalho referente à Lei n. 11.645, sancionada no dia 10 de março de 2008, pelo Presidente da República, Luis Inácio da Silva, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para inserir, ao lado da obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, a temática da “História e Cultura Indígena”; à Lei n. 13.381/01, que torna obrigatório, no Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública Estadual do Paraná, os conteúdos de História do Paraná e, à Lei n. 9.795/99 que dispõe sobre a educação ambiental.

Em consonância com as leis citadas no parágrafo anterior, propomos o trabalho com textos escolhidos a partir da realidade dos alunos, que permitam tecer relações entre os temas abordados e o cotidiano deles. O desenvolvimento das atividades enfatizará a leitura e a discussão de textos para o seu entendimento, o debate de idéias e a produção final de outros textos utilizando linguagens variadas, bem como a utilização correta dos códigos lingüísticos. Destacamos ainda, outras atividades que poderão atender aos temas em questão, como, concurso de poesias, filmes, confecção de cartazes e murais, estudo de determinados autores e artistas, apresentação de danças típicas e outras, não se descartando a importância da integração entre a disciplina de Língua Portuguesa e demais disciplinas escolares a fim de que os alunos percebam a inter-relação entre os conteúdos e a realidade, e compreendam a relevância da consciência cultural, dos aspectos étnicos, sociais e culturais como agentes formadores da cultura brasileira.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DA DISCIPLINA

1ª série do Ensino Médio

<p>CONTEÚDO ESTRUTURANTE</p>	<p>CONTEÚDOS BÁSICOS</p>	<p>ABORDAGEM TEÓRICO- METODOLÓGIC A</p>	<p>AVALIAÇÃO</p>
<p>DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL</p>	<p>LEITURA</p> <p>a- Identificação das idéias básicas apresentadas nos textos</p> <p>b- Reconhecimento de suas especificidades, aquisição de fluência, entonação e ritmo, percebendo o valor expressivo do texto e dos sinais de pontuação</p> <p>c- Leitura e identificação de textos literários e não literários</p> <p>d- Leitura de textos verbais e não verbais</p> <p>e- Contexto de produção da obra</p>	<p>a- Práticas de leitura de textos de diferentes gêneros (poema, conto, fábula, crônica, textos dramáticos...)</p> <p>b- Discussão sobre: finalidade do texto, fonte, interlocutor...</p> <p>c- Identificar marcas lingüísticas (formal e não formal)</p> <p>d- Ler gêneros que contemplem os diversos movimentos literários (Barroco, Arcadismo, Classicismo...)</p>	<p>Espera-se que o aluno:</p> <p>a- Identifique o tema e a finalidade do texto</p> <p>b- Reconheça diferentes formas de tratar uma informação na comparação de textos que tratam do mesmo tema, considerando as condições de produção e recepção</p> <p>c- Identifique informações explícitas e implícitas nos textos</p> <p>d- Estabeleça relações entre os</p>

	<p>literária</p> <p>f- Estética do texto literário</p> <p>g- Diálogo da literatura com outras áreas</p>		<p>diferentes textos</p>
	<p>ORALIDADE</p> <p>a- Adequação ao gênero:</p> <ul style="list-style-type: none"> - conteúdo temático - elementos composicionais - marcas lingüísticas <p>b- Variedades lingüísticas</p> <p>c- Intencionalidade do texto do locutor e do interlocutor:</p> <ul style="list-style-type: none"> - participação 	<p>a- Apresentação de textos produzidos pelos alunos</p> <p>b- Dramatização de textos</p> <p>c- Narração de fatos reais ou fictícios</p> <p>d- Seleção de discurso de outros, como: filme, entrevista, cena de novela/programa, debate, mesa redonda, reportagem</p> <p>e- Análise dos recursos próprios da</p>	<p>Espera-se que o aluno:</p> <p>a- Utilize seu discurso de acordo com a situação de produção (formal ou informal)</p> <p>b- Reconheça as intenções dos discursos do outro</p> <p>c- Elabore argumentos convincentes para defender suas idéias</p> <p>d- Identifique as marcas lingüísticas que</p>

	<p>cooperação</p> <p>- turnos de fala</p> <p>e- Particularidades de pronúncia de algumas palavras</p> <p>f- Procedimentos e marcas lingüísticas típicas da conversação (entonação, repetições, pausas...)</p> <p>g- Finalidade do texto oral</p> <p>h- Materialidade fônica dos textos poéticos.</p>	<p>oralidade</p> <p>f- Orientação sobre o contexto social de uso do gênero trabalhado</p>	<p>evidenciam o locutor e o interlocutor de um texto oral</p>
	<p style="text-align: center;">ESCRITA</p> <p>a- Adequação ao gênero:</p> <p>- conteúdo temático</p> <p>- elementos composicionais</p> <p>- marcas lingüísticas</p>	<p>a- Discussão sobre o tema a ser produzido</p> <p>b- Seleção do gênero, finalidade, interlocutores</p> <p>c- Orientação sobre o contexto social de uso do gênero trabalhado</p>	<p>Espera-se que o aluno:</p> <p>a- Produza textos atendendo às circunstâncias de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...)</p> <p>b- Adeque a</p>

	<p>b- Argumentação</p> <p>c- Coesão e coerência textual</p> <p>d- Finalidade do texto</p> <p>e- Paráfrase de texto</p> <p>e- Paragrafação</p> <p>f- Resumos</p> <p>g- Diálogos textuais</p> <p>h- Refacção textual</p> <p>i- i- Reconhecimento das diferentes estruturas textuais</p> <p>j- j- Desenvolvimento da clareza, coesão, coerência, concisão e argumentação na escrita</p> <p>k- l- Produção de textos utilizando os padrões da escrita, observando regularidades lingüísticas e ortográficas</p>	<p>d- Produção textual</p> <p>e- Revisão textual</p> <p>f- Reestrutura e reescrita textual</p>	<p>linguagem de acordo com o contexto exigido: formal ou informal</p> <p>c- Elabore argumentos consistentes</p> <p>d- Produza textos respeitando o tema</p> <p>e- Estabeleça relações entre partes do texto, identificando repetições ou substituições</p> <p>d- Estabeleça relação entre a tese e os argumentos elaborados para sustentá-la</p>
--	---	--	--

	<p>ANÁLISE LINGÜÍSTICA perpassando as práticas de leitura, escrita e oralidade:</p> <p>a- Conotação e denotação</p> <p>b- Figuras de pensamento e linguagem</p> <p>c- Vícios de linguagem</p> <p>d- Discurso direto e indireto</p> <p>e- A pontuação e seus efeitos de sentido</p> <p>f- Origem da língua portuguesa</p> <p>g- Estrutura das palavras</p> <p>h- Noções de versificação</p> <p>i- Recursos gráficos: aspas, travessão, negrito, hífen, itálico</p> <p>j- Operadores argumentativos</p>	<p>a- Estudo dos conhecimentos lingüísticos a partir:</p> <p>- de gêneros selecionados para leitura ou escuta</p> <p>- de textos produzidos pelos alunos</p> <p>- das dificuldades apresentadas pela turma</p>	<p>Espera-se que o aluno:</p> <p>a- Distinga o sentido metafórico do literal nos textos orais e escritos</p> <p>b- Utilize adequadamente, recursos lingüísticos, como o uso da pontuação, do artigo, dos pronomes...</p> <p>c- Identifique marcas de coloquialidade em textos que usam a variação lingüística como recurso estilístico</p> <p>d- Estabeleça relações semânticas entre as partes do texto (de causa, de tempo, de comparação...)</p>

			<p>e- Reconheça a relação lógico-discursiva estabelecida por conjunções e preposições argumentativas</p> <p>f- Amplie o horizonte de expectativas</p>
--	--	--	---

SUGESTÕES DE GÊNEROS DISCURSIVOS PARA O ENSINO MÉDIO: textos dramáticos, romance, novela, crônica, conto, poema, fábulas, diários, biografia, debate regrado, artigos de opinião, editorial, classificados, notícia, reportagem, entrevista, anúncio, carta de leitor, carta ao leitor, carta de reclamação, resumo, resenha, relatório científico, dissertação escolar, seminário, conferência, palestra, pesquisa e defesa de trabalho acadêmico, mesa redonda, instruções, leis, estatutos, lendas, mitos, piadas, histórias de humor, tiras, cartum, charge, caricaturas, paródia, propagandas, placas, *outdoor*, *chats*, *e-mail*, *folder*, *blogs*, *fotoblog*, *orkut*, fotos, pinturas, esculturas, debate, depoimento, folhetos, mapas, horóscopo, provérbios, e outros...

2ª série do Ensino Médio

<p>CONTEÚDO ESTRUTURANTE</p>	<p>CONTEÚDOS BÁSICOS</p>	<p>ABORDAGEM TEÓRICO- METODOLÓGIC A</p>	<p>AVALIAÇÃO</p>
<p>DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL</p>	<p>LEITURA</p> <p>a- Identificação das idéias básicas apresentadas nos textos</p> <p>b- Reconhecimento de suas especificidades, aquisição de fluência, entonação e ritmo, percebendo o valor expressivo do texto e dos sinais de pontuação</p> <p>c- Contexto de produção da obra literária</p> <p>d- Estética do texto literário</p> <p>e- Diálogo da literatura com outras áreas</p> <p>f- Interpretação</p>	<p>a- Práticas de leitura de textos de diferentes gêneros (poema, música, romance, gêneros de imprensa...)</p> <p>b- Discussão sobre: finalidade do texto, fonte, interlocutor, estrutura do texto e do gênero...</p> <p>c- Identificar marcas lingüísticas (formal e não formal)</p> <p>d- Ler obras que contemplem os diversos movimentos literários (Realismo e Romantismo...)</p> <p>e- Gêneros de imprensa (artigo, crônica, Cartum, resenha...).</p>	<p>Espera-se que o aluno:</p> <p>a- Identifique o tema e a finalidade do texto</p> <p>b- Reconheça diferentes formas de tratar uma informação na comparação de textos que tratam do mesmo tema, considerando as condições de produção e recepção</p> <p>c- Identifique informações explícitas e implícitas nos textos</p> <p>d- Estabeleça relações entre os diferentes textos</p>

	<p>textual, observando:</p> <ul style="list-style-type: none"> - conteúdo temático - interlocutores - fonte - intencionalidade - ideologia - informatividade - situacionalidade - marcas linguísticas 		
	<p style="text-align: center;">ORALIDADE</p> <p>a- Adequação ao gênero:</p> <ul style="list-style-type: none"> - conteúdo temático - elementos composicionais - marcas linguísticas <p>b- Variedades linguísticas</p> <p>c- Intencionalidade</p>	<p>a- Apresentação de textos produzidos pelos alunos</p> <p>b- Dramatização de textos</p> <p>c- Narração de fatos reais ou fictícios</p> <p>d- Seleção de discurso de outros, como: filme, entrevista, cena de novela/programa,</p>	<p>Espera-se que o aluno:</p> <p>a- Utilize seu discurso de acordo com a situação de produção (formal ou informal)</p> <p>b- Reconheça as intenções dos discursos do outro</p> <p>c- Elabore argumentos convincentes para defender suas</p>

	<p>do texto</p> <p>d- Papel do locutor e do interlocutor:</p> <ul style="list-style-type: none"> - participação e cooperação - turnos de fala <p>e- Particularidades de pronúncia de algumas palavras</p> <p>f- Procedimentos e marcas lingüísticas típicas da conversação (entonação, repetições, pausas...)</p> <p>g- Finalidade do texto oral</p> <p>h- Materialidade fônica dos textos poéticos.</p> <p>i- Adequação da fala em situações formais ou informais, às circunstâncias e interlocutores</p>	<p>debate, mesa-redonda, reportagem</p> <p>e- Análise dos recursos próprios da oralidade</p> <p>f- Orientação sobre o contexto social de uso do gênero trabalhado</p>	<p>idéias</p> <p>d- Identifique as marcas lingüísticas que evidenciam o locutor e o interlocutor de um texto oral</p>
	<p>ESCRITA</p>		<p>Espera-se que o aluno:</p>

	<p>a- Adequação ao gênero:</p> <ul style="list-style-type: none"> - conteúdo temático - elementos composicionais - marcas lingüísticas <p>b- Argumentação</p> <p>c- Coesão e coerência textual</p> <p>d- Finalidade do texto</p> <p>e- Paráfrase de texto</p> <p>f- Paragrafação</p> <p>g- Resumos</p> <p>h- Diálogos textuais</p> <p>i- Refacção textual</p> <p>l- j- Reconhecimento das diferentes estruturas textuais</p> <p>m- l- Desenvolvimento da clareza, coesão, coerência, concisão e argumentação na escrita</p>	<p>a- Discussão sobre o tema a ser produzido</p> <p>b- Seleção do gênero, finalidade, interlocutores</p> <p>c- Orientação sobre o contexto social de uso do gênero trabalhado</p> <p>d- Produção textual</p> <p>e- Revisão textual</p> <p>f- Reestrutura e reescrita textual</p>	<p>a- Produza textos atendendo às circunstâncias de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...)</p> <p>b- Adeque a linguagem de acordo com o contexto exigido: formal ou informal</p> <p>c- Elabore argumentos consistentes</p> <p>d- Produza textos respeitando o tema</p> <p>e- Estabeleça relações entre partes do texto, identificando repetições ou substituições</p> <p>f- Estabeleça relação entre a tese e os argumentos elaborados para sustentá-la</p>
--	--	--	---

	<p>n- m- Produção de textos utilizando os padrões da escrita, observando regularidades lingüísticas e ortográficas</p>		
	<p>ANÁLISE LINGÜÍSTICA perpassando as práticas de leitura, escrita e oralidade:</p> <p>a- Semântica</p> <p>b- Expressividade dos substantivos e sua função referencial no texto</p> <p>c- Função do adjetivo, advérbio, pronome, artigo e de outras categorias como elemento do texto</p> <p>d- Função das conjunções e preposições na conexão das partes do texto</p> <p>e- Procedimentos de concordância</p>	<p>a- Estudo dos conhecimentos lingüísticos a partir:</p> <p>- de gêneros selecionados para leitura ou escuta</p> <p>- de textos produzidos pelos alunos</p> <p>- das dificuldades apresentadas pela turma</p>	<p>Espera-se que o aluno:</p> <p>a- Distinga o sentido metafórico do literal nos textos orais e escritos</p> <p>b- Utilize adequadamente, recursos lingüísticos, como o uso da pontuação, do artigo, dos pronomes...</p> <p>c- Identifique marcas de coloquialidade em textos que usam a variação lingüística como</p>

	verbal e nominal		recurso estilístico
	f- Operadores argumentativos		d- Estabeleça relações semânticas entre as partes do texto (de causa, de tempo, de comparação...)
			e- Reconheça a relação lógico-discursiva estabelecida por conjunções e preposições argumentativas
			f- Amplie o horizonte de expectativas

SUGESTÕES DE GÊNEROS DISCURSIVOS PARA O ENSINO MÉDIO: textos dramáticos, romance, novela, crônica, conto, poema, fábulas, diários, biografia, debate regrado, artigos de opinião, editorial, classificados, notícia, reportagem, entrevista, anúncio, carta de leitor, carta ao leitor, carta de reclamação, resumo, resenha, relatório científico, dissertação escolar, seminário, conferência, palestra, pesquisa e defesa de trabalho acadêmico, mesa redonda, instruções, leis, estatutos, lendas, mitos, piadas, histórias de humor, tiras, cartum, charge, caricaturas, paródia, propagandas, placas, *outdoor*, *chats*, *e-mail*, *folder*, *blogs*, *fotoblog*, *orkut*, fotos, pinturas, esculturas, debate, depoimento, folhetos, mapas, horóscopo, provérbios, e outros...

3ª série do Ensino Médio

<p>CONTEÚDO ESTRUTURANTE</p>	<p>CONTEÚDOS BÁSICOS</p>	<p>ABORDAGEM TEÓRICO- METODOLÓGIC A</p>	<p>AVALIAÇÃO</p>
<p>DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL</p>	<p>LEITURA</p> <p>a- Identificação das idéias básicas apresentadas nos textos</p> <p>b- Reconhecimento de suas especificidades, aquisição de fluência, entonação e ritmo, percebendo o valor expressivo do texto e dos sinais de pontuação</p> <p>c- Contexto de produção da obra literária</p> <p>d- Estética do texto literário</p> <p>e- Diálogo da literatura com outras áreas</p> <p>f- Obras do Modernismo</p> <p>g- Práticas de leitura de diferentes gêneros (folhetos,</p>	<p>a- Práticas de leitura de textos de diferentes gêneros (poema, música, romance, gêneros de imprensa...)</p> <p>b- Discussão sobre: finalidade do texto, fonte, interlocutor, estrutura do texto e do gênero...</p> <p>c- Identificar marcas lingüísticas (formal e não formal)</p> <p>d- Ler obras que contemplem os diversos movimentos literários (Modernismo e Contemporânea)</p> <p>e- Gêneros de imprensa (artigo, crônica, resenha,</p>	<p>Espera-se que o aluno:</p> <p>a- Identifique o tema e a finalidade do texto</p> <p>b- Reconheça diferentes formas de tratar uma informação na comparação de textos que tratam do mesmo tema, considerando as condições de produção e recepção</p> <p>c- Identifique informações implícitas nos textos</p> <p>d- Identifique informações com alta complexidade lingüística.</p>

	cartas, resenha, seminários..).).	sinopse...).	
	<p style="text-align: center;">ORALIDADE</p> <p>a- Adequação ao gênero:</p> <ul style="list-style-type: none"> - conteúdo temático - elementos composicionais - marcas lingüísticas <p>b- Variedades lingüísticas</p> <p>c- Intencionalidade do texto</p> <p>d- Papel do locutor e do interlocutor:</p> <ul style="list-style-type: none"> - participação e cooperação - turnos de fala <p>e- Particularidades de pronúncia de algumas palavras</p> <p>f- Procedimentos e marcas lingüísticas</p>	<p>a- Apresentação de textos produzidos pelos alunos</p> <p>b- Dramatização de textos</p> <p>c- Narração de fatos reais ou fictícios</p> <p>d- Seleção de discurso de outros, como: filme, entrevista, cena de novela/programa, debate, mesa redonda, reportagem</p> <p>e- Análise dos recursos próprios da oralidade</p> <p>f- Orientação sobre o contexto social de</p>	<p>Espera-se que o aluno:</p> <p>a- Utilize seu discurso de acordo com a situação de produção (formal ou informal)</p> <p>b- Reconheça as intenções dos discursos do outro</p> <p>c- Elabore argumentos convincentes para defender suas idéias</p> <p>d- Identifique as marcas lingüísticas que evidenciam o locutor e o interlocutor de um texto oral</p>

	<p>típicas da conversação (entonação, repetições, pausas...)</p> <p>g- Finalidade do texto oral</p> <p>h- Materialidade fônica dos textos poéticos.</p> <p>i- Adequação da fala em situações formais ou informais, às circunstâncias e interlocutores</p>	<p>uso do gênero trabalhado</p>	
	<p style="text-align: center;">ESCRITA</p> <p>a- Adequação ao gênero:</p> <ul style="list-style-type: none"> - conteúdo temático - elementos composicionais - marcas lingüísticas <p>b- Argumentação</p> <p>c- Coesão e coerência textual</p> <p>d- Finalidade do texto</p> <p>e- Paráfrase de texto</p> <p>f- Paragrafação</p>	<p>a- Discussão sobre o tema a ser produzido</p> <p>b- Seleção do gênero, finalidade, interlocutores</p> <p>c- Orientação sobre o contexto social de uso do gênero trabalhado</p> <p>d- Produção textual</p> <p>e- Revisão textual</p> <p>f- Reestrutura e reescrita textual</p>	<p>Espera-se que o aluno:</p> <p>a- Produza textos atendendo às circunstâncias de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...)</p> <p>b- Adeque a linguagem de acordo com o contexto exigido: formal ou informal</p> <p>c- Elabore argumentos</p>

	<p>g- Resumos</p> <p>h- Diálogos textuais</p> <p>i- Refacção textual</p> <p>o- j- Reconhecimento das diferentes estruturas textuais</p> <p>p- l- Desenvolvimento da clareza, coesão, coerência, concisão e argumentação na escrita</p> <p>q- m- Produção de textos utilizando os padrões da escrita, observando regularidades lingüísticas e ortográficas</p>		<p>consistentes</p> <p>d- Produza textos respeitando o tema</p> <p>e- Estabeleça relações entre partes do texto, identificando repetições ou substituições</p> <p>f- Estabeleça relação entre a tese e os argumentos elaborados para sustentá-la</p>
	<p>ANÁLISE LINGÜÍSTICA perpassando as práticas de leitura, escrita e oralidade:</p> <p>a- Semântica</p> <p>b- Expressividade dos substantivos e sua função referencial no texto</p>	<p>a- Estudo dos conhecimentos lingüísticos a partir de gêneros selecionados para leitura ou escuta</p>	<p>Espera-se que o aluno:</p> <p>a- Distinga o sentido metafórico do literal nos textos orais e escritos</p> <p>b- Utilize</p>

	<p>c- Função do adjetivo, advérbio, pronome, artigo e de outras categorias como elemento do texto</p> <p>d- Função das conjunções e preposições na conexão das partes do texto</p> <p>e- Procedimentos de concordância verbal e nominal</p> <p>f- Operadores argumentativos</p> <p>g-Coordenação e subordinação</p> <p>h- Regência</p> <p>i- Sintaxe.</p>	<p>- de textos produzidos pelos alunos</p> <p>- das dificuldades apresentadas pela turma</p>	<p>adequadamente, recursos lingüísticos, como o uso da pontuação, do artigo, dos pronomes...</p> <p>c- Identifique marcas de coloquialidade em textos que usam a variação lingüística como recurso estilístico</p> <p>d- Estabeleça relações semânticas entre as partes do texto (de causa, de tempo, de comparação...)</p> <p>e- Reconheça a relação lógico-discursiva estabelecida por conjunções e preposições argumentativas</p> <p>f- Amplie o horizonte de expectativas</p>
--	---	--	---

SUGESTÕES DE GÊNEROS DISCURSIVOS PARA O ENSINO MÉDIO: textos dramáticos, romance, novela, crônica, conto, poema, fábulas, diários, biografia,

debate regrado, artigos de opinião, editorial, classificados, notícia, reportagem, entrevista, anúncio, carta de leitor, carta ao leitor, carta de reclamação, resumo, resenha, relatório científico, dissertação escolar, seminário, conferência, palestra, pesquisa e defesa de trabalho acadêmico, mesa redonda, instruções, leis, estatutos, lendas, mitos, piadas, histórias de humor, tiras, cartum, charge, caricaturas, paródia, propagandas, placas, *outdoor*, *chats*, *e-mail*, *folder*, *blogs*, *fotoblog*, *orkut*, fotos, pinturas, esculturas, debate, depoimento, folhetos, mapas, horóscopo, provérbios, e outros...

AValiação

Entendendo a avaliação como um processo contínuo, diagnóstico do processo ensino-aprendizagem, fomentador da compreensão do ser humano em sua totalidade, podemos afirmar que ela representa um instrumento de reflexão, diagnose, realimentação e o ponto de partida para nos fornecer pistas concretas do caminho que o aluno está fazendo para se apropriar, efetivamente, das atividades verbais – a fala, a leitura e a escrita. Dessa forma, priorizamos em nossa disciplina a avaliação formativa que, “por ser contínua e diagnóstica, aponta dificuldades, possibilitando que a intervenção pedagógica aconteça a todo tempo” (PARANÁ, 2006, p. 42), sem, no entanto, descartar a avaliação somativa, que segundo o documento citado anteriormente (p. 42), não deve ser excluída do sistema escolar.

O importante é não perdermos de vista a função diagnóstica da avaliação, ou seja, ela deve ser usada como subsídio para revisão do processo ensino-aprendizagem, como instrumento de diagnóstico do próprio trabalho. Para tal, ao definirmos nosso trabalho a partir dos gêneros textuais, entendemos que:

(...) os critérios de avaliação devem contemplar os aspectos da variação lingüística, os elementos de composição dos gêneros textuais e os elementos gramaticais que contribuiram para a construção do gênero textual (LEITE, 2008).

A avaliação formativa considera que os alunos possuem ritmos e processos de aprendizagem diferentes e, por ser contínua e diagnóstica, aponta dificuldades, possibilitando que a intervenção pedagógica aconteça a todo tempo. Informa ao professor e ao aluno acerca do ponto em que se encontram e contribui com a busca de estratégias para que os alunos aprendam e participem mais das aulas.

Sob essa perspectiva, estas Diretrizes recomendam:

Oralidade: será avaliada em função da adequação do discurso/texto aos diferentes interlocutores e situações. Num seminário, num debate, numa troca informal de ideias, numa entrevista, num relato de história, as exigências de adequação da fala são diferentes e isso deve ser considerado

numa análise da produção oral. Assim, o professor verificará a participação do aluno nos diálogos, relatos e discussões, a clareza que ele mostra ao expor suas ideias, a fluência da sua fala, a argumentação que apresenta ao defender seus pontos de vista. O aluno também deve se posicionar como avaliador de textos orais com os quais convive, como: noticiários, discursos políticos, programas televisivos, e de suas próprias falas, formais ou informais, tendo em vista o resultado esperado.

Leitura: serão avaliadas as estratégias que os estudantes empregam para a compreensão do texto lido, o sentido construído, as relações dialógicas entre textos, relações de causa e consequência entre as partes do texto, o reconhecimento de posicionamentos ideológicos no texto, a identificação dos efeitos de ironia e humor em textos variados, a localização das informações tanto explícitas quanto implícitas, o argumento principal, entre outros. É importante avaliar se, ao ler, o aluno ativa os conhecimentos prévios; se compreende o significado das palavras desconhecidas a partir do contexto; se faz inferências corretas; se reconhece o gênero e o suporte textual. Tendo em vista o multiletramento, também é preciso avaliar a capacidade de se colocar diante do texto, seja ele oral, escrito, gráficos, infográficos, imagens, etc. Não é demais lembrar que é importante considerar as diferenças de leituras de mundo e o repertório de experiências dos alunos, avaliando assim a ampliação do horizonte de expectativas. O professor pode propor questões abertas, discussões, debates e outras atividades que lhe permitam avaliar a reflexão que o aluno faz a partir do texto.

Escrita: é preciso ver o texto do aluno como uma fase do processo de produção, nunca como produto final. O que determina a adequação do texto escrito são as circunstâncias de sua produção e o resultado dessa ação. É a partir daí que o texto escrito será avaliado nos seus aspectos discursivotextuais, verificando: a adequação à proposta e ao gênero solicitado, se a linguagem está de acordo com o contexto exigido, a elaboração de argumentos consistentes, a coesão e coerência textual, a organização dos parágrafos. Tal como na oralidade, o aluno deve se posicionar como avaliador tanto dos textos que o rodeiam quanto de seu próprio. No momento da refacção textual, é pertinente observar, por

exemplo: se a intenção do texto foi alcançada, se há relação entre partes do texto, se há necessidade de cortes, devido às repetições, se é necessário substituir parágrafos, ideias ou conectivos.

Análise Linguística: é no texto – oral e escrito – que a língua se manifesta em todos os seus aspectos discursivos, textuais e gramaticais. Por isso, nessa prática pedagógica, os elementos linguísticos usados nos diferentes gêneros precisam ser avaliados sob uma prática reflexiva e contextualizada que lhes possibilitem compreender esses elementos no interior do texto. Dessa forma, o professor poderá avaliar, por exemplo, o uso da linguagem formal e informal, a ampliação lexical, a percepção dos efeitos de sentidos causados pelo uso de recursos linguísticos e estilísticos, as relações estabelecidas pelo uso de operadores argumentativos e modalizadores, bem como as relações semânticas entre as partes do texto (causa, tempo, comparação, etc.). Uma vez entendidos estes mecanismos, os alunos podem incluí-los em outras operações linguísticas, de reestruturação do texto, inclusive.

Com o uso da língua oral e escrita em práticas sociais, os alunos são avaliados continuamente em termos desse uso, pois efetuam operações com a linguagem e refletem sobre as diferentes possibilidades de uso da língua, o que lhes permite o aperfeiçoamento linguístico constante, o letramento.

O trabalho com a língua oral e escrita supõe uma formação inicial e continuada que possibilite ao professor estabelecer as devidas articulações entre teoria e prática, na condição de sujeito que usa o estudo e a reflexão como alicerces para sua ação pedagógica e que, simultaneamente, parte dessa ação para o sempre necessário aprofundamento teórico.

Para que as propostas das Diretrizes Curriculares de Língua Portuguesa e Literatura se efetivem na sala de aula, é imprescindível a participação pró-ativa do professor. Engajado com as questões de seu tempo, tal professor respeitará as diferenças e promoverá uma ação pedagógica de qualidade a todos os alunos, tanto para derrubar mitos que sustentam o pensamento único, padrões preestabelecidos e conceitos tradicionalmente aceitos, como para construir relações sociais mais generosas e includentes.

REFERÊNCIAS

DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michele; SCHNEUWLY, Bernard. 2004. Seqüências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: ROJO, Roxane. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado de Letras. P. 95-128.

LAJOLO, Marisa. O texto não é pretexto. In: ZILBERMAN, Regina (Org.). *Leitura em crise na escola: as alternativas do professor*. Porto alegre: Mercado Aberto, 1982, p. 51-62.

LEITE, Relindes Lanke. *Crítérios de avaliação em Língua Portuguesa*. Curitiba: NRE/AMS, 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. *Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná*. Curitiba: SEED, 2008.

BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS ON LINE

BUNZEN, Clecio. O ensino de “gêneros” em três tradições: implicações para o ensino-aprendizagem de língua materna. Disponível em: <http://www.letramento.iel.unicamp.br/publicacoes/artigos/o_ensino_de_generos_ClecioBunzen.pdf>. Acesso em: 28/07/2008.

CALDAS, Lílian Kelly. Trabalhando tipos/gêneros textuais em sala de aula: uma estratégia didática na perspectiva da mediação dialética. Disponível em: <http://www.alb.com.br/anais16/sem03pdf/sm03ss16_09.pdf>. Acesso em: 29/07/2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Ensino Fundamental – Relatório Pedagógico de Língua Portuguesa. Disponível em: <http://www.seed.pr.gov.br/portals/portal/diretrizes/dir_ef_portuguesa.pdf>. Acesso em: 28/07/2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. *Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná*. Curitiba: SEED, 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/livro_e_diretrizes/diretrizes/diretrizeslinguaportuguesa72008.pdf>. Acesso em: 19/08/2008.

ROTH, Motta Désirée. Questões de metodologia em análise de gêneros. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/desireemroth/publi/SIGET_II-Questoes_de_metodologia_em_analise_de_generos.pdf>. Acesso em: 29/07/2008.

**COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR FRANCISCO MANOEL DE LIMA
CAMARGO**

PROPOSTA CURRICULAR MATEMÁTICA - ENSINO MEDIO

**TIJUCAS DO SUL
2010**

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

A matemática no Ensino Médio é visto como instrumento para a compreensão, a investigação, a interação – relação com o ambiente, e seu papel de agente de modificação do indivíduo, provocando mais do que simples acúmulo de conhecimento técnico ampliando as oportunidades de acesso ao conhecimento e participação social significativa do cidadão.

À medida que vamos nos integrando ao que se denomina uma sociedade da informação crescentemente globalizada, é importante que a educação se volte para o desenvolvimento das capacidades da comunicação, de resolver problemas, de tomar decisões, de fazer inferências, de criar, de aperfeiçoar conhecimentos e valores, de trabalhar cooperativamente.

Por meio da história da Matemática, compreende – se essa ciência desde suas origens e como a disciplina tem se configurado no currículo escolar.

A matemática como ciência surgiu na Grécia, nos séculos VI e V a. C, com regras, princípios lógicos e exatidão de resultados.

As primeiras propostas do ensino da Matemática baseadas em práticas pedagógicas ocorreram no séc. V a.C. com os sofistas, considerados profissionais do ensino.

Aos sofistas devemos a popularização do ensino da matemática, o seu valor formativo e a sua inclusão de forma regular nos círculos de estudos. A Matemática ensinada se baseava nos conhecimentos de aritmética, geometria, música e astronomia. Com suas metodologias, introduziram uma educação com caráter de intelectualidade e valor científico.

No séc. VI a. C. se abordava uma Matemática abstrata, se distanciando das questões práticas, uma base racional que perdurou até o século XVII d.C., quando então, a matemática desempenhou o papel fundamental para a comprovação e generalização de resultados. Estes elementos caracterizaram as bases da Matemática como se conhece hoje. Já no século XVIII, demarcado pelas revoluções francesa e industrial, a pesquisa Matemática se direcionou a atender aos processos da industrialização: havia a necessidade do rigor dos métodos, pois as leis Matemáticas não poderiam falhar nos diferentes ramos da atividade humana.

Entre os séculos XIX e XX, levantaram – se preocupações voltadas para o ensino da Matemática, sendo as mesmas traduzidas em ações concretas. Neste contexto, os matemáticos, antes pesquisadores psicológicas, passaram a ser professores preocupados com questões educacionais, psicológicas, filosóficas e sociológicas.

No início do século XX, as idéias reformadoras do ensino da matemática se inseriam no contexto das discussões introduzidas pelo movimento da Escola Nova. Esse movimento propunha um ensino orientado por uma concepção empírico – ativista, que contribuiu para unificação da matemática como disciplina.

Outras dependências influenciaram o ensino da matemática em nosso país: a formalista clássica, formalista moderna, tecnicista, construtivista, socioetnicocultural, histórico – crítica.

A tendência histórico – crítica foi amplamente discutido no momento de abertura política no país, no final de 80 início da década de 90. o objetivo seria produzir um documento de referencia curricular para a rede publica de ensino. Nessa proposta, aprender matemática seria interpretar, criar significado, construir seus próprios instrumentos para resolver problemas, estar preparados para perceber estes mesmos problemas e desenvolver o raciocínio lógico.

Com a aprovação da L.D.B E.N., em 1996, foram criadas disciplinas como geometria, desenho geométrico e álgebra, campos do conhecimento matemático.

A partir de 1998 houve a distribuição dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) , imposta pelo MEC. Apesar de ser um trabalho voltado às aplicações da Matemática na vida prática, minimizando o valor científico da disciplina e seus contextos internos, destacam-se referências importantes – as sínteses que trazem das tendências metodológicas em educação matemática e os procedimentos de avaliação.

Assim como a educação vem se desenvolvendo ao longo da história, assim também o ensino matemático está em processo de discussão coletiva contínua.

OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

A finalidade do Ensino da Matemática é fazer com que o estudante compreenda e se aproprie da própria matemática, concebida como um conjunto de resultados, métodos, procedimentos, algoritmos, etc. e que construa por intermédio do conhecimento matemático, valores e atitudes de natureza diversa, visando a formação integral do ser humano e, particularmente, do cidadão. Assim, tem-se a idéia de que, pelo conhecimento matemático, o estudante se apropria de conhecimentos que possibilita a criação de relações sociais, desde que não se perca o caráter científico da disciplina e do conteúdo matemático.

Como objetivos da disciplina da matemática no ensino médio, destacam-se:

- Analisar qualitativamente e dados quantitativos representados gráfica ou algebricamente e relacionados a contexto socioeconômicos, científicos e cotidianos;
- Ler e interpretar textos de matemática;
- Interpretar e utilizar diferentes formas de representação (tabelas, gráficos, expressões, ícones, etc.);
- Transcrever mensagens matemáticas da linguagem corrente para linguagem simbólicas (equações, gráficos, diagramas, fórmulas, ...) e vice-versa;
- Expressar-se com correção e clareza, tanto na língua materna, como na linguagem matemática, usando a terminologia correta;
- Utilizar adequadamente os recursos tecnológicos como instrumentos de produção e de comunicação;
- Identificar, representar e utilizar o conhecimento geométrico para o aperfeiçoamento da leitura, da compreensão e da ação sobre a realidade;
- Procurar selecionar e interpretar informações relativas a um problema;
- Formular hipóteses e prever resultados;
- Utilizar instrumentos de medição e de cálculos;

- Elaborar estratégias de enfrentamento de problemas;
- Distinguir e utilizar raciocínios dedutivos e indutivos.
- Discutir idéias e produzir argumentos convincentes;
- Aplicar conhecimentos e métodos matemáticos em situações reais, com especial em outras áreas do conhecimento;
- Desenvolver a capacidade de utilizar a matemática na interpretação e intervenção no real;
- Utilizar adequadamente calculadoras e computadores, reconhecendo suas limitações e potencialidades.
- Compreender o caráter aleatório e não - determinístico dos fenômenos naturais e sociais e utilizar instrumentos adequados para medidas, determinadas, determinação de amostras e cálculos de probabilidades.

CONTEÚDOS

1º Ano

Números e Álgebra

- Revisão Matemática Básica;
- Conjuntos Numéricos: números reais, intervalos;
- Equação e inequação exponencial;
- Equação e inequação logarítmica;
- Equação e inequação modular.

Função

- Função: notação e valor numérico; domínio, imagem e contra domínio; tipos de função; função inversa;
- Função Afim;
- Função quadrática;
- Função modular;
- Função exponencial;
- Função logarítmica;
- Progressão aritmética;
- Progressão geométrica.

Grandezas e Medidas

- Medidas de energia.

Tratamento da Informação

- Matemática financeira: juros, porcentagem, interpretação e representação gráfica, lucro e desconto e acréscimos.

2º Ano

- Trigonometria: razões trigonométricas no triângulo retângulo; arcos e ângulos; circunferência trigonométrica; arcos trigonométricos e côngruos; funções trigonométricas fundamentais: seno, cosseno e tangente e seus respectivos gráficos; resolução de triângulo qualquer.
- Medida de área;
- Medida de volume.

Função

- Função trigonométrica;

Números e Álgebra

- Matrizes;
- Determinantes;
- Sistemas Lineares.

Geometria

- Geometria Espacial;
- Geometria Plana.

3º Ano

Números e Álgebra

- Números complexos;
- Polinômios;
- Equação Polinomial.

Geometria

- Geometria Analítica na reta;
- Geometria analítica na circunferência.

Tratamento da Informação

- Análise combinatória;
- Estatística;
- Probabilidade;
- Binômio de Newton.

METODOLOGIA DA DISCIPLINA

O ensino de matemática é detentora de uma carga horária expressiva na vida escolar do aluno. Por isso, o processo de ensino e aprendizagem de matemática passa a ter objeto de pesquisas e investigações e afigura importância no contexto curricular no que se refere a seleção de conteúdos.

A matemática ensinada na escola muitas vezes é o reflexo de uma sociedade capitalista onde está oculto a sua dinâmica. Uma sociedade é dividida em aqueles que pensam e gerenciam e aqueles que executam e seguem ordens.

Em sala de aula, ao privilegiarmos apenas aos exercícios mecânicos, utilizando conjuntos de fórmulas de maneira contextualizada estamos diretamente contribuindo para a manutenção do status quo desta sociedade.

A consequência será um distanciamento do trabalho intelectual e do trabalho manual para os alunos das escolas públicas.

Cabe ao educador matemático ser um sujeito ativo e consciente da sua função dentro da sociedade. A sua prática pedagógica reflete as suas crenças no processo de ensino e num contexto mais amplo, a sua visão de mundo, de escola e de homem que se quer formar.

Através de sua ação reflexiva, o conhecimento matemático pode ser um instrumento para o estudante criticar questões sociais, políticas, econômicas e históricas.

É importante para que ocorra a verdadeira aprendizagem dos conteúdos de matemática seja realizada atividade contextualizada a partir de situações do cotidiano do aluno. Mas é preciso ficar atento e não se restringir na perspectiva do cotidiano, pois ocorre o perigo de perder o caráter científico da disciplina.

Não se pode negar ao aluno o conhecimento científico da matemática, pois é um saber produzido historicamente pelo homem e pertencente a toda sociedade.

A organização dos conteúdos dentro do currículo de matemática deve referenciar o professor a elaborar a sua prática pedagógica. Dar significados destes conteúdos para os alunos é o grande papel do professor e sempre que

possível deve ser apresentados de forma aberta, contextualizada e vista como conhecimento historicamente produzido.

Os conteúdos estruturantes para o ensino médio na REDE PÚBLICA DE ENSINO DO ESTADO norteia 5 eixos: números e álgebra, grandezas e medidas, geometria, funções e tratamento da informação.

Inicia-se através do estudo dos números a introdução à aritmética, a resolução de problemas relacionados ao cotidiano dos alunos e conceitos de quantidades e as relações entre as operações.

Após o estudo da aritmética é ampliado esse conhecimento com a ajuda de cálculos algébricos que possibilitarão o desenvolvimento do pensamento não só algébrico como geométrico.

As medidas, como conceito de comparação é o elemento de ligação entre a numeração e a geometria, onde o cotidiano dos alunos é explorado por intermédio da etnomatemática já que relaciona diversas grandezas.

A percepção do ambiente em que o aluno está inserido é analisada através do estudo da geometria, que possibilitará ao aluno pela observação do meio, elaborar esquemas mentais para interpretação da realidade.

O tratamento da informação se dá pela interpretação de dados, análise e significação dos mesmos feito de forma crítica para que o aluno compreenda a sociedade em que vive.

Para que o processo de aprendizagem se desenvolva de maneira satisfatória, os recursos didáticos podem ser diversos, além dos tecnológicos, computadores, calculadoras e TV Pendrive, os jogos e as brincadeiras. Também servem de elementos facilitadores os livros didáticos, paradidáticos e instrumentos de medidas (compassos, esquadros, réguas e transferidores).

Busca-se direcionar a metodologia no ensino da Matemática um trabalho de forma que aborde a partir dos inter – relacionamentos e articulações entre os conceitos de cada conteúdo específico, na medida em que os conceitos podem ser tratados em diferentes momentos e, quando situações de aprendizagem possibilitam, podem ser retomados e aprofundados.

Essa postura metodológica permite a apropriação de um conhecimento matemática, mediante a configuração currículos, que promove a organização de um trabalho escolar, que se inspire e se expressa em articulações entre os

conteúdos específicos pertencentes ao mesmo conteúdo estruturantes sejam reforçadas, refinadas e intercomunicadas, partindo do enriquecimento e das construções de novas relações.

É consensual a idéia de que não existe um caminho que possa ser identificado como único e melhor para o ensino de qualquer disciplina, em particular, da matemática. Mas há diversas possibilidades de trabalho em sala de aula. Dentre elas destacam – se a resolução de problemas, a modelagem matemática, o uso de mídias tecnológicas, a étnomática e a história da matemática.

A tecnologia será também uma grande aliada no desenvolvimento de um trabalho que se adapta a distintos ritmos de aprendizagem e permite que o aluno aprenda com seus erros. Outra finalidade é estabelecer uma relação professor – aluno que leva a uma maior interação e colaboração, visto que o professor não é um profissional pronto, e tem de continuar em formação permanente a longo de sua vida profissional. Assim, objetivo é que o ensino de matemática possa aproveitar ao máximo os recursos tecnológicos, (desde que disponível no estabelecimento de ensino) tanto pela sua receptividade social como para melhorar a linguagem expressiva dos alunos.

AVALIAÇÃO

Uma prática avaliativa em educação matemática, precisa de encaminhamentos metodológicos que perpassem uma aula, que abram espaço à interpretação e à discussão, dando significado ao conteúdo trabalhado e a compreensão por parte do aluno.

A avaliação é um instrumento que tem por objetivo aumentar as potencialidades do aluno, tornando-o mais crítico e perceptivo na resolução de problemas, tanto daqueles em sala de aula como dos enfrentados diariamente fora do âmbito escolar.

A avaliação deverá ser vista como instrumento de orientação para o professor na condução de sua prática docente e, como auxílio ao aluno para analisar a adequação do procedimento selecionado, encaminhando-o na busca de condutas mais ricas, e diversificadas e também do seu comprometimento com o conhecimento matemático. Mas não deixando que a avaliação traga consequências, ou seja, avaliar de forma consciente para que os alunos não sejam excluídos da escola, nem passem por ela inocuamente.

Para tanto, fez-se necessário à diversificação no processo de avaliação com encaminhamentos tais como observação, intervenção, provas objetivas, provas dissertativas, seminários, trabalhos em grupo, trabalhos individuais, debates ou discussões, relatórios, auto avaliações, pesquisas, etc. inclusive buscar diversos métodos (formas escritas, orais e de demonstração) por meio de ferramentas e equipamentos como materiais manipuláveis, computador e calculadora, de forma conjunta (professor e aluno). O desempenho do aluno norteará novos rumos do trabalho e será um suporte para verificar a necessidade de uma nova metodologia ou de um novo processo de recuperação.

As formas de avaliação irão contemplar também as explicações, justificativas e argumentações orais, uma vez que estas revelam aspectos do raciocínio que muitas vezes não ficam evidentes nas avaliações escritas.

Quando o aluno ainda não sabe como acertar, ele faz tentativas à sua maneira, construindo uma lógica própria para encontrar a solução. Ao procurar identificar, mediante a observação e o diálogo, como o aluno está pensando, o professor obtém as pistas do que ele não está compreendendo e pode planejar a intervenção adequada para auxiliar o aluno a refazer o caminho.

De acordo com ensino desenvolvido, a avaliação em Matemática deve dar informações sobre:

- O conhecimento e compreensão de conceitos e procedimentos;
- A capacidade para aplicar conhecimentos na resolução de problemas do cotidiano, de Matemática e de outras disciplinas ou áreas;
- As habilidades de pensamento de como analisar, gerenciar, inferir, raciocinar indutiva ou dedutivamente;
- A perseverança e o cuidado na realização de tarefas e a cooperação do trabalho em grupo.

Segundo D'Ambrósios, 2001

“ A avaliação deve ser uma orientação para o professor na condução de sua prática docente e jamais um instrumento para reprovar ou reter alunos na construção de seus esquemas de conhecimento teóricos e práticos. Selecionar, classificar, reprovar e aprovar indivíduos para isto ou aquilo não são missão de educador.”

BIBLIOGRAFIA

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio – Matemática.** Versão Preliminar 2008.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – PPP

BOYER, C.B. História da matemática. São Paulo: Edgar Blucher, 1996

LUCKESI, C.C. Avaliação da aprendizagem escolar. 14^a ed. São Paulo: Cortez, 2002

MACHADO, N. J. Matemática e realidade. São Paulo: Cortez, 1994

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Ensino de Segundo Grau. Curitiba, 1993.

**COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR FRANCISCO MANOEL DE LIMA
CAMARGO**

PROPOSTA CURRICULAR QUÍMICA - ENSINO MÉDIO

**TIJUCAS DO SUL
2010**

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

O ser humano, na luta pela sobrevivência, sempre teve a necessidade de conhecer, entender e utilizar o mundo que o cerca. Nesse processo, obteve alimentos por coleta de vegetais, caça e pesca; descobriu abrigos, protegendo – se contra animais e intempéries; descobriu a força dos ventos e das águas, o fogo e a periodicidade do clima nas estações do ano. A necessidade de utilização sistemática dessas descobertas fez com que o ser humano passasse para outro estágio de desenvolvimento, decorrente da invenção de processos de produção e manutenção do fogo, invenção da irrigação, invenção da agricultura e da criação de animais, produção de ferramentas, invenção da metalurgia, cerâmica, tecidos. Além, das raízes históricas ao seu processo de afirmação como conhecimento sistematizado, isto é, como ciência, a Química tornou – se um dos meios de interpretação e utilização do mundo físico.

É obvio que o mundo físico é um sistema global complexo, formado por subsistemas que, interagindo e se relacionando, interferem nos processos sociais, econômicos, políticos, científicos, tecnológicos, éticos e culturais. O conhecimento especializado, o conhecimento químico isolado, é necessário, mas não suficiente para o entendimento do mundo físico, pois não são capazes de estabelecer explícita e constantemente, por si só, as interações com outros ecossistemas.

Na interpretação do mundo através das ferramentas da Química, é essencial que se explicita seu caráter dinâmico. Assim, o conhecimento químico não deve ser entendido como um conjunto de conhecimento isolados, prontos e acabados, mas sim uma construção da mente humana, em continua mudança. A história da Química, como parte do conhecimento socialmente produzido, deve permear todo o ensino de Química, possibilitando ao aluno a compreensão do processo de elaboração desse conhecimento, com seus avanços, erros e conflitos.

OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

- Analisar a importância da Química para enfrentar os desafios da sociedade;
- Compreender que a química é uma ciência experimental e a metodologia científica é a sua ferramenta;
- Correlacionar a transitoriedade dos modelos científicos com sua evolução e a exigência de novas teorias;
- Reconhecer os três estados da matéria associando suas características com modelos microscópios;
- Reconhecer materiais utilizados em laboratório;
- Compreender os modelos atômicos, reconhecer seus símbolos, tais como suas grandezas;
- Reconhecer os elementos na tabela periódica, obter dados dos elementos químicos;
- Reconhecer as ligações Químicas, prever o tipo de ligação formada entre átomos;
- Nomear, escrever as formulas e apresentar as aplicações essenciais das principais substâncias;
- Identificar os principais tipos de reações;
- Descrever as principais etapas do tratamento de água utilizado nas cidades;
- Estabelecer relações quantitativas entre grandezas: massas, massa molar, massa atômica, massa molecular, quantidade de moléculas, quantidade de átomos e constante de Avogadro
- Deduzir e interpretar a expressão para a determinação da densidade dos gases com base na equação do estado;
- Interpretar de forma mais quantitativa o significado das formulas e de uma equação química;
- Representar graficamente dados da concentração de reagentes e/ ou produtos em função do tempo;
- Reconhecer a radioatividade, tais como algumas aplicações importantes de energia nuclear nas áreas de medicina, agricultura, arqueologia, etc...
- Reconhecer a importância da química orgânica nos dias atuais;

CONTEÚDOS

1.º Ano

Introdução ao Estudo da Química;

O Método Científico;

Local de Trabalho;

Laboratório;

Proteção Pessoal;

A Aparelhagem;

Medidas (unidades);

Matéria e suas Transformações

Equações Químicas;

Estudo da Matéria;

Processo de Separação de Misturas.

A Constituição da Matéria:

Composição da Matéria;

Principais Características do Átomo e suas Relações;

Evolução do Modelo Atômico;

Modelo Atômico Atual.

Organização dos Elementos Químicos:

Tabela Periódica;

Propriedades Periódicas e Aperiódicas;

Interações Atômicas:

Ligações Iônicas;

Ligações Covalentes;

Geometria Molecular;

Polaridade;

Forças Intermoleculares;

Ligações Metálicas;

Número de Oxidação.

Radioatividade;

Funções inorgânicas;

Dissociação iônica e ionização;

Ácidos;

Bases;

Sais;

Óxidos.

2º Ano

Relações de Massa:

Massas dos Átomos;

Classificações dos Tipos de Reações:

Transformações;

Estequiometria;

Estudo dos gases;

Dissolução de Substâncias:

Soluções;

Aspectos Qualitativos das Soluções;

Diluição de Soluções;

Mistura de Soluções sem Reações Químicas;

Mistura de Soluções com Reações Químicas;

Óxido-redução:

Óxido-redução e variação de nox;

Balanceamento das Reações de Óxido-redução.

Cinética Química;

Equilíbrios Químicos;

Equilíbrio em Meio Aquoso:

Produto Iônico de Água e PH.

3º Ano

O que é química orgânica?

Estrutura do carbono;

Estudo dos compostos orgânicos;

Reconhecimento e Nomenclatura de Funções Orgânicas;

Compostos de Funções Mistas;

Isomeria;

Reações Orgânicas de Hidrocarbonetos:

Reações Orgânicas;

Reações de Adição;

Reações de Oxidação;

Reações de Outras Funções Orgânicas

Polímeros.

METODOLOGIA

A Química tem papel importante no desenvolvimento científico, tecnológico e social.

O conhecimento químico está inserido na vida humana, interligadas com os demais campos do conhecimento. Na maioria das vezes a informação, veiculada pelos meios de comunicação intencionalmente visa a formação de determinadas opiniões para determinados interesses. Como por exemplo ao enfatizarem os efeitos poluentes que certas substâncias causam ao ar, na água e no solo, sem se falar na necessidade e na competência da Química para controlar as fontes poluidoras.

Conhecer Química significa compreender as transformações químicas que ocorrem no mundo físico de forma abrangente e integrada.

No Ensino Médio a Química deve possibilitar ao aluno uma compreensão dos processos químicos em si, conhecimento científico em estreita relação com as aplicações tecnológicas, suas implicações ambientais, sociais, políticas e econômicas, é preciso objetivar um ensino de Química que possa contribuir para uma visão mais ampla do conhecimento, que possibilite melhor compreensão do mundo físico e para a construção da cidadania, colocando **em pauta** na sala de aula, conhecimentos socialmente relevantes, que façam sentido e possam se integrar à vida do aluno:

Visar o conhecimento de informações sobre a Química no sistema produtivo, industrial e agrícola;

Transformações químicas, envolvendo inicialmente reconhecimento qualitativo e suas inter-relações com massa, energia e tempo, e em seguida considerar a coexistência de reagentes e produtos, suas extensão variável e o equilíbrio químico;

Dentro das transformações, recorrer para modelos explicativos microscópicos (estrutura atômica, ligação química) que expliquem também os aspectos quantitativos relacionados a massa, energia e tempo;

Relacionar fatos macroscópicos com modelos microscópicos, como teoria das colisões;

Fazer com que o aluno desenvolva competência adequada para recorrer e utilizar os símbolos, fórmulas, convenções e códigos (linguagens utilizadas pela Química);

Desenvolver no aluno habilidades de identificar fontes de informação e de formas de obter informações relevantes em Química, interpretá-las não só nos seus aspectos químicos mas considerando também as implicações sócio-políticas, culturais e econômicas;

Abordagens de temas através de atividades elaboradas provocando a especulação, a construção e a reconstrução de idéias, através de trabalhos em grupo, discussões coletivas, visitas, relatos de experimentos, etc..

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO ESPECÍFICO DA DISCIPLINA

O processo de medição do ensino-aprendizagem se dará através da elaboração, construção, organização e reorganização de conceitos.

O professor atuará como elemento provocador da construção e reconstrução do objeto de conhecimento. Sendo assim, sempre que através de demonstrações teóricas ou práticas a construção do conhecimento se mostrar insuficiente, novas estratégias serão utilizadas para que haja a apreensão do conteúdo.

À medida em que a transmissão e a descoberta de conhecimento se realiza, a avaliação ocorrerá simultaneamente através de discussões de idéias e demonstração, aulas dialógicas, leitura e interpretação de textos, relatórios de aulas em laboratório, apresentação de seminários, entre outros.

A avaliação é também uma estratégia de ensino na promoção do aprendizado, por isso o conhecimento prévio dos alunos deve ser levado em conta. A transição do conhecimento do senso comum para a apreensão do saber científico resultará na mudança de atitudes e valores e na aplicação no universo vivencial do educando.

BIBLIOGRAFIA

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares para o Ensino –Médio . Química .** Versão Preliminar 2008.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – PPP

GERALDO CAMARGO DE CARVALHO, Celso Lopes de Souza – São Paulo: Scipione, 2003 – (Coleção de olho no mundo do trabalho).

COVRE, Geraldo José, 1941 – Química Total, volume único / Geraldo Jose Covre – São Paulo: FTD, 2001.

**COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR FRANCISCO MANOEL DE LIMA
CAMARGO**

PROPOSTA CURRICULAR FILOSOFIA - ENSINO MÉDIO

**TIJUCAS DO SUL
2010**

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

Embora a reinclusão da Filosofia nos currículos escolares já venha acontecendo gradativamente há quase vinte anos, faz-se necessário reconhecer sua importância para o próprio sistema produtivo, pois o indivíduo, além de uma educação geral precisa da parte humanista para que não venha a ser somente “um instrumento inanimado a seu serviço (da sociedade), que não coopera conscientemente para lhe dar sua forma”. (Dilthey – Introdução às Ciências do Espírito, 1984).

Deve ser por isso que a nova educação brasileira dá à Filosofia e as Ciências Humanas os valores pedagógicos apresentados na Lei 9394/96.

No artigo 35 da LDB, do ponto de vista das finalidades do Ensino Médio, destacam-se:

“a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos” (inciso I);

“a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo” (inciso II);

“o aprimoramento do educando, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” (Inciso III);

“a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos” (Inciso IV).

A Filosofia contribui com certeza para que essas finalidades sejam alcançadas, pois ela nasceu para buscar o Verdadeiro, o Belo, o Bom.

Em segundo lugar, o domínio dos conhecimentos de Filosofia é necessário ao exercício da cidadania (artigo 36 § 1º, Inciso III da LDB).

“A nova legislação educacional brasileira parece reconhecer, afinal, o próprio sentido histórico da atividade filosófica e, por esse motivo enfatiza a competência da Filosofia para promover, sistematicamente, condições indispensáveis para a formação da cidadania plena”.

OBJETIVOS GERAIS

Segundo Gramsci, todos os seres humanos, sob certo aspecto, são filósofos. Há aqueles que se dedicam à Filosofia de uma maneira mais próxima, poderíamos chamá-los de “filósofos especialistas”. Porém, não se pode pensar em pessoa alguma que não seja de certa forma filósofo empírico, ou seja, um ser humano que vive dando sentido as coisas e refletindo diante dos problemas apresentados pelo existir. Para tanto, o ensino de Filosofia no Ensino Médio não se destina a formação de Filósofos especialistas, mas objetiva criar condições que oportunizem o desenvolvimento da capacidade humana de pensar de forma coerente e crítica, ultrapassando o estágio do senso comum.

CONTEÚDOS

1º Ano

O Homem, sua Natureza e Cultura:

Atividade animal X Atividade humana;

Cultura e humanização;

Visão filosófica de trabalho;

Alienação e ideologia;

O Conhecimento:

Da consciência mítica ao conhecimento filosófico;

O que é Filosofia?

O conhecimento científico e sua metodologia;

Lógica formal e dialética;

Teoria do conhecimento;

2º Ano

A Moral;

O mundo dos valores;

A liberdade;

A afetividade amor / paixão / amizade;

O corpo e a sexualidade;

3º Ano

A Política:

O que é política?

O pensamento político e a história da humanidade;

Democracia e cidadania;

Estética:

O que é arte e suas funções;

Arte de elite, arte popular, arte de massa;

Os meios de comunicação de massa.

METODOLOGIA

A partir de tal perspectiva, o processo de aprendizagem e o método objetivado no ensino de Filosofia é o de “construção do conhecimento”, reconhecendo a importância do saber vinculado ao vivido do aluno e tomando como pressuposto a sua inserção numa situação histórica dada. Somente assim a Filosofia poderá estimular a reflexão autônoma e o pensamento crítico, pois não estará sendo “ensinada” e sim “aprendida” pelo aluno, ou seja, não se “ensina Filosofia”, o aluno deve “aprender a filosofar”, sistematizar e refletir esse saber difuso, pouco crítico, superficial e freqüentemente voltado para a solução imediata de problemas, o senso comum.

AValiação

Todo processo necessita ser avaliado para não correr o risco de desvio dos objetivos propostos. Pensar avaliação sobre o processo do ensino de Filosofia pode, aparentemente, parecer ação arbitrária, visto que a natureza de tal processo de ensino não se encontra na busca de respostas únicas e acabadas, mas na riqueza que significam as divergências e amplitude de abordagens. Portanto, não é buscando, de forma arbitrária, a concordância com os argumentos do professor que se avalia coerentemente o que foi trabalhado, mas sim desenvolvendo mecanismos que priorizem e oportunizem uma avaliação na qual o aluno possa expor coerência e clareza de idéias, capacidade e riqueza de argumentação, rigorosa fundamentação teórica e compreensão da relação entre o estudado e o vivido.

BIBLIOGRAFIA

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares para o Ensino –Fundamental . Ensino Religioso.** Versão Preliminar 2006.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – PPP

**COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR FRANCISCO MANOEL DE LIMA
CAMARGO**

**PROPOSTA CURRICULAR LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA – INGLÊS -
ENSINO MÉDIO**

**TIJUCAS DO SUL
2010**

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

Língua Estrangeira Moderna - inglês

É fundamental atentar para a realidade: o Ensino Médio possui, entre suas funções, um compromisso com a educação para o trabalho. Daí não poder ser ignorado tal contexto, na medida em que, no Brasil atual, é de domínio público a grande importância que o inglês tem na vida profissional das pessoas. Torna-se pois, imprescindível incorporar as necessidades da realidade ao currículo escolar de forma a que os tenham acesso, no Ensino Médio, àqueles conhecimentos que, serão exigidos pela própria sociedade.

A visão de mundo de cada povo altera-se em função de vários fatores e, conseqüentemente, a língua também sofre alterações para poder expressar as novas formas de encarar a realidade. Portanto, é também de fundamental importância conceber-se o ensino de um idioma estrangeiro, neste caso, Inglês, objetivando a comunicação real, pois dessa forma, os diferentes elementos que compõem estarão presentes, dando amplitude e sentido a essa aprendizagem, ao mesmo tempo em que os estereótipos e os preconceitos deixarão de ter lugar e, portanto, de figurar nas aulas.

Entender-se a comunicação como uma ferramenta imprescindível no mundo moderno, com vistas à formação profissional, acadêmica ou pessoal, será a grande meta do ensino da Língua Estrangeira Moderna – Inglês, no Ensino Médio.

OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

- Saber distinguir entre as variantes lingüísticas,
- Escolher o registro adequado à situação na qual se processa a comunicação,
- Ter condições de escolher o vocábulo que melhor reflita a idéia que se pretende transmitir.
- Compreender de que forma determinada maneira de expressão pode ser literalmente interpretada em razão de aspectos sociais e/ou culturais.
- Compreender em que medida esses enunciados refletem a forma de ser, de pensar, de agir e de sentir de quem os produz. .
- Utilizar aspectos como coerência e coesão na produção em língua estrangeira (oral e/ou escrita) . Todos os textos referentes à produção e à recepção em qualquer idioma, regem-se por princípios gerais de coerência e coesão e, por isso, somos capazes de entender e de sermos entendidos.
- Dominar as estratégias verbais e não verbais que entram em ação para compensar falhas na comunicação (como o fato de não ser capaz de recordar, momentaneamente, uma forma gramatical ou lexical) e para favorecer a efetiva comunicação e alcançar o efeito pretendido (falar mais lentamente, ou enfatizando certas palavras, de maneira proposital, para obter determinados efeitos retóricos, por exemplo).
- Entender que o conhecimento da língua inglesa é uma ferramenta imprescindível no mundo moderno com vistas à formação profissional, acadêmica ou pessoal;
- Estabelecer vínculos, semelhanças e contrastes entre a sua forma de ser, agir, pensar e sentir e a de outros povos;
- Analisar o seu entorno social com maior profundidade, estabelecendo vínculos, semelhanças e contrastes entre sua forma de ser, agir, pensar e sentir e a de outros povos;
- Conhecer e respeitar outras questões culturais;
- Adquirir a capacidade de compor frases;

- Adquirir o conhecimento de frases adequadas para aplicar em determinado contexto;
- Aplicar corretamente os enunciados num contexto específico;
- Entender a leitura, a fala e a escrita do idioma em situações reais de comunicação;

CONTEÚDOS

1º Ano

Expressão Oral e Escrita:

- Aquisição gradativa de vocabulário;
- Estruturas básicas da língua inglesa (gramática);
- Pronúncia correta e entonação frasal;
- Leitura e interpretação de textos simples;
- Compreensão auditiva e prática discursiva
- Produção de textos simples

Gramática Específica:

- Verbo to be (simple present, simple past)
- There + to be (simple present, simple past)
- simple future
- immediate future
- days of the week
- months of the year
- seasons of the year
- present continuous
- numbers
- ordinal numbers
- subject and object pronouns
- possessive adjective and pronouns
- family relationships

- reflexive pronouns
- simple past-irregular verbs
- parts of the body
- past continuous
- past perfect

Sugestões de Atividades:

- Histórias em quadrinhos
- Banners

ENSINO MÉDIO

LÍNGUA INGLESA

2º Ano

Expressão Oral e Escrita:

Enriquecimento do vocabulário oral e escrito através de diálogos, dramatizações e música;

Aspectos gramaticais (estrutura da língua);

Leitura e interpretação de textos diversos;

Pronúncia correta através de exercícios de repetição oral em grupo ou individual;

Audição de diálogos variados para fixação de pronúncia;

Diferenciação de textos em gêneros informativos e narrativos

Produção e organização textual

Gramática Específica:

- why – questions
- how and compounds
- present perfect
- adverbs
- prepositions
- present perfect continuous
- a/an
- relative pronouns
- genitive case's
- coordinating conjunction

- indefinite pronouns
- time clauses

Sugestões de Atividades:

- Histórias em quadrinhos
- Banners
- Sinopses
- Slogans
- Folders

ENSINO MÉDIO

LÍNGUA INGLESA

3º Ano

- Expressão Oral e Escrita:
- Revisão de estruturas da língua;
- Prática de exercícios orais e escritos;
- Leitura e interpretação de textos mais complexos;
- Traduções e versões, leitura, reescrita e fala de diferentes gêneros textuais: instrução, narração, dissertação, descrição, propaganda, etc.

Gramática Específica:

- pronunciation
- gerund
- infinitive
- imperative
- relative pronouns
- modals
- conditional tense, perfect (if, clauses)
- prepositions
- conjunctions
- scenes
- passive voice
- reported speech
- question-tags
- adverbs
- short answers

- theatre
- exercises

Sugestões de Atividades:

Produção de gêneros textuais mais complexos em organização e conteúdos:

dissertação

sinopse

carta ao leitor

notícia

reportagem

teatro

banners

folders

painéis

METODOLOGIA

O ensino de Língua Estrangeira contribui para que o aluno compreenda os diferentes usos, convenções e valores do seu e de outros grupos sociais, de forma crítica, percebendo que não há um modelo a ser seguido, ou uma cultura melhor do que a outra, mas apenas diferentes culturas. Sob essa perspectiva, à medida em que se aproxima de outra língua e de outra cultura, o aluno compreendera a língua como algo que se constrói e é construído por uma determinada comunidade, se de um lado, a língua determina a realidade cultural, por outro, os valores e as crenças culturais, em parte, sua realidade lingüística, colaborando assim para elaboração da consciência da própria identidade.

A metodologia utilizada no ensino médio, terá como objetivo proporcionar ao aluno, a possibilidade de interagir com variedade discursiva presente nas diversas práticas sociais, apresentando ao aluno textos (orais, escritos) pertencentes a vários tipos textuais: publicitários, jornalísticos, literários, informativos, etc.

Cabe ao professor nessa metodologia criar condições para que o aluno seja crítico e reaja aos diferentes textos (verbais e não verbais), tendo consciência que por trás de cada texto há um sujeito, com uma história, com uma ideologia e com valores particulares e próprios da comunidades em que está inserido.

Levando – se em conta que o aluno tem pouca oportunidade de interagir oralmente através dessa língua fora da sala de aula, a linguagem escrita ocupa papel importante na construção do conhecimento, porém é essencial que o professor proporcione aos alunos elementos necessários para desenvolver as quatro habilidades fundamentais no processo de ensino – aprendizagem: ler, escrever, ouvir e falar.

AVALIAÇÃO

A avaliação deve ser parte integrante do processo de aprendizagem, e contribuir para a construção de saberes, levando o aluno – sujeito a ter consciência que ao realizar escolhas estará desenvolvendo a sua identidade e se constituindo como sujeito crítico.

Além, de ser útil para verificação da aprendizagem dos alunos a avaliação servirá, principalmente, para que o professor repense a sua metodologia e planeje suas aulas de acordo com a necessidade de seus alunos. Assim a avaliação assumirá o papel do crescimento do aluno – sujeito, e através dela será perceber quais são os conhecimentos – lingüísticos, discursivos, sócios – pragmáticos culturais – e as habilidades: ler – escrever, ouvir, falar que ainda não foram suficientemente trabalhados e que precisam ser abordados mais exaustivamente para garantir a efetiva interação do aluno com os discursos em Língua Estrangeira.

Caberá ao professor observar a participação dos alunos e considerar a sua interação no processo da aprendizagem, agudando-os a refletirem sobre o seu próprio desenvolvimento e identificando suas dificuldades possibilitando outros encaminhamentos que busquem superá-las.

Tanto na oralidade quanto na escrita, o aluno precisa posicionar-se como avaliador dos textos que o rodeiam bem como de seu próprio texto.

BIBLIOGRAFIA

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares para o Ensino**

Médio – Língua Estrangeira. Versão Preliminar 2008.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – PPP

PROJETO CELEM

Apresentação

Atualmente vivemos num mundo em que a linguagem ocupa papel central. Como o avanço tecnológico cresce de uma maneira vertiginosa é preciso que estejamos atentos para não ficarmos de fora dessa “comunicação rápida”. A maneira como estamos expostos às línguas em especial à Língua Estrangeira, vem nos chamar a atenção de que a cada dia que passa precisamos ter o conhecimento de Línguas Estrangeiras para estarmos não só inclusos nessa sociedade que gira em torno da comunicação e informação, mas também desenvolvendo um olhar crítico para essa sociedade.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.9.394 determinou a oferta obrigatória de pelo menos uma língua estrangeira moderna no Ensino Fundamental, a partir da quinta série, e a escolha do idioma foi atribuída à comunidade escolar, conforme suas possibilidades de atendimento (Art.26,§5.o).(DCE,2008 p.48).

A Resolução nº 3904/2008 de 27 de agosto de 2008, reitera, a importância que a aprendizagem de Línguas Estrangeiras Modernas tem no desenvolvimento do ser humano quanto a compreensão de valores sociais e a aquisição de conhecimento sobre outras culturas (SUED/SEED,2008).

Sendo assim, o Centro de Língua Estrangeira Moderna CELEM, tem por finalidade ofertar o ensino plural de línguas estrangeiras, ou seja, ele proporciona ao cidadão a oportunidade de conhecer e ao mesmo tempo, fazer parte do mundo plural. Onde cada nação é carregada de conhecimentos culturais que são expostos através da língua.

A visão do CELEM é a de que o contato com a língua estrangeira, além daquela estudada na currículo básico vem permitir ao cidadão um profundo refletir sobre a diversidade cultural existente e doravante reconhecer como a sua cultura tem um valor indispensável para entender a cultura do outro. E assim através dessa imersão cultural dada a partir da língua, o aluno tenha consciência de seu papel como sujeito ativo e transformador de uma sociedade. O domínio de uma língua estrangeira, seja qual for, tem o poder de nos colocar em contato com pessoas que possivelmente nunca conheceríamos, nunca saberíamos da sua

existência, nos insere em uma nova cultura, em um mundo extraordinariamente novo e deslumbrante. Nos permite fazer parte do todo, e sermos, literalmente, cidadãos do mundo. E ainda "...a função da Língua Estrangeira com vistas a um ensino que contribua para reduzir desigualdades sociais e desvelar as relações de poder que as apoiam" (DCE,2008 p.49) .Como já temos a língua inglesa no currículo básico, ofertaremos no CELEM o ensino da língua espanhola nesse primeiro instante para posteriormente atingirmos uma diversidade maior no ensino de línguas estrangeiras.

O CELEM oferece o estudo de Língua Estrangeira gratuitamente para todos os alunos da rede estadual de ensino, aos professores e funcionários e também à comunidade. Essa oferta gratuita é importante porque pode beneficiar as pessoas que não têm condições financeiras para arcar com despesas em cursos de extensão e muitas vezes não tem oportunidades de ampliar sua vida escolar.

O CELEM busca atender uma necessidade desse momento histórico que estamos vivendo em relação à oferta de mais de uma LEM.

O Centro de Línguas Estrangeiras Modernas tem como objetivo ofertar cursos básicos de Língua Estrangeira Moderna. Inicialmente teremos a Língua Espanhola como primeira língua a ser ofertada.

O curso básico tem duração de dois anos, compondo-se de quatro módulos desenvolvidos em quatro semestres, com a carga-horária de 80 horas cada. As aulas serão ministradas duas vezes por semana, no período contra turno do ensino regular dos alunos e como já foi mencionado anteriormente de forma exclusivamente gratuita. Ao final desse período, recebem certificado reconhecido pela SEED (Secretaria de Estado da Educação).

Justificativa

A crescente globalização da economia mundial faz com que as pessoas procurem adquirir o mais rápido possível a capacidade de comunicação em diferentes idiomas.

Sabemos que todas as áreas do currículo estão destinadas a colaborar na construção da cidadania e do sujeito crítico. Cremos que a inclusão do Centro de Línguas Estrangeiras Modernas – CELEM como atividade extracurricular, no

Colégio Estadual Prof. Francisco Manoel de Lima Camargo, contribuirá para que alunos, professores e funcionários tenham a oportunidade de ingressar no universo da Língua Estrangeira Espanhola e assim interagir e questionar essa sociedade internacionalmente carregada de marcas estrangeiras principalmente nas questões de cunho comunicativo.

Com a abertura do CELEM oportunizarmos nossa comunidade local a fazer parte dessa pluralidade cultural que se dá através do ensino da língua e principalmente essa imersão se dará de forma gratuita. “Assumir um currículo disciplinar significa dar ênfase à escola como lugar de socialização do conhecimento, pois essa função da instituição escolar é especialmente importante para os estudantes das classes menos favorecidas, que têm nela uma oportunidade, algumas vezes a única, de acesso ao mundo letrado, do conhecimento científico, da reflexão filosófica e do contato com a arte” (DCEs,2008 p.14) Pois sabemos que para se obter a fluência de uma Língua Estrangeira, é preciso procurar um instituto de Línguas e isso requer investimento, principalmente financeiro, o que dificulta o acesso de nossos alunos, visto que as condições não permitem esse ingresso. Sem falar da questão do deslocamento que encarecerá ainda mais o custo desse estudo, porque aqui em nossa cidade (Tijucas do Sul), não temos oferta escolar de idiomas.

Não poderíamos deixar de ressaltar que há também um interesse de resgatar e muitas vezes aproximar mais os alunos do ambiente escolar. Pois a falta de atividades propicia aos jovens uma busca por situações e lugares que fazem com que os valores sejam esquecidos. E atuantes nesse projeto tanto os alunos quanto a comunidade correm menos risco de vulnerabilidade social.

Fundamentação Teórica

Levando em consideração que toda língua é uma construção histórica e cultural em constante transformação, não devemos limitá-la a uma visão sistêmica e estrutural do código. Devemos sim encará-la como uma forma discursiva carregada de conhecimentos intrínsecos, pois a língua tem uma identidade sócio-cultural, sendo ela dinâmica e evoluindo com a sociedade.

Por isso, deve se abordar a diversidade linguística que leva em consideração o falante, o contexto e a finalidade do discurso.

Já no ensino de Língua Estrangeira Moderna, a língua, objeto de estudo dessa disciplina, contempla essas relações com a cultura, o sujeito e a identidade.

Propõe-se que a aula de Língua Estrangeira Moderna constitua um espaço para que o aluno reconheça e compreenda a diversidade linguística e cultural, ou seja, dessa maneira o aluno é levado a construir significados e a se sentir um representante desse universo cultural, pois estando diante de uma diferença cultural ele deve perceber que a sua cultura contribui para a formação de uma sociedade plural.

Dessa forma, é na língua e não por meio dela que se percebe e entende a realidade e, por efeito, a percepção do mundo está intimamente ligada ao conhecimento das línguas.

Para Jordão (2004, p. 164)

[...] (ao) aprender uma língua estrangeira [...] eu adquiro procedimentos de construção de significados diferentes daqueles disponíveis na minha língua e cultura materna, eu aprendo que há outros dispositivos além daquelas que me apresenta a língua materna, para construir sentidos, que há possibilidades de construção do mundo diferentes daquelas a que o conhecimento de uma única língua me possibilitaria. Nessa perspectiva, quantas mais [...] línguas estrangeiras eu souber, potencialmente maiores serão minhas possibilidades de construir sentidos, entender o mundo e transformá-lo.

Contudo, o CELEM vem nos acrescentar um ambiente onde essa linguagem seja vista como atividade social e considera o discurso um empreendimento de natureza linguística, social e cognitiva que constitui e é constituído pelo sujeito e pelo contexto.

Sendo assim, o ensino de Língua Estrangeira do CELEM deve contemplar “os discursos sociais que a compõem, ou seja, aqueles manifestados em forma de textos diversos efetivados nas práticas discursivas” (BAKHTIN, 1988).

Trata-se de tornar a aula de Língua Estrangeira um espaço de:

[...] acesso a diversos discursos que circulam globalmente para construir outros discursos alternativos que possam colaborar na luta política contra a hegemonia, pela diversidade, pela multiplicidade da experiência humana, e ao mesmo tempo, colaborar na inclusão de grande parte dos brasileiros que estão excluídos dos tipos de [...] (conhecimentos necessários) para a vida contemporânea, estando entre eles os conhecimentos (em Língua Estrangeira). (MOITA LOPES, 2003, p. 43).

Metodologia

A perspectiva de ensino do CELEM é realizar um trabalho diferenciado do que se faz com a Língua Estrangeira no currículo básico ou seja, o foco de aprendizagem dado aos alunos do CELEM será levá-los a utilizar a língua estrangeira dando possibilidades de conhecer, expressar e transformar métodos de entender o mundo e de construir significados.

A partir do Conteúdo Estruturante Discurso como Prática Social serão trabalhadas as questões que envolvem a aprendizagem de língua que são elas: linguísticas, sócio programáticas, culturais e discursivas.

Partindo desse pressuposto, o professor oferecerá ao aluno do CELEM um vasto trabalho realizado a partir de gêneros textuais, ou seja, o estudo dos gêneros dará condições para que o aluno perceba todas essas questões da língua presentes nas centenas de gêneros textuais existentes.

Segundo Marcuschi (2003: 22) “é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum gênero, assim como é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum texto.”

Portanto, através dessa exposição manipulação dos gêneros textuais, o professor poderá explorar todas as condições de produção daquele determinado gênero e levar o aluno a perceber que todo o texto é carregado de marcas. Marcas essas que muitas vezes estão explícitas, porém também na grande maioria implícitas.

Nesse processo, o aluno deve ter a oportunidade de conhecer e produzir textos de diversos gêneros, ou seja, deve ser também provocado a se expressar e a atribuir sentidos aos textos.

Acredita-se que dessa maneira, o aluno estará apto a adquirir proficiência na língua ao estar imerso nos mais variados gêneros existentes na esfera social.

Conteúdos

Conteúdo Estruturante – Discurso como Prática Social

Conteúdos Básicos – Para o trabalho com as práticas da leitura, escrita, oralidade e análise linguística, serão adotados como conteúdos básicos os Gêneros discursivos conforme suas esferas sociais de circulação.

Caberá ao professor fazer a seleção dos gêneros nas diferentes esferas, ou seja, escolher o gênero a ser trabalhado, de acordo com as características da escola e com o nível de complexidade adequado a cada um dos níveis.

Cada nível, deve respeitar o princípio de complexidade crescente, lembrando que o que vale não é a quantidade dos gêneros a serem trabalhados, mas sim a qualidade do trabalho pedagógico.

Para se trabalhar com o conteúdo específico, é de fundamental importância considerar o objetivo do ensino e também do gênero escolhido, pois a partir dele é que advêm os conteúdos básicos que pertencem às práticas da oralidade, leitura e escrita e análise linguística.

Conteúdos

LEITURA:

- ler diferentes gêneros textuais identificando:
 - características e estrutura do gênero
 - identificação do tema
 - elementos composicionais do gênero
- Interpretação textual observando:
 - conteúdo temático
 - interlocutores
 - fonte
 - intertextualidade
 - informatividade
 - intencionalidade
 - informatividade
 - marcas linguísticas
- identificação de argumentos principais e argumentos secundários
- Inferências
- Ler textos observando as características da linguagem verbal e não verbal, infográfica, mediática ,etc.
- Estabelecer relações dialógicas entre textos
- Identificação de diferentes informações explícitas e implícitas
- Estética do texto literário
- As particularidades (lexicais, sintáticas, e composicionais) do texto em registro formal e informal

Oralidade

- Adequação da linguagem ao gênero solicitado
- variedades linguística
- Particularidades de pronuncia de algumas palavras
- Elementos extralinguísticos (pausa, gestos, entonação,)
- Gírias
- Expressões idiomáticas
- finalidade do texto oral
- argumentação
- sequência lógica de ideias

PRODUÇÃO ESCRITA

Adequação do texto ao gênero solicitado observando:

- conteúdo temático-
- marcas linguísticas (formal/ informal)
- elementos composicionais do gênero
- finalidade do texto
- Operadores argumentativos
- coerência e coesão
- concordância verbal e nominal
- Pontuação
- Ortografia
- acentuação

- paragrafação
- Síntese de informações
- Paráfrase
- Intertextualidade
- revisão textual
- refacção textual
- rescrita textual

ANÁLISE LINGUÍSTICA:

Perpassando as práticas da leitura, oralidade e escrita;

- Operadores argumentativos
- coerência e coesão
- concordância verbal e nominal
- Pontuação
- Ortografia
- acentuação
- paragrafação
- Expressividade do substantivo, artigo e adjetivo e suas funções no texto
- Função do advérbio, verbo, pronome e outras categorias gramaticais como elementos do texto
- recursos gráficos:aspas, travessão,negrito, itálico,hífen,etc.
- Processo de formação de palavras
- figuras de linguagem e de pensamento
- Valor sintático e estilístico dos modos e tempos verbais
- As regularidades e irregularidades da conjugação verbal

- sentido próprio e sentido figurado
- Operadores argumentativos
- Semântica
- A função das conjunções e preposições na conexão das partes do texto
- Coordenação e subordinação nas orações do texto
- discurso direto e indireto
-

Para isso sugerimos que os seguintes gêneros sejam trabalhados:

1º semestre – receitas, bilhete, música, poesia, provérbio, diálogos, mapas, pintura, HQ's, biografia, autobiografia, cartão, convite, fotos, diário, cartuns, charge.

2º semestre – receitas, carta pessoal, cartão, lendas, cartazes, pesquisa, resumo, verbete, seminário, classificados, infográficos, tiras, manchete, notícia.

3º semestre – manual técnico, bulas, filmes, desenho animado, placas, folder, propaganda, anúncio, carta do leitor, notícias, contos, poemas, desenho, seminário.

4ª semestre – anúncio de emprego, palestra, filmes, entrevista, propaganda, romance, narrativa de humor, resumos, relatos, letras de música, anedotas, convite, reportagens.

Avaliação

A avaliação deve ser parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. É importante, neste processo, que o professor organize o ambiente pedagógico, observe a participação dos alunos e considere que o engajamento discursivo na sala de aula se faz pela interação verbal, a partir da escolha de textos consistentes, e de diferentes formas: entre os alunos e o professor; entre os alunos na turma; na interação com o material de apoio; nas conversas em língua materna e língua estrangeira; no próprio uso da língua, que funciona como recurso cognitivo ao promover o desenvolvimento de ideias (Vygotsky, 1989).

Por isso, o aluno do CELEM terá que apresentar um envolvimento eficaz com a língua estrangeira com a qual se tem contato. A partir das habilidades linguísticas: ler, falar, escrever e ouvir o aluno deverá reconhecer-se como crítico e ao mesmo tempo parte do processo de construção de sentido que essa língua lhe proporcionou, porque ao expressar sua opinião e entendimento está implicitamente mostrando o seu “eu” diante de toda produção discursiva seja ela verbal ou não-verbal.

Cabe ressaltar que o professor fará uso de diversos instrumentos que focalizem as habilidades comunicativas através de: seminários, debates, produções escritas entre outros gêneros da esfera escolar e científica.

Avaliar é investigar para intervir. Para realizar essa tarefa, o professor poderá construir os mais variados instrumentos avaliativos, com a condição de que eles sejam bem elaborados e adequados às suas finalidades. Para isso, o professor poderá elaborar atividades que contemplem os seguintes instrumentos avaliativos; leitura compreensiva de textos, atividades a partir de recursos audiovisuais, pesquisa bibliográfica, produção escrita, apresentação oral, trabalho em grupo, questões objetivas, questões discursivas, seminários, palestra, exercícios extra classe, etc, assim haverá uma possibilidade para que o professor verifique a compreensão dos conteúdos abordados em aula, analisando o conhecimento prévio do aluno, e aquele adquirido no processo de ensino – aprendizagem.

Para a avaliação de aprendizagem de **leitura** o professor poderá investigar no aluno, as seguintes práticas:

- compreende e interpreta a linguagem utilizada no texto

- reconhece os recursos expressivos específicos do texto literário
- articula o conceito/ conteúdo / tema discutido nas aulas com o texto literário
- emite opiniões a respeito do que leu
- compreende a finalidade e as intenções do texto
- estabelece relações dialógicas entre textos
- interpreta textos com o auxílio de material gráfico diverso (propaganda, gráficos, mapas, infográficos, fotos, etc)
- Identifique informações implícitas e explícitas nos textos.

No trabalho em grupo o professor pode avaliar se cada aluno:

- Demonstra os conhecimentos formais da disciplina , estudados em sala de aula, na produção coletiva de trabalhos na sala de aula ou em espaços diferentes.
- Compreende a origem da construção histórica dos conteúdos trabalhados e sua relação com a contemporaneidade e o seu cotidiano
- estabelece relação de causa e consequência, em textos verbais e não-verbais
- distingue efeitos de humor e o significado de uma palavra pouco usual
- identifica o efeito de sentido produzido pelo uso da pontuação

Na **produção escrita** será adotados os seguintes critérios;

- produzir textos atendendo às circunstância de produção (gênero, interlocutor, finalidade, etc.)
- Expressar as ideias com clareza (coesão , Coerência)
- elaborar argumentos consistentes
- Produzir textos respeitando o tema

- estabelecer relações entre as partes do texto
- adequar a linguagem as exigências do contexto

Para atividade de **apresentação oral**, o aluno poderá ser avaliado de acordo com os seguintes critérios:

- conhecimento do conteúdo
- argumentos selecionados
- adequação da linguagem
- sequencia lógica e clareza na apresentação
- produção e uso dos recursos
- compreensão dos conteúdos abordado
- consistência dos argumentos tanto na apresentação quanto nas replicas
- pertinência das fontes de pesquisa

Na **análise linguística** os critérios avaliados serão os seguintes:

- diferencia linguagem formal e informal
- utiliza adequadamente recursos linguísticos como o uso de pontuação ,do artigo, substantivo, pronome , etc.
- estabelece relações semânticas entre partes do texto(de causa, tempo,de comparação,
- distingue o sentido conotativo do denotativo
- distingue o sentido metafórico do literal nos textos orais e escritos

Referência

BARKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988.

JORDÃO, C. M. **A língua estrangeira na formação do indivíduo**. Curitiba, 2004a mimeo.

MOITA LOPES, L. R; ROJO, R. H. R. **Linguagens, códigos e suas tecnologias**. In: Brasil (DPEM Orientações curriculares do ensino médio). Brasília: MEC, 2003, p. 43).

SEED/PR. **Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná – Língua Estrangeira Moderna**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2008.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989a.

**COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR FRANCISCO MANOEL DE LIMA
CAMARGO**

PROPOSTA CURRICULAR SOCIOLOGIA - ENSINO MEDIO

**TIJUCAS DO SUL
2010**

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

A sociologia surgiu em pleno século XIX, no bojo da sociedade industrial e seus problemas. São estas inquietações geradas pela nova sociedade industrial, o principal que levara os primeiros sociólogos a compreender as modificações nas relações impostas pelo capitalismo. Neste século, foram desenvolvidos os primeiros esforços sistemáticos para delimitação do objeto de estudo da sociologia, e para definição de seu método. Isso permitiu que a sociologia se constituísse como uma ciência, cabendo a Augusto Comte o primeiro a utilizar o termo sociologia. Posteriormente Durkheim, com seus estudos dará a sociologia, o status de ciência. Diferente de Durkheim e Comte as idéias de Karl Marx também no século XIX contrastam radicalmente: sua teoria do conflito, analisa criticamente a sociedade industrial, propondo transformações radicais.

Na América Latina, a sociologia nasceu sob influencia da sociologia Francesa e norte Americana, marcada após 1950/60 pelos estudos sobre desenvolvimento nacional e modernização social e político.

No Brasil, somente após a década de 30, foram fundados centros universitários destinados a formar sociólogos. Neste centros fizeram seus cursos Florestam Fernandes, Azis, Simão, Jaguaribe que foram os primeiros sociólogos formados no Brasil. na segunda geração vieram Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Francisco Weffort e outros.

Na Era Vargas, a sociologia praticamente desaparece dos currículos escolares. Este fato, (a obrigatoriedade ou não) vai ser uma constata na trajetória do ensino da sociologia, tanto como conhecimento como forma de interpretação da realidade.

Nos anos 60, expande – se nos cursos superiores porém é pouco expressiva nos cursos secundários, para na década de 70, em função da Ditadura militar, ser excluída das grades dos cursos secundários. Com o processo de redemocratização da década de 80 iniciam – se movimentos pela inclusão da sociologia no chamado 2.º Grau, mas ainda não como disciplina obrigatória.

A promulgação da L.D.B. abre novas perspectivas para a inclusão da Sociologia nas grades curriculares evidenciando a importância dessa disciplina para o exercício da cidadania.

Especificamente em nosso estado só a partir de 2004 uma série de políticas públicas implementadas pela SEED chamaram a atenção da comunidade escolar, a respeito da importância do conhecimento sociológico para o aluno do Ensino Médio.

Assim, pela via do conhecimento sociológico sistematizado, o educando poderá construir uma postura mais reflexiva e crítica diante da complexidade do mundo moderno. Ao compreender melhor a dinâmica da sociedade em que vive, poderá perceber-se como elemento ativo, dotado de força política e capacidade de transformar e, até mesmo, viabilizar, através do exercício pleno de sua cidadania, mudanças estruturais que apontem para um modelo de sociedade mais justo e solidário.

No presente a sociologia tem um papel histórico que vai muito além da leitura e de explicações teóricas da sociedade. É preciso desconstruir, refletir, duvidar, para depois construir e agir. Na é tarefa da escola e da sociedade a formação de novos valores e novas práticas sociais que apontem para uma construção de novas relações sociais.

OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA

- Trabalhar e desenvolver o conhecimento sociológico, incentivando a observação, a pesquisa, a análise e a reflexão sobre a sociedade e os fenômenos sociais, levando-os a práticas sociais diversas;
- Favorecer para que o aluno desenvolva sua autonomia intelectual, de forma a ser capaz de confrontar diferentes opiniões e construir sua própria visão de mundo;
- Desenvolver o compromisso com a ampliação do exercício da cidadania, percebendo-se como um agente social que fatalmente intervém na sua sociedade transformando-a;
- Possibilitar a compreensão dos condicionantes econômicos, sociais, políticos, culturais da sociedade brasileira e a construção de referências para análise da sociedade contemporânea.
- Oportunizar aos alunos a consciência da vinculação entre suas vidas (individual e cotidiana) e o rumo que toma a História mundial;
- Dotar os alunos de instrumentos teóricos que lhes possibilitem ultrapassar o senso comum e entender-se como reflexo e agente de transformações sociais;
- Desenvolver a “imaginação sociológica” aprendendo a pensar sociologicamente, isto é, percebendo fatos que aparentemente individuais, relacionam-se / originam-se dos contextos sociais em que nos encontramos.

CONTEÚDOS

1º ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS
* Surgimento da sociologia e teorias sociológicas.	* Formação e consolidação da sociedade capitalista e o desenvolvimento social; * Teorias sociológicas clássicas: Comte, Durkheim, Engels, Marx, Weber. * O desenvolvimento da Sociologia no Brasil.	* A sociologia em nossa vida; * Para que estudar Sociologia? * Histórico das Ciências Sociais e da Sociologia. * Durkheim e os fatos sociais; * Weber e o conceito de ação social; Marx e as classes sociais.
* O processo de socialização e as instituições sociais.	* Processo de Socialização: * Instituições Sociais, Familiares, Escolares, Religiosas; * Instituições de reinserção (prisões, manicômios educacionais, asilos, etc.	* A família como instituição social; * A Escola; * A Religião; * O Estado

2º- ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS
* Cultura e Industria Cultural	* Desenvolvimento antropológico do conceito de cultura e sua contribuição na análise das diferentes sociedades; * Diversidade cultural; * Identidade; * Indústria cultural; * Meios de comunicação de massa; * Sociedade de consumo. * Indústria Cultural no Brasil; * Questões de gênero; * Cultura afro-brasileiras e africanas; * Cultura indígena	* O que é cultura? * Identidade Cultural; * Cultura popular x erudita; * O papel dos meios de comunicação massa; * O impacto da TV * TV e violência; O imperialismo da mídia; Resistências e alternativas a mídia global.

3º ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS
* Trabalho, Produção e Classes Sociais;	* O conceito de trabalho e o trabalho nas diferentes sociedades; * Desigualdades sociais: estamentos, castas, classes sociais; * Organização do trabalho nas sociedades capitalistas e suas contradições; * Globalização e Neoliberalismo; * Relações de trabalho; * Trabalho no Brasil;	* O que é trabalho? * Os diferentes significados do valor do trabalho na história (antiguidade, feudalismo e escravidão); * O trabalho na sociedade capitalista e as análises sociológicas de Durkheim e Karl Marx; * Mulher e trabalho; * Desemprego no mundo e no Brasil; * Globalização; * Neoliberalismo e os movimentos antiglobalização no mundo atual;
* Poder, Política e Ideologia.	* Formação e desenvolvimento do Estado Moderno; * Democracia, autoritarismo, totalitarismo; * Estado no Brasil; * Conceitos de poder; * Conceitos de ideologia; * Conceitos de dominação e legitimidade;	* Teorias sociológicas que explicam as relações de poder: Durkheim, Marx, Michells; * Estado Teocrático / Estado Absolutista / Estado Aristocrático; * O Estado do bem estar social; * Novas atribuições do Estado; * O Estado neoliberal.

	<ul style="list-style-type: none"> * As expressões de violência nas sociedades contemporâneas; 	
<ul style="list-style-type: none"> * Direitos, Cidadania e Movimentos Sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> * Direitos: civis, políticos e sociais; * Direitos humanos; * Conceito de cidadania; * Movimentos sociais; * Movimentos sociais no Brasil; * A questão ambiental e os movimentos ambientalistas; * A questão das ONG's. 	<ul style="list-style-type: none"> * Movimentos sociais; * Movimentos agrários no Brasil; * Movimento estudantil; * Outros movimentos: gay, feminista, tradicionalista, jovens, ecológicos, locais, etc.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

- Cultura e indústria cultural

CONTEÚDOS BÁSICOS

- Desenvolvimento antropológico do conceito de cultura e sua contribuição na análise das diferentes sociedades;
- Diversidade cultural;
- Identidade;
- Indústria Cultural;
- Meios de comunicação de massa;
- Sociedade de consumo;
- Indústria cultural no Brasil;
- Questões de gênero;
- Cultura afro brasileiras e africanas;
- Culturas indígenas.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- O que é cultura?;
- Identidade cultural;
- Cultura popular x cultura erudita;
- O papel dos meios de comunicação de massa;
- O impacto social da TV;
- TV e violência;
- O imperialismo da mídia;
- Resistências e alternativas a mídia global.

3º ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

- Trabalho, Produção e Classes Sociais;
- Poder, Política e Ideologia;
- Direitos, Cidadania e Movimentos Sociais;

CONTEÚDOS BÁSICOS

- O conceito de trabalho e o trabalho nas diferentes sociedades;
- Desigualdades sociais: estamentos, castas, classes sociais;
- Organização do trabalho nas sociedades capitalistas e suas contradições;
- Globalização e neoliberalismo;
- Relações de trabalho;
- Trabalho no Brasil.
-

Conteúdos para estudo – 2º Ano

Temas / Sub-temas

Para que estudar sociologia?

Sociologia – Histórico

O desenvolvimento do pensamento sociológico

Durkheim, e os fatos sociais;

Weber e a ação social;

Marx e as classes sociais.

A família como instituição social

Cultura e Indústria Cultural

O que é cultura?

Cultura popular / erudita

Cultura de massa

O papel dos MCMassa

O impacto da TV

TV e violência

O Imperialismo da mídia

Resistências e alternativas, a mídia global

Trabalho e vida econômica

O que é trabalho?

Os diferentes significados do valor do trabalho na história

O trabalho na sociedade capitalista e as análises de Durkheim e Karl Marx

Mulheres e o trabalho

Trabalho / família

Desemprego no mundo e no Brasil

Poder

Definição de poder

Teorias sociológicas que explicam as relações de poder: Durkheim / Marx

Estado do bem-estar social

As novas atribuições do Estado

Os movimentos sociais

METODOLOGIA DA DISCIPLINA

A Sociologia no ensino médio tem como principais metas permitir ao aluno a compreensão da realidade social como uma totalidade concreta, diversa, mas nem por isso fragmentada e, por outro lado, oferecer elementos teóricos e sugestões que possibilitem levar os alunos a uma reflexão crítica. Para tanto, é necessário iniciar o uso com uma breve contextualização da construção histórica da sociologia e das teorias sociológicas fundamentais, que devem ser constantemente retomadas, pois o conhecimento sociológico não se resume a definições e classificações; é indispensável explicar e explicar problemáticas sociais concretas, desconstruindo pré-noções e pré-conceitos, que quase sempre dificultam a autonomia intelectual e ações políticas direcionadas às transformações sociais.

Por isso, a metodologia proposta pela Sociologia parte em princípio, abordar as questões a partir da realidade do aluno, isto é como o trabalho, o estado, a cultura, a ideologia e a cidadania manifestam-se no seu cotidiano, fazendo com que ele construa sua própria visão da realidade econômica, social, política e cultural. Dentro deste contexto o debate, a discussão, a observação de fenômenos sociais e políticos através de filmes, jornais, revistas, documentários e músicas e, principalmente as práticas sociais por meio de pesquisas de campo, entrevistas, simulações, depoimentos, manifestações políticas e trabalhistas, visitas a instituições públicas, ONGs e associações podem possibilitar ao aluno a construção de uma visão própria de mundo e da sociedade brasileira contribuindo para a formação da cidadania e das práticas sociais.

Em todas as estratégias utilizadas, é fundamental partir da realidade do aluno e recorrer como método a utilização do diálogo, da interlocução entre professores e alunos para a construção da consciência crítica tendo assim, como ponto de partida, sua realidade (e sua visão de mundo) até chegar a construção de compreensão crítica; ou seja, um processo de ensino-aprendizagem produtivo, que liga o trabalho realizado em sala de aula, com a vida, dinamizando o trabalho escolar.

AValiação

Baseia-se essencialmente, no desenvolvimento do conhecimento, partindo-se de visão de mundo do aluno baseada principalmente no senso comum, para a construção de uma visão sociológica, onde o aluno perceba que as diversas situações do cotidiano, não são encontradas respostas na natureza ou na vontade individual, e sim, na sociedade, nos grupos ou ações sociais que as condicionam. Assim a avaliação em Sociologia está voltada no pensar e refletir, elaborada de forma transparente, coletiva com critérios bem definidos. É necessário valorizar alguns conceitos básicos da ciência, articulados com a prática social, tais como: capacidade de argumentação fundamentada, clareza e coerência na forma de analisar os problemas sociais, capacidade de iniciativa e autonomia para tomar atitudes diferenciadas, são dados informativos ao professor do alcance da sociologia no cotidiano de seus alunos.

As formas de avaliação em sociologia, portanto, acompanham as próprias práticas de ensino e de aprendizagem da disciplina, seja a reflexão crítica nos debates, seja na participação nas pesquisas de campo, seja também na produção de textos que articulem teoria e prática.

BIBLIOGRAFIA

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares para o Ensino Medio – Sociologia.** Versão Preliminar 2006.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – PPP

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS DE COMPLEMENTAÇÃO CURRICULAR - Programa Viva Escola

O programa Viva Escola visa a expansão de atividades pedagógicas realizadas na escola como complementação curricular, vinculadas ao Projeto Político Pedagógico, a fim de atender às especificidades da formação do aluno e de sua realidade.

As Atividades Pedagógicas de Complementação Curricular têm os seguintes objetivos:

- Dar condições para que os profissionais da educação, os educandos da Rede Pública Estadual e a comunidade escolar, desenvolvam diferentes atividades pedagógicas no estabelecimento de ensino no qual estão vinculados, além do turno escolar;
- Viabilizar o acesso, permanência e participação dos educandos em atividades pedagógicas de seu interesse;
- Possibilitar aos educandos maior integração na comunidade escolar , fazendo a interação com colegas, professores e comunidade;

O Programa compreende quatro núcleos de conhecimento:

- Expressivo-Corporal: esportes jogos, brinquedos e brincadeiras, ginástica, lutas, teatros, danças, etc;
- Científico-Cultural: história e memória, cultura regional, atividades literárias, artes visuais, músicas, investigação científica, divulgação científica e mídias;
- Apoio à Aprendizagem: Centro de Línguas Estrangeiras Modernas; Sala de Apoio à Aprendizagem; Ciclo Básico de Alfabetização; Sala de Recursos; Sala de Apoio da Educação Escolar indígena;
- Integração Comunidade e Escola: Fórum de estudos e Discussões; Preparatório para o Vestibular.

As atividades desenvolvidas no Colégio Prof. Francisco M.L.Camargo são:

COLÉGIO EST.PROF.FRANCISCO M.L.CAMARGO

PLANO DE TRABALHO DOCENTE

Núcleo de Conhecimento: Expressivo-Corporal

Atividade: Teatro

Título: Teatro na Escola

Professora: Maribel do Carmo Scroccaro

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

- a) Elementos formais
- b) Composição
- c) Movimentos e Períodos

CONTEÚDOS BÁSICOS

a) Elementos formais:

- Personagem
- Espaço
- Ação

b) Composição:

- Gêneros: comédia, infanto-juvenil
- Técnicas: jogos teatrais, mímica, improvisação
- Ensaio
- Representação

c) Movimentos e Períodos:

História do teatro

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

a) Elementos formais:

- Aplicação de técnicas para criação de personagens fictícios.
- Aprimoramento da ação dramática através de diferentes jogos teatrais em espaços tradicionais.

b) Composição:

- Percepção do movimento corporal através de jogos de integração, expressão corporal, gestural e vocal, improvisação e mímica.

c) Movimentos e Periodos:

- Períodos da história do teatro, desde a Antiguidade até as mais modernas formas teatrais.

JUSTIFICATIVA

As possibilidades de aprendizagem oferecidas pelo teatro na educação, destacam-se a: criatividade, socialização, memorização, coordenação. Com o teatro o educando tem a oportunidade de se colocar no lugar do outro. O teatro na escola promove o relacionamento do homem com o mundo.

METODOLOGIA

A metodologia deve garantir e ajudar os alunos a desenvolver modos interessantes, imaginativos e criativos de fazer e pensar teatro, garantindo acesso às mais variadas formas de linguagem teatral, exercitando seus modos de expressão e comunicação. Conforme o andamento dos conteúdos e necessidades específicas de cada aluno, a apresentação e explicação poderá ser de forma oral, escrita, através de dinâmicas de grupo e individuais, utilização de músicas, TV multimídia, textos dramáticos consagrados. Além desses recursos, levar o aluno a ter contato com outros grupos e apreciação de espetáculos

profissionais, no sentido de haver uma real aquisição, ampliação e troca de experiências.

AVALIAÇÃO

A avaliação será de forma constante, conforme o andamento das atividades. Será levado em conta a qualidade dos trabalhos quanto ao conteúdo, a participação e interesse dos alunos, observando-se o desenvolvimento do senso crítico e desenvoltura corporal, gestual, vocal e facial, além do envolvimento e responsabilidade quanto a apresentação do trabalho final no segundo semestre.

Espera-se que o aluno:

- Compreenda os elementos que estruturam e organizam o teatro;
- Aproprie-se da prática e teoria de técnicas e modos de composição teatral presentes no cotidiano;
- Compreenda as diferentes formas de representação presentes no cotidiano, suas origens e práticas contemporâneas;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BOAL, Augusto. Jogos para atores e não atores. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do. Diretrizes Curriculares de Arte para a Educação Básica. Departamento de Educação Básica. Curitiba: 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do. LDP: Livro Didático Público de Arte. Curitiba: SEED-PR, 2006.

COLÉGIO EST.PROF.FRANCISCO M.L. CAMARGO

PLANO DE TRABALHO DOCENTE

Núcleo de Conhecimento: Científico Cultural

Atividade: Atividades Literárias

Título: Leitura e Produção Literária: entendendo os clássicos

Professora: Elaine Cristiane Procelli

JUSTIFICATIVA

As atividades a serem realizadas com os alunos têm como objetivo despertar o interesse pela leitura de obras literárias consideradas clássicas, aguçando o gosto pela leitura. Essas atividades se diferenciam por trabalhar o livro na sua íntegra oportunizando aos alunos um trabalho mais íntimo com a obra literária. Estar em contato com essas obras clássicas traz uma bagagem cultural que ajuda a formar leitores mais críticos.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE

Discurso como prática social

CONTEÚDO BÁSICO

- Textos argumentativos: "10 motivos para ler os clássicos"
- Gênero textual: obra literária clássica "Alice no país das maravilhas" de Lewis Carrol
- Gênero textual: peça teatral
- Gênero textual: sinopse de livros clássicos

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- Finalidade e intencionalidade do texto;
- Elementos linguístico que marcam um texto argumentativo;
- Elementos narrativos da ficção de aventura na obra "Alice no país das maravilhas";
- Elementos de intertextualidade presentes na obra literária;
- Contexto histórico presente na obra;
- Marcas linguísticas de uma peça teatral sobre a obra;
- Marcas linguísticas do gênero textual sinopse (composição do texto, intenção do texto e estrutura na produção escrita de uma sinopse de livros clássicos.

METODOLOGIA

- Apresentar o texto " Os 10 motivos de ler livros clássicos" e discutir sobre as razões do porquê um livro é considerado clássico e características de uma obra literária clássica.
- Solicitar pesquisa de alguns autores a partir da lista de obras clássicas universais.
- Sugerir que os alunos pesquisem alguns títulos de livros clássicos universais.
- Iniciar a leitura da obra "Alice no país das maravilhas" dividindo capítulos.
- Leitura dos capítulos de forma coletiva nos encontros para oportunizar que todos tenham contato com a obra literária.
- A cada encontro apresentar a leitura dos capítulos de forma coletiva e/ou individual.
- Após a leitura completa da obra, sugerir aos alunos a apresentação da leitura desse livro se utilizando do gênero textual: peça de teatro

- Preparação do texto e adaptação em forma de peça de teatro voltado para o público infantil.
- Ensaio das falas dos personagens e preparação do cenário.
- Levar os alunos participantes da atividade ao cinema para assistir a versão da desconstrução da obra "Alice no país das maravilhas" de Tim Burton.
- Discutir as semelhanças e diferenças entre a obra literária e o filme.
- Produção de um livro ilustrado da obra apresentada para crianças do 1º ano do EF.
- Apresentar a peça de teatro " Alice no país das maravilhas" para os alunos do 1º ano da Escola Municipal Profª Leovanil Camargo e em seguida realizar uma oficina sobre o clássico através de uma conversa informal sobre a história, utilizando o livro ilustrado como base para reconhecer os personagens e sequência do enredo.

Sinopses de livros:

- Organizar a galeria dos clássicos universais;
- Levar os alunos ao laboratório de informática para pesquisar sinopses de algumas obras clássicas solicitadas pelo professor;
- Explicar as marcas que caracterizam uma sinopse;
- Pesquisa da capa do livro com sua respectiva sinopse sobre os livros solicitados de maneira individual;
- Realizar a pesquisa de campo sobre quais dos livros pesquisados encontramos na biblioteca;
- Organizar a exposição da Galeria dos Clássicos Universais. Colar as sinopses e organizar um espaço com os livros emprestados da biblioteca.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será de maneira contínua durante todos os encontros, observando a participação e o envolvimento dos alunos na realização das atividades propostas.

Espera-se que o aluno:

- Realize as leituras sugeridas pelo professor.
- Compareça aos encontros assiduamente.
- Desenvolva capacidade crítica ao emitir opiniões sobre os textos e obras lidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

PARANÁ. Diretrizes Curriculares para a Educação Básica. SEED, Curitiba: 2008

Texto "10 motivos para ler os clássicos".

Livro: Alice no país das maravilhas- Lewis Carrol

COLÉGIO EST.PROF.FRANCISCO M.L. CAMARGO-EFM

NÚCLEO DE CONHECIMENTO:Científico-Cultural

ATIVIDADE: História e Memória

TÍTULO: Rememora III-Nossa Escola tem História

Responsável: Gisele Lutke Santos Jarek

CONTEUDO ESTRUTURANTE:

Relações Culturais

Relações de Poder

Conteúdos Básicos:

A experiência humana através do tempo

As culturas locais e a cultura comum

Conteúdos Específicos:

A História em nossa vida

Historiografia

O ofício do Historiador

O Herói na História

Fontes Históricas

Memória e História

Memória e Identidade

A História Oral como metodologia- técnicas e procedimentos.

JUSTIFICATIVA:

Os conteúdos elencados acima são indispensáveis para que o aluno reflita e amplie os conceitos teóricos sobre memória, história e o papel do historiador a fim de subsidiar os alunos para a etapa posterior do REMEMORA III em que os alunos irão realizar diversas atividades tendo como foco a história da escola e seu cinquentenário ,utilizando metodologias e procedimentos próprios da ciência histórica.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO:

Dinâmica de apresentação:

Preenchimento da ficha: quem sou eu?

Exibição do filme: Narradores de Javé - Debate a partir de questões propostas.

Dinâmica da caixinha: isso me lembra...

Apresentação de slides: História e Memória

Leitura e produção de textos: um momento especial....

Leitura: Guilherme Augusto Araujo Fernandes

Audição de textos do gênero memórias de autores como Zélia Gatai ,Tatiana Belinky e Bartolomeu Campos de Queirós

Seleção de possíveis entrevistados

Elaboração de roteiro de perguntas.

Colhendo Memórias: entrevistas com moradores locais sobre seu tempo de escola

Produção de texto- coletiva

produção de texto - individual

Atividades no caderno.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será contínua levando em conta a responsabilidade perante as atividades propostas, a participação em todas as atividades da primeira fase do programa, espera-se que o aluno:

- Compreenda o que é memória.
- Valorize as experiências das pessoas mais velhas.
- Perceba como objetos, imagens e fotografias podem ser documentos históricos.
- Compreenda que as memórias podem ser registradas oralmente e por escrito.
- Desenvolva atitudes investigativas nas entrevistas e coletas de dados sobre a história da escola, planejando e realizando dentro da metodologia proposta.
- Produza textos individuais e coletivos.

REFERENCIAS:

ALTENFELDER,Anna Helena. Se bem me lembro.São Paulo: Peirópolis,2006.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação do.Diretrizes Curriculares de História para a Educação Básica.Departamento de Educação Básica.Curitiba:2008

MAGALHAES, Leandro. Educação Patrimonial;da teoria a prática.UNIFIL,2008.

SOARES,Andre.Educação Patrimonial:relatos e experiencias.Editora UFSM,2008.

SILVA,René. Cultura Popular e Educação.Salto para o futuro.Brasília. MEC.2008.

PLANO DE TRABALHO DOCENTE

NÚCLEO DE CONHECIMENTO: Integração Comunidade e Escola

ATIVIDADE: Preparatório para o vestibular

TÍTULO: Curso Preparatório para o vestibular

RESPONSÁVEL: Cristiane Alves Machado Valoski

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

FILOSOFIA- Mito e Filosofia, Teoria do Conhecimento.

GEOGRAFIA- Dimensão econômica do espaço geográfico, Dimensão política do espaço geográfico, Dimensão cultural e demográfico do espaço geográfica, Dimensão socioambiental do espaço geográfico.

HISTÓRIA- Relações de Trabalho, Relações de Poder, Relações Culturais.

BIOLOGIA- Organização dos Seres Vivos, Mecanismos Biológicos, Biodiversidade, Manipulação Genética.

FÍSICA- Movimento, Termodinâmica, Eletromagnetismo.

LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA- Discurso como Prática Social

LÍNGUA PORTUGUESA- Discurso como Prática Social

MATEMÁTICA- Números e Álgebra, Grandezas e Medidas, Funções, Geometrias, Tratamento da Informação.

QUÍMICA- Matéria e sua natureza, Biogeoquímica, Química Sintética.

CONTEÚDOS BÁSICOS

FILOSOFIA : (MARÇO)

- Saber Mítico
- Saber Filosófico
- Relação Mito e Filosofia
- Possibilidade do Conhecimento

GEOGRAFIA: (MARÇO-ABRIL)

- A formação e transformação das paisagens naturais
- A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção
- A formação, localização e exploração dos recursos naturais.
- A distribuição espacial das atividades produtivas e a (re)organização do espaço geográfico.
- As relações entre o campo e a cidade na sociedade capitalista.

HISTÓRIA: (ABRIL-MAIO)

- O Estado e as relações de poder
- Trabalho escravo, servil, assalariado e o trabalho livre
- Urbanização e industrialização
- Os sujeitos, as revoltas e as guerras
- A cultura e a religiosidade
- Movimentos sociais, políticos e culturais e as guerras e revoluções

BIOLOGIA (SETEMBRO-OUTUBRO)

- Classificação dos seres vivos
- Sistemas biológicos: anatomia, morfologia e fisiologia
- Mecanismos de desenvolvimento embriológico

- Mecanismos celulares biofísicos e bioquímicos
- Teorias Evolutivas
- Transmissão das características hereditárias
- Organismos geneticamente modificados

FÍSICA (MAIO-JUNHO)

- Movimento e inércia
- Energia e o Princípio da Conservação da energia
- Gravitação
- Termodinâmica
- Eletromagnetismo
- A natureza da luz e suas propriedades

LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA- (OUTUBRO)

- Gêneros discursivos e seus elementos composicionais
- Leitura
- Escrita
- Oralidade

LÍNGUA PORTUGUESA – (OUT.-NOV- DEZ)

- Gêneros Discursivos
- Leitura
- Escrita
- Oralidade

MATEMÁTICA: (JUNHO-JULHO)

- Medidas de Área
- Medidas de Volume
- Trigonometria
- Função Polinomial
- Função Exponencial
- Função Logarítmica
- Geometria Analítica
- Matemática Financeira
- Análise Combinatória

QUÍMICA: (AGOSTO-SETEMBRO)

- Matéria
- Solução
- Velocidade das reações
- Equilíbrio químico
- Ligação Química
- Reações Químicas
- Radioatividade
- Gases
- Funções Químicas

JUSTIFICATIVA

O programa visa desenvolver atividades que levem os alunos adquirirem conhecimentos sobre os conteúdos que serão abordados nos diversos concursos vestibulares e o Enem de todas as disciplinas do Ensino Médio, proporcionando aos alunos e egressos as condições necessárias para a realização destes.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Orientar os alunos com relação a escolha de instituições de ensino superior reconhecidas pelo MEC;
- Esclarecer dúvidas quanto aos cursos de interesse;
- Orientar os educandos quanto aos processos seletivos que ocorrem em diferentes universidades, tais como tipo de avaliação, datas e locais;
- Orientar os alunos sobre as bolsas de estudos e de financiamentos disponíveis em cada instituição;
- Estudar os editais de inscrição das instituições de ensino superiores de interesse dos educandos;
- Analisar, discutir e resolver diferentes provas do Enem e concursos vestibulares de instituições variadas, preparando o aluno para a resolução dos exercícios;

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

As aulas obedecerão um cronograma com carga horária semanal de forma a contemplar todas as disciplinas. Convidar professores de outras disciplinas à ministrarem aulas, palestras e esclarecimentos de dúvidas na resolução dos exercícios sempre que possível. Serão trabalhadas aulas expositivas, exibição de vídeoaulas do programa Eureka e TV Paulo Freire, resolução das atividades da apostila do Eureka, resolução de provas do Enem e concursos vestibulares de anos anteriores, pesquisas no laboratório de informática e biblioteca da escola, seminários, e apresentação das atividades realizadas.

Será realizado teste vocacional e participação em Feiras de Profissão para ajudar os alunos na escolha certa dos cursos ofertados nas diversas universidades.

RECURSOS

- TV multimídia
- Vídeoaulas (Eureka/TV Paulo Freire)
- Laboratório de informática
- Provas concursos vestibulares e Enem
- Apostilas Eureka
- Material do portal dia-a-dia educação
- Leitura de diversos textos produzidos em diversas esferas sociais

AValiação

A avaliação será contínua levando-se em consideração a participação e frequência nos encontros, o interesse, a responsabilidade perante as atividades propostas. Serão utilizados como instrumentos de avaliação os trabalhos em grupo, produção escrita, resolução das atividades, pesquisas e auto-avaliação.

REFERÊNCIAS

PARANÁ. Diretrizes Curriculares para Educação Básica. SEED/SUED, Curitiba, 2008.

Secretaria de Estado da Educação. Livros Didáticos Públicos Ens. Médio. Curitiba: SEED, 2007

Secretaria de Estado da Educação. EUREKA, Curitiba: SEED, 2007

WWW.diaadiaeducacao.pr.gov.br

Jornal Gazeta do Povo

Livros Didáticos do MEC

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:

1.OBJETIVOS DA OFERTA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Atender a demanda da educação de jovens e adultos que não concluíram o Ensino Fundamental ou Médio no tempo regular de estudos;

Ampliar a oferta de modalidades de ensino no Colégio Estadual Professor Francisco Manoel de Lima Camargo;

– Contribuir para a formação humana dos educandos da EJA, levando em conta suas especificidades (saberes, cultura);

– Proporcionar um conhecimento crítico e reflexivo sobre as diferentes formas de agir e mudar o mundo em que os educandos estão inseridos.

– Perfil do Educando

Uma das características mais marcantes deste Colégio é o atendimento a alunos de vários níveis sociais e culturais sem nunca priorizar qualquer tipo de atendimento diferenciado. O Projeto Político Pedagógico procura atender a todos da mesma forma, direcionando para uma visão crítica da vida, permitindo ao educando um posicionamento como pessoa ativa, no meio social em que vive, abrindo ainda oportunidades de troca de informações e idéias entre professor – aluno, aluno – aluno, aluno – comunidade, com a intenção de levar à mudanças sociais.

A organização do tempo escolar na Educação de Jovens e Adultos compreende três dimensões: o tempo físico, o tempo vivido e o tempo pedagógico. O primeiro está relacionado ao calendário escolar organizado em dias letivos, horas/aula, que organizam e controlam o tempo da ação pedagógica. O segundo diz respeito ao tempo vivido pelo professor nas suas experiências pedagógicas, nos cursos de formação, na ação docente propriamente dita, bem como o tempo vivido pelos educandos nas experiências sociais e escolares. O último compreende o tempo que a organização escolar destina para a escolarização e socialização do conhecimento. Ainda, há o tempo que o aluno dispõe para se dedicar aos afazeres escolares internos e externos exigidos pelo processo educativo.

A organização dos tempos e dos espaços escolares interfere na formação dos educandos, seja para conformar ou para produzir outras práticas de significação. O equilíbrio entre o tempo escolar e o tempo pedagógico para um currículo integrador e emancipador, é especialmente relevante na EJA.

Uma das razões pelas quais os educandos da EJA retornam para a escola é o desejo de elevação do nível de escolaridade para atender às exigências do mundo do trabalho; Isso justifica o fato da necessidade constante de buscar atender aos interesses de pessoas que já têm um determinado conhecimento socialmente construído, com tempos próprios de aprendizagem, que participam do mundo do trabalho e, por isso, requerem metodologias específicas para alcançar seus objetivos; para tanto, nas práticas pedagógicas da EJA devem-se considerar os três eixos articuladores propostos para as Diretrizes Curriculares: cultura, trabalho e tempo, os quais deverão estar inter-relacionados.

De acordo com Silva (2000a, p. 13), o currículo, tal como a cultura, é compreendido como prática de significação e, como tal, vinculado à prática produtiva, às relações sociais e de poder, enfim, uma prática que produz identidades sociais; ou seja, a ação educativa voltada aos educandos. Historicamente, a cultura curricular tem privilegiado uma forma mecânica e instrumental de organização dos saberes. A lógica disciplinar que hierarquiza e fragmenta o conhecimento, limita a possibilidade de uma aprendizagem analítica, crítica e, portanto, significativa. A cultura, entendida como prática de significação, não é estática e não se reduz à transmissão de significados fixos, mas é produção, criação e trabalho, sob uma perspectiva que favorece a compreensão do mundo social, tornando-o inteligível e dando-lhe um sentido.

O currículo da EJA deve ter forma de organização abrangente, na qual os conteúdos culturais relevantes estejam articulados à realidade em que o educando se encontra, em favor de um processo integrador dos diferentes saberes, a partir da contribuição das diferentes áreas do conhecimento. Por isso, a organização dos espaços, dos tempos escolares e da ação pedagógica devem ser objeto de reflexão entre os educadores e educandos para que o currículo seja significativo. O currículo na EJA não é neutro; deve ser compreendido em suas três dimensões: currículo formal ou prescrito, currículo vivo ou real e currículo oculto. O currículo real ou vivo, é aquele que acontece na sala de aula, produz e reproduz usos e significados, por vezes, distintos das intenções pré-determinadas no currículo formal. O currículo oculto é inerente a toda e qualquer ação pedagógica que media a relação entre educador e educando no cotidiano escolar, sem estar, contudo, explicitado no currículo formal.

Portanto, o que se busca é uma escola em que o aluno tenha liberdade para agir, refletir, adquirir conhecimento, ampliar seu entendimento do mundo, e voltar-se para a ação, ação essa, que obriga a uma nova reflexão. Ação – reflexão – ação faz parte do princípio educacional dessa instituição e caracteriza a escola como um espaço onde é necessário ter coragem de ousar e dar continuidade responsável a este empreendimento.

A educação é vista como um componente vivo que implica na transformação e se propõe desvendar suas próprias contradições sociais, um espaço onde se propicia uma tomada de consciência do coletivo e onde as pessoas atuam de forma consciente na construção das relações sociais em que são levadas a viver.

1.2 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

Este estabelecimento de ensino tem como uma das suas finalidades, a oferta de escolarização de jovens, adultos e idosos que buscam dar continuidade a seus estudos no Ensino Fundamental ou Médio, assegurando-lhes oportunidades apropriadas, consideradas suas características, interesses, condições de vida e de trabalho, mediante ações didático- pedagógicas coletivas e/ou individuais.

Portanto, este Estabelecimento Escolar oferta Educação de Jovens e Adultos – Presencial, que contempla o total de carga horária estabelecida na legislação vigente nos níveis do Ensino Fundamental e Médio, com avaliação no processo.

Os cursos são caracterizados por estudos presenciais desenvolvidos de modo a viabilizar processos pedagógicos, tais como:

- pesquisa e problematização na produção do conhecimento;
- desenvolvimento da capacidade de ouvir, refletir e argumentar;
- registros, utilizando recursos variados (esquemas, anotações, fotografias ilustrações, textos individuais e coletivos), permitindo a sistematização e socialização do conhecimento;
- vivências culturais diversificadas que expressem a cultura dos educandos, bem como a reflexão sobre outras formas de expressão cultural.

Para que o processo seja executado a contento, serão estabelecidos plano de estudos atividades. O Estabelecimento de Ensino deverá disponibilizar o

Guia de Estudos aos educandos, a fim de que este tenha acesso a todas as informações sobre a organização da modalidade.

ORGANIZAÇÃO COLETIVA

Será programada pela escola e oferecida aos educandos por meio de um cronograma que estipula o período, dias e horário das aulas, com previsão de início e término de cada disciplina, oportunizando ao educando a integralização do currículo. A mediação pedagógica ocorrerá priorizando o encaminhamento dos conteúdos de forma coletiva, na relação professor-educandos e considerando os saberes adquiridos na história de vida de cada educando.

A organização coletiva destina-se, preferencialmente, àqueles que têm possibilidade de freqüentar com regularidade as aulas, a partir de um cronograma pré- estabelecido.

ORGANIZAÇÃO INDIVIDUAL

A organização individual destina-se àqueles educandos trabalhadores que não têm possibilidade de freqüentar com regularidade as aulas, devido às condições de horários alternados de trabalho e para os que foram matriculados mediante classificação, aproveitamento de estudos ou que foram reclassificados ou desistentes quando não há, no momento em que sua matrícula é reativada, turma organizada coletivamente para a sua inserção. Será programada pela escola e oferecida aos educandos por meio de um cronograma que estipula os dias e horários das aulas, contemplando o ritmo próprio do educando, nas suas condições de vinculação à escolarização e nos saberes já apropriado.

1.3 NÍVEIS DE ENSINO

1.3.1 - ENSINO FUNDAMENTAL – FASE II

Ao se ofertar estudos referentes ao Ensino Fundamental – Fase II, este estabelecimento escolar terá como referência as Diretrizes Curriculares Nacionais

e Estaduais, que consideram os conteúdos ora como meios, ora como fim do processo de formação humana dos educandos, para que os mesmos possam produzir e ressignificar bens culturais, sociais, econômicos e deles usufruírem.

Visa, ainda, o encaminhamento para a conclusão do Ensino Fundamental e possibilita a continuidade dos estudos para o Ensino Médio.

1.3.2 - ENSINO MÉDIO

O Ensino Médio no Estabelecimento Escolar terá como referência em sua oferta, os princípios, fundamentos e procedimentos propostos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – Parecer 15/98 e Resolução n.º 02 de 07 de abril de 1998/CNE, nas Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação de Jovens e Adultos e nas Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação Básica.

1.4 - EDUCAÇÃO ESPECIAL

A EJA (Educação de Jovens e Adultos) contempla, também, o atendimento a educandos com necessidades educacionais especiais, inserindo estes no conjunto de educandos da organização coletiva ou individual, priorizando ações que oportunizem o acesso, a permanência e o êxito dos mesmos no espaço escolar, considerando a situação em que se encontram individualmente estes educandos.

Uma vez que esta terminologia pode ser atribuída a diferentes grupos de educandos, desde aqueles que apresentam deficiências permanentes até aqueles que, por razões diversas, fracassam em seu processo de aprendizagem escolar, a legislação assegura a oferta de atendimento educacional especializado aos educandos que apresentam necessidades educativas especiais decorrentes de:

- deficiências mental, física/neuromotora, visual e auditiva;
- condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos;
- superdotação/altas habilidades.

É importante destacar que “especiais” devem ser consideradas as alternativas e as estratégias que a prática pedagógica deve assumir para remover barreiras para a aprendizagem e participação de todos os alunos.

Desse modo, desloca-se o enfoque do especial ligado ao educando para o enfoque do especial atribuído à educação. Mesmo que os educandos apresentem características diferenciadas decorrentes não apenas de deficiências mas, também, de condições sócio-culturais diversas e econômicas desfavoráveis, eles terão direito a receber apoios diferenciados daqueles normalmente oferecidos pela educação escolar.

Garante-se, dessa forma, que a inclusão educacional realize-se, assegurando o direito à igualdade com equidade de oportunidades. Isso não significa o modo igual de educar a todos, mas uma forma de garantir os apoios e serviços especializados para que cada um aprenda, resguardando-se suas singularidades.

1.5 – AÇÕES PEDAGÓGICAS DESCENTRALIZADAS

Este Estabelecimento Escolar desenvolverá ações pedagógicas descentralizadas, efetivadas em situações de evidente necessidade, dirigidas a grupos sociais com perfis e necessidades próprias e onde não haja oferta de escolarização para jovens, adultos e idosos, respeitada a proposta pedagógica e o regimento escolar, desde que autorizado pela SEED/PR, segundo critérios estabelecidos pela mesma Secretaria em instrução própria.

1.6 – FREQUÊNCIA

A carga horária prevista para as organizações individual e coletiva é de 100% (cem por cento) presencial no Ensino Fundamental – Fase II e no Ensino Médio, sendo que a frequência mínima na organização coletiva é de 75% (setenta e cinco por cento) e na organização individual é de 100% (cem por cento), em sala de aula.

1.7 – EXAMES SUPLETIVOS

Este Estabelecimento Escolar ofertará Exames Supletivos, atendendo ao disposto na Lei nº 9394/96, desde que autorizado e credenciado pela Secretaria de Estado da Educação, por meio de Edital próprio emitido pelo Departamento de Educação e Trabalho, através da Coordenação da Educação de Jovens e Adultos.

1.8 - CONSELHO ESCOLAR

O Colégio Professor Francisco Manoel de Lima Camargo busca realizar um trabalho coletivo que envolva os pais, alunos, funcionários e comunidade em geral a participarem tanto na elaboração do projeto político pedagógico, como também de seu acompanhamento, execução e avaliação, que resulta numa ação de gestão democrática e participativa.

Esta visão coletiva se inicia a partir do planejamento e aplicação dos recursos financeiros pela APMF e Conselho Escolar, que direcionam prioritariamente à capacitação de professores, os eventos sociais, as atividades pedagógicas e de integração de pais, alunos, professores e comunidade, a conservação e melhoria da escola e a transformação e qualificação do processo de ensino – aprendizagem.

A comunidade escolar desempenha suas atribuições promovendo e organizando ações conjuntas que motivam os alunos, professores, pais, funcionários e a comunidade a participarem de forma solidária e cooperativa, atuando em campanhas educativas, preventivas, que tratam conservação do patrimônio escolar, como também estimulam os alunos a demonstrarem seus talentos na parte cultural e esportiva, participando de eventos realizados na própria escola e na comunidade.

“O Processo participativo” prevê a descentralização do poder nas tomadas de decisões da escola. Uma forma para isso, é através do envolvimento de voluntários no trabalho da escola, da realização de palestras com lideranças sobre temas atuais, da valorização dos princípios cristãos e do bom convívio familiar, do desenvolvimento da auto-estima, da realização de atividades

recreativas e pedagógicas, dos passeios, bingos, festas juninas, datas comemorativas, dia do estudante e dia do professor. Além das programações mensais, esses momentos são de proximidade com a comunidade e também de divulgação dos trabalhos realizados na escola.

1.9 – MATERIAIS DE APOIO DIDÁTICO

Serão adotados os materiais indicados pelo Departamento de Educação e Trabalho/Coordenação de Educação de Jovens e Adultos, da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, como material de apoio.

Além desse material, os docentes, na sua prática pedagógica, deverão utilizar outros recursos didáticos.

1.10 – BIBLIOTECA ESCOLAR

A Biblioteca Monteiro Lobato, situada na Rua Miguel Maoski 250 (dentro do espaço físico do Colégio), está diretamente subordinada a Direção do Colégio Estadual Professor Francisco Manoel de Lima Camargo, Ensino Fundamental e Médio e Educação de Jovens e Adultos. São objetivos da Biblioteca Escolar:

- Oferecer informações e atividades que atendam às necessidades e aos interesses da comunidade escolar e outros;
- Despertar em seus usuários, principalmente nos alunos, o prazer de ler.
- Manter espaço adequado para leituras e pesquisas necessárias ao aprendizado escolar.
- Proporcionar um ambiente agradável aos seus usuários, com silêncio e organização durante sua utilização.

Quanto à utilização da biblioteca :

- A Biblioteca Monteiro Lobato funciona regularmente de segunda à sexta-feira nos horários de manhã: 8:00 às 12h; tarde: 13 às 17h e noite: 19 às 22h.
- A consulta é livre a qualquer pessoa;
- Os membros da comunidade poderão retirar livros por empréstimo desde que se inscrevam como leitores;
- Não podem ser retiradas da Biblioteca obras de referência como enciclopédia, dicionários e altas;
- Os leitores deverão se inscrever apresentando um documento que comprove sua identidade e no caso de menores deverão ser acompanhados por um responsável;
- O prazo máximo de empréstimo é de 15 dias;
- Os usuários poderão retirar no máximo 2 obras;
- Em caso de dano ou extravio de publicação, o usuário fica responsável pela recolocação da obra na biblioteca.

1.11 – LABORATÓRIO

O desenvolvimento de aulas práticas de laboratório leva os alunos a praticar uma educação construtivista, pois o aluno realizando experimentos práticos está manipulando conteúdos teóricos, reforçando os seus conhecimentos, tendo mais uma oportunidade de aproximar-se do conhecimento elaborado, portanto, a prática se faz no sentido do aprender fazendo. A observação da turma, contribuirá para que o professor atribua sentido e valor nas mais variadas situações e permitindo uma postura pedagógica e epistemológica para o uso de atividades experimentais em suas aulas.

O conhecimento para ser apreendido torna-se mais palpável e lógico conforme são produzidas as oportunidades para que os alunos possam absorvê-los, não ficando na mesmice do conhecimento simplesmente transferido do papel de livros textos mas para um procedimento onde os alunos convergem seus conhecimentos teóricos manipulando-os para um alinhamento correto distante da retórica de que a educação é insipiente e sem motivação.

Os processos intelectuais (cognitivos) devem ser complementados através do desenvolvimento de aulas práticas no laboratório de biologia, física e química, pois, os alunos quando tem acesso, condições instrumentais e professores habilitados para encaminhá-los em seu processo educacional, a aprendizagem se concretizará com maior facilidade, pois haverá uma aproximação entre a teoria e a prática.

1.12 – RECURSOS TECNOLÓGICOS

No momento em que se verifica uma revolução na vida e no trabalho, através do processo de automação, a escola precisa mudar, não só em conteúdos, mas aceitando novos elementos que possibilitem a integração do estudante ao mundo que o circunda.

A informática encontra-se presente na vida cotidiana e incluí-la como componente curricular significa preparar os estudantes para o mundo tecnológico e científico, aproximando a escola do mundo real e contextualizado, pois o computador ajuda no processo de conceituação e desenvolvimento de habilidades importantes para a sobrevivência na sociedade do conhecimento.

Assim sendo, esta habilitação educacional utilizará o computador, ferramenta esta que através do professor, possibilitará ao educando processar informações, transformado-as em conhecimento, pois a experiência de nossas vidas tem mostrado que se mantivermos um ambiente rico, desafiador e estimulador, qualquer indivíduo será capaz de aprender sobre praticamente qualquer coisa.

Um outro recurso tecnológico a ser utilizado é a TV Pen Drive, existente na maioria das salas de aula, um meio prático e diferenciado para trabalhar e muito atrativo aos alunos.

Dentre os principais objetivos do trabalho com a tecnologia, destacam-se:

- Entender os impactos das tecnologias da comunicação na sua vida, nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.
- Desenvolver a capacidade de comunicação;

- Ler e interpretar textos de interesse científico e tecnológico;
- Interpretar e utilizar diferentes formas de representação (tabelas, gráficos, expressões, ícones, etc.);
- Formular questões a partir de situações reais e compreender aquelas já enunciadas;
- Entender os princípios das tecnologias associadas ao conhecimento do indivíduo, da sociedade e da cultura, entre as quais as de planejamento, organização, gestão, trabalho de equipe, e associá-las aos problemas que propõem resolver;
- Entender o impacto das tecnologias associadas às Ciências Humanas sobre sua vida pessoal, os processo de produção, o desenvolvimento do conhecimento e a vida social;
- Aplicar as tecnologias das Ciências Humanas e Sociais na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes para sua vida.

2 – FILOSOFIA E PRINCÍPIOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

...”A educação de adultos exige uma inclusão que tome por base o reconhecimento do jovem adulto como sujeito. Coloca-se o desafio de pautar o processo educativo pela compreensão e pelo respeito do diferente e da diversidade: ter o direito a ser igual quando a diferença nos inferioriza de ser diferente quando a igualdade nos descaracteriza. Ao pensar no desafio de construirmos princípios que regem a educação de adultos, há de buscar-se uma educação qualitativamente diferente, que tem como perspectiva uma sociedade tolerante e igualitária, que a reconhece ao longo da vida como direito inalienável de todos”. (SANTOS, 2004).

A Educação de Jovens e Adultos – EJA, enquanto modalidade educacional que atende a educandos-trabalhadores, tem como finalidade e objetivos o compromisso com a formação humana e com o acesso à cultura geral, de modo a que os educandos venham a participar política e produtivamente das relações sociais, com comportamento ético e compromisso político, através do desenvolvimento da autonomia intelectual e moral.

Tendo em vista este papel, a educação deve voltar-se para uma formação na qual os educandos-trabalhadores possam: aprender permanentemente, refletir criticamente; agir com responsabilidade individual e coletiva; participar do trabalho e da vida coletiva; comportar-se de forma solidária; acompanhar a dinamicidade das mudanças sociais; enfrentar problemas novos construindo soluções originais com agilidade e rapidez, a partir da utilização metodologicamente adequada de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos.

Sendo assim, para a concretização de uma prática administrativa e pedagógica verdadeiramente voltada à formação humana, é necessário que o processo ensino- aprendizagem, na Educação de Jovens e Adultos seja coerente com :

- a) o seu papel na socialização dos sujeitos, agregando elementos e valores que os levem à emancipação e à afirmação de sua identidade cultural;
- b) o exercício de uma cidadania democrática, reflexo de um processo cognitivo, crítico e emancipatório, com base em valores como respeito mútuo, solidariedade, justiça;
- c) os três eixos articuladores do trabalho pedagógico com jovens, adultos e idosos, cultura, trabalho e tempo;

Segundo as Diretrizes Curriculares Estaduais de EJA, as relações entre cultura, conhecimento e currículo, oportunizam uma proposta pedagógica pensada e estabelecida a partir de reflexões sobre a diversidade cultural, tornando-a mais próxima da realidade e garantindo sua função socializadora – promotora do acesso ao conhecimento capaz de ampliar o universo cultural do educando – e, sua função antropológica - que considera e valoriza a produção humana ao longo da história.

A compreensão de que o educando da EJA relaciona-se com o mundo do trabalho e que através deste busca melhorar a sua qualidade de vida e ter acesso aos bens produzidos pelo homem, significa contemplar, na organização curricular, as reflexões sobre a função do trabalho na vida humana.

É inerente a organização pedagógico-curricular da EJA, a valorização dos diferentes tempos necessários à aprendizagem dos educandos de EJA, considerando os saberes adquiridos na informalidade das suas vivências e do mundo do trabalho, face à diversidade de suas características.

E ainda, conforme as Diretrizes Curriculares Estaduais de Educação de Jovens e Adultos no Estado do Paraná:

- I. A EJA deve constituir-se de uma estrutura flexível, pois há um tempo diferenciado de aprendizagem e não um tempo único para todos os educandos, bem como os mesmos possuem diferentes possibilidades e condições de reinserção nos processos educativos formais;
- II. O tempo que o educando jovem, adulto e idoso permanecerá no processo educativo tem valor próprio e significativo, assim sendo à escola cabe superar um ensino de caráter enciclopédico, centrado mais na quantidade de informações do que na relação qualitativa com o conhecimento;
- III. Os conteúdos específicos de cada disciplina, deverão estar articulados à realidade, considerando sua dimensão sócio-histórica, vinculada ao mundo do trabalho, à ciência, às novas tecnologias, dentre outros;
- IV. A escola é um dos espaços em que os educandos desenvolvem a capacidade de pensar, ler, interpretar e reinventar o seu mundo, por meio da atividade reflexiva. A ação da escola será de mediação entre o educando e os saberes, de forma a que o mesmo assimile estes conhecimentos como instrumentos de transformação de sua realidade social;
- V. O currículo na EJA não deve ser entendido, como na pedagogia tradicional, que fragmenta o processo de conhecimento e o hierarquiza nas matérias escolares, mas sim, como uma forma de organização abrangente, na qual os conteúdos culturais relevantes, estão articulados à realidade na qual o educando se encontra, viabilizando um processo integrador dos diferentes saberes, a partir da contribuição das diferentes áreas/disciplinas do conhecimento.

Por isso, a presente proposta e o currículo dela constante incluirão o desenvolvimento de conteúdos e formas de tratamento metodológico que busquem chegar às finalidades da educação de jovens e adultos, a saber:

- Traduzir a compreensão de que jovens e adultos não são atrasados em seu processo de formação, mas são sujeitos sócio-histórico-culturais, com conhecimentos e experiências acumuladas, com tempo próprio de formação e aprendizagem;

- Contribuir para a ressignificação da concepção de mundo e dos próprios educandos;
- O processo educativo deve trabalhar no sentido de ser síntese entre a objetividade das relações sociais e a subjetividade, de modo que as diferentes linguagens desenvolvam o raciocínio lógico e a capacidade de utilizar conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos;
- Possibilitar trajetórias de aprendizado individuais com base na referência, nos interesses do educando e nos conteúdos necessários ao exercício da cidadania e do trabalho;
- Fornecer subsídios para que os educandos tornem-se ativos, criativos, críticos e democráticos.

Em síntese, o atendimento a escolarização de jovens, adultos e idosos, não se refere exclusivamente a uma característica etária, mas a articulação desta modalidade com a diversidade sócio-cultural de seu público, composta, dentre outros, por populações do campo, em privação de liberdade, com necessidades educativas especiais, indígenas, que demandam uma proposta pedagógica-curricular que considere o tempo/espço e a cultura desses grupos.

3 – INDICAÇÃO DA ÁREA OU FASE DE ESTUDOS

Propõe-se a oferta do curso de Educação de Jovens e Adultos no nível do Ensino Fundamental – Fase II e do Ensino Médio a jovens, adultos e idosos que não tiveram o acesso ou continuidade em seus estudos.

4 - MATRIZ CURRICULAR

4.1 – MATRIZ CURRICULAR ENSINO FUNDAMENTAL – FASE II

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ENSINO FUNDAMENTAL – FASE II		
ESTABELECIMENTO: COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR FRANCISCO MANOEL DE LIMA CAMARGO		
ENTIDADE MANTENEDORA: Governo do Estado do Paraná		
MUNICÍPIO: Tijucas do Sul NRE: Área Metropolitana Sul		
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 1o Sem/2010 FORMA: Simultânea		
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO: 1440/1452 H/A ou 1200/1210 HORAS		
ÁREAS DO CONHECIMENTO	Total de Horas	Total de horas/aula
LÍNGUA PORTUGUESA	226	272
ARTE	54	64
LEM - INGLES	160	192

EDUCAÇÃO FÍSICA	54	64
MATEMÁTICA	226	272
CIÊNCIAS NATURAIS	160	192
HISTÓRIA	160	192
GEOGRAFIA	160	192
ENSINO RELIGIOSO*	10	12
Total da Carga Horária do Curso	1200/1210 ou 1440/1452 h/a	

* Disciplina de oferta obrigatória pelo Estabelecimento de Ensino e de matrícula facultativa para o educando.

4.2 – MATRIZ CURRICULAR ENSINO MÉDIO - EJA

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ENSINO MÉDIO		
ESTABELECIMENTO: COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR FRANCISCO MANOEL DE LIMA CAMARGO		
ENTIDADE MANTENEDORA: Governo do Estado do Paraná		
MUNICÍPIO: Tijucas do Sul NRE: Área Metropolitana Sul		
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 1o Sem/2010 FORMA: Simultânea		
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO: 1440 H/A ou 1200 HORAS		
ÁREAS DO CONHECIMENTO	Total de Horas	Total de horas/aula
LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA	174	208
LEM - INGLES	106	128
ARTE	54	64
FILOSOFIA	54	64

SOCIOLOGIA	54	64
EDUCAÇÃO FÍSICA	54	64
MATEMÁTICA	174	208
QUIMICA	106	128
FISICA	106	128
BIOLOGIA	106	128
HISTÓRIA	106	128
GEOGRAFIA	106	128
TOTAL	1200	1440

**Total de Carga Horária do Curso :
1200 horas ou 1440 h/a**

5 – CONCEPÇÃO DE CONTEÚDOS E ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

A Educação de Jovens e Adultos do Estado do Paraná é uma modalidade de ensino da Educação Básica cuja concepção de currículo compreende a escola como espaço sócio-cultural que propicia a valorização dos diversos grupos que a compõem, ou seja, considera os educandos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem.

Esse currículo entendido, ainda, como um processo de construção coletiva do conhecimento escolar articulado à cultura, em seu sentido antropológico, constitui-se no elemento principal de mediação entre educadores e educandos e deve ser organizado de tal forma que possibilite aos educandos transitarem pela estrutura curricular e, de forma dialógica entre educando e educador tornar os conhecimentos significativos às suas práticas diárias. Nesta ótica o conhecimento se constitui em núcleo estruturador do conteúdo do ensino.

Nesse enfoque, a organização do trabalho pedagógico na Educação de Jovens e Adultos, prevendo a inclusão de diferentes sujeitos, necessita ser pensada em razão dos critérios de uma seleção de conteúdos que lhes assegure o acesso aos conhecimentos historicamente construídos e o respeito às suas especificidades.

Após a definição das Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação Básica, a Educação de Jovens e Adultos do Estado do Paraná como modalidade da Educação Básica, passa a adotar os mesmos conteúdos curriculares previstos por essas diretrizes.

No entanto, cabe ressaltar que a organização metodológica das práticas pedagógicas, dessa modalidade deve considerar os três eixos articuladores propostos nas Diretrizes da Educação de Jovens e Adultos: Trabalho, Cultura e Tempo, os quais devem se articular tendo em vista a apropriação do conhecimento que não deve se restringir à transmissão/assimilação de fatos, conceitos, idéias, princípios, informações etc., mas sim compreender a aquisição cognoscitiva e estar intrinsecamente ligados à abordagem dos conteúdos curriculares propostos para a Educação Básica.

6 – PROCESSOS DE AVALIAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E PROMOÇÃO

6.1 – CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

A avaliação é compreendida como uma prática que alimenta e orienta a intervenção pedagógica. É um dos principais componentes do ensino, pelo qual se estuda e interpreta os dados da aprendizagem. Tem a finalidade de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos educandos, diagnosticar os resultados atribuindo-lhes valor. A avaliação será realizada em função dos conteúdos expressos na proposta pedagógica.

Na avaliação da aprendizagem é fundamental a análise da capacidade de reflexão dos educandos frente às suas próprias experiências. E, portanto, deve ser entendida como processo contínuo, descritivo, compreensivo que oportuniza uma atitude crítico-reflexiva frente à realidade concreta.

A avaliação educacional, nesse Estabelecimento Escolar, seguirá orientações contidas no artigo 24, da LDBEN 9394/96, e compreende os seguintes princípios:

- investigativa ou diagnóstica: possibilita ao professor obter informações necessárias para propor atividades e gerar novos conhecimentos;
- contínua: permite a observação permanente do processo ensino-aprendizagem e possibilita ao educador repensar sua prática pedagógica;
- sistemática: acompanha o processo de aprendizagem do educando, utilizando instrumentos diversos para o registro do processo;
- abrangente: contempla a amplitude das ações pedagógicas no tempo-escola do educando;
- permanente: permite um avaliar constante na aquisição dos conteúdos pelo educando no decorrer do seu tempo-escola, bem como do trabalho pedagógico da escola.

Os conhecimentos básicos definidos nesta proposta serão desenvolvidos ao longo da carga horária total estabelecida para cada disciplina, conforme a matriz curricular, com oferta diária de 04 (quatro) horas-aula por turno, com avaliação presencial ao longo do processo ensino-aprendizagem.

Considerando que os saberes e a cultura do educando devem ser respeitados como ponto de partida real do processo pedagógico, a avaliação contemplará, necessariamente, as experiências acumuladas e as transformações que marcaram o seu trajeto educativo, tanto anterior ao reingresso na educação formal, como durante o atual processo de escolarização.

A avaliação processual utilizará técnicas e instrumentos diversificados, tais como: provas escritas, trabalhos práticos, debates, seminários, experiências e pesquisas, participação em trabalhos coletivos e/ou individuais, atividades complementares propostas pelo professor, que possam elevar o grau de aprendizado dos educandos e avaliar os conteúdos desenvolvidos.

É vedada a avaliação em que os educandos sejam submetidos a uma única oportunidade de aferição. O resultado das atividades avaliativas será analisado pelo educando e pelo professor, em conjunto, observando quais são os seus avanços e necessidades, e as conseqüentes demandas para aperfeiçoar a prática pedagógica.

- o educando deverá atingir, pelo menos a nota 6,0 (seis vírgula zero) em cada registro da avaliação processual. Caso contrário, terá direito à recuperação de estudos. Para os demais, a recuperação será ofertada como acréscimo ao processo de apropriação dos conhecimentos;
- para os educandos que cursarem 100% da carga horária da disciplina, a média final corresponderá à média aritmética das avaliações processuais, devendo os mesmos atingir pelo menos a nota 6,0 (seis vírgula zero);
- os resultados das avaliações dos educandos deverão ser registrados em documentos próprios, a fim de que sejam asseguradas a regularidade e autenticidade da vida escolar do educando;
- o educando portador de necessidades educativas especiais, será avaliado não por seus limites, mas pelos conteúdos que será capaz de desenvolver.

6.2 - PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS PARA ATRIBUIÇÃO DE NOTAS

- a) as avaliações utilizarão técnicas e instrumentos diversificados, sempre com finalidade educativa;
- b) para fins de promoção ou certificação, serão registradas 02 (duas) a 06 (seis) notas por disciplina, que corresponderão às provas individuais escritas e também a outros instrumentos avaliativos adotados, durante o processo de ensino, a que, obrigatoriamente, o educando se submeterá na presença do professor, conforme descrito no Regimento Escolar. Na disciplina de Ensino Religioso, as avaliações realizadas no decorrer do processo ensino-aprendizagem não terá registro de nota para fins de promoção e certificação.

c) a avaliação será realizada no processo de ensino e aprendizagem, sendo os resultados expressos em uma escala de 0 (zero) a 10,0 (dez vírgula zero); para fins de promoção ou certificação, a nota mínima exigida é 6,0 (seis vírgula zero), em cada disciplina, de acordo com a Resolução nº3794/04 – SEED e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária de cada disciplina na organização coletiva e 100% (cem por cento) na organização individual;

d) o educando deverá atingir, pelo menos a nota 6,0 (seis vírgula zero) em cada registro da avaliação processual. Caso contrário, terá direito à recuperação de estudos. Para os demais, a recuperação será ofertada como acréscimo ao processo de apropriação dos conhecimentos;

e) para os educandos que cursarem 100% da carga horária da disciplina, a média final corresponderá à média aritmética das avaliações processuais, devendo os mesmos atingir pelo menos a nota 6,0 (seis vírgula zero);

f) os resultados das avaliações dos educandos deverão ser registrados em documentos próprios, a fim de que sejam asseguradas a regularidade e autenticidade da vida escolar do educando;

g) o educando portador de necessidades educativas especiais, será avaliado não por seus limites, mas pelos conteúdos que será capaz de desenvolver.

6.3 – RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS

A oferta da recuperação de estudos significa encarar o erro como hipótese de construção do conhecimento, de aceitá-lo como parte integrante da aprendizagem, possibilitando a reorientação dos estudos. Ela se dará concomitantemente ao processo ensino-aprendizagem, considerando a apropriação dos conhecimentos básicos, sendo direito de todos os educandos, independentemente do nível de apropriação dos mesmos.

A recuperação será também individualizada, organizada com atividades significativas, com indicação de roteiro de estudos, entrevista para melhor diagnosticar o nível de aprendizagem de cada educando.

Assim, principalmente para os educandos que não se apropriarem dos conteúdos básicos, será oportunizada a recuperação de estudos por meio de

exposição dialogada dos conteúdos, de novas atividades significativas e de novos instrumentos de avaliação, conforme o descrito no Regimento Escolar.

6.4 – APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

O aluno poderá requerer aproveitamento de estudos realizados com êxito, amparado pela legislação vigente, conforme regulamentado no Regimento Escolar, por meio de cursos ou de exames supletivos, nos casos de matrícula inicial, transferência e prosseguimento de estudos.

6.5 – CLASSIFICAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO

Para a classificação e reclassificação este estabelecimento de ensino utilizará o previsto na legislação vigente, conforme regulamentado no Regimento Escolar.

REGIME ESCOLAR EJA

7 – REGIME ESCOLAR

7.1 PREÂMBULO:

O Colégio Estadual Professor Francisco Manoel de Lima Camargo, Ensino Fundamental e Médio e Educação de Jovens e Adultos, começou a funcionar em 29 de março de 1962, pelo Decreto nº 7.457, com o nome de Grupo Escolar de Tijucas do Sul.

Em reunião pedagógica de professores, de todo o Município, presidida pela Inspetora Auxiliar de Ensino, Sr^a Ilza de Souza Santos, ficou decidido que este Estabelecimento passaria a se chamar Grupo Escolar Lourenço Filho (Lei nº 15.818/02-07-69).

Em outra reunião posterior resolveu-se que a Escola deveria chamar-se Grupo Escolar Professor Francisco Manoel de Lima Camargo (Lei nº 5.991/02-09-69), por se tratar de uma pessoa que desempenhou relevantes serviços em favor da educação na comunidade.

Em 26 de fevereiro de 1970, pela portaria nº 1.370/70, foi criada uma extensão do Ginásio Estadual Costa Viana de São Jose dos Pinhais – Paraná, que passou a funcionar no prédio do Grupo Escolar.

Em 1971, foi extinta a extensão do Ginásio Estadual Costa Viana de São Jose dos Pinhais – Paraná, passando a mesma Portaria nº 1.520/71, a pertencer para o Ginásio Estadual Professor Murilo Braga, de Agudos do Sul – Paraná.

Em 1981, ficou extinta a extensão do Ginásio Estadual Professor Murilo Braga.

Através da Resolução nº 3.188/81, esta Escola ficou reconhecida com a denominação de Escola Estadual Professor Francisco Manoel de Lima Camargo - Ensino de 1º grau, e reconhecido também o curso de 1º grau regular.

Em 1987, foi implantado o 2º grau – Propedêutico, passando o mesmo a denominar-se Colégio Estadual Professor Francisco Manoel de Lima Camargo – Ensino de 1º e 2º graus, através da Resolução 1.405/91 e, Autorização de Funcionamento pelo Decreto 475/87.

Em 1991, com a Municipalização do Ensino de 1º a 4º series, as mesmas foram desmembradas do atual Colégio para a Escola Municipal Professora Leovanil Camargo, através da Resolução nº 1.033/91.

O Colégio Estadual Professor Francisco Manoel de Lima Camargo – Ensino Fundamental e Médio, esta localizado na Rua Miguel Maoski, n º 250, na cidade de Tijucas do Sul – PR, centro. E propriedade do Governo do Estado do Paraná. Atualmente, conta com 20 turmas, sendo 11 do Ensino Fundamental e 09 do Ensino Médio.

Abrange uma clientela diversificada, pois há famílias fixas da comunidade e outras cujos pais são vindouros, contribuindo em grande parte para as transferências recebidas.

As profissões desempenhadas pelos pais dessas crianças, em geral, são lavradores, carpinteiros, comerciantes, motoristas, diaristas e autônomos.

A Associação de Pais e Mestres e o Conselho Escolar participam ativamente das decisões que lhes compete, contribuindo para o melhor funcionamento do Estabelecimento.

Também atende, em sua maioria, alunos residentes nas diversas localidades do Município, sendo transportados por ônibus escolar de propriedade da Prefeitura Municipal, ate o Colégio, perfazendo um total aproximado de 845 alunos.

E escolaridade dos pais não ultrapassa em sua maioria, a 4 º serie do Ensino Fundamental, ficando a sistematização dos conteúdos, quase que exclusivamente delegada a Escola.

7.2 ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

7.2.1 DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Art. 1º - O trabalho pedagógico compreende todas as atividades teórico-práticas desenvolvidas pelos profissionais do estabelecimento de ensino para a realização do processo educativo escolar.

Art. 2º - A organização democrática no âmbito escolar fundamenta-se no processo de participação e co-responsabilidade da comunidade escolar na tomada de decisões coletivas, para a elaboração, implementação e acompanhamento do Projeto Político-Pedagógico.

Art. 3º - A organização do trabalho pedagógico é constituída pelo Conselho Escolar, equipe de direção, órgãos colegiados de representação da comunidade escolar, Conselho de Classe, equipe pedagógica, equipe docente, equipe técnico-administrativa, assistente de execução e equipe auxiliar operacional.

Art. 4º - São elementos da gestão democrática a escolha do(a) diretor(a) pela comunidade escolar, na conformidade da lei, e a constituição de um órgão máximo de gestão colegiada, denominado de Conselho Escolar.

7.2.1.1 Do Conselho Escolar

Art. 5º - O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora sobre a organização e a realização do trabalho pedagógico e administrativo do estabelecimento de ensino, em conformidade com a legislação educacional vigente e orientações da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 6º - O Conselho Escolar é composto por representantes da comunidade escolar e representantes de movimentos sociais organizados e comprometidos com a educação pública, presentes na comunidade, sendo presidido por seu membro nato, o(a) diretor(a) escolar.

§ 1º - A comunidade escolar é compreendida como o conjunto dos profissionais da educação atuantes no estabelecimento de ensino, alunos devidamente matriculados e freqüentando regularmente, pais e/ou responsáveis pelos alunos.

§ 2º – A participação dos representantes dos movimentos sociais organizados, presentes na comunidade, não ultrapassará um quinto (1/5) do colegiado.

Art. 7º - O Conselho Escolar poderá eleger seu vice-presidente dentre os membros que o compõem, maiores de 18 (dezoito) anos.

Art. 8º - O Conselho Escolar tem, como principal atribuição, aprovar e acompanhar a efetivação do Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino.

Art. 9º - Os representantes do Conselho Escolar são escolhidos entre seus pares, mediante processo eletivo, de cada segmento escolar, garantindo-se a representatividade dos níveis e modalidades de ensino.

Parágrafo Único – As eleições dos membros do Conselho Escolar, titulares e suplentes, realizar-se-ão em reunião de cada segmento convocada para este fim, para um mandato de 2 (dois) anos, admitindo-se uma única reeleição consecutiva.

Art. 10 - O Conselho Escolar, de acordo com o princípio da representatividade e da proporcionalidade, é constituído pelos seguintes conselheiros:

- I. diretor (a);
- II. representante da equipe pedagógica;
- III. representante da equipe docente (professores);
- IV. representante da equipe técnico-administrativa;
- V. representante da equipe auxiliar operacional;
- VI. representante dos discentes (alunos);
- VII. representante dos pais ou responsáveis pelo aluno;

VIII. representante do Grêmio Estudantil;

IX. representante dos movimentos sociais organizados da comunidade (Associação de Pais, Mestres e Funcionários, Associação de Moradores, Igrejas, Unidades de Saúde etc.).

Art. 11 - O Conselho Escolar é regido por Estatuto próprio, aprovado por 2/3 (dois terços) de seus integrantes.

7.2.1.2 Da Equipe de Direção

Art. 12 - A direção escolar é composta pelo diretor(a) e diretor(a) auxiliar, escolhidos democraticamente entre os componentes da comunidade escolar, conforme legislação em vigor.

Art.13 - A função de diretor(a), como responsável pela efetivação da gestão democrática, é a de assegurar o alcance dos objetivos educacionais definidos no Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino.

Art. 14 - Compete ao diretor(a):

I. cumprir e fazer cumprir a legislação em vigor;

II. responsabilizar-se pelo patrimônio público escolar recebido no ato da posse;

III. coordenar a elaboração e acompanhar a implementação do Projeto Político-Pedagógico da escola, construído coletivamente e aprovado pelo Conselho Escolar;

IV. coordenar e incentivar a qualificação permanente dos profissionais da educação;

V. implementar a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, em observância às Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais;

VI. coordenar a elaboração do Plano de Ação do estabelecimento de ensino e submetê-lo à aprovação do Conselho Escolar;

VII. convocar e presidir as reuniões do Conselho Escolar, dando encaminhamento às decisões tomadas coletivamente;

VIII. elaborar os planos de aplicação financeira sob sua responsabilidade, consultando a comunidade escolar e colocando-os em edital público;

IX. prestar contas dos recursos recebidos, submetendo-os à aprovação do Conselho Escolar e fixando-os em edital público;

X. coordenar a construção coletiva do Regimento Escolar, em consonância com a legislação em vigor, submetendo-o à apreciação do Conselho Escolar e, após, encaminhá-lo ao Núcleo Regional de Educação para a devida aprovação;

XI. garantir o fluxo de informações no estabelecimento de ensino e deste com os órgãos da administração estadual;

XII. encaminhar aos órgãos competentes as propostas de modificações no ambiente escolar, quando necessárias, aprovadas pelo Conselho Escolar;

XIII. deferir os requerimentos de matrícula;

XIV. elaborar, juntamente com a equipe pedagógica, o calendário escolar, de acordo com as orientações da Secretaria de Estado da Educação, submetê-lo à apreciação do Conselho Escolar e encaminhá-lo ao Núcleo Regional de Educação para homologação;

XV. acompanhar, juntamente com a equipe pedagógica, o trabalho docente e o cumprimento das reposições de dias letivos, carga horária e de conteúdo aos discentes;

XVI. assegurar o cumprimento dos dias letivos, horas-aula e horas-atividade estabelecidos;

XVII. promover grupos de trabalho e estudos ou comissões encarregadas de estudar e propor alternativas para atender aos problemas de natureza pedagógico-administrativa no âmbito escolar;

XVIII. propor à Secretaria de Estado da Educação, via Núcleo Regional de Educação, após aprovação do Conselho Escolar, alterações na oferta de ensino e abertura ou fechamento de cursos;

XIX. participar e analisar da elaboração dos Regulamentos Internos e encaminhá-los ao Conselho Escolar para aprovação;

XX. supervisionar a cantina comercial e o preparo da merenda escolar, quanto ao cumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente relativamente a exigências sanitárias e padrões de qualidade nutricional;

XXI. presidir o Conselho de Classe, dando encaminhamento às decisões tomadas coletivamente;

XXII. definir horário e escalas de trabalho da equipe técnico-administrativa e equipe auxiliar operacional;

XXIII. articular processos de integração da escola com a comunidade;

XXIV. solicitar ao Núcleo Regional de Educação suprimento e cancelamento de demanda de funcionários e professores do estabelecimento, observando as instruções emanadas da Secretaria de Estado da Educação;

XXV. participar, com a equipe pedagógica, da análise e definição de projetos a serem inseridos no Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino, juntamente com a comunidade escolar;

XXVI. cooperar com o cumprimento das orientações técnicas de vigilância sanitária e epidemiológica;

XXVII. viabilizar salas adequadas quando da oferta do ensino extracurricular plurilingüístico da Língua Estrangeira Moderna, pelo Centro de Línguas Estrangeiras Modernas – CELEM;

XXVIII. disponibilizar espaço físico adequado quando da oferta de Serviços e Apoios Pedagógicos Especializados, nas diferentes áreas da Educação Especial;

XXIX. assegurar a realização do processo de avaliação institucional do estabelecimento de ensino;

XXX. zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XXXI. manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

XXXII. assegurar o cumprimento dos programas mantidos e implantados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/MEC – FNDE;

XXXIII. cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.

Art.15 - Compete ao(à) diretor(a) auxiliar assessorar o(a) diretor(a) em todas as suas atribuições e substituí-lo(a) na sua falta ou por algum impedimento.

7.2.1.3 Dos Órgãos Colegiados de Representação da Comunidade Escolar

Art. 16 - Os segmentos sociais organizados e reconhecidos como Órgãos Colegiados de representação da comunidade escolar estão legalmente instituídos por Estatutos e Regulamentos próprios.

Art. 17 - A Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF ou similar, pessoa jurídica de direito privado, é um órgão de representação dos Pais, Mestres e Funcionários do estabelecimento de ensino, sem caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros, sendo constituída por prazo indeterminado.

Parágrafo Único – A APMF é regida por Estatuto próprio, aprovado e homologado em Assembléia Geral, convocada especificamente para este fim.

Art. 18 - O Grêmio Estudantil é o órgão máximo de representação dos estudantes do estabelecimento de ensino, com o objetivo de defender os interesses individuais e coletivos dos alunos, incentivando a cultura literária, artística e desportiva de seus membros.

Parágrafo Único – O Grêmio Estudantil é regido por Estatuto próprio, aprovado e homologado em Assembléia Geral, convocada especificamente para este fim.

7.2.1.4 Do Conselho de Classe

Art. 19 - O Conselho de Classe é órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, fundamentado no Projeto Político-Pedagógico da escola e no Regimento Escolar, com a responsabilidade de analisar as ações educacionais, indicando alternativas que busquem garantir a efetivação do processo ensino e aprendizagem.

Art. 20 - A finalidade da reunião do Conselho de Classe, após analisar as informações e dados apresentados, é a de intervir em tempo hábil no processo ensino e aprendizagem, oportunizando ao aluno formas diferenciadas de apropriar-se dos conteúdos curriculares estabelecidos.

Parágrafo Único – É da responsabilidade da equipe pedagógica organizar as informações e dados coletados a serem analisados no Conselho de Classe.

Art. 21 - Ao Conselho de Classe cabe verificar se os objetivos, conteúdos, procedimentos metodológicos, avaliativos e relações estabelecidas na ação pedagógico-educativa, estão sendo cumpridos de maneira coerente com o Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino.

Art. 22 - O Conselho de Classe constitui-se em um espaço de reflexão pedagógica, onde todos os sujeitos do processo educativo, de forma coletiva, discutem alternativas e propõem ações educativas eficazes que possam vir a sanar necessidades/dificuldades apontadas no processo ensino e aprendizagem.

Art. 23 - O Conselho de Classe é constituído pelo(a) diretor(a) e/ou diretor(a) auxiliar, pela equipe pedagógica, por todos os docentes e os alunos representantes que atuam numa mesma turma e/ou série, por meio de:

I. Pré-Conselho de Classe com toda a turma em sala de aula, sob a coordenação do professor representante de turma e/ou pelo(s) pedagogo(s);

II. Conselho de Classe Integrado, com a participação da equipe de direção, da equipe pedagógica, da equipe docente, da representação facultativa de alunos e pais de alunos por turma e/ou série.

Art. 24 - A convocação, pela direção, das reuniões ordinárias ou extraordinárias do Conselho de Classe, deve ser divulgada em edital, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 25 - O Conselho de Classe reunir-se-á ordinariamente em datas previstas em calendário escolar e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.

Art. 26 - As reuniões do Conselho de Classe serão lavradas em Livro Ata, pelo(a) secretário(a) da escola, como forma de registro das decisões tomadas.

Art. 27 - São atribuições do Conselho de Classe:

I. analisar as informações sobre os conteúdos curriculares, encaminhamentos metodológicos e práticas avaliativas que se referem ao processo ensino e aprendizagem;

II. propor procedimentos e formas diferenciadas de ensino e de estudos para a melhoria do processo ensino e aprendizagem;

III. estabelecer mecanismos de recuperação de estudos, concomitantes ao processo de aprendizagem, que atendam às reais necessidades dos alunos, em consonância com a Proposta Pedagógica Curricular da escola;

IV. acompanhar o processo de avaliação de cada turma, devendo debater e analisar os dados qualitativos e quantitativos do processo ensino e aprendizagem;

V. atuar com co-responsabilidade na decisão sobre a possibilidade de avanço do aluno para série/etapa subsequente ou retenção, após a apuração dos resultados finais, levando-se em consideração o desenvolvimento integral do aluno;

VI. analisar pedidos de revisão de resultados finais recebidos pela secretaria do estabelecimento, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas úteis após sua divulgação em edital.

7.2.1.5 Do Conselho de Avaliação da Educação de Jovens e Adultos

Art. 28 - O Conselho de Avaliação é um órgão colegiado de natureza consultiva em assuntos didático-pedagógicos, com atuação dirigida a cada educando do estabelecimento de ensino, tendo por objetivo avaliar o processo de ensino e de aprendizagem.

Art. 29 - O Conselho de Avaliação tem por finalidade analisar os dados resultantes do processo de ensino e de aprendizagem, constantes nesta proposta, propondo o aperfeiçoamento do mesmo, de tal forma que vise assegurar a apropriação dos conteúdos estabelecidos.

Art. 30 - O Conselho de Avaliação dos alunos será constituído por todos os professores que ministram aulas nas disciplinas constantes na matriz curricular, por educandos (pelo menos dois de cada nível de ensino), pela equipe de professores pedagogos.

Art. 31 - O Conselho de Avaliação reunir-se-á sempre que um fato o exigir, e deverá ser secretariado por um conselheiro *designado*, sendo lavrada ata, em livro próprio, para registro, divulgação ou comunicação aos interessados.

Parágrafo Único – A convocação para as reuniões será feita com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, sendo obrigatório o comparecimento de todos os membros convocados.

Art. 32 - Compete ao Conselho de Avaliação:

I. emitir parecer sobre assuntos referentes ao aproveitamento pedagógico dos educandos, respondendo a consultas feitas pelo diretor, pela equipe pedagógica ou pelo educando interessado;

II. analisar as informações apresentadas pelos diversos professores sobre cada educando, quanto às atitudes e domínio dos conteúdos, que afetem o rendimento escolar na(s) disciplina(s) em curso;

III. analisar o desempenho dos educandos e dos professores, face aos conteúdos e aos encaminhamentos metodológicos;

IV. propor medidas para melhoria do aproveitamento, integração e relacionamento dos educandos e professores;

V. estabelecer projetos viáveis de recuperação dos educandos, em consonância com a proposta curricular;

VI. opinar sobre os procedimentos a serem utilizados nas diversas áreas do conhecimento.

7.2.1.6 Da Equipe Pedagógica

Art. 33 – A equipe pedagógica é responsável pela coordenação, implantação e implementação, no estabelecimento de ensino, das Diretrizes Curriculares definidas no Projeto Político-Pedagógico e no Regimento Escolar, em consonância com a política educacional e orientações emanadas da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 34 - A equipe pedagógica é composta por professores graduados em Pedagogia.

Art. 35 - Compete à equipe pedagógica:

I. coordenar a elaboração coletiva e acompanhar a efetivação do Projeto Político-Pedagógico e do Plano de Ação do estabelecimento de ensino;

II. orientar a comunidade escolar na construção de um processo pedagógico, em uma perspectiva democrática;

III. participar e intervir, junto à direção, na organização do trabalho pedagógico escolar, no sentido de realizar a função social e a especificidade da educação escolar;

IV. coordenar a construção coletiva e a efetivação da Proposta Pedagógica Curricular do estabelecimento de ensino, a partir das políticas educacionais da Secretaria de Estado da Educação e das Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais;

V. orientar o processo de elaboração dos Planos de Trabalho Docente junto ao coletivo de professores do estabelecimento de ensino;

VI. promover e coordenar reuniões pedagógicas e grupos de estudo para reflexão e aprofundamento de temas relativos ao trabalho pedagógico visando à elaboração de propostas de intervenção para a qualidade de ensino para todos;

VII. participar da elaboração de projetos de formação continuada dos profissionais do estabelecimento de ensino, que tenham como finalidade a realização e o aprimoramento do trabalho pedagógico escolar;

VIII. organizar, junto à direção da escola, a realização dos Pré-Conselhos e dos Conselhos de Classe, de forma a garantir um processo coletivo de reflexão-ação sobre o trabalho pedagógico desenvolvido no estabelecimento de ensino;

IX. coordenar a elaboração e acompanhar a efetivação de propostas de intervenção decorrentes das decisões do Conselho de Classe;

X. subsidiar o aprimoramento teórico-metodológico do coletivo de professores do estabelecimento de ensino, promovendo estudos sistemáticos, trocas de experiência, debates e oficinas pedagógicas;

XI. organizar a hora-atividade dos professores do estabelecimento de ensino, de maneira a garantir que esse espaço-tempo seja de efetivo trabalho pedagógico;

XII. proceder à análise dos dados do aproveitamento escolar de forma a desencadear um processo de reflexão sobre esses dados, junto à comunidade escolar, com vistas a promover a aprendizagem de todos os alunos;

XIII. coordenar o processo coletivo de elaboração e aprimoramento do Regimento Escolar, garantindo a participação democrática de toda a comunidade escolar;

XIV. participar do Conselho Escolar, quando representante do seu segmento, subsidiando teórica e metodologicamente as discussões e reflexões acerca da organização e efetivação do trabalho pedagógico escolar;

XV. orientar e acompanhar a distribuição, conservação e utilização dos livros e demais materiais pedagógicos, no estabelecimento de ensino, fornecidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/MEC – FNDE;

XVI. coordenar a elaboração de critérios para aquisição, empréstimo e seleção de materiais, equipamentos e/ou livros de uso didático-pedagógico, a partir do Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;

XVII. participar da organização pedagógica da biblioteca do estabelecimento de ensino, assim como do processo de aquisição de livros, revistas, fomentando ações e projetos de incentivo à leitura;

XVIII. acompanhar as atividades desenvolvidas nos Laboratórios de Química, Física e Biologia e de Informática;

XIX. propiciar o desenvolvimento da representatividade dos alunos e de sua participação nos diversos momentos e Órgãos Colegiados da escola;

XX. coordenar o processo democrático de representação docente de cada turma;

XXI. colaborar com a direção na distribuição das aulas, conforme orientação da Secretaria de Estado da Educação;

XXII. coordenar, junto à direção, o processo de distribuição de aulas e disciplinas, a partir de critérios legais, didático-pedagógicos e do Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;

XXIII. acompanhar os estagiários das instituições de ensino quanto às atividades a serem desenvolvidas no estabelecimento de ensino;

XXIV. avaliar as instalações da parte concedente do estágio não obrigatório e sua adequação à formação cultural e profissional do aluno;

XXV. exigir do aluno a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;

XXVI. zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

XXVII. elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;

XXVIII. comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares;

XXIX. acompanhar o desenvolvimento do Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação – Profuncionário, tanto na organização do curso, quanto no acompanhamento da Prática Profissional Supervisionada dos funcionários cursistas da escola e/ou de outras unidades escolares;

XXX. promover a construção de estratégias pedagógicas de superação de todas as formas de discriminação, preconceito e exclusão social;

XXXI. coordenar a análise de projetos a serem inseridos no Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;

XXXII. acompanhar o processo de avaliação institucional do estabelecimento de ensino;

XXXIII. participar na elaboração do Regulamento de uso dos espaços pedagógicos;

XXXIV. orientar, coordenar e acompanhar a efetivação de procedimentos didático-pedagógicos referentes à avaliação processual e aos processos de classificação, reclassificação, aproveitamento de estudos, adaptação e progressão parcial, conforme legislação em vigor;

XXXV. organizar e acompanhar, juntamente com a direção, as reposições de dias letivos, horas e conteúdos aos discentes;

XXXVI. orientar, acompanhar e visar periodicamente os Livros Registro de Classe e a Ficha Individual de Controle de Nota e Freqüência, sendo esta específica para Educação de Jovens e Adultos;

XXXVII. organizar registros de acompanhamento da vida escolar do aluno;

XXXVIII. organizar registros para o acompanhamento da prática pedagógica dos profissionais do estabelecimento de ensino;

XXXIX. solicitar autorização dos pais ou responsáveis para realização da Avaliação Educacional do Contexto Escolar, a fim de identificar possíveis necessidades educacionais especiais;

XL. coordenar e acompanhar o processo de Avaliação Educacional no Contexto Escolar, para os alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem, visando encaminhamento aos serviços e apoios especializados da Educação Especial, se necessário;

XLI. acompanhar os aspectos de sociabilização e aprendizagem dos alunos, realizando contato com a família com o intuito de promover ações para o seu desenvolvimento integral;

XLII. acompanhar a freqüência escolar dos alunos, contatando as famílias e encaminhando-os aos órgãos competentes, quando necessário;

XLIII. acionar serviços de proteção à criança e ao adolescente, sempre que houver necessidade de encaminhamentos;

XLIV. orientar e acompanhar o desenvolvimento escolar dos alunos com necessidades educativas especiais, nos aspectos pedagógicos, adaptações físicas e curriculares e no processo de inclusão na escola;

XLV. manter contato com os professores dos serviços e apoios especializados de alunos com necessidades educacionais especiais, para intercâmbio de informações e trocas de experiências, visando à articulação do trabalho pedagógico entre Educação Especial e ensino regular;

XLVI. assessorar os professores do Centro de Línguas Estrangeiras Modernas e acompanhar as turmas, quando o estabelecimento de ensino

ofertar o ensino extracurricular plurilingüístico de Língua Estrangeira Moderna;

XLVII. orientar e acompanhar a elaboração dos guias de estudos dos alunos para cada disciplina, na modalidade Educação de Jovens e Adultos;

XLVIII. coordenar e acompanhar ações descentralizadas e Exames Supletivos, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (quando no estabelecimento de ensino não houver coordenação específica dessa ação, com a devida autorização);

XLIX. assegurar a realização do processo de avaliação institucional do estabelecimento de ensino;

L. manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com colegas, alunos, pais e demais segmentos da comunidade escolar;

LI. zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

LII. elaborar seu Plano de Ação;

LII. cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.

Art. 36 - Na Educação de Jovens e Adultos, as coordenações autorizadas pela Secretaria de Estado da Educação que atendem as especificidades são compostas por:

I. Coordenação Geral de Ações Pedagógicas Descentralizadas – APEDs;

II. Coordenação Itinerante de Ações Pedagógicas Descentralizadas – APEDs;

III. Coordenação dos Exames Supletivos.

Art. 37 - Cabe à Coordenação Geral:

I. receber e organizar as solicitações de Ações Pedagógicas Descentralizadas (APEDs);

II. organizar os processos dessas ações para análise pelo respectivo Núcleo Regional de Educação;

- III. elaborar os cronogramas de funcionamento de cada turma de Ações Pedagógicas Descentralizadas – APEDs;
- IV. digitar os processos no sistema e encaminhar para justificativa da direção do estabelecimento;
- V. acompanhar o funcionamento de todas as turmas de Ações Pedagógicas Descentralizadas – APEDs, vinculadas ao estabelecimento;
- VI. acompanhar a matrícula dos alunos e a inserção dessas matrículas no sistema;
- VII. organizar a documentação dos alunos para a matrícula;
- VIII. organizar as listas de frequência e de notas dos alunos;
- IX. enviar material de apoio didático para as turmas de Ações Pedagógicas Descentralizadas – APEDs;
- X. responder ao Núcleo Regional de Educação sobre o funcionamento das turmas de Ações Pedagógicas Descentralizadas – APEDs;
- XI. organizar o rodízio dos professores nas disciplinas ofertadas, garantindo o atendimento aos alunos de todas as turmas, por profissionais habilitados;
- XII. orientar e acompanhar o cumprimento das atividades a serem realizadas durante as horas-atividade dos professores;
- XIII. realizar reuniões periódicas de estudo que promovam a troca de experiências e a avaliação do processo ensino e aprendizagem;
- XIV. elaborar materiais de divulgação e chamamento de matrículas em comunidades que necessitam de escolarização;
- XV. acompanhar a ação dos Coordenadores Itinerantes;
- XVI. conhecer e fazer cumprir a legislação vigente;
- XVII. prestar à direção, à equipe pedagógica do estabelecimento e ao Núcleo Regional de Educação, quando solicitado, quaisquer esclarecimentos sobre a realização da escolarização pelas Ações Pedagógicas Descentralizadas – APEDs, sob sua coordenação;
- XVIII. realizar a avaliação institucional conforme orientação da Secretaria de Estado da Educação;

XIX. zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XX. manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com colegas, alunos, pais e demais segmentos da comunidade escolar;

XXI. cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.

Art. 38 - Cabe à Coordenação de Exames Supletivos:

I. tomar conhecimento do edital de Exames;

II. fazer as inscrições dos candidatos, conforme datas determinadas no edital;

III. verificar o número mínimo de candidatos inscritos para que os Exames possam ser realizados;

IV. digitar, no sistema, a inscrição dos candidatos;

V. conferir a inserção das inscrições dos candidatos no sistema por meio da emissão de Relatório de Inscritos;

VI. solicitar credenciamento de outros espaços escolares, quando necessário, para realização dos Exames;

VII. solicitar à Secretaria de Estado da Educação, via Núcleo Regional de Educação, as provas em Braille e as ampliadas das etapas a serem realizadas, quando for o caso;

VIII. solicitar à Secretaria de Estado da Educação, via Núcleo Regional de Educação, autorização para a realização de quaisquer bancas especiais;

IX. comunicar ao Núcleo Regional de Educação todos os procedimentos tomados para realização dos Exames;

X. receber os materiais dos Exames Supletivos nos Núcleo Regional de Educação;

XI. capacitar a(s) equipe(s) de trabalho do estabelecimento para a realização dos Exames Supletivos, quanto ao cumprimento dos procedimentos, em especial, da organização e do preenchimento dos cartões-resposta;

XII. acompanhar a aplicação das provas, para que transcorram com segurança e tranquilidade, em conformidade com os procedimentos inerentes aos Exames;

XIII. divulgar as Atas de resultado;

XIV. participar da avaliação institucional, conforme orientações da Secretaria de Estado da Educação;

XV. zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XVI. manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com colegas, alunos, pais e demais segmentos da comunidade escolar;

XVII. cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.

7.2.1.6 Da Equipe Docente

Art. 39 - A equipe docente é constituída de professores regentes, devidamente habilitados.

Art. 40 - Compete aos docentes:

I. participar da elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino, construído de forma coletiva e aprovado pelo Conselho Escolar;

II. elaborar, com a equipe pedagógica, a Proposta Pedagógica Curricular do estabelecimento de ensino, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico e as Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais;

III. participar do processo de escolha, juntamente com a equipe pedagógica, dos livros e materiais didáticos, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;

IV. elaborar seu Plano de Trabalho Docente;

V. desenvolver as atividades de sala de aula, tendo em vista a apreensão crítica do conhecimento pelo aluno;

VI. proceder à reposição dos conteúdos, carga horária e/ou dias letivos aos alunos, quando se fizer necessário, a fim de cumprir o calendário escolar, resguardando prioritariamente o direito do aluno;

VII. proceder à avaliação contínua, cumulativa e processual dos alunos, utilizando-se de instrumentos e formas diversificadas de avaliação, previstas no Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;

VIII. promover o processo de recuperação concomitante de estudos para os alunos, estabelecendo estratégias diferenciadas de ensino e aprendizagem, no decorrer do período letivo;

IX. participar do processo de avaliação educacional no contexto escolar dos alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem, sob coordenação e acompanhamento do pedagogo, com vistas à identificação de possíveis necessidades educacionais especiais e posterior encaminhamento aos serviços e apoios especializados da Educação Especial, se necessário;

X. participar de processos coletivos de avaliação do próprio trabalho e da escola, com vistas ao melhor desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem;

XI. participar de reuniões, sempre que convocado pela direção;

XII. assegurar que, no âmbito escolar, não ocorra tratamento discriminatório em decorrência de diferenças físicas, étnicas, de gênero e orientação sexual, de credo, ideologia, condição sócio-cultural, entre outras;

XIII. viabilizar a igualdade de condições para a permanência do aluno na escola, respeitando a diversidade, a pluralidade cultural e as peculiaridades de cada aluno, no processo de ensino e aprendizagem;

XIV. participar de reuniões e encontros para planejamento e acompanhamento, junto ao professor de Serviços e Apoios Especializados, da Sala de Apoio à Aprendizagem, da Sala de Recursos e de Contra-turno, a fim de realizar ajustes ou modificações no processo de intervenção educativa;

XV. estimular o acesso a níveis mais elevados de ensino, cultura, pesquisa e criação artística;

XVI. participar ativamente dos Pré-Conselhos e Conselhos de Classe, na busca de alternativas pedagógicas que visem ao aprimoramento do

processo educacional, responsabilizando-se pelas informações prestadas e decisões tomadas, as quais serão registradas e assinadas em Ata;

XVII. propiciar ao aluno a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, visando ao exercício consciente da cidadania;

XVIII. zelar pela freqüência do aluno à escola, comunicando qualquer irregularidade à equipe pedagógica;

XIX. cumprir o calendário escolar, quanto aos dias letivos, horas-aula e horas-atividade estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

XX. cumprir suas horas-atividade no âmbito escolar, dedicando-as a estudos, pesquisas e planejamento de atividades docentes, sob orientação da equipe pedagógica, conforme determinações da Secretária de Estado da Educação;

XXI. manter atualizados os Registros de Classe, conforme orientação da equipe pedagógica e secretaria escolar, deixando-os disponíveis no estabelecimento de ensino;

XXII. participar do planejamento e da realização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;

XXIII. desempenhar o papel de representante de turma, contribuindo para o desenvolvimento do processo educativo;

XXIV. dar cumprimento aos preceitos constitucionais, à legislação educacional em vigor e ao Estatuto da Criança e do Adolescente, como princípios da prática profissional e educativa;

XXV. participar, com a equipe pedagógica, da análise e definição de projetos a serem inseridos no Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;

XXVI. comparecer ao estabelecimento de ensino nas horas de trabalho ordinárias que lhe forem atribuídas e nas extraordinárias, quando convocado;

XXVII. em exercício nas Casas Familiares Rurais, acompanhar os alunos nas suas propriedades, conforme previsto na Pedagogia da Alternância

(somente para as Escolas que servem de Escola Base para as Casas Familiares Rurais);

XXVII. zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XXVIII. manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

XXIX. participar da avaliação institucional, conforme orientação da Secretaria de Estado da Educação;

XXX. cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.

XXXI. utilizar adequadamente os espaços e materiais didático-pedagógicos disponíveis, como meios para implementar uma metodologia de ensino adequada à aprendizagem de cada jovem, adulto e idoso;

XXXII. atuar no estabelecimento de ensino sede, nas organizações coletiva e individual, como também nas Ações Pedagógicas Descentralizadas, autorizadas pela Secretária do Estado da Educação;

XXXIII. participar da aplicação dos Exames Supletivos autorizados pela Secretária do Estado da Educação, quando docente da Educação de Jovens e Adultos.

7.2.1.7 Da Equipe Técnico-Administrativa

Art. 41 - A função de técnicos administrativos é exercida por profissionais que atuam nas áreas da secretaria, biblioteca e laboratório de Informática do estabelecimento de ensino.

Art. 42 - O técnico administrativo que atua na secretaria como secretário(a) escolar é indicado pela direção do estabelecimento de ensino e designado por Ato Oficial, conforme normas da Secretaria de Estado da Educação.

Parágrafo Único – O serviço da secretaria é coordenado e supervisionado pela direção.

Art. 43 - Compete ao Secretário Escolar:

- I. conhecer o Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;
- II. cumprir a legislação em vigor e as instruções normativas emanadas da Secretaria de Estado da Educação, que regem o registro escolar do aluno e a vida legal do estabelecimento de ensino;
- III. distribuir as tarefas decorrentes dos encargos da secretaria aos demais técnicos administrativos;
- IV. receber, redigir e expedir a correspondência que lhe for confiada;
- V. organizar e manter atualizados a coletânea de legislação, resoluções, instruções normativas, ordens de serviço, ofícios e demais documentos;
- VI. efetivar e coordenar as atividades administrativas referentes à matrícula, transferência e conclusão de curso;
- VII. elaborar relatórios e processos de ordem administrativa a serem encaminhados às autoridades competentes;
- VIII. encaminhar à direção, em tempo hábil, todos os documentos que devem ser assinados;
- IX. organizar e manter atualizado o arquivo escolar ativo e conservar o inativo, de forma a permitir, em qualquer época, a verificação da identidade e da regularidade da vida escolar do aluno e da autenticidade dos documentos escolares;
- X. responsabilizar-se pela guarda e expedição da documentação escolar do aluno, respondendo por qualquer irregularidade;
- XI. manter atualizados os registros escolares dos alunos no sistema informatizado;
- XII. organizar e manter atualizado o arquivo com os atos oficiais da vida legal da escola, referentes à sua estrutura e funcionamento;
- XIII. atender a comunidade escolar, na área de sua competência, prestando informações e orientações sobre a legislação vigente e a organização e funcionamento do estabelecimento de ensino, conforme disposições do Regimento Escolar;

XIV. zelar pelo uso adequado e conservação dos materiais e equipamentos da secretaria;

XV. orientar os professores quanto ao prazo de entrega do Livro Registro de Classe com os resultados da frequência e do aproveitamento escolar dos alunos;

XVI. cumprir e fazer cumprir as obrigações inerentes às atividades administrativas da secretaria, quanto ao registro escolar do aluno referente à documentação comprobatória, de adaptação, aproveitamento de estudos, progressão parcial, classificação, reclassificação e regularização de vida escolar;

XVII. organizar o livro-ponto de professores e funcionários, encaminhando ao setor competente a sua frequência, em formulário próprio;

XVIII. secretariar os Conselhos de Classe e reuniões, redigindo as respectivas Atas;

XIX. conferir, registrar e/ou patrimoniar materiais e equipamentos recebidos;

XX. comunicar imediatamente à direção toda irregularidade que venha ocorrer na secretaria da escola;

XXI. participar de eventos, cursos, reuniões, sempre que convocado, ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional de sua função;

XXII. organizar a documentação dos alunos matriculados no ensino extracurricular e pluringüístico de Língua Estrangeira Moderna, Atividades Complementares no Contraturno – CAICs, quando desta oferta no estabelecimento de ensino;

XXIII. auxiliar a equipe pedagógica e direção para manter atualizados os dados no Sistema de Controle e Remanejamento dos Livros Didáticos;

XXIV. fornecer dados estatísticos inerentes às atividades da secretaria escolar, quando solicitado;

XXV. participar da avaliação institucional, conforme orientações da Secretaria de Estado da Educação;

XXVI. zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XXVII. manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

XXVIII. participar das atribuições decorrentes do Regimento Escolar e exercer as específicas da sua função.

Art. 44 - Compete aos técnicos administrativos que atuam na secretaria dos estabelecimentos de ensino, sob a coordenação do(a) secretário(a):

I. cumprir as obrigações inerentes às atividades administrativas da secretaria, quanto ao registro escolar do aluno referente à documentação comprobatória, necessidades de adaptação, aproveitamento de estudos, progressão parcial, classificação, reclassificação e regularização de vida escolar;

II. atender a comunidade escolar e demais interessados, prestando informações e orientações;

III. cumprir a escala de trabalho que lhe for previamente estabelecida;

IV. participar de eventos, cursos, reuniões, sempre que convocado, ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional de sua função;

V. controlar a entrada e saída de documentos escolares, prestando informações sobre os mesmos a quem de direito;

VI. organizar, em colaboração com o(a) secretário(a) escolar, os serviços do seu setor;

VII. efetivar os registros na documentação oficial como Ficha Individual, Histórico Escolar, Boletins, Certificados, Diplomas e outros, garantindo sua idoneidade;

VIII. organizar e manter atualizado o arquivo ativo e conservar o arquivo inativo da escola;

IX. classificar, protocolar e arquivar documentos e correspondências, registrando a movimentação de expedientes;

- X. realizar serviços auxiliares relativos à parte financeira, contábil e patrimonial do estabelecimento, sempre que solicitado;
- XI. coletar e digitar dados estatísticos quanto à avaliação escolar, alimentando e atualizando o sistema informatizado;
- XII. executar trabalho de mecanografia, reprografia e digitação;
- XIII. participar da avaliação institucional, conforme orientações da Secretaria de Estado da Educação;
- XIV. zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;
- XV. manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;
- XVI. exercer as demais atribuições decorrentes do Regimento Escolar e aquelas que concernem à especificidade de sua função.

Art. 45 - Compete ao técnico administrativo que atua na biblioteca escolar, indicado pela direção do estabelecimento de ensino:

- I. cumprir e fazer cumprir o Regulamento de uso da biblioteca, assegurando organização e funcionamento;
- II. atender a comunidade escolar, disponibilizando e controlando o empréstimo de livros, de acordo com Regulamento próprio;
- III. auxiliar na implementação dos projetos de leitura previstos na Proposta Pedagógica Curricular do estabelecimento de ensino;
- IV. auxiliar na organização do acervo de livros, revistas, gibis, vídeos, DVDs, entre outros;
- V. encaminhar à direção sugestão de atualização do acervo, a partir das necessidades indicadas pelos usuários;
- VI. zelar pela preservação, conservação e restauro do acervo;
- VII. registrar o acervo bibliográfico e dar baixa, sempre que necessário;

VIII. receber, organizar e controlar o material de consumo e equipamentos da biblioteca;

IX. manusear e operar adequadamente os equipamentos e materiais, zelando pela sua manutenção;

X. participar de eventos, cursos, reuniões, sempre que convocado, ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional de sua função;

XI. auxiliar na distribuição e recolhimento do livro didático;

XII. participar da avaliação institucional, conforme orientações da Secretaria de Estado da Educação;

XIII. zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XIV. manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

XV. exercer as demais atribuições decorrentes do Regimento Escolar e aquelas que concernem à especificidade de sua função.

Art. 46 - Compete ao técnico administrativo indicado pela direção para atuar no laboratório de Informática do estabelecimento de ensino:

I. cumprir e fazer cumprir Regulamento de uso do laboratório de Informática, assessorando na sua organização e funcionamento;

II. auxiliar o corpo docente e discente nos procedimentos de manuseio de materiais e equipamentos de informática;

III. preparar e disponibilizar os equipamentos de informática e materiais necessários para a realização de atividades práticas de ensino no laboratório;

IV. assistir aos professores e alunos durante a aula de Informática no laboratório;

V. zelar pela manutenção, limpeza e segurança dos equipamentos;

VI. participar de eventos, cursos, reuniões, sempre que convocado, ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional de sua função;

VII. receber, organizar e controlar o material de consumo e equipamentos do laboratório de Informática;

VIII. participar da avaliação institucional, conforme orientações da Secretaria de Estado da Educação;

IX. zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

X. manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

XI. exercer as demais atribuições decorrentes do Regimento Escolar e aquelas que concernem à especificidade de sua função.

7.2.1.8 Da Equipe Auxiliar Operacional

Art. 47 - O auxiliar operacional tem a seu encargo os serviços de conservação, manutenção, preservação, segurança e da alimentação, no âmbito escolar, sendo coordenado e supervisionado pela direção do estabelecimento de ensino.

Art. 48 - Compete ao auxiliar operacional que atua na limpeza, organização e preservação do ambiente escolar e de seus utensílios e instalações:

I. zelar pelo ambiente físico da escola e de suas instalações, cumprindo as normas estabelecidas na legislação sanitária vigente;

II. utilizar o material de limpeza sem desperdícios e comunicar à direção, com antecedência, a necessidade de reposição dos produtos;

III. zelar pela conservação do patrimônio escolar, comunicando qualquer irregularidade à direção;

IV. auxiliar na vigilância da movimentação dos alunos em horários de recreio, de início e de término dos períodos, mantendo a ordem e a segurança dos estudantes, quando solicitado pela direção;

V. atender adequadamente aos alunos com necessidades educacionais especiais temporárias ou permanentes, que demandam apoio de locomoção, de higiene e de alimentação;

VI. auxiliar na locomoção dos alunos que fazem uso de cadeira de rodas, andadores, muletas, e outros facilitadores, viabilizando a acessibilidade e a participação no ambiente escolar;

VII. auxiliar os alunos com necessidades educacionais especiais quanto à alimentação durante o recreio, atendimento às necessidades básicas de higiene e as correspondentes ao uso do banheiro;

VIII. auxiliar nos serviços correlatos à sua função, participando das diversas atividades escolares;

IX. cumprir integralmente seu horário de trabalho e as escalas previstas, respeitado o seu período de férias;

X. participar de eventos, cursos, reuniões sempre que convocado ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional;

XI. coletar lixo de todos os ambientes do estabelecimento de ensino, dando-lhe o devido destino, conforme exigências sanitárias;

XII. participar da avaliação institucional, conforme orientações da Secretaria de Estado da Educação;

XIII. zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XIV. manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

XV. exercer as demais atribuições decorrentes do Regimento Escolar e aquelas que concernem à especificidade de sua função.

Art. 49 - São atribuições do auxiliar operacional, que atua na cozinha do estabelecimento de ensino:

I. zelar pelo ambiente da cozinha e por suas instalações e utensílios, cumprindo as normas estabelecidas na legislação sanitária em vigor;

II. selecionar e preparar a merenda escolar balanceada, observando padrões de qualidade nutricional;

III. servir a merenda escolar, observando os cuidados básicos de higiene e segurança;

IV. informar ao diretor do estabelecimento de ensino da necessidade de reposição do estoque da merenda escolar;

V. conservar o local de preparação, manuseio e armazenamento da merenda escolar, conforme legislação sanitária em vigor;

VI. zelar pela organização e limpeza do refeitório, da cozinha e do depósito da merenda escolar;

VII. receber, armazenar e prestar contas de todo material adquirido para a cozinha e da merenda escolar;

VIII. cumprir integralmente seu horário de trabalho e as escalas previstas, respeitado o seu período de férias;

IX. participar de eventos, cursos, reuniões sempre que convocado ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional;

X. auxiliar nos demais serviços correlatos à sua função, sempre que se fizer necessário;

XI. respeitar as normas de segurança ao manusear fogões, aparelhos de preparação ou manipulação de gêneros alimentícios e de refrigeração;

XII. participar da avaliação institucional, conforme orientações da Secretaria de Estado da Educação;

XIII. zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XIV. manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pai e com os demais segmentos da comunidade escolar;

XV. participar das atribuições decorrentes do Regimento Escolar e exercer as específicas da sua função.

Art. 50 - São atribuições do auxiliar operacional que atua na área de vigilância da movimentação dos alunos nos espaços escolares:

I. coordenar e orientar a movimentação dos alunos, desde o início até o término dos períodos de atividades escolares;

II. zelar pela segurança individual e coletiva, orientando os alunos sobre as normas disciplinares para manter a ordem e prevenir acidentes no estabelecimento de ensino;

III. comunicar imediatamente à direção situações que evidenciem riscos à segurança dos alunos;

IV. percorrer as diversas dependências do estabelecimento, observando os alunos quanto às necessidades

de orientação e auxílio em situações irregulares;

V. encaminhar ao setor competente do estabelecimento de ensino os alunos que necessitem de orientação ou atendimento;

VI. observar a entrada e a saída dos alunos para prevenir acidentes e irregularidades;

VII. acompanhar as turmas de alunos em atividades escolares externas, quando se fizer necessário;

VIII. auxiliar a direção, equipe pedagógica, docentes e secretaria na divulgação de comunicados no âmbito escolar;

IX. cumprir integralmente seu horário de trabalho e as escalas previstas, respeitado o seu período de férias;

X. participar de eventos, cursos, reuniões sempre que convocado ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional;

XI. zelar pela preservação do ambiente físico, instalações, equipamentos e materiais didático-pedagógicos;

XII. auxiliar a equipe pedagógica no remanejamento, organização e instalação de equipamentos e materiais didático-pedagógicos;

XIII. atender e identificar visitantes, prestando informações e orientações quanto à estrutura física e setores do estabelecimento de ensino;

XIV. participar da avaliação institucional, conforme orientações da Secretaria de Estado da Educação;

XV. zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XVI. manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com

pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

XVII. participar das atribuições decorrentes do Regimento Escolar e exercer as específicas da sua função.

7.2.2 DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Art. 51 - A organização didático-pedagógica é entendida como o conjunto de decisões coletivas, necessárias à realização das atividades escolares, para garantir o processo pedagógico da escola.

Art. 52 - A organização didático-pedagógica é constituída pelos seguintes componentes:

I. dos níveis e modalidades de ensino da Educação Básica;

II. dos fins e objetivos da Educação Básica em cada nível e modalidade de ensino;

III. da organização curricular, estrutura e funcionamento;

- IV. da matrícula;
- V. do processo de classificação;
- VI. do processo de reclassificação;
- VII. da transferência;
- VIII. da progressão parcial;
- IX. da freqüência;
- X. da avaliação, da recuperação de estudos e da promoção;
- XI. do aproveitamento de estudos;
- XII. da adaptação;
- XIII. da revalidação e equivalência;
- XIV. da regularização da vida escolar;
- XV. do calendário escolar;
- XVI. dos registros e arquivos escolares;
- XVII. da eliminação de documentos escolares;
- XVIII. da avaliação institucional;
- XIX. dos espaços pedagógicos.

7.2.2.1 Dos Níveis e Modalidades de Ensino da Educação Básica

Art. 53 - O estabelecimento de ensino oferta:

- I. ensino Fundamental: anos iniciais e/ou 5^a a 8^a séries/regime de 8 anos e/ou 6^o a 9^o anos/regime de 9 anos;
- II. ensino Médio;
- III. educação de Jovens e Adultos: Ensino Fundamental – Fase II e Ensino Médio;
- IV. ensino Extra-curricular e Plurilingüista de Língua Estrangeira Moderna;

V. programa de Qualificação Profissional para o Adolescente Aprendiz, entre 14 (quatorze) e 18 (dezoito) anos, submetidos as ações sócio-educativas e os beneficiados com remissão.

VI. Estágio não-obrigatório, como atividade complementar, opcional ao estudante; com registro na pasta individual do Aluno.

7.2.2.2 Dos Fins e Objetivos da Educação Básica de cada Nível e Modalidade de Ensino

Art. 54 - O estabelecimento de ensino oferece a Educação Básica com base nos seguintes princípios das Constituições Federal e Estadual:

I. igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, vedada qualquer forma de discriminação e segregação;

II. gratuidade de ensino, com isenção de taxas e contribuições de qualquer natureza vinculadas à matrícula;

III. garantia de uma Educação Básica igualitária e de qualidade.

Art. 55 - O Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, tem por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I. o desenvolvimento da cognição, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II. a compreensão do ambiente natural e sociocultural, dos espaços e das relações socioeconômicas e políticas, da tecnologia e seus usos, das artes e dos princípios em que se fundamentam as sociedades;

III. o fortalecimento dos vínculos de família e da humanização das relações em que se assenta a vida social;

IV. a valorização da cultura local/regional e suas múltiplas relações com os contextos nacional/global;

V. o respeito à diversidade étnica, de gênero e de orientação sexual, de credo, de ideologia e de condição socioeconômica.

Art. 56 - O Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, com duração mínima de três anos, tem como finalidade:

I. a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II. a formação que possibilite ao aluno, no final do curso, compreender o mundo em que vive em sua complexidade, para que possa nele atuar com vistas à sua transformação;

III. o aprimoramento do aluno como cidadão consciente, com formação ética, autonomia intelectual e pensamento crítico;

IV. a compreensão do conhecimento historicamente construído, nas suas dimensões filosófica, artística e científica, em sua interdependência nas diferentes disciplinas.

Art. 57 - Ao final do Ensino Médio o aluno deve demonstrar:

I. domínio dos princípios científicos, tecnológicos e do legado filosófico e artístico da sociedade, que possibilite a compreensão da complexidade histórico-social da mesma;

II. conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;

III. compreensão crítica das relações e da estrutura social, das desigualdades e dos processos de mudança, da diversidade cultural e da ideologia frente aos intensos processos de mundialização, desenvolvimento tecnológico e aprofundamento das formas de exclusão;

IV. percepção própria, como indivíduo e personagem social, com consciência, reconhecimento da identidade social e uma compreensão crítica da relação homem-mundo.

Art. 58 - A oferta da Educação Básica, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, baseia-se nos seguintes fins e objetivos:

I. assegurar o direito à escolarização àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudo na idade própria;

- II. garantir a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, vedada qualquer forma de discriminação e segregação;
- III. garantir a gratuidade de ensino, com isenção de taxas e contribuições de qualquer natureza vinculadas à matrícula;
- IV. oferecer Educação Básica igualitária e de qualidade, numa perspectiva processual, formativa e emancipadora;
- V. assegurar oportunidades educacionais apropriadas, considerando as características do aluno, seus interesses, condições de vida e de trabalho;
- VI. respeitar o ritmo próprio de cada aluno no processo de ensino e aprendizagem;
- VII. organizar o tempo escolar a partir do tempo disponível do aluno trabalhador;
- VIII. assegurar a prática de gestão pedagógica e administrativa democrática, voltada à formação humana.

7.2.2.3 Da Organização Curricular, Estrutura e Funcionamento

Art. 59 - A organização do trabalho pedagógico em todos os níveis e modalidades de ensino segue as orientações expressas nas Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais.

Art. 60 - O regime da oferta da Educação Básica é de forma presencial, com a seguinte organização:

I - por séries, nos anos finais do Ensino Fundamental;

II – por serie no Ensino Médio na modalidade normal;

III – por disciplina no Ensino Fundamental – Fase II e Ensino Médio, na modalidade Educação de Jovens e Adultos;

Art. 61 – Os conteúdos curriculares na Educação Básica observam:

I – difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e a ordem democrática;

II – respeito a diversidade;

III – orientação para o trabalho.

Art. 62 – Os conteúdos e componentes curriculares estão organizados na Proposta Pedagógica Curricular, inclusa no Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino, em conformidade com as Diretrizes Nacionais e Estaduais.

Art. 63 – O estabelecimento de ensino oferta o Ensino Fundamental organizado em:

I – anos finais, em regime de série-ano, com 4(quatro) anos de duração, perfazendo um total de 3200 horas.

Art 64 – Na organização curricular para os anos finais do Ensino Fundamental consta:

I. Base Nacional Comum constituída pelas disciplinas de Artes, Ciências, Educação Física, Ensino Religioso, Geografia, História, Matemática e Língua Portuguesa e de uma Parte Diversificada, constituída por Língua Estrangeira Moderna;

II. Ensino Religioso, como disciplina integrante da Matriz Curricular do estabelecimento de ensino, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo;

III. História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, Sexualidade Humana, Educação Ambiental, Educação Fiscal e Enfrentamento à Violência contra a Criança e o Adolescente, como temáticas trabalhadas ao longo do ano letivo, em todas as disciplinas;

IV. conteúdos de História do Paraná na disciplina de História.

Art. 65 - O estabelecimento de ensino oferta o Ensino Médio, com duração de três anos, perfazendo um mínimo de 2.400 horas.

Art. 66 - Na organização curricular do Ensino Médio consta:

I. Base Nacional Comum constituída pelas disciplinas de Arte, Biologia, Química, Física, História, Geografia, Educação Física, Filosofia, Sociologia, Língua Portuguesa e Matemática e de uma Parte Diversificada constituída por Língua Estrangeira Moderna;

II. História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, Sexualidade Humana, Educação Ambiental, Educação Fiscal e Enfrentamento à Violência contra a Criança e o Adolescente, como temáticas trabalhadas ao longo do ano letivo, em todas as disciplinas;

III. conteúdos de História do Paraná na disciplina de História.

Art. 67 - As atividades de estágio, obrigatórias ou não, desenvolvidas no ambiente de trabalho visam à preparação para o trabalho produtivo dos educandos.

Art. 68 - Serão considerados estagiários alunos matriculados e que frequentam a Educação Profissional, o Ensino Médio e Educação Especial.

Art. 69 - O estágio não obrigatório, incluído no Projeto Político Pedagógico, como atividade opcional para o aluno, terá carga horária acrescida à carga horária regular e obrigatória no Histórico Escolar.

Art. 70 - A Educação de Jovens e Adultos, Ensino Fundamental – Fase II e Ensino Médio, é ofertada de forma presencial, com a seguinte organização:

I. coletiva e individual, no Ensino Fundamental – Fase II e no Ensino Médio;

II. componentes curriculares organizados por disciplina;

III. 1.200 horas (1.440 horas-aula), distribuídas entre as disciplinas conforme consta na Matriz Curricular;

IV. conteúdos que integram a educação básica, contidos na Proposta Pedagógica Curricular, desenvolvidos ao longo da carga horária total estabelecida para cada disciplina da Base Nacional Comum;

V. garantia de cem por cento dos conteúdos que integram a Proposta Pedagógica Curricular da disciplina;

VI. oferta de cem por cento do total da carga horária distribuída na Matriz Curricular do Ensino Fundamental – Fase II e do Ensino Médio.

Art. 71 - O estabelecimento de ensino ofertará os Exames Supletivos, quando credenciado pela Secretaria de Estado da Educação, que compreenderão a Base Nacional Comum do currículo, habilitando o prosseguimento de estudos.

§ 1º – Os Exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

a) para a conclusão do Ensino Fundamental, aos maiores de quinze anos;

b) para a conclusão do Ensino Médio, aos maiores de dezoito anos.

§ 2º – Os critérios utilizados para a aplicação dos Exames seguirão as normas complementares emanadas pelo Conselho Estadual de Educação e instruções da Secretaria do Estado da Educação.

Art. 72 - Os conteúdos e componentes curriculares, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, estão organizados de acordo com a Matriz Curricular, resultante do Projeto Político- Pedagógico do estabelecimento de ensino.

§ 1º – Os conteúdos curriculares para o Ensino Fundamental – Fase II e Ensino Médio estão organizados por disciplinas.

§ 2º – As temáticas História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, Sexualidade Humana, Educação Ambiental, Educação Fiscal e Enfrentamento à Violência contra a Criança e

o Adolescente serão trabalhadas ao longo do ano letivo, em todas as disciplinas.

§ 3º – Os conteúdos curriculares de História do Paraná estão incluídos na disciplina de História.

§ 4º – A disciplina de Ensino Religioso, no Ensino Fundamental – Fase II, será ofertada somente na organização coletiva.

Art. 73 - Os conteúdos e componentes curriculares estão organizados na Proposta Pedagógica Curricular, inclusa no Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino, em conformidade com as Diretrizes Nacionais e Estaduais.

Art. 74 - Oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais, nas áreas (da deficiência intelectual, deficiência visual, surdez, deficiência física neuromotora, condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos, superdotação ou altas habilidades).

Parágrafo Único – As necessidades educacionais especiais são definidas pelos distúrbios de aprendizagem apresentados pelo aluno, em caráter temporário ou permanente, e pelos recursos e apoios proporcionados, objetivando a remoção das barreiras para a aprendizagem e participação e o enriquecimento curricular para alunos com superdotação ou altas habilidades.

Art. 75 -A organização da Proposta Pedagógica Curricular toma como base as normas e Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais, observando o princípio da flexibilização e garantindo o atendimento pedagógico especializado para atender às necessidades educacionais especiais de seus alunos.

7.3 DA MATRÍCULA

Art. 76 - A matrícula é o ato formal que vincula o aluno ao estabelecimento de ensino, conferindo-lhe a condição de aluno.

Parágrafo Único – É vedada a cobrança de taxas e/ou contribuições de qualquer natureza vinculadas à matrícula;

Art. 77 - O estabelecimento de ensino assegura matrícula inicial ou em curso, conforme normas estabelecidas na legislação em vigor e nas instruções da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 78 - A matrícula deve ser requerida pelo interessado ou seu responsável, quando menor de 18 (dezoito anos), sendo necessária a apresentação dos seguintes documentos:

I. Certidão de Nascimento ou Carteira de Identidade – RG, para alunos maiores de 16 (dezesesseis) anos, cópia e original;

II. Comprovante de residência, prioritariamente a fatura de energia elétrica, cópia e original ;

III. Carteira de Vacinação para séries/anos iniciais do Ensino Fundamental;

IV. Histórico Escolar ou Declaração de escolaridade da escola de origem, esta com o Código Geral de Matrícula – CGM, quando aluno oriundo da rede estadual;

V. Matriz Curricular, quando a transferência for para o 2º ou 3º ano do Ensino Médio.

§ 1º – O aluno oriundo da rede estadual de ensino deve apresentar também a documentação específica, disposta nas Instruções Normativas de matrícula emanadas anualmente da Secretaria de Estado da Educação.

§ 2º – Na impossibilidade de apresentação de quaisquer documentos citados neste artigo, o aluno ou seu responsável será orientado e encaminhado aos órgãos competentes para as devidas providências.

Art. 79 - A matrícula é deferida pelo diretor, conforme prazo estabelecido na legislação vigente.

Art. 80 - No ato da matrícula, o aluno ou seu responsável será informado sobre o funcionamento do estabelecimento de ensino e sua organização, conforme o Projeto Político-Pedagógico, Regimento Escolar, Estatutos e Regulamentos Internos.

Art. 81 - No ato da matrícula, o aluno ou seu responsável deverá autodeclarar seu pertencimento Étnico- Racial e optar, na série do Ensino Fundamental e na modalidade Educação de Jovens e Adultos – Fase II, pela frequência ou não na disciplina de Ensino Religioso.

Art. 82 - O período de matrícula será estabelecido pela Secretaria de Estado da Educação, por meio de Instruções Normativas.

Art. 83 - Ao aluno não vinculado a qualquer estabelecimento de ensino assegura-se a possibilidade de matrícula em qualquer tempo, desde que se submeta a processo de classificação, aproveitamento de estudos e adaptação, previstos no presente Regimento Escolar, conforme legislação vigente.

§ 1º – O controle de frequência far-se-á a partir da data da efetivação da matrícula, sendo exigida frequência mínima de 75% do total da carga horária restante da série ou ciclo.

§ 2º – O contido no *caput* desse artigo é extensivo a todo estrangeiro, independentemente de sua condição legal, exceto para a primeira série/ano do Ensino Fundamental.

Art. 84 - O ingresso no Ensino Médio é permitido:

I. aos concluintes do Ensino Fundamental ou seu correspondente legal, ofertado por estabelecimento de ensino regularmente autorizado a funcionar;

II. aos concluintes de estudos equivalentes aos de Ensino Fundamental reconhecidos pelo Conselho Estadual de Educação.

Art. 85 - Na modalidade Educação de Jovens e Adultos, as matrículas podem ser efetuadas em qualquer época do ano, sendo que:

I. no Ensino Fundamental – Fase II e Ensino Médio, a matrícula é por disciplina e o aluno escolhe, em função da oferta, até 04 (quatro) disciplinas para cursar concomitantemente e a forma de organização, coletiva ou individual;

II. para matrícula, deve ser observada a idade mínima, exigida na legislação vigente.

Art. 86 - No ato da matrícula na modalidade Educação de Jovens e Adultos, o aluno será orientado pela equipe pedagógica sobre a organização dos cursos, o cronograma de oferta das disciplinas e a metodologia.

Art. 87 - Os alunos com necessidades educacionais especiais serão matriculados em todos os níveis e modalidades de ensino, respeitado o seu direito a atendimento adequado, pelos serviços e apoios especializados.

7.4 DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO

Art. 88 - A classificação no Ensino Fundamental e Médio é o procedimento que o estabelecimento de ensino adota para posicionar o aluno na etapa de estudos compatível com a idade, experiência e desenvolvimento adquiridos por meios formais ou informais, podendo ser realizada:

I. por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;

II. por transferência, para os alunos procedentes de outras escolas, do país ou do exterior, considerando a classificação da escola de origem;

III. independentemente da escolarização anterior, mediante avaliação para posicionar o aluno na série, ciclo, disciplina ou etapa compatível ao seu grau

de desenvolvimento e experiência, adquiridos por meios formais ou informais.

Art. 89 - A classificação tem caráter pedagógico centrado na aprendizagem, e exige as seguintes ações para resguardar os direitos dos alunos, das escolas e dos profissionais:

I. organizar comissão formada por docentes, pedagogos e direção da escola para efetivar o processo;

II. proceder avaliação diagnóstica, documentada pelo professor ou equipe pedagógica;

III. comunicar o aluno e/ou responsável a respeito do processo a ser iniciado, para obter o respectivo consentimento;

IV. arquivar Atas, provas, trabalhos ou outros instrumentos utilizados;

V. registrar os resultados no Histórico Escolar do aluno.

Art. 90 - O processo de classificação na modalidade Educação de Jovens e Adultos poderá posicionar o aluno, para matrícula na disciplina, em 25%, 50%, 75% ou 100% da carga horária total de cada disciplina do Ensino Fundamental – Fase II e, no Ensino Médio, em 25%, 50%, 75% da carga horária total de cada disciplina, de acordo com a Proposta Pedagógica da Educação de Jovens e Adultos.

Parágrafo Único – Do total de carga horária restante a ser cursada na disciplina, na qual o aluno foi classificado, é obrigatória a frequência de 75% na Organização Coletiva e de 100% na Organização Individual.

Art. 91 - Na classificação com êxito, em 100% do total da carga horária, em todas as disciplinas do Ensino Fundamental – Fase II, o aluno está apto a realizar matrícula inicial no Ensino Médio.

Parágrafo Único – Em caso de transferência, esta só poderá ser expedida após o aluno ter concluído, no mínimo, 2 (duas) disciplinas do Ensino Médio e obtido, no mínimo, 1 (um) registro de nota e frequência nas

demais disciplinas matriculadas.

Art. 92 - O aluno, após o processo de classificação nas disciplinas do Ensino Fundamental – Fase II e Ensino Médio, de acordo com o percentual de carga horária avançada, terá as seguintes quantidades de registros de notas:

I – Língua Portuguesa, Matemática e Língua Portuguesa e Literatura, o aluno classificado com:

- a) 25%, deverá ter 4 (quatro) registros de notas;
- b) 50%, deverá ter 3 (três) registros de notas;
- c) 75%, deverá ter 2 (dois) registros de notas;
- d) 100%, no Ensino Fundamental – Fase II, concluirá a disciplina.

II – Geografia, História, Ciências Naturais, Língua Estrangeira Moderna, Química, Física e Biologia, o aluno classificado com:

- a) 25%, deverá ter 3 (três) registros de notas;
- b) 50%, deverá ter 2 (dois) registros de notas;
- c) 75%, deverá ter 1 (um) registro de notas;
- d) 100%, no Ensino Fundamental – Fase II, concluirá a disciplina.

III – Artes, Arte, Filosofia, Sociologia, Educação Física, o aluno classificado com:

- a) 25%, deverá ter 2 (dois) registros de notas;
- b) 50%, deverá ter 1 (um) registro de notas;
- c) 75%, deverá ter 1 (um) registro de notas;
- d) 100%, no Ensino Fundamental – Fase II, concluirá a disciplina.

7.5 DO PROCESSO DE RECLASSIFICAÇÃO

Art. 93 - A reclassificação é um processo pedagógico que se concretiza através da avaliação do aluno matriculado e com frequência na série/ano/disciplina(s) sob a responsabilidade do estabelecimento de ensino que, considerando as normas curriculares, encaminha o aluno à etapa de estudos/carga horária da(s) disciplina(s) compatível com a experiência e desempenho escolar demonstrados, independentemente do que registre o seu Histórico Escolar.

Art. 94 - O processo de reclassificação poderá ser aplicado como verificação da possibilidade de avanço em qualquer série/ano/carga horária da(s) disciplina(s) do nível da Educação Básica, quando devidamente demonstrado pelo aluno, sendo vedada a reclassificação para conclusão do Ensino Médio.

Art. 95 - Cabe ao estabelecimento de ensino contemplar, em seu Projeto Político-Pedagógico/Proposta Pedagógica Curricular e no Regimento Escolar, a reclassificação de aluno.

Art. 96 - O estabelecimento de ensino, quando constatar possibilidade de avanço de aprendizagem, apresentado por aluno devidamente matriculado e com frequência na série/ano/disciplina(s), deverá notificar o NRE para que este proceda orientação e acompanhamento quanto aos preceitos legais, éticos e das normas que o fundamentam.

Parágrafo Único – Os alunos, quando maior, ou seus responsáveis, poderão solicitar reclassificação, facultando à escola aprová-lo.

Art. 97 - Cabe à Comissão elaborar relatório dos assuntos tratados nas reuniões, anexando os documentos que registrem os procedimentos avaliativos realizados, para que sejam arquivados na Pasta Individual do aluno.

Art. 98 - O aluno reclassificado deve ser acompanhado pela equipe pedagógica, durante dois anos, quanto aos seus resultados de aprendizagem.

Art. 99 - Na modalidade Educação de Jovens e Adultos, o estabelecimento de ensino poderá reclassificar os alunos matriculados, considerando:

I. que o aluno deve ter cursado, no mínimo, 25% do total da carga horária definida para cada disciplina, no Ensino Fundamental – Fase II e no Ensino Médio;

Parágrafo Único – Fica vedada a reclassificação na disciplina de Ensino Religioso.

Art. 100 - O processo de reclassificação, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, poderá posicionar o aluno, devendo este cursar ainda 50% ou 25% da carga horária total de cada disciplina do Ensino Fundamental – Fase II e do Ensino Médio:

I. tendo cursado 25% e avançando em 25%, o aluno deverá cursar ainda 50% da carga horária total da disciplina e obter as seguintes quantidades de registros de notas: a) nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Língua Portuguesa e Literatura, o aluno deverá ter 4 (quatro) registros de notas;

b) nas disciplinas de Geografia, História, Ciências Naturais, Língua Estrangeira Moderna, Química, Física e Biologia, o aluno deverá ter 3 (três) registros de notas;

c) nas disciplinas de Artes, Arte, Filosofia, Sociologia, Educação Física, o aluno deverá ter 2 (dois) registros de notas.

II. tendo cursado 25% e avançando em 50%, o aluno deverá cursar ainda 25% da carga horária total da disciplina e obter as seguintes quantidades de registros de notas:

a) nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Língua Portuguesa e Literatura, o aluno deverá ter 3 (três) registros de notas;

b) nas disciplinas de Geografia, História, Ciências Naturais, Língua Estrangeira Moderna, Química, Física e Biologia, o aluno deverá ter 2 (dois) registros de notas;

c) nas disciplinas de Artes, Artes, Filosofia, Sociologia, Educação Física, o aluno deverá ter 2 (dois) registros de notas.

Parágrafo Único – Caso o aluno tenha cursado 25% ou mais da carga horária total da disciplina, após reclassificado, deverá cursar ainda, obrigatoriamente, no mínimo, 25% do total da carga horária.

Art. 101 - O resultado do processo de reclassificação será registrado em Ata e integrará a Pasta Individual do aluno.

Art. 102 - O resultado final do processo de reclassificação realizado pelo estabelecimento de ensino será registrado no Relatório Final, a ser encaminhado à Secretaria de Estado da Educação.

Art. 103 - A reclassificação é vedada para a etapa inferior à anteriormente cursada.

7.6 DA TRANSFERÊNCIA

Art. 104 - A matrícula por transferência ocorre quando o aluno, ao se desvincular de um estabelecimento de ensino, vincula-se, ato contínuo, a outro, para prosseguimento dos estudos em curso.

Art. 105 - A matrícula por transferência é assegurada no estabelecimento de ensino, aos alunos que se desvincularam de outro, devidamente integrado ao sistema de ensino, mediante apresentação da documentação e transferência, com aproveitamento e assiduidade do aluno, com observância da proximidade residencial.

Art. 106 - Os registros do estabelecimento de ensino de origem serão transpostos ao estabelecimento de destino, sem modificações.

§ 1º – Antes de efetivar a matrícula, se necessário, solicitar à escola de origem os dados para a interpretação dos registros referentes ao aproveitamento escolar e assiduidade do aluno.

§ 2º – No Ensino Fundamental, nos regimes de 8 (oito) e 9 (nove) anos de duração, os registros do aluno do estabelecimento de origem, referentes ao aproveitamento escolar e à assiduidade, serão transpostos conforme legislação em vigor.

Art. 107 - A matrícula por transferência no Ensino Fundamental do regime de 9 (nove) anos para o de 8 (oito) anos de duração e vice-versa, será efetivada com observância à legislação em vigor.

Art. 108 - As transferências de alunos com dependência em até 3 (três) disciplinas serão aceitas e deverão ser cumpridas mediante plano especial de estudos.

Art. 109 - O aluno, ao se transferir do estabelecimento de ensino, receberá a documentação escolar necessária para matrícula no estabelecimento de destino, devidamente assinada.

§ 1º – No caso de transferência em curso, será entregue ao aluno:

a) Histórico Escolar das séries ou períodos, etapas, disciplina(s), ciclos ou fases concluídas;

b) Ficha Individual referente à série ou período, etapa, disciplina(s) em curso.

§ 2º – Na impossibilidade da emissão dos documentos, no ato da solicitação da transferência, o estabelecimento fornecerá Declaração de Escolaridade, anexando cópia da Matriz Curricular e compromisso de expedição de documento definitivo no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 3º – À documentação dos alunos que freqüentam os serviços de Apoios da Educação Especial, além dos documentos da classe comum, deverão ser

acrescentadas cópias do relatório da avaliação pedagógica no contexto escolar e cópia do último relatório de acompanhamento semestral realizado pelo professor do Serviço ou Apoio Especializado.

Art. 110 - A matrícula por transferência, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, deve:

I. no processo de escolarização com a mesma organização de ensino, considerar os registros de nota e carga horária do estabelecimento de ensino de origem;

II. no processo de escolarização com organização de ensino diferente da ofertada na Educação de Jovens e Adultos:

a) desconsiderar os registros de nota e carga horária do estabelecimento de ensino de origem;

b) realizar matrícula inicial em até 4 (quatro) disciplinas;

c) o aluno poderá ser reclassificado, em cada disciplina, após ter cursado 25% do total da carga horária da disciplina.

7.7 DA PROGRESSÃO PARCIAL

Art. 111 - O estabelecimento de ensino não oferta aos seus alunos matrícula com Progressão Parcial.

Parágrafo Único – As transferências recebidas de alunos com dependência em até três disciplinas serão aceitas e deverão ser cumpridas mediante plano especial de estudos.

Art. 112 - É vedada a matrícula de alunos em regime de Progressão Parcial nos cursos da modalidade Educação de Jovens e Adultos.

7.8 DA FREQUÊNCIA

Art. 113 - É obrigatória, ao aluno, a frequência mínima de 75% do total da carga horária do período letivo, para fins de promoção.

Art. 114 - É assegurado o regime de exercícios domiciliares, com acompanhamento pedagógico do estabelecimento de ensino, como forma de compensação da ausência às aulas, aos alunos que apresentarem impedimento de freqüência, conforme as seguintes condições, previstas na legislação vigente:

I. portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismos ou outras condições mórbidas;

II. gestantes.

Art. 115 - É assegurado o abono de faltas ao aluno que estiver matriculado em Órgão de Formação de Reserva e que seja obrigado a faltar a suas atividades civis, por força de exercícios ou manobras, ou reservista que seja chamado para fins de exercício de apresentação das reservas ou cerimônias cívicas, do Dia do Reservista.

Parágrafo Único – As faltas tratadas no *caput* deste artigo deverão ser assentadas no Livro Registro de Classe, porém, não serão consideradas no cômputo geral das faltas.

Art. 116 - Na Organização Coletiva do Ensino Fundamental e Médio, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, a freqüência mínima é de 75% do total da carga horária prevista para cada disciplina.

Art. 117 - Na Organização Individual do Ensino Fundamental e Médio, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, o aluno deve cumprir 100% do total da carga horária de todas as disciplinas, em sala de aula.

Art. 118 - Na modalidade Educação de Jovens e Adultos, tanto na Organização Individual como na Organização Coletiva, é considerado desistente o aluno que se ausentar por mais de 2 (dois) meses consecutivos, devendo a escola, no seu retorno, reativar sua matrícula para dar

continuidade aos seus estudos, aproveitando a carga horária cursada e os registros de notas obtidos.

Parágrafo Único – O aluno desistente na disciplina, terá o prazo de 2 (dois) anos, a partir da data da matrícula inicial, para ter sua matrícula reativada, aproveitando a carga horária já freqüentada e os regimentos de notas obtidos.

Art. 119 - A relação de alunos, quando menores de idade, que apresentarem quantidade de faltas acima de 50% do percentual permitido em lei, será encaminhada ao Conselho Tutelar do Município, ou ao Juiz competente da Comarca e ao Ministério Público.

7.9 DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM, DA RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS E DA PROMOÇÃO

Art. 120 - A avaliação é uma prática pedagógica intrínseca ao processo ensino e aprendizagem, com a função de diagnosticar o nível de apropriação do conhecimento pelo aluno.

Art. 121 - A avaliação é contínua, cumulativa e processual, devendo refletir o desenvolvimento global do aluno e considerar as características individuais deste no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Parágrafo Único – Dar-se-á relevância à atividade crítica, à capacidade de síntese e à elaboração pessoal, sobre a memorização.

Art. 122 - A avaliação é realizada em função dos conteúdos, utilizando métodos e instrumentos diversificados, coerentes com as concepções e finalidades educativas expressas no Projeto Político-Pedagógico da escola.

Parágrafo Único – É vedado submeter o aluno a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação.

Art. 123 - Os critérios de avaliação do aproveitamento escolar serão elaborados em consonância com a organização curricular e descritos no Projeto Político-Pedagógico.

Art. 124 - A avaliação deverá utilizar procedimentos que assegurem o acompanhamento do pleno desenvolvimento do aluno, evitando-se a comparação dos alunos entre si.

Art. 125 - O resultado da avaliação deve proporcionar dados que permitam a reflexão sobre a ação pedagógica, contribuindo para que a escola possa reorganizar conteúdos/instrumentos/métodos de ensino.

Art. 126 - Na avaliação do aluno devem ser considerados os resultados obtidos durante todo o período letivo, num processo contínuo, expressando o seu desenvolvimento escolar, tomado na sua melhor forma.

Art. 127 - Os resultados das atividades avaliativas serão analisados durante o período letivo, pelo aluno e pelo professor, observando os avanços e as necessidades detectadas, para o estabelecimento de novas ações pedagógicas.

Art. 128 - A recuperação de estudos é direito dos alunos, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos.

Art. 129 - A recuperação de estudos dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo ensino e aprendizagem.

Art. 130 - A recuperação será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados.

Parágrafo Único – A proposta de recuperação de estudos deverá indicar a área de estudos e os conteúdos da disciplina.

Art. 131 - A avaliação da aprendizagem terá os registros de notas expressos em uma escala de 0 (zero) a 10,0 (dez vírgula zero), computados trimestralmente.

Art. 132 – O rendimento escolar mínimo para aprovação no Ensino Fundamental e Médio é a obtenção da nota 6,0 (seis vírgula zero) por disciplina, calculado pela média aritmética:

A Média Final (MF) é igual a somatória das médias dos 3(três) trimestres divididos por 3(três), cujo resultado para aprovação deverá ser igual a 6,0 (seis vírgula zero).

Média Final= nota do 1º trimestre + nota do 2º trimestre + nota do 3º trimestre=6.0

3

Art. 133 - Os resultados das avaliações dos alunos serão registrados em documentos próprios, a fim de que sejam asseguradas a regularidade e autenticidade de sua vida escolar.

Parágrafo Único – Os resultados da recuperação serão incorporados às avaliações efetuadas durante o período letivo, constituindo-se em mais um componente do aproveitamento escolar, sendo obrigatória sua anotação no Livro Registro de Classe.

Art. 134 - A promoção é o resultado da avaliação do aproveitamento escolar do aluno, aliada à apuração da sua frequência.

Art. 135 - Na promoção ou certificação de conclusão, para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, a média final mínima exigida é de 6,0 (seis vírgula zero), observando a frequência mínima exigida por lei.

Art. 136 - Os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, que apresentarem frequência mínima de 75% do total de horas letivas e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) em cada disciplina, serão considerados aprovados ao final do ano letivo.

Art. 137 - Os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio serão considerados retidos ao final do ano letivo quando apresentarem:

I. frequência inferior a 75% do total de horas letivas, independentemente do aproveitamento escolar;

II. frequência superior a 75% do total de horas letivas e média inferior a 6,0 (seis vírgula zero) em cada disciplina.

Art. 138 - A disciplina de Ensino Religioso não se constitui em objeto de retenção do aluno, não tendo registro de notas na documentação escolar.

Parágrafo único – Na modalidade Educação de Jovens e Adultos, o aluno que optar por freqüentar as aulas de Ensino Religioso, terá carga horária da disciplina incluída no total da carga horária do curso.

Art. 139 - Os resultados obtidos pelo aluno no decorrer do ano letivo serão devidamente inseridos no sistema informatizado, para fins de registro e expedição de documentação escolar.

Art. 140 - Na modalidade Educação de Jovens e Adultos serão registradas de 02 (duas) a 06 (seis) notas por disciplina, que corresponderão a provas individuais escritas e a outros instrumentos avaliativos adotados, aos quais, obrigatoriamente, o aluno submeter-se-á na presença do professor.

Art. 141 - Os registros de nota na Educação de Jovens e Adultos, para o Ensino Fundamental – Fase II e Ensino Médio, constituir-se-ão de:

I. 06 (seis) registros de notas, nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Língua Portuguesa e Literatura;

II. 04 (quatro) registros de notas, nas disciplinas de História, Geografia, Ciências Naturais, Língua Estrangeira Moderna, Química, Física, Biologia;

III. 02 (dois) registros de notas nas disciplinas de Artes, Arte, Filosofia, Sociologia e Educação Física.

Art. 142 - Na modalidade Educação de Jovens e Adultos, o aluno deverá atingir no mínimo a nota 6,0 (seis vírgula zero) em cada registro de nota resultante das avaliações processuais.

Parágrafo Único – O aluno que não atingir a nota 6,0 (seis vírgula zero) em cada registro de nota terá direito à recuperação de estudos.

Art. 143 - Na modalidade Educação de Jovens e Adultos, a Média Final (MF) para cada disciplina corresponderá à média aritmética dos Registros de Notas, resultantes das avaliações realizadas.

Média Final ou MF = soma dos Registros de notas

número de Registros de notas

Art. 144 - Para fins de promoção ou certificação, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, a nota mínima exigida é 6,0 (seis vírgula zero), em cada disciplina e frequência mínima de 75% do total da carga horária de cada disciplina na organização coletiva e 100% na organização individual.

Art. 145 - A idade mínima para a obtenção do certificado de conclusão do Ensino Fundamental e do Ensino Médio na Educação de Jovens e Adultos é a estabelecida na legislação vigente.

7.10 DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Art. 146 - Os estudos concluídos com êxito serão aproveitados.

Parágrafo Único – A carga horária efetivamente cumprida pelo aluno, no estabelecimento de ensino de origem, será transcrita no Histórico Escolar, para fins de cálculo da carga horária total do curso.

Art. 147 - Na Educação de Jovens e Adultos, o aluno poderá requerer aproveitamento integral de estudos de disciplinas concluídas com êxito, por meio de cursos organizados por disciplina ou de Exames Supletivos, apresentando a comprovação de conclusão.

Art. 148 – A avaliação para fins de aproveitamento de estudos será realizada conforme os critérios já estabelecidos no Regimento Escolar.

Parágrafo Único – É vedado o aproveitamento de estudos nos cursos integrados ao Ensino Médio.

7.11 DA ADAPTAÇÃO

Art. 149 - A adaptação de estudos de disciplinas é atividade didático-pedagógica desenvolvida sem prejuízo das atividades previstas na Proposta Pedagógica Curricular, para que o aluno possa seguir o novo currículo.

Art. 150 - A adaptação de estudos far-se-á pela Base Nacional Comum.

Parágrafo Único – Na conclusão do curso, o aluno deverá ter cursado, pelo menos, uma Língua Estrangeira Moderna.

Art. 151 - A adaptação de estudos será realizada durante o período letivo.

Art. 152 - A efetivação do processo de adaptação será de responsabilidade da equipe pedagógica e docente, que deve especificar as adaptações a que o aluno está sujeito, elaborando um plano próprio, flexível e adequado ao aluno.

Parágrafo Único – Ao final do processo de adaptação, será elaborada Ata de resultados, os quais serão registrados no Histórico Escolar do aluno e no Relatório Final.

7.12 DA REVALIDAÇÃO E EQUIVALÊNCIA PARA ESTUDOS CURSADOS NO EXTERIOR

Art. 153 - O estabelecimento de ensino procedera a equivalência de estudos incompletos cursados no exterior e equivalentes ao Ensino Fundamental ou ao Ensino Médio.

Art. 154 - O estabelecimento de ensino procedera a equivalência e revalidação de estudos completos realizados no exterior e correspondentes ao Ensino Fundamental, para os alunos que pretendam matricula no Ensino Médio.

Art. 155 - O estabelecimento de ensino procedera a equivalência e revalidação de estudos completos realizados no exterior e correspondentes ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio.

Art. 156 - O estabelecimento de ensino, para a equivalência e revalidação de estudos completos e incompletos, seguira orientações emanadas da SEED e observara:

- I. as precauções indispensáveis ao exame da documentação do processo, cujas peças, quando produzidas no exterior, devem ser autenticadas pelo Cônsul brasileiro da jurisdição ou, na impossibilidade, pelo Cônsul do país de origem, exceto para os documentos escolares encaminhados por via diplomática, expedidos na França e nos países do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL;
- II. a existência de acordos e convênios internacionais;
- III. que todos os documentos escolares originais, exceto os de língua espanhola, contenham tradução para o português por tradutor juramentado;

IV. as normas para transferência e aproveitamento de estudos constantes na legislação vigente.

Art. 157 - Após a equivalência e revalidação de estudos completos será expedido o competente certificado de conclusão.

Art. 158 - A matrícula no Ensino Médio somente poderá ser efetivada após a equivalência e revalidação de estudos completos do Ensino Fundamental.

Art. 159 - A matrícula do aluno proveniente do exterior, que não apresentar documentação escolar, far-se-á mediante processo de classificação, previsto na legislação vigente.

Parágrafo Único – O aluno que não apresentar condições imediatas para classificação será matriculado na série compatível com sua idade em qualquer época do ano, ficando a escola obrigada a elaborar plano próprio.

Art. 160 - A matrícula de alunos oriundos do exterior, com período letivo concluído após ultrapassados 25% do total de horas letivas previstas no calendário escolar, far-se-á mediante classificação, aproveitamento e adaptação, previstos na legislação vigente, idenpendentemente da apresentação de documentação escolar

de estudos realizados.

7.13 DA REGULARIZAÇÃO DE VIDA ESCOLAR

Art. 161 - O processo de regularização de vida escolar é de responsabilidade do diretor do estabelecimento de ensino, sob a supervisão do Núcleo Regional de Educação, conforme normas do Sistema Estadual de Ensino.

§ 1º – Constatada a irregularidade, o diretor do estabelecimento dará ciência imediata ao Núcleo Regional de Educação.

§ 2º – O Núcleo Regional de Educação acompanhará o processo pedagógico e administrativo, desde a comunicação do fato até a sua conclusão.

§ 3º – Ao Núcleo Regional de Educação cabe a emissão do ato de regularização.

§ 4º – Tratando-se de transferência com irregularidade, caberá à direção da escola registrar os resultados do processo na documentação do aluno.

Art. 162 -No caso de irregularidade detectada após o encerramento do curso, o aluno será convocado para exames especiais a serem realizados no estabelecimento de ensino em que concluiu o curso, sob a supervisão do Núcleo Regional de Educação.

§ 1º – Na impossibilidade de serem efetuados os exames especiais no estabelecimento de ensino em que o aluno concluiu o curso, o Núcleo Regional de Educação deverá credenciar estabelecimento devidamente reconhecido.

§ 2º – Sob nenhuma hipótese a regularização da vida escolar acarretará ônus financeiro para o aluno.

Art. 163 - No caso de insucesso nos exames especiais, o aluno poderá requerer nova oportunidade, decorridos, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a partir da publicação dos resultados.

7.14 - DO CALENDÁRIO ESCOLAR

Art. 164- O Calendário Escolar será elaborado anualmente, conforme normas emanadas da Secretaria de Estado da Educação, pelo estabelecimento de ensino, apreciado e aprovado pelo Conselho Escolar e, após, enviado ao órgão competente para análise e homologação, ao final de cada ano letivo anterior à sua vigência.

Art. 165 - O calendário escolar atenderá ao disposto na legislação vigente, garantindo o mínimo de horas e dias letivos previstos para cada nível e modalidade.

7.15 - DOS REGISTROS E ARQUIVOS ESCOLARES

Art. 166 - A escrituração e o arquivamento de documentos escolares têm como finalidade assegurar, em qualquer tempo, a verificação de:

- I. identificação de cada aluno;
- II. regularidade de seus estudos;
- III. autenticidade de sua vida escolar.

Art. 167 - Os atos escolares, para efeito de registro e arquivamento, são escriturados em livros e fichas padronizadas, observando-se os Regulamentos e disposições legais aplicáveis.

Art.168 - Os livros de escrituração escolar conterão termos de abertura e encerramento, imprescindíveis à identificação e comprovação dos atos que se registrarem, datas e assinaturas que os autentiquem, assegurando, em qualquer tempo, a identidade do aluno, regularidade e autenticidade de sua vida escolar.

Art. 169 - O estabelecimento de ensino deverá dispor de documentos escolares para os registros individuais de alunos, professores e outras ocorrências.

Art. 170 - São documentos de registro escolar:

- I. Requerimento de Matrícula;
- II. Ficha Individual;

III. Parecer Descritivo Parcial e Final;

IV. Histórico Escolar;

V. Relatório Final;

VI. Ficha de Registro de Nota e Frequência para a Organização Individual – Educação de Jovens e Adultos;

VII. Livro Registro de Classe.

7.15.1 Da Eliminação de Documentos Escolares

Art. 171 - A eliminação consiste no ato de destruição por fragmentação de documentos escolares que não necessitam permanecer em arquivo escolar, com observância às normas de preservação ambiental e aos prazos dispostos na legislação em vigor.

Art. 172- A direção do estabelecimento de ensino, periodicamente, determinará a seleção dos documentos existentes nos arquivos escolares, sem relevância probatória, a fim de serem retirados e eliminados.

Art. 173 - Podem ser eliminados os seguintes documentos escolares:

I. pertinentes ao estabelecimento de ensino:

a) Livro Registro de Classe, após 5 (cinco) anos;

b) Ficha Individual de Controle de Nota e Frequência da Organização Individual, após 5 (cinco) anos (específico para Educação de Jovens e Adultos);

c) planejamentos didático-pedagógicos (prazo a critério do estabelecimento de ensino);

d) calendários escolares, com as cargas horárias anuais efetivamente cumpridas (prazo a critério do estabelecimento de ensino).

II. referentes ao corpo docente:

a) instrumentos utilizados para avaliação (prazo a critério do estabelecimento de ensino);

b) documentos inativos do aluno: Requerimento de Matrícula, após 1 (um) ano; Ficha Individual, após 5 (cinco) anos; e Ficha Individual com requerimento de transferência, após 1 (um) ano.

Art. 174 - Para a eliminação dos documentos escolares será lavrada Ata, na qual deverão constar a natureza do documento, o nome do aluno, o ano letivo e demais informações que eventualmente possam auxiliar na identificação dos documentos destruídos.

Parágrafo Único – A referida Ata no *caput* deste artigo deve ser assinada pelo diretor, secretário e demais funcionários presentes.

7.16 DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Art. 175 - A avaliação institucional ocorrerá por meio de mecanismos criados pelo estabelecimento de ensino e/ou por meio de mecanismos criados pela Secretaria de Estado da Educação.

Parágrafo Único – A avaliação institucional ocorrerá anualmente, preferencialmente no fim do ano letivo, e subsidiará a organização do Plano de Ação da Escola no ano subsequente.

7.17 DOS ESPAÇOS PEDAGÓGICOS

Art. 176 - A biblioteca é um espaço pedagógico democrático com acervo bibliográfico à disposição de toda a comunidade escolar.

Art. 177 - A biblioteca tem Regulamento específico, elaborado pela equipe pedagógica e aprovado pelo Conselho Escolar, no qual consta sua organização e funcionamento.

Parágrafo Único – A biblioteca estará sob a responsabilidade de integrante do quadro técnico-administrativo, indicado pela direção, o qual tem suas

atribuições especificadas na Seção VIII, Capítulo I, Título II, deste Regimento Escolar.

Art. 178 - O laboratório de Química, Física e Biologia é um espaço pedagógico para uso dos professores e alunos, com Regulamento próprio, aprovado pelo Conselho Escolar, que tem por finalidade auxiliar a compreensão de conteúdos trabalhados nas disciplinas.

Parágrafo Único – O profissional responsável pelo laboratório de Química, Física e Biologia tem suas atribuições especificadas na Seção VIII, Capítulo I, Título II, deste Regimento Escolar.

Art. 179 - O laboratório de Informática é um espaço pedagógico para uso dos professores e alunos, com Regulamento próprio aprovado pelo Conselho Escolar, que tem por finalidade auxiliar a compreensão de conteúdos trabalhados nas diferentes disciplinas do Ensino Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos, como uma alternativa metodológica diferenciada.

Parágrafo Único – O laboratório de Informática é de responsabilidade de integrante do quadro técnico-administrativo, indicado pela direção, com domínio básico da ferramenta, e suas atribuições estão especificadas na Seção VIII, Capítulo I, Título II, deste Regimento Escolar.

7.18 DOS DIREITOS, DEVERES E PROIBIÇÕES DOS DOCENTES, EQUIPE PEDAGÓGICA E DIREÇÃO

7.18.1 Dos Direitos

Art. 180 - Aos docentes, equipe pedagógica e direção, além dos direitos que lhes são assegurados pelo Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná – Lei nº 6.174/70 e Estatuto do Magistério – Lei Complementar nº 07/76, são garantidos os seguintes direitos:

I. ser respeitado na condição de profissional atuante na área da educação e no desempenho de suas funções;

II. participar da elaboração e implementação do Projeto Político-Pedagógico da escola, Regimento Escolar e Regulamentos Internos;

III. participar de grupos de estudos, encontros, cursos, seminários e outros eventos, ofertados pela Secretaria de Estado da Educação e pelo próprio estabelecimento de ensino, tendo em vista o seu constante aperfeiçoamento profissional;

IV. propor aos diversos setores do estabelecimento de ensino ações que viabilizem um melhor funcionamento das atividades.

V. requisitar ao setor competente o material necessário à sua atividade, dentro das possibilidades do estabelecimento de ensino;

VI. propor ações que objetivem o aprimoramento dos procedimentos de ensino, da avaliação do processo pedagógico, da administração, da disciplina e das relações de trabalho no estabelecimento de ensino;

VII. utilizar-se das dependências e dos recursos materiais da escola para o desenvolvimento de suas atividades;

VIII. ter assegurado o direito de votar e/ou ser votado como representante no Conselho Escolar e associações afins;

IX. participar de associações e/ou agremiações afins;

X. participar da definição da Proposta Pedagógica Curricular da escola e sua Matriz Curricular, conforme normas emanadas da Secretaria de Estado da Educação;

XI. ter assegurado, pelo mantenedor, o processo de formação continuada;

XII. ter acesso às orientações e normas emanadas da Secretaria de Estado da Educação;

XIII. participar da Avaliação Institucional, conforme orientação da Secretaria de Estado da Educação;

XIV. tomar conhecimento das disposições do Regimento Escolar e do(s) Regulamento(s) Interno(s) do estabelecimento de ensino;

XV. compor equipe multidisciplinar, para orientar e auxiliar o desenvolvimento das ações relativas à Educação das Relações Étnico-

Raciais e ao Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira , Africana e indígena ao longo do período letivo;

XVI. ter assegurado gozo de férias previsto em lei.

7.18.2 Dos Deveres

Art. 181 - Aos docentes, equipe pedagógica e direção, além das atribuições previstas no Capítulo I, Título II, deste Regimento Escolar, compete:

I. possibilitar que o estabelecimento de ensino cumpra a sua função, no âmbito de sua competência;

II. desempenhar sua função de modo a assegurar o princípio constitucional de igualdade de condições para o acesso e a permanência do aluno no estabelecimento de ensino;

III. elaborar exercícios domiciliares aos alunos impossibilitados de freqüentar a escola, em atendimento ao disposto na Seção IX, Capítulo II, Título II, deste Regimento Escolar;

IV. colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;

V. comparecer às reuniões do Conselho Escolar, quando membro representante do seu segmento;

VI. manter e promover relações cooperativas no âmbito escolar;

VII. cumprir as diretrizes definidas no Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino, no que lhe couber;

VIII. manter o ambiente favorável ao desenvolvimento do processo pedagógico;

IX. comunicar aos órgãos competentes quanto à frequência dos alunos, para tomada das ações cabíveis;

X. Informar aos alunos a questão legal que envolve o uso e divulgação de imagem, produção audiovisual e quaisquer informações pessoais daqueles envolvidos nos trabalhos escolares;

- XI. dar atendimento ao aluno independentemente de suas condições de aprendizagem;
- XII. organizar e garantir a reflexão sobre o processo pedagógico na escola;
- XIII. manter os pais ou responsáveis e os alunos informados sobre o Sistema de Avaliação da Escola, no que diz respeito à sua área de atuação;
- XIV. informar pais ou responsáveis e os alunos sobre a frequência e desenvolvimento escolar obtidos no decorrer do ano letivo;
- XV. estabelecer estratégias de recuperação de estudos, no decorrer do ano letivo, visando à melhoria do aproveitamento escolar;
- XVI. receber e analisar o pedido de revisão de notas dos alunos, solicitado no prazo estabelecido de 72 (setenta e duas) horas, após divulgação das notas;
- XVII. cumprir e fazer cumprir os horários e calendário escolar;
- XVIII. ser assíduo, comparecendo pontualmente ao estabelecimento de ensino nas horas efetivas de trabalho e, quando convocado, para outras atividades programadas e decididas pelo coletivo da escola;
- XIX. comunicar, com antecedência, eventuais atrasos e faltas;
- XX. zelar pela conservação e preservação das instalações escolares;
- XXI. cumprir as disposições do Regimento Escolar.

7.18.3 Das Proibições

Art. 182 - Ao docente, à equipe pedagógica e à direção é vedado:

- I. tomar decisões individuais que venham a prejudicar o processo pedagógico;
- II. ministrar, sob qualquer pretexto, aulas particulares e atendimento especializado remunerado a alunos do estabelecimento de ensino;
- III. discriminar, usar de violência simbólica, agredir fisicamente e/ou verbalmente qualquer membro da comunidade escolar;

- IV. expor colegas de trabalho, alunos ou qualquer membro da comunidade à situações constrangedoras;
- V. retirar e utilizar, sem a devida permissão do órgão competente, qualquer documento ou material pertencente ao estabelecimento de ensino;
- VI. ocupar-se com atividades alheias à sua função, durante o período de trabalho;
- VII. receber pessoas estranhas ao funcionamento do estabelecimento de ensino, durante o período de trabalho, sem a prévia autorização do órgão competente;**74II**
- VIII. ausentar-se da escola, sem prévia autorização do órgão competente;
- IX. transferir para outras pessoas o desempenho do encargo que lhe foi confiado;
- X. utilizar-se em sala de aula de aparelhos celulares, recebendo e fazendo chamadas telefônicas;
- XI. divulgar, por qualquer meio de publicidade, assuntos que envolvam direta ou indiretamente o nome da escola, sem prévia autorização da direção e/ou do Conselho Escolar;
- XII. promover excursões, jogos, coletas, lista de pedidos, vendas ou campanhas de qualquer natureza, envolvendo o nome da escola, sem a prévia autorização da direção;
- XIII. comparecer à escola embriagado ou com indicativos de ingestão e/ou uso de substâncias químicas tóxicas;
- XIV. fumar nas salas de aula do estabelecimento de ensino, sendo permitido, apenas, em área destinada a este fim, isolada adequadamente e com arejamento suficiente.

Art. 183 - Os fatos ocorridos em desacordo com o disposto no Regimento Escolar serão apurados ouvidos e os envolvidos e registrando-se em Ata, com as respectivas assinaturas.

7.19 DOS DIREITOS, DEVERES E PROIBIÇÕES DA EQUIPE TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, ASSISTENTES DE EXECUÇÃO E DA EQUIPE AUXILIAR OPERACIONAL

7.19.1 Dos Direitos

Art. 184 - A equipe técnico-administrativa, assistentes de execução e a equipe auxiliar operacional, além dos direitos que lhes são assegurados em lei, têm, ainda, as seguintes prerrogativas:

- I. ser respeitado na condição de profissional atuante na área da educação e no desempenho de suas funções;
- II. utilizar-se das dependências, das instalações e dos recursos materiais do estabelecimento, necessários ao exercício de suas funções;
- III. participar da elaboração e implementação do Projeto Político-Pedagógico da escola;
- IV. colaborar na implementação da Proposta Pedagógica Curricular definida no Projeto Político-Pedagógico da escola;
- V. requisitar o material necessário à sua atividade, dentro das possibilidades do estabelecimento de ensino;
- VI. sugerir aos diversos setores de serviços do estabelecimento de ensino ações que viabilizem um melhor funcionamento de suas atividades;
- VII. ter assegurado o direito de votar e/ou ser votado como representante no Conselho Escolar e associações afins;
- VIII. participar de associações e/ou agremiações afins;
- IX. tomar conhecimento das disposições do Regimento Escolar e do(s) Regulamento(s) Interno(s) do estabelecimento de ensino;

7.19.2 Dos Deveres

Art. 185 - Além das outras atribuições legais, compete:

- I. cumprir e fazer cumprir os horários e Calendário Escolar;
- II. ser assíduo, comunicando com antecedência, sempre que possível, os atrasos e faltas eventuais;

- III. contribuir, no âmbito de sua competência, para que o estabelecimento de ensino cumpra sua função;
- IV. desempenhar sua função de modo a assegurar o princípio constitucional de igualdade de condições para o acesso e a permanência do aluno no estabelecimento de ensino;
- V. manter e promover relações cooperativas no ambiente escolar;
- VI. manter e fazer manter o respeito e ambiente favorável ao desenvolvimento do processo de trabalho escolar;
- VII. colaborar na realização dos eventos que o estabelecimento de ensino proporcionar, para os quais for convocado;
- VIII. comparecer às reuniões do Conselho Escolar, quando membro representante do seu segmento;
- IX. zelar pela manutenção e conservação das instalações escolares;
- X. colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- XI. cumprir as atribuições inerentes ao seu cargo;
- XII. tomar conhecimento das disposições contidas no Regimento Escolar;
- XIII. cumprir e fazer cumprir as disposições do Regimento Escolar, no seu âmbito de ação.

7.19.3 Das Proibições

Art.186 - À equipe técnico-administrativa, assistente de execução e à equipe auxiliar operacional é vedado:

- I. tomar decisões individuais que venham a prejudicar o processo pedagógico e o andamento geral da escola;III
- II. retirar e utilizar qualquer documento ou material pertencente ao estabelecimento de ensino, sem a devida permissão do órgão competente;
- III. discriminar, usar de violência simbólica, agredir fisicamente e/ou verbalmente qualquer membro da comunidade escolar;

IV. ausentar-se do estabelecimento de ensino no seu horário de trabalho sem a prévia autorização do setor competente;

V. expor alunos, colegas de trabalho ou qualquer pessoa da comunidade à situações constrangedoras;

VI. receber pessoas estranhas ao funcionamento do estabelecimento de ensino durante o período de trabalho, sem prévia autorização do órgão competente;

VII. ocupar-se, durante o período de trabalho, de atividades estranhas à sua função;

VIII. transferir a outra pessoa o desempenho do encargo que lhe foi confiado;

IX. divulgar assuntos que envolvam direta ou indiretamente o nome da escola , por qualquer meio de publicidade, sem prévia autorização da direção e/ou do Conselho Escolar;

X. promover excursões, jogos, coletas, lista de pedidos, vendas ou campanhas de qualquer natureza, que envolvam o nome da escola, sem a prévia autorização da direção;

XI. comparecer ao trabalho e aos eventos da escola embriagado ou com sintomas de ingestão e/ou uso de substâncias químicas tóxicas;

XII. fumar nas salas de aulas do estabelecimento de ensino, sendo permitido, apenas, em área destinada a esse fim, isolada adequadamente e com arejamento suficiente.

Art. 187 - Os fatos ocorridos em desacordo com o disposto no Regimento Escolar serão apurados, ouvidos e os envolvidos e registrando-se em Ata, com as respectivas assinaturas.

7.20 DOS DIREITOS, DEVERES, PROIBIÇÕES E AÇÕES DISCIPLINARES DOS ALUNOS

7.20.1 Dos Direitos

Art. 188 - Constituem-se direitos dos alunos, com observância dos dispositivos constitucionais da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, da Lei nº 9.394/96 – Diretrizes e Bases da

Educação Nacional – LDBEN, Decreto Lei nº 1.044/69 e Lei nº 6.202/75:

I. tomar conhecimento das disposições do Regimento Escolar e do(s) Regulamento(s) Interno(s) do estabelecimento de ensino, no ato da matrícula;**77**

II. ter assegurado que o estabelecimento de ensino cumpra a sua função de efetivar o processo de ensino e aprendizagem;

III. ter assegurado o princípio constitucional de igualdade de condições para o acesso e permanência no estabelecimento de ensino;

IV. ser respeitado, sem qualquer forma de discriminação;

V. solicitar orientação dos diversos setores do estabelecimento de ensino;

VI. utilizar os serviços, as dependências escolares e os recursos materiais da escola, de acordo com as normas estabelecidas no Regulamento Interno;

VII. participar das aulas e das demais atividades escolares;

VIII. ter assegurada a prática, facultativa, da Educação Física, nos casos previstos em lei;

IX. ter ensino de qualidade ministrado por profissionais habilitados para o exercício de suas funções e atualizados em suas áreas de conhecimento;

X. ter acesso a todos os conteúdos previstos na Proposta Pedagógica Curricular do estabelecimento de ensino;

XI. participar de forma representativa na construção, acompanhamento e avaliação do Projeto Político-Pedagógico da escola;

XII. ser informado sobre o Sistema de Avaliação do estabelecimento de ensino;

XIII. tomar conhecimento do seu aproveitamento escolar e de sua frequência, no decorrer do processo de ensino e aprendizagem;

XIV. solicitar, pelos pais ou responsáveis, quando criança ou adolescente, revisão do aproveitamento escolar dentro do prazo de 72 (setenta e duas) horas, a partir da divulgação do mesmo;

XV. ter assegurado o direito à recuperação de estudos, no decorrer do ano letivo, mediante metodologias diferenciadas que possibilitem sua aprendizagem;

XVI. contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores, ao Conselho Escolar e ao Núcleo Regional de Educação;

XVII. requerer transferência ou cancelamento de matrícula por si, quando maior, ou através dos pais ou responsáveis, quando menor;

XVIII. ter reposição das aulas quando da ausência do professor responsável pela disciplina;

XIX. solicitar os procedimentos didático-pedagógicos previstos na legislação vigente e normatizados pelo Sistema Estadual de Ensino;

XX. sugerir, aos diversos setores de serviços do estabelecimento de ensino, ações que viabilizem melhor funcionamento das atividades;

XXI. ter assegurado o direito de votar e/ou ser votado representante no Conselho Escolar e associações afins;

XXII. participar de associações e/ou organizar agremiações afins;

XXIII. representar ou fazer-se representar nas reuniões do Pré-Conselho e do Conselho de Classe;

XXIV. realizar as atividades avaliativas, em caso de falta às aulas, mediante justificativa e/ou atestado médico;

XXV. receber atendimento de regime de exercícios domiciliares, com acompanhamento da escola, sempre que compatível com seu estado de saúde e mediante laudo médico, como forma de compensação da ausência às aulas, quando impossibilitado de frequentar a escola por motivo de enfermidade ou gestação;

XXVI. receber atendimento educacional hospitalar, quando impossibilitado de frequentar a escola por motivos de enfermidade, em virtude de situação de internamento hospitalar.

7.20.2 Dos Deveres

Art. 189 - São deveres dos alunos:

- I - manter e promover relações de cooperação no ambiente escolar;
- II - realizar as tarefas escolares definidas pelos docentes;
- III - Para realizar as tarefas escolares definidas pelos docentes seguir as orientações: - informar e pedir autorização por escrito das pessoas envolvidas para uso e ou divulgação de sua imagem, produção audiovisual e quaisquer informações pessoais dos mesmos; - respeitar os direitos autorais evitando cópias;
- IV - atender às determinações dos diversos setores do estabelecimento de ensino, nos respectivos âmbitos de competência;
- V - participar de todas as atividades curriculares programadas e desenvolvidas pelo estabelecimento de ensino;
- VI - comparecer às reuniões do Conselho Escolar, quando membro representante do seu segmento;
- VII - cooperar na manutenção da higiene e na conservação das instalações escolares;
- VIII - compensar, junto com os pais, os prejuízos que vier a causar ao patrimônio da escola, quando comprovada a sua autoria;
- IX - cumprir as ações disciplinares do estabelecimento de ensino;
- X - providenciar e dispor, sempre que possível, do material solicitado e necessário ao desenvolvimento das atividades escolares;
- XI - tratar com respeito e sem discriminação professores, funcionários e colegas;
- XII - comunicar aos pais ou responsáveis sobre reuniões, convocações e avisos gerais, sempre que lhe for solicitado;
- XIII - comparecer pontualmente à aulas e demais atividades escolares;
- XIV - manter-se em sala durante o período das aulas;

XV - apresentar os trabalhos e tarefas nas datas previstas;

XVI - comunicar qualquer irregularidade de que tiver conhecimento ao setor competente;

XVII - apresentar justificativa dos pais ou responsáveis, quando criança ou adolescente, para poder entrar após o horário de início das aulas;

XVIII - apresentar atestado médico e/ou justificativa dos pais ou responsáveis, quando criança ou adolescente, em caso de falta às aulas;

XIX - responsabilizar-se pelo zelo e devolução dos livros didáticos recebidos e os pertencentes à biblioteca escolar;**79-**

XX - observar os critérios estabelecidos na organização do horário semanal, deslocando-se para as atividades e locais determinados, dentro do prazo estabelecido para o seu deslocamento;

XXI - respeitar o professor em sala de aula, observando as normas e critérios estabelecidos;

XXII - cumprir as disposições do Regimento Escolar no que lhe couber.

7.20.3 Das Proibições

Art. 190 - Ao aluno é vedado:

I. tomar atitudes que venham a prejudicar o processo pedagógico e o andamento das atividades escolares;

II. ocupar-se, durante o período de aula, de atividades contrárias ao processo pedagógico;

III. retirar e utilizar, sem a devida permissão do órgão competente, qualquer documento ou material pertencente ao estabelecimento de ensino;

IV. trazer para o estabelecimento de ensino material de natureza estranha ao estudo;

V. ausentar-se do estabelecimento de ensino sem prévia autorização do órgão competente;

- VI. receber, durante o período de aula, sem a prévia autorização do órgão competente, pessoas estranhas ao funcionamento do estabelecimento de ensino;
- VII. discriminar, usar de violência simbólica, agredir fisicamente e/ou verbalmente colegas, professores e demais funcionários do estabelecimento de ensino;
- VIII. expor colegas, funcionários, professores ou qualquer pessoa da comunidade à situações constrangedoras;
- IX. entrar e sair da sala durante a aula, sem a prévia autorização do respectivo professor;
- X. consumir ou manusear qualquer tipo de drogas nas dependências do estabelecimento de ensino;
- XI. fumar nas dependências do estabelecimento de ensino;
- XII. comparecer às aulas embriagado ou com sintomas de ingestão e/ou uso de substâncias químicas tóxicas;
- XIII. utilizar-se de aparelhos eletrônicos, na sala de aula, que não estejam vinculados ao processo ensino e aprendizagem;
- XIV. danificar os bens patrimoniais do estabelecimento de ensino ou pertences de seus colegas, funcionários e professores;
- XV. portar armas brancas ou de fogo e/ou instrumentos que possam colocar em risco a segurança das pessoas;
- XVI. portar material que represente perigo para sua integridade moral e/ou física ou de outrem;
- XVII. divulgar, por qualquer meio de publicidade, ações que envolvam direta ou indiretamente o nome da escola, sem prévia autorização da direção e/ou do Conselho Escolar. II
- XVIII. promover excursões, jogos, coletas, rifas, lista de pedidos, vendas ou campanhas de qualquer natureza, no ambiente escolar, sem a prévia autorização da direção.

7.20.4 Das Ações Educativas, Pedagógicas e Disciplinares

Art. 191 - O aluno que deixar de cumprir ou transgredir de alguma forma as disposições contidas no Regimento Escolar ficará sujeito às seguintes ações:

- I. orientação disciplinar com ações pedagógicas dos professores, equipe pedagógica e direção;
- II. registro dos fatos ocorridos envolvendo o aluno, com assinatura;
- III. comunicado por escrito, com ciência e assinatura dos pais ou responsáveis, quando criança ou adolescente;
- IV. encaminhamento a projetos de ações educativas;
- V. convocação dos pais ou responsáveis, quando criança ou adolescente, com registro e assinatura, e/ou termo de compromisso;
- VI. esgotadas as possibilidades no âmbito do estabelecimento de ensino, inclusive do Conselho Escolar, será encaminhado ao Conselho Tutelar, quando criança ou adolescente, para a tomada de providências cabíveis.

Art. 192 - Todas as ações disciplinares previstas no Regimento Escolar serão devidamente registradas em Ata e apresentadas aos responsáveis e demais órgãos competentes para ciência das ações tomadas.

7.21 DOS DIREITOS, DEVERES E PROIBIÇÕES DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS

7.21.1 Dos Direitos

Art. 193 - Os pais ou responsáveis, além dos direitos outorgados por toda a legislação aplicável, têm ainda as seguintes prerrogativas:

- I. serem respeitados na condição de pais ou responsáveis, interessados no processo educacional desenvolvido no estabelecimento de ensino;
- II. participar das discussões da elaboração e implementação do Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;
- III. sugerir, aos diversos setores do estabelecimento de ensino, ações que viabilizem melhor funcionamento das atividades;

- IV. ter conhecimento efetivo do Projeto Político-Pedagógico da escola e das disposições contidas neste Regimento;
- V. ser informado sobre o Sistema de Avaliação do estabelecimento de ensino;
- VI. ser informado, no decorrer do ano letivo, sobre a frequência e rendimento escolar obtido pelo aluno;
- VII. ter acesso ao Calendário Escolar do estabelecimento de ensino;
- VIII. solicitar, no prazo de 72 horas, a partir da divulgação dos resultados, pedido de revisão de notas do aluno;
- IX. assegurar autonomia na definição dos seus representantes no Conselho Escolar;
- X. contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores: Conselho Escolar e Núcleo Regional de Educação;
- XI. ter garantido o princípio constitucional de igualdade de condições para o acesso e a permanência do aluno no estabelecimento de ensino;
- XII. ter assegurado o direito de votar e/ou ser votado representante no Conselho Escolar e associações afins;
- XIII. participar de associações e/ou agremiações afins;
- XIV. representar e/ou ser representado, na condição de segmento, no Conselho Escolar.

7.21.2 Dos Deveres

Art. 194 - Aos pais ou responsáveis, além de outras atribuições legais, compete:

- I. matricular o aluno no estabelecimento de ensino, de acordo com a legislação vigente;
- II. exigir que o estabelecimento de ensino cumpra a sua função;
- III. manter relações cooperativas no âmbito escolar;

- IV. assumir junto à escola ações de co-responsabilidade que assegurem a formação educativa do aluno;
- V. propiciar condições para o comparecimento e a permanência do aluno no estabelecimento de ensino;
- VI. respeitar os horários estabelecidos pelo estabelecimento de ensino para o bom andamento das atividades escolares;
- VII. requerer transferência quando responsável pelo aluno menor;
- VIII. identificar-se na secretaria do estabelecimento de ensino, para que seja encaminhado ao setor competente, o qual tomará as devidas providências;
- IX. comparecer às reuniões e demais convocações do setor pedagógico e administrativo da escola, sempre que se fizer necessário;
- X. comparecer às reuniões do Conselho Escolar de que, por força do Regimento Escolar, for membro inerente;
- XI. acompanhar o desenvolvimento escolar do aluno pelo qual é responsável;III
- XII. encaminhar e acompanhar o aluno pelo qual é responsável aos atendimentos especializados solicitados pela escola e ofertados pelas instituições públicas;
- XIII. respeitar e fazer cumprir as decisões tomadas nas assembléias de pais ou responsáveis para as quais for convocado;
- XIV. cumprir as disposições do Regimento Escolar, no que lhe couber.

7.21.3 Das Proibições

Art. 195 - Aos pais ou responsáveis é vedado:

- I. tomar decisões individuais que venham a prejudicar o desenvolvimento escolar do aluno pelo qual é responsável, no âmbito do estabelecimento de ensino;
- II. interferir no trabalho dos docentes, entrando em sala de aula sem a permissão do setor competente;

III. retirar e utilizar, sem a devida permissão do órgão competente, qualquer documento ou material pertencente ao estabelecimento de ensino;

IV. desrespeitar qualquer integrante da comunidade escolar, inclusive o aluno pelo qual é responsável, discriminando-o, usando de violência simbólica, agredindo-o fisicamente e/ou verbalmente, no ambiente escolar;

V. expor o aluno pelo qual é responsável, funcionário, professor ou qualquer pessoa da comunidade a situações constrangedoras;

VI. divulgar, por qualquer meio de publicidade, assuntos que envolvam direta ou indiretamente o nome do estabelecimento de ensino, sem prévia autorização da direção e/ou do Conselho Escolar;

VII. promover excursões, jogos, coletas, lista de pedidos, vendas ou campanhas de qualquer natureza, em nome do estabelecimento de ensino sem a prévia autorização da direção;

VIII. comparecer a reuniões ou eventos da escola embriagado ou com sintomas de ingestão e/ou uso de substâncias químicas tóxicas;

IX. fumar nas salas do estabelecimento de ensino, sendo permitido, apenas, em área destinada a este fim, isolada adequadamente e com arejamento suficiente.

Art. 196 - Os fatos ocorridos em desacordo com o disposto no Regimento Escolar serão apurados, ouvindo-se os envolvidos e registrando-se em Ata, com as respectivas assinaturas.

Parágrafo Único – Nos casos de recusa de assinatura do registro, por parte da pessoa envolvida, o mesmo será validado por assinaturas de testemunhas.

7.22 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 197 - A comunidade escolar deverá acatar e respeitar o disposto no Regimento Escolar, apreciado pelo Conselho Escolar e aprovado pelo Núcleo Regional de Educação, mediante Ato Administrativo.

Art. 198 - O Regimento Escolar pode ser modificado sempre que o aperfeiçoamento do processo educativo assim o exigir, quando da alteração da legislação educacional em vigor, sendo as suas modificações orientadas pela Secretaria de Estado da Educação.

Art. 199 - O Regimento Escolar poderá ser modificado por Adendo de Alteração e/ou de Acréscimo, devendo ser submetido à apreciação do Conselho Escolar, com análise e aprovação do Núcleo Regional de Educação.

Art. 200 - Todos os profissionais em exercício no estabelecimento de ensino, os alunos regularmente matriculados e respectivos pais ou responsáveis devem tomar conhecimento do disposto no Regimento Escolar.

Art. 201 - Os casos omissos no Regimento Escolar serão analisados pelo Conselho Escolar e, se necessário, encaminhados aos órgãos superiores competentes.

Art. 202 - O Regimento Escolar entrará em vigor no período letivo subsequente à sua homologação pelo Núcleo Regional de Educação.

Tijucas do Sul, dia 18 de Dezembro de 2009.

Luís Amauri Leprevost

Diretor

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

DCE EJA – Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos do Estado do Paraná.

INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 02/2006 – DEJA.

Instrução 001/2009 – SUED/SEED – APEDs (Ações Pedagógicas Descentralizadas da Educação de Jovens e Adultos da Rede Estadual de Ensino do Estado do Paraná).

Lei 11.788/08

Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Professor Francisco Manoel de Lima Camargo (2008 – Ensino Fundamental Fase II e Ensino Médio).

PROPOSTA PEDAGÓGICO-CURRICULAR EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS e ROTEIROS PARA AUTORIZAÇÃO E RENOVAÇÃO DE FUNCIONAMENTO; disponível no site:

<http://www.diaadia.pr.gov.br/ceja/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=61/>

Links: Departamentos da SEED/ Departamento de Educação e Trabalho/ Educação de Jovens e Adultos/ Proposta pedagógico Curricular da Educação de Jovens e Adultos vigente na Rede Estadual do Paraná.

RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 02/2004-SEED/SEJU/SETP.